

ORGANIZADORES

Giovane Fernandes Oliveira

Fábio Aresi

O UNIVERSO BENVENISTIANO

enunciação,
sociedade,
semiologia

ORGANIZADORES

Giovane Fernandes Oliveira

Fábio Aresi

O UNIVERSO BENVENISTIANO

enunciação,
sociedade,
semiologia

| São Paulo | 2020 |



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2020 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2020 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural pelos autores para esta obra. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade dos autores, não representando a posição oficial da Pimenta Cultural.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela <i>Universidade Católica do Paraná, Brasil</i>	Breno de Oliveira Ferreira <i>Universidade Federal do Amazonas, Brasil</i>
Alaim Souza Neto <i>Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil</i>	Carla Wanessa Caffagni <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Alessandra Regina Müller Germani <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Carlos Adriano Martins <i>Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil</i>
Alexandre Antonio Timbane <i>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil</i>	Caroline Chioquetta Lorenset <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Alexandre Silva Santos Filho <i>Universidade Federal de Goiás, Brasil</i>	Cláudia Samuel Kessler <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Aline Daiane Nunes Mascarenhas <i>Universidade Estadual da Bahia, Brasil</i>	Daniel Nascimento e Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Aline Pires de Moraes <i>Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil</i>	Daniela Susana Segre Guertzenstein <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Aline Wendpap Nunes de Siqueira <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Danielle Aparecida Nascimento dos Santos <i>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil</i>
Ana Carolina Machado Ferrari <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Delton Aparecido Felipe <i>Universidade Estadual de Maringá, Brasil</i>
Andre Luiz Alvarenga de Souza <i>Emill Brunner World University, Estados Unidos</i>	Dorama de Miranda Carvalho <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>
Andreza Regina Lopes da Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Doris Roncarelli <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Antonio Henrique Coutelo de Moraes <i>Universidade Católica de Pernambuco, Brasil</i>	Elena Maria Mallmann <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Arthur Vianna Ferreira <i>Universidade Católica de São Paulo, Brasil</i>	Emanuel Cesar Pires Assis <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Bárbara Amaral da Silva <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Erika Viviane Costa Vieira <i>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil</i>
Beatriz Braga Bezerra <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>	Everly Pegoraro <i>Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil</i>
Bernadette Beber <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Fábio Santos de Andrade <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>

- Fauston Negreiros
Universidade Federal do Piauí, Brasil
- Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil
- Fernando Barcellos Razuck
Universidade de Brasília, Brasil
- Francisca de Assiz Carvalho
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil
- Gabriela da Cunha Barbosa Saldanha
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
- Gabrielle da Silva Forster
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
- Gelson Santana Penha
Universidade de São Paulo, Brasil
- Guilherme do Val Toledo Prado
Universidade Estadual de Campinas, Brasil
- Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela
- Helciclever Barros da Silva Vitoriano
Universidade de Brasília, Brasil
- Helen de Oliveira Faria
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
- Heloiisa Candello
IBM e University of Brighton, Inglaterra
- Heloiisa Juncklaus Preis Moraes
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
- Ismael Montero Fernández,
Universidade Federal de Roraima, Brasil
- Jeronimo Becker Flores
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
- Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil
- Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
- José Luís Giovanoni Fornos Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
- Joselia Maria Santos José Neves
University of Roehampton, Inglaterra
- Josué Antunes de Macêdo
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil
- Júlia Carolina da Costa Santos
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil
- Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil
- Julia Lourenço Costa
Universidade de São Paulo, Brasil
- Juliana Tiburcio Silveira-Fossaluzza
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil
- Julierme Sebastião Moraes Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
- Karlla Christine Araújo Souza
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
- Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
- Leandro Fabricio Campelo
Universidade de São Paulo, Brasil
- Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
- Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
- Lidia Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal
- Luan Gomes dos Santos de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
- Luciano Carlos Mendes Freitas Filho
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
- Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
- Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil
- Lucio Keury Galdino
Universidade Federal do Ceará, Brasil
- Marceli Cherchiglia Aquino
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
- Marcia Raika Silva Lima
Universidade Federal do Piauí, Brasil
- Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil
- Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
- Margareth de Souza Freitas Thomopoulos
Universidade Estadual de Campinas, Brasil
- Maria Angelica Penatti Pipitone
Universidade Estadual de Campinas, Brasil
- Maria Cristina Giorgi
Universidade Federal Fluminense, Brasil
- Maria de Fátima Scaffo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
- Maria Isabel Imbronito
Universidade de São Paulo, Brasil
- Maria Luzia da Silva Santana
Universidade Católica de Brasília, Brasil
- Maria Sandra Montenegro Silva Leão
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
- Marília Matos Gonçalves
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
- Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil
- Midierison Maia
Universidade de São Paulo, Brasil

Miguel Rodrigues Netto
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Helena dos Santos Carneiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patricia Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Patricia Mara de Carvalho Costa Leite
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Paulo Augusto Tamanini
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Priscilla Stuart da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Radamés Mesquita Rogério
Universidade Federal do Ceará, Brasil

Ramofly Bicalho Dos Santos
Universidade de Campinas, Brasil

Ramon Taniguchi Piretti Brandao
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Rarielle Rodrigues Lima
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Renatto Cesar Marcondes
Universidade de São Paulo, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Rita Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Thayane Silva Campos
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade de Brasília, Brasil

Thyana Farias Galvão
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Valdir Lamim Guedes Junior
Universidade de São Paulo, Brasil

Valeska Maria Fortes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wagner Corsino Enedino
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Wanderson Souza Rabello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Washington Sales do Monte
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle - Canoas, Brasil

Adriana Flavia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Alessandra Dale Giacomini Terra
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alessandro Pinto Ribeiro
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Marques Marino
Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Brasil

Aline Patrícia Campos de Tolentino Lima
Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil

Ana Cristina Rosado França Tesserolli
Fundação Cesgranrio, Brasil

Ana Emidia Sousa Rocha
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Ana Iara Silva Deus
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Ana Julia Bonzanini Bernardi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ana Rosa Gonçalves De Paula Guimarães
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Antonio de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Anne Karynne da Silva Barbosa
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Antônia de Jesus Alves dos Santos
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Ariane Maria Peronio Maria Fortes
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Bianca Gabrieli Ferreira Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruna Donato Reche
Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Camila Amaral Pereira
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Carolina Fontana da Silva
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carolina Fragoço Gonçalves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Cecília Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Cíntia Morales Camillo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Claudia Dourado de Salces
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Cleonice de Fátima Martins
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, Brasil

Cristiano das Neves Vilela
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniella de Jesus Lima
Universidade Tiradentes, Brasil

Dayara Rosa Silva Vieira
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Rodrigues dos Santos
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deborah Cattani Gerson
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Deborah Susane Sampaio Sousa Lima
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Diogo Luiz Lima Augusto
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Ederson Silveira
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Elaine Santana de Souza
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Elias Theodoro Mateus
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Eliisene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elizânia Sousa do Nascimento
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Emanuella Silveira Vasconcelos
Universidade Estadual de Roraima, Brasil

Érika Catarina de Melo Alves
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Everton Boff
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Fabiana Aparecida Vilaça
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Fabiano Antonio Melo
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Fabricia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fabício Nascimento da Cruz
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Francisco Isaac Dantas de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Francisco Jeimes de Oliveira Paiva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Gean Breda Queiros
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Gislene dos Santos Sala
Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Glaucio Martins da Silva Bandeira
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Graciele Martins Lourenço
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Gracy Cristina Astolpho Duarte
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Gustavo Cossio
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Heliton Diego Lau
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Hugo José Coelho Corrêa de Azevedo
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Iara Belink Hell
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Irajá Pinto Gonçalves
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Ivan Barreto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jeane Carla Oliveira de Melo
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Jeferson Barbosa de Freitas
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Jefferson Virgilio
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

João Eudes Portela de Sousa
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

João Henriques de Sousa Junior
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Jonathan Fernandes de Aguiar
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Josiane Müller
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Juliana da Silva Paiva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Juscelino Alves de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Karyn Meyer
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Katia Bruginiski Mulik
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Lais Braga Costa
Universidade de Cruz Alta, Brasil

Layane Campos Soares
*Universidade Federal dos Vales
do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil*

Leia Mayer Eyng
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Leila Alves Vargas
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Leonardo de Andrade Carneiro
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Leonardo Magalde Ferreira
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Ligia de Assis Monteiro Fontana
Universidade Aberta de Lisboa, Portugal

Lílian Soares Alves Branco
Universidade La Salle, Brasil

Lincon Fricks Hernandes
*Escola Superior de Ciências da Santa Casa
de Misericórdia de Vitória, Brasil*

Litiéli Wollmann Schutz
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Loiva Salete Vogt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Chaves Soares
Faculdade São Mateus, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Católica de Brasília, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marco Antonio Moreira de Oliveira
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Brasil

Marcos dos Reis Batista
Universidade Federal do Pará, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Maria Letícia Macêdo Bezerra
Universidade de São Paulo, Brasil

Mariana do Carmo Marola Marques
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Mariana Pinkoski de Souza Centro
Universitário Metodista, Brasil

Mariane Souza Melo de Liz
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Marina Tedesco
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Marlise Paim Braga Noebauer
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Miriam Leite Farias
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Miryan Cruz Debiasi
Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Mozarth Dias de Almeida Miranda
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Natália de Borba Pugens
Universidade La Salle, Brasil

Natasha Moraes de Albuquerque
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Nathalia Martins de Mello
Trinity Laban University, Inglaterra

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Pamela da Silva Rosin
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Paulo Alexandre Filho
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Paulo Roberto Barros Gomes
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Pollyanna Araújo Carvalho
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Rafaela de Araujo Sampaio Lima
*Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia do Amazonas, Brasil*

Raick de Jesus Souza
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Railson Pereira Souza
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Raissa Pereira Baptista
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Ricardo Moura Marques
Colégio Pedro II, Brasil

Rita de Cassia Almeida Silva
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Santos da Silva
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Rodrigo da Paixão Pacheco
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sandra de Fátima Kalinoski
*Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões, Brasil*

Silvana de Cássia Martinski
Universidade Federal do Ceará, Brasil

Silvana Viana Andrade
Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Simone Pinheiro Achre
Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Suamy Emanuele Trindade dos Santos
Fundação Universitária Iberoamericana, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto De Ciências das Artes, Brasil

Valdemar Valente Júnior
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Viviane Martins Vital Ferraz
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Walkyria Chagas da Silva Santos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Wallace da Silva Mello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Wellton da Silva de Fátima
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Wilder Kleber Fernandes de Santana
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Diretor de sistemas	Marcelo Eyng
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Editoração eletrônica	Ligia Andrade Machado
Imagens da capa	Starline, Kjpargeter, Your_Photo, Tj-Rabbit - Freepik.
Editora executiva	Patricia Bieging
Assistente editorial	Peter Valmorbida
Revisão	Os organizadores
Organizadores	Giovane Fernandes Oliveira Fábio Aresi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O115 O universo benvenistiano: enunciação, sociedade, semiologia.
Giovane Fernandes Oliveira, Fábio Aresi - organizadores.
São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 424p..

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5939-028-1 (eBook)

1. Linguagem. 2. Teoria. 3. Enunciação. 4. Linguística.
5. Signos. 6. Narrativa. I. Oliveira, Giovane Fernandes. II. Aresi,
Fábio. III. Título.

CDU: 81.1
CDD: 400

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.281

PIMENTA CULTURAL
São Paulo - SP
Telefone: +55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



2 0 2 0

SUMÁRIO

Apresentação:

Ou sobre as aberturas de uma teoria da linguagem 14
Giovane Fernandes Oliveira & Fábio Aresi

Parte 1

A ENUNCIÇÃO

Capítulo 1

**A condição figurativa na enunciação
(por uma linguística dos seres falantes) 30**
Valdir do Nascimento Flores

Capítulo 2

Dos universos aos aparelhos:
transformações da teorização benvenistiana..... 46
Paula Ávila Nunes

Capítulo 3

Às voltas com o *tu* em Benveniste:
uma reflexão sobre a noção de *escuta* em linguística 75
Luiza Milano

Capítulo 4

**A dêixis e a referência como diferentes
modos de relação entre os signos e a enunciação 92**
Alena Ciulla

Capítulo 5

Blasfemia: um outro modo de enunciação 121

Elisa Marchioro Stumpf

Capítulo 6

De Benveniste às pesquisas prospectivas:

a noção de *deslocamento* e seu valor teórico-metodológico 141

Carolina Knack

Capítulo 7

**A relação entre o biológico e o cultural
na aquisição da linguagem e a instauração
da criança na interdependência entre
forma-sentido na língua materna..... 164**

Carmem Luci da Costa Silva

Capítulo 8

A criança e suas narrativas:

a experiência constituída nos ruídozinhos vocais 204

Marlete Sandra Diedrich

Capítulo 9

**A relação teoria-empíria e o problema do dado
na pesquisa em aquisição da escrita:**

um olhar enunciativo 221

Giovane Fernandes Oliveira

Parte 2

A SOCIEDADE

Capítulo 10

A reciprocidade como noção estruturante em Benveniste 274

Fábio Aresi

Capítulo 11

A relação entre sociedade e língua em Benveniste:

três hipóteses e uma alternativa 308

Silvana Silva

Capítulo 12

Afinal, o que é a *comunhão fática*?

Ensaio sobre a enunciação em tempos de isolamento social..... 325

Patrícia da Silva Valério

Capítulo 13

A realização da enunciação:

um estudo dos instrumentos no ensino da leitura 342

Claudia Toldo

Parte 3

A SEMIOLOGIA

Capítulo 14

A relação língua-língua e a relação língua-sociedade:

algumas observações com vistas à reflexão

semiológica de Benveniste 364

Heloisa Monteiro Rosário

Capítulo 15

A significância e a tradução 393

Daiane Neumann

Sobre os autores e as autoras 412

Índice Remissivo 419

APRESENTAÇÃO

OU SOBRE AS ABERTURAS DE UMA TEORIA DA LINGUAGEM

Fui encarregado, pelo comitê editorial da revista *Langages*, de “editar” um número sobre o estudo da enunciação. Propus esse tema pensando particularmente nos trabalhos que você dedicou a isso e na perspectiva que você traçou. Espero, profundamente, que você possa colaborar neste número; ainda mais porque ele só faz sentido se você puder nos conceder essa colaboração. A razão disso é dupla: por um lado, você sabe da admiração que tenho por seus trabalhos, por outro lado, você é literalmente aquele que introduziu este tema na linguística contemporânea.

Trecho de carta de Tzvetan Todorov a Émile Benveniste, divulgada em francês por Irène Fenoglio e traduzida em português por Valdir do Nascimento Flores (FLORES, 2013, p. 162).

Em 2020, completam-se cinquenta anos da publicação de *O aparelho formal da enunciação*, contribuição de Émile Benveniste (1902-1976)¹ ao número 17 da revista *Langages*, intitulado *L'énonciation*, conforme atesta o trecho epistolar em epígrafe – um verdadeiro documento da história das ideias linguísticas. Tal artigo (originalmente publicado em 1970 e, posteriormente, republicado como capítulo 5 dos *Problemas de linguística geral II* em 1974) consiste em um dos últimos escritos assinados pelo grande linguista antes da afasia que o acometeu, privando-lhe da fala e abreviando sua magistral produção.

Passadas cinco décadas, o texto em questão segue produzindo efeitos em estudos que não ignoram o postulado benvenistiano segundo o qual a linguagem, bem antes de servir para a comunicação, serve para o homem se reconhecer em sua humanidade e vivenciar as práticas humanas cujo acesso lhe é facultado pela capacidade

1 De família judia e poliglota, Émile Benveniste, nascido Ezra Benveniste, em Alepo, Síria, em 27 de maio de 1902, muda-se para a França em 1913 e, lá, naturaliza-se francês em 1924, modificando seu primeiro nome de Ezra para Émile. Conclui seus estudos secundários na *École Rabbínique de France* e, em seguida, ingressa nos estudos universitários públicos. Em 1918, inscreve-se no curso de Antoine Meillet, na *École Pratique de Hautes Études* (EPHE), obtendo, nessa instituição, em 1920, o *Diplome d'Études Supérieures*, com o trabalho *Les futurs et subjonctifs sigmatiques du latin archaïque*, dirigido por Joseph Vendryes. Em 1922, na *École de Langues Orientales*, obtém a *Agrégation de Grammaire*. Em 1927, torna-se diretor de estudos na EPHE, cargo que ocupa até 1969, sucedendo Meillet na cátedra de *Grammaire Comparée* tanto na EPHE quanto, a partir de 1937, no *Collège de France*. Em 1935, torna-se doutor em Letras, com a tese *Origine de la formation des noms en indo-européen*. Dentre outros cargos, ocupa, entre 1959 e 1970, o de secretário da *Société Linguistique de Paris*, além de ser o primeiro presidente, em 1968, em Varsóvia, do primeiro *Symposium Internacional de Sémiotique* e, em 1969, da *International Association for Semiotic Studies* e do *Cercle de Sémiotique de Paris*. Em 9 de dezembro de 1956, devido à sobrecarga de trabalho, sofre um grave infarto. Em 6 de dezembro de 1969, é vítima de um acidente vascular cerebral, que o deixa afásico e imobilizado, ainda que não inconsciente dos acontecimentos à sua volta. Em 3 de outubro de 1976, acometido por uma embolia, vem a óbito na casa de saúde *Claire-Demeure*, em Versalhes, onde estava internado desde maio desse mesmo ano. Conforme Milner (2008 [2002], p. 121), a biografia de Émile Benveniste perpassa inúmeras esferas da história da França do século XX – as comunidades judaicas europeias, os movimentos revolucionários, a escola linguística de Paris, o estruturalismo, o declínio das instituições intelectuais de língua francesa –, assim como é marcada por infortúnios: o banimento do magistério superior público por sua origem judia em 1940, a invasão de seu apartamento e a perda de todos os seus trabalhos manuscritos durante a Ocupação nazista em Paris, a deportação e a morte de seu irmão mais velho em Auschwitz em 1942, a sua própria prisão e fuga para a Suíça, a doença, a solidão, a afasia definitiva em 1969. Para maiores informações sobre a vida e a obra de Benveniste, conferir Milner (2002), Kristeva (2012, 2016), Coquet e Fenoglio (2012), Redard (2012), Todorov (2012), Flores (2013), Fenoglio (2016b) e Rosário (2018).

lingueira. A fim de comemorar o cinquentenário desse célebre título, a Editora Pimenta Cultural aceitou a proposta que a ela submetemos de uma coletânea em homenagem a tal marco dos estudos enunciativos.

Equivoca-se, porém, quem porventura pense que o tributo ao referido artigo circunscreve o escopo da presente obra à temática da enunciação. A esse respeito, cabe lembrar que *O aparelho formal da enunciação*, ao mesmo tempo em que coroa uma trajetória de estudos sobre o fenômeno enunciativo por Benveniste desenvolvidos entre as décadas de 1940 e 1970, também descortina um horizonte de possibilidades aos estudos da linguagem:

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da “oralidade”. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui. (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 90, aspas do autor).

O desfecho do texto de 1970 assemelha-se à conclusão de dois outros estudos, a ele cronologicamente próximos. Trata-se dos trabalhos *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (apresentado como conferência em 1968, publicado como artigo em 1970 e republicado como capítulo 6 dos PLG II em 1974) e *Semiologia da língua* (publicado em duas partes em 1969, mais tarde reunidas em um só texto, republicado como capítulo 3 dos PLG II em 1974):

É na prática social, comum no exercício da língua, nesta relação de comunicação inter-humana que os traços comuns de seu funcionamento deverão ser descobertos, pois o homem é ainda e cada vez mais um objeto para ser descoberto, na dupla natureza [individual e social] que a linguagem fundamenta e instaura nele. (BENVENISTE, 2006 [1968/1970], p. 104).

Em conclusão, é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua. Esta ultrapassagem far-se-á por duas vias:

– na análise intralingüística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica;

– na análise translingüística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação.

Esta será uma semiologia de “segunda geração”, cujos instrumentos e o método poderão também concorrer para o desenvolvimento das outras ramificações da semiologia geral. (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 67, aspas do autor).

Certamente, um dos traços que melhor explica a proximidade entre os três artigos de Benveniste citados acima pode ser definido, resguardadas as particularidades de cada um deles, como a característica, comum aos três, de constituírem textos nos quais o linguista sintetiza os resultados de seus estudos mais analíticos de descrição linguística, ao mesmo tempo em que abre as reflexões neles teorizadas de forma programática, propondo novas perspectivas de análise. Nesse sentido, tais artigos figuram, simultaneamente, como *textos de síntese, organização e abertura teórica* (cf. ARESI, 2012), o que explica, em parte, a sua importância e a sua potência no interior do pensamento benvenistiano.

Além disso, esses três trechos finais dos derradeiros escritos de Benveniste não deixam dúvidas: no crepúsculo de sua carreira, o linguista estava às voltas, sim, com os mistérios em torno da passagem da língua ao discurso, mas não menos intrigado estava com os fenômenos linguageiros passíveis de estudo a partir de uma compreensão mais acurada de tais mistérios. *Enunciação, sociedade*

e *semiologia* parecem constituir, pois, três termos nucleares da agenda de pesquisas pelo linguista aberta em seus últimos trabalhos, agenda esta que não é senão uma parte do vasto *universo benvenistiano*.

Por meio desse termo, Teixeira e Messa (2015) referem-se metaforicamente ao conjunto da obra de Benveniste, cujas densidade e diversidade se fazem notar em termos tanto numéricos quanto temáticos. Em termos numéricos, segundo o sempre citado levantamento bibliográfico de Mohammed Djafar Moïnfar, Benveniste publicou 18 obras, 291 artigos, 300 resenhas e 34 comunicações na *Société Linguistique de Paris*. Em termos temáticos, seus interesses de pesquisa recobrem campos como os estudos iranianos e indo-europeus, os estudos das línguas clássicas e ameríndias, os estudos sobre a epistemologia e a história das ideias linguísticas, os estudos sobre a enunciação e o discurso – que consagraram seu nome no âmbito das humanidades – e, como ilustram publicações póstumas surgidas na última década, os estudos inacabados sobre a semiologia, a escrita e a linguagem poética².

- 2 Para maiores informações sobre a pluralidade dos temas investigados por Benveniste e sobre a atualidade de seu pensamento, além da fortuna crítica referida na nota nº 1, vale conferir artigos de estudiosos brasileiros como os de Teixeira (2012a, 2012b), Flores e Teixeira (2013), Teixeira e Messa (2015), Flores (2017b), Aresi (2019) e Rosário e Flores (2020), bem como coletâneas organizadas tanto por pesquisadores franceses, como as de Brunet e Mahrer (2011), Laplantine e Pinault (2015), Fenoglio (2016a) e D'Ottavi e Fenoglio (2019), quanto por pesquisadores brasileiros, como as de Neumann e Diedrich (2012), Cayser, Diedrich e Valério (2014), Silva e Cavalheiro (2016) e Agustini e Rodrigues (2018). Merecem ser mencionados ainda os livros de Dessons (2006), Ono (2007), Normand (2009), Silva (2009), Flores (2017a, 2019) e Fenoglio (2019), assim como o volume 11/número 4, de 2017, da *Revista Domínios de Linguagem* (intitulado *Os estudos enunciativos no Brasil: limites, perspectivas e contribuições*), o volume 14/número 11, de 2016, da *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL* (intitulado *Uma homenagem à Prof. Marlene Teixeira – Re-leitura do pensamento benvenistiano orientada por perspectivas antropológicas de linguagem e pelo estudo das formas complexas do discurso*) e, também na *ReVEL*, o volume 18/número 34, de 2020 (intitulado *A enunciação em perspectiva na atualidade*). Por fim, não podemos deixar de recordar os trabalhos apresentados em dois recentes eventos, a saber, a segunda e a terceira edições do *Colóquio Leituras de Émile Benveniste*: a segunda edição, realizada na Universidade de Passo Fundo (UPF), entre os dias 9 e 10 de agosto de 2018, contou com trabalhos mais tarde publicados no volume 14/número 3 da *Revista Desenredo*; já a terceira edição, realizada na Universidade Federal de Pelotas (UFPe), entre os dias 10 e 11 de outubro de 2019, deu a conhecer estudos que serão em breve divulgados pela *Revista Linguagem & Ensino*.

Dessa multiplicidade de interesses, dá testemunho o próprio Benveniste no prefácio dos PLG I, ao caracterizar os temas tratados nos estudos reunidos nessa obra como *problemas* que contribuem para a reflexão sobre a *grande problemática da linguagem*³. Tais problemas são também definidos em termos de *relações*: “[...] encaram-se [nos PLG I] as relações entre o biológico e o cultural, entre a subjetividade e a socialidade, entre o signo e o objeto, entre o símbolo e o pensamento, e também os problemas da análise intralinguística” (BENVENISTE, 2005 [1966], s./p.). A divisão dos PLG I – mais tarde reproduzida nos PLG II – igualmente dá uma amostra da heterogeneidade dos estudos benvenistianos, distribuídos, nesses dois volumes, em seis seções: (1^a) *Transformações da linguística*; (2^a) *A comunicação*; (3^a) *Estruturas e análises*; (4^a) *Funções sintáticas*; (5^a) *O homem na língua*; (6^a) *Léxico e cultura*.

Ainda no prefácio dos PLG I, Benveniste observa que a *unidade* e a *coerência* do conjunto da obra ressaltarão dos estudos aí compilados. De fato, como pontua Ono (2007), embora Benveniste, distintamente de Saussure, nunca tenha sido relutante em publicar suas descobertas, ele jamais dedicou um livro à linguística geral. A despeito de seus títulos, os PLG I e II, como se sabe, não foram planejados como livros acabados, com início, meio e fim. Trata-se, conforme Flores (2013), de coletâneas que reúnem textos publicados ao longo de mais de trinta anos, em revistas de linguística e de outras áreas (psicologia, sociologia, filosofia), com interlocutores linguistas e não linguistas, sobre temas linguísticos e não linguísticos. Tem razão, então, Ono (2007) ao comentar que as pesquisas que integram os PLG I e II são todas e cada uma delas

3 O termo *grande problématique du langage*, presente na versão francesa, é traduzido, na edição brasileira, como *grande problema da linguagem*. Quanto a essa diferença, preferimos o termo *problemática*, por este nos parecer – além de uma tradução mais equivalente de *problématique* – um hiperônimo que subsume o termo hipônimo *problemas*, empregado pouco antes no parágrafo, de modo que, na visão benvenistiana, a linguagem é uma problemática geral, para cuja compreensão concorrem problemas específicos como os abordados nos PLG.

testemunhos de um *pensamento multiforme*, de modo que “Publicar em coletâneas terá sido a única iniciativa de Benveniste para dar forma a uma linguística geral” (ONO, 2007, p. 20).

No entanto, como adverte o próprio linguista, pode-se depreender, do conjunto de seus PLG, a unidade e a coerência que se espera de uma teoria da linguagem. Isso é possível mesmo sendo a teoria benvenistiana marcada por uma incompletude que, de acordo com Flores (2013), inviabiliza tomá-la enquanto modelo acabado, vale dizer, enquanto conjunto coeso de proposições teórico-metodológicas, rigorosamente elaboradas e reelaboradas no decorrer dos anos, caso de outras teorias linguísticas. E quais seriam, afinal, tais unidade e coerência do conjunto?

A resposta a essa questão é dada por Benveniste, em carta disponível na Bibliothèq̃ue Nationale de France e na qual o linguista situa a preocupação com a significação como ponto de convergência de sua diversificada produção. Nessa carta, tornada publicada em língua francesa por Brunet e Mahrer (2011) e traduzida em língua portuguesa por Teixeira e Messa (2015, p. 104), diz Benveniste:

[...] Todas as pesquisas que fiz nesses últimos anos e o projeto que criei têm em vista o mesmo propósito. [...] Em resumo, minha preocupação é saber como a língua “significa” e como ela “simboliza”. As tendências atuais de uma certa escola de linguistas querem analisar a língua sobre a base da distribuição e das combinações formais. Parece-me que é tempo de abordar com métodos novos o conteúdo dessas formas e ver segundo quais princípios ele é organizado. (BENVENISTE, apud BRUNET; MAHRER, 2011, p. 35).

Com efeito, a significação como princípio transversal ao pensamento benvenistiano é o que contribuiu para uma reinterpretção deste nos anos recentes. De uma *leitura indicial*, hegemônica na segunda metade do século XX e focada no estudo dos vestígios da enunciação no enunciado (os índices de pessoa,

tempo e espaço) como limite da teorização e da análise da subjetividade na linguagem, passou-se a uma *leitura antropológica*, que deslocou – sem dispensá-las – a ênfase das marcas formais para uma reflexão de natureza mais ampla sobre as relações entre o homem e a linguagem (cf. DESSONS, 2006).

Ao discutir mais detalhadamente os aspectos antropológicos da teoria da linguagem de Benveniste e de sua teorização enunciativa, Flores (2017b) defende a possibilidade de se abordar o antropológico, na obra do linguista, a partir de dois axiomas, um geral (*o homem na linguagem*) e um específico (*o homem na língua*). Para o Flores (2017b), o primeiro axioma contém o segundo: de um lado, a generalidade; de outro, a especificidade (ou concretude). A generalidade do primeiro axioma remete a uma condição imanente e constitutiva do humano que tem uma anterioridade lógica ao ato mesmo de falar, isto é, antes de se tornar falante, o homem já está na linguagem, sendo essa uma condição para que ele fale. Já a especificidade ou concretude do segundo axioma remete a uma materialidade que reflete na língua a presença humana na linguagem, ou seja, *o homem na linguagem* se apresenta *na língua* através da *significância* das formas linguísticas.

É justamente a *significância* o operador que, segundo Flores (2017b), permite a Benveniste, em seus estudos, fazer a passagem do axioma geral ao axioma específico: “A *significância* faz o axioma geral *o homem na linguagem* operar no axioma específico *o homem na língua*” (FLORES, 2017b, p. 14, itálicos do autor). São as formas significantes da língua que possibilitam vislumbrar a presença humana nela e, por conseguinte, na linguagem. Dentre as possibilidades de abordagem dessas formas das quais Benveniste se ocupou diretamente ou cuja pertinência sublinhou, Flores (2017b) cita as categorias enunciativas de pessoa, não pessoa e tempo, os estudos de léxico, cultura e sociedade, a semiologia da língua, a escrita e as formas complexas do discurso.

Os capítulos reunidos neste livro se inscrevem e se escrevem nessa linha interpretativa do *universo benvenistiano*, centrada nas proposições axiomáticas (*o homem na linguagem/na língua*) e no princípio operacional (*a significância*) abordados por Flores (2017b). Mais precisamente, como já antecipado, a obra que ora apresentamos circunscreve-se a três eixos temáticos desse universo: as ideias de Émile Benveniste sobre a enunciação, a sociedade e a semiologia. Esses eixos não são independentes uns dos outros, entrecruzando-se a todo momento, embora haja, em cada um, a predominância de uma dessas três aberturas da teoria da linguagem benvenistiana que têm interessado, nos últimos anos, os estudiosos que integram a presente coletânea.

Tais pesquisadores do pensamento benvenistiano desenvolvem seus estudos em distintas instituições do sul do país (UFRGS, UFPel, UPF e UTFPR), estando todos ligados a programas de pós-graduação, de modo que este livro é resultante de pesquisas afins e de grupos de pesquisas em rede. A unidade do conjunto é perceptível não apenas na divisão da obra em três partes, cada qual ligada a um eixo temático (*Parte I – A enunciação; Parte II – A sociedade; Parte 3 – A semiologia*), uma clivagem proposta inicialmente pelos organizadores aos autores convidados, que poderiam escolher a parte em que desejassem inserir seu capítulo. A referida unidade faz-se notar também numa segunda clivagem, que surgiu posteriormente, quando, já com todos os capítulos recebidos, percebemos que eles se reorganizaram, no interior de cada parte, em dois grupos: um grupo de *estudos intrateóricos* e um grupo de *estudos teórico-analíticos*.

O desenho original da obra, então, alterou-se, de forma que, além da divisão maior em três partes, a configuração final do livro passou a contar também com uma divisão menor, interna a cada parte. É assim que vemos, de um lado, textos que apresentam proposições teóricas originais, dissecando a intrincada rede conceitual benvenistiana (cf. os

capítulos de Valdir do Nascimento Flores, Paula Ávila Nunes, Luiza Ely Milano, Alena Ciulla e Elisa Marchioro Stumpf, na Parte I; os capítulos de Fábio Aresi, Silvana Silva e Patrícia da Silva Valério, na Parte II; o capítulo de Heloisa Monteiro Rosário, na Parte III) e, de outro lado, textos que articulam teoria e empiria, atestando a fecundidade das ideias benvenistianas e a potencialidade de deslocamento destas para a investigação de variados fenômenos linguageiros (cf. os capítulos de Carolina Knack, Carmem Luci da Costa Silva, Marlete Sandra Diedrich e Giovane Fernandes Oliveira, na Parte I; o capítulo de Claudia Toldo, na Parte II; o capítulo de Daiane Neumann, na parte III).

A despeito do eixo e do grupo em que se inserem, os capítulos se esforçam para inovar na abordagem e nos métodos, apresentando grande potencial de renovação para os estudos em torno do legado de Émile Benveniste. Por isso, a coletânea que ora tornamos pública destina-se a pesquisadores, docentes e especialistas do campo benvenistiano e de campos afins. Contudo, em virtude da linguagem acessível e do apreço que cada autor demonstra, em seu texto, para com o leitor, cremos que o presente livro será de proveito também para professores e alunos de graduação e pós-graduação que iniciam suas incursões por tais campos, pois reúne todos os elementos para aceder à condição de bibliografia de disciplinas e obra de referência a pesquisas desenvolvidas em diferentes níveis (iniciação científica, mestrado, doutorado).

Por fim, gostaríamos de registrar alguns agradecimentos. Ao Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores, amigo e orientador, mestre e mentor, a inspiração maior a todos nós que fazemos da pesquisa em Benveniste, mais do que a opção teórica que se impõe a todo estudioso, uma escolha de vida; obrigado, querido Valdir, por ter contribuído, com sugestões e redirecionamentos, para a concepção desta obra. À Dra. Patricia Biegging, diretora de planejamento da Editora Pimenta Cultural, por ter acolhido nossa proposta e por sempre ser

muito atenciosa nas interlocuções conosco. Às Profas. Dras. Daiane Neumann e Silvana Silva, por terem partilhado conosco sua experiência como organizadoras de coletâneas benvenistianas. A todos e cada um dos autores que integram este livro, professores e pesquisadores que muito nos inspiram e que nos honraram tanto com o aceite para participar da presente obra quanto com os primorosos textos com os quais contribuíram para ela. A todos, o nosso muito obrigado.

Giovane Fernandes Oliveira & Fábio Aresi

Canoas | Porto Alegre, junho de 2020

REFERÊNCIAS

AGUSTINI, Cármen; LEITE, João de Deus (Orgs.). Os estudos enunciativos no Brasil : limites, perspectivas e contribuições. *Domínios de Linguagem*, v. 11, n. 4, 7 nov. 2017. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/issue/view/1512>> . Acesso em: 29 mai. 2020.

AGUSTINI, Cármen; RODRIGUES, Eduardo (Orgs.). *Uma vida pela linguagem*. Homenagem a Émile Benveniste. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

ARESI, Fábio. *Síntese, organização e abertura do pensamento de Émile Benveniste: uma exegese de O aparelho formal da enunciação*. 207f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

ARESI, Fábio. A prospecção de “O aparelho formal da enunciação”. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, abr./jun. 2019.

BENVENISTE, Émile. Prefácio. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Revisão técnica de Isaac Nicolau Salum. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1954], s./p.

BENVENISTE, Émile. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Tradução de Eduardo Guimarães, Ingedore Villaça Koch, João Wanderlei Geraldi, Marco Antônio Escobar, Rosa Attié Figueira e Vandersi Sant'Ana Castro. Revisão técnica de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1968b/1970], p. 93-104.

BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Tradução de Eduardo Guimarães, Ingedore Villaça Koch, João Wanderlei Geraldi, Marco Antônio Escobar, Rosa Attié Figueira e Vandersi Sant'Ana Castro. Revisão técnica de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1969], p. 43-67.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Tradução de Eduardo Guimarães, Ingedore Villaça Koch, João Wanderlei Geraldi, Marco Antônio Escobar, Rosa Attié Figueira e Vandersi Sant'Ana Castro. Revisão técnica de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1970], p. 81-90.

BENVENISTE, Émile. *Baudelaire*. Organização de Chloé Laplantine. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2011.

BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. Organização de Jean Claude-Coquet e Irène Fenoglio. Tradução de Daniel Costa da Silva, Heloisa Monteiro Rosário, Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Verónica Galíndez-Jorge. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [2012].

BENVENISTE, Émile. *Langues, cultures, religions*. Organização de Chloé Laplantine e Georges-Jean Pinault. 1. ed. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2015.

BRUNET, Émilie; MAHRER, Rudolf (Orgs.). *Relire Benveniste: réceptions actuelles des Problèmes de linguistique générale*. Bruxelles: Academia (Sciences du langage: carrefours et points de vue), 2011.

CAYSER, Elisane Regina; DIETRICH, Marlete Sandra; VALÉRIO, Patrícia da Silva (Orgs.). *Ensino de língua e enunciação*. 1. ed. Passo Fundo: Méritos, 2014.

COQUET, Jean-Claude; FENOGLIO, Irène. Introdução. In: BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. Organização de Jean Claude-Coquet e Irène Fenoglio. Tradução de Daniel Costa da Silva, Heloisa Monteiro Rosário, Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Verónica Galíndez-Jorge. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [2012].

DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. 1. ed. Paris: Éditions in Press, 2006.

D'OTTAVI, Giuseppe; FENOGLIO, Irène. *Émile Benveniste, 50 ans après les Problèmes de linguistique générale*. 1. ed. Paris: Éditions Rue d'Ulm, 2019.

FENOGLIO, Irène (Org.). *Autor d'Émile Benveniste*. 1. ed. Éditions du Seuil, 2016a.

FENOGLIO, Irène. Le pré-nom et ses marges : d'Ézra à Émile. In : FENOGLIO, Irène (Org.). *Autor d'Émile Benveniste*. Éditions du Seuil, 2016b.

FENOGLIO, Irène. *Émile Benveniste: a gênese de um pensamento*. Organização de Valdir do Nascimento Flores, Verónica Galíndez e Heloisa Monteiro Rosário. 1. ed. Brasília: Editora UnB, 2019.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2017a.

FLORES, Valdir do Nascimento. Atualidade de Benveniste no Brasil: os aspectos antropológicos de uma teoria da enunciação. *Desenredo*, v. 13, n. 1, p. 9-18, jan./abr. 2017b.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Problemas gerais de linguística*. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. As perspectivas para o estudo das formas complexas do discurso: atualidade de Émile Benveniste. *ReVEL*, edição especial n.7, p. 1-14, 2013.

KLAFLE, Sandra; FLORES, Valdir do Nascimento; KISSMANN, Silvana. Releitura do pensamento benvenistiano: perspectivas antropológicas do estudo das formas complexas do discurso – uma homenagem à Prof^a Marlene Teixeira. *ReVEL*, v. 14, n. 11 (edição especial), 2016.

KRISTEVA, Julia. Émile Benveniste, um linguista que não diz nem oculta, mas significa. In: BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. Organização de Jean Claude-Coquet e Irène Fenoglio. Tradução de Daniel Costa da Silva, Heloisa Monteiro Rosário, Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Verónica Galíndez-Jorge. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [2012].

KRISTEVA, Julia. La linguistique, l'universel et "le pauvre linguiste". In : FENOGLIO, Irène (Org.). *Autor d'Émile Benveniste*. 1. ed. Éditions du Seuil, 2016.

LAPLANTINE, Chloé. *Émile Benveniste, l'inconscient et le poème*. 1. ed. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2011.

MOÏNFAR, Mohammad Djafar. Bibliographie des Travaux d'Émile Benveniste. In: SOCIÉTÉ DE LINGUISTIQUE DE PARIS (ed.). *Mélanges linguistiques offerts à Émile Benveniste*. Paris: Éditions Peeters, 1975, p. IX-LIII.

MILNER, Jean-Claude. *Le périple structural*. Lagrasse: Verdier, 2008 [2002].

NEUMANN, Daiane; DIEDRICH, Marlete Sandra. (Orgs.). *Estudos da linguagem sob a perspectiva enunciativa*. 1. ed. Passo Fundo: Méritos, 2012.

NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. 1. ed. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

OTHERO, Gabriel de Ávila; FLORES, Valdir do Nascimento (Orgs.). A enunciação em perspectiva na atualidade. *ReVEL*, v. 18, n. 34, 2020. Disponível em: < <http://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=55> >. Acesso em: 29 mai. 2020.

REDARD, Georges. Émile Benveniste (1902-1976). In: BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. Organização de Jean Claude-Coquet e Irène Fenoglio. Tradução de Daniel Costa da Silva, Heloisa Monteiro Rosário, Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Verónica Galíndez-Jorge. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [2012].

ROSÁRIO, Heloisa Monteiro. *Um périplo benvenistiano: o semiólogo e a semiologia da língua*. 173f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018.

ROSÁRIO, Heloisa Monteiro; FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação na semiologia da língua de Benveniste. *ReVEL*, v. 18, n. 34, p. 85-104, 2020.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

SILVA, Silvana; CAVALHEIRO, Juciane (Orgs.). *Atualidade dos estudos enunciativos*. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

TEIXEIRA, Marlene. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. *Desenredo* (PPGL/UPF), v. 8, p. 71-83, 2012a.

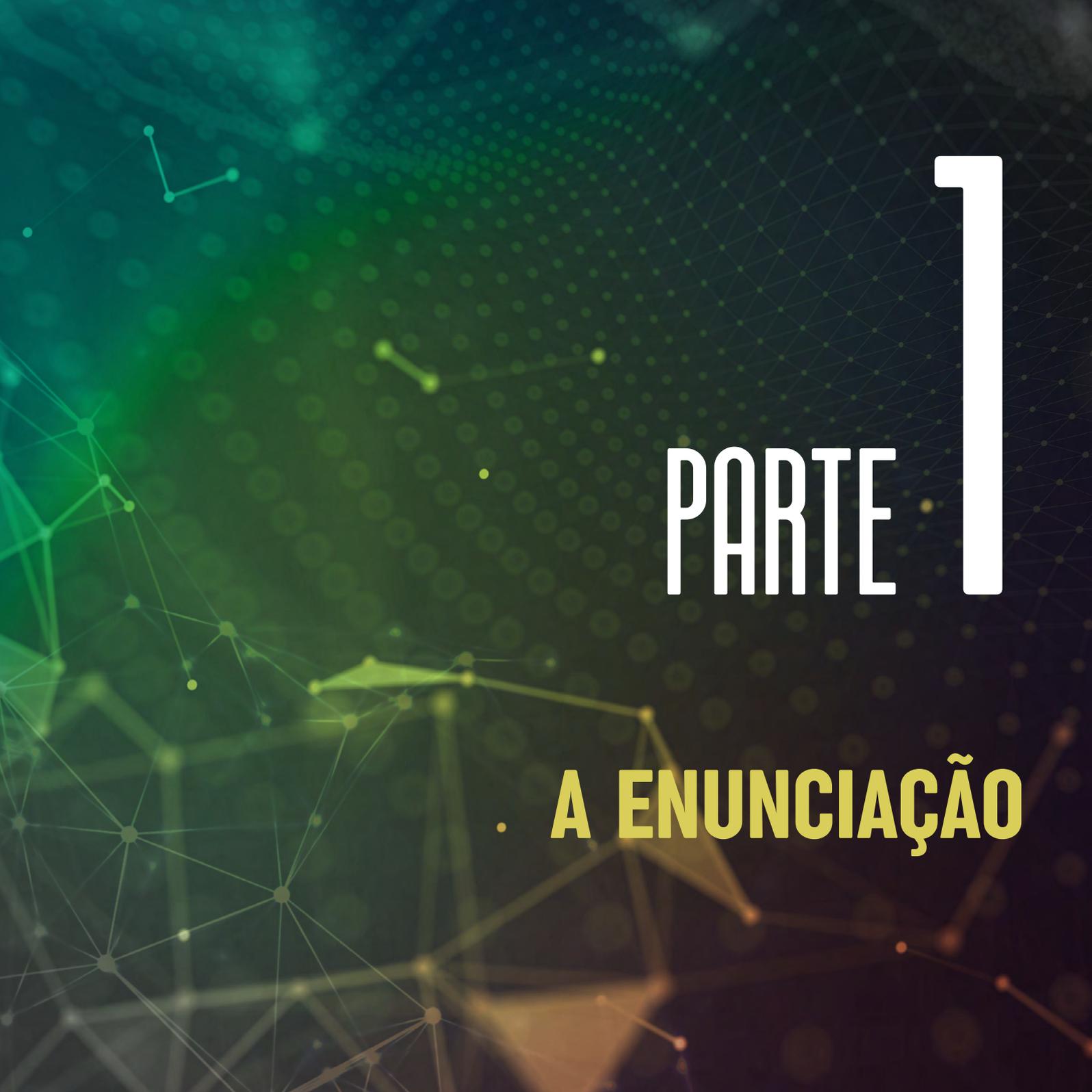
TEIXEIRA, Marlene. “A linguagem serve para viver”: contribuição de Benveniste para análises no campo aplicado. *Linguagem & Ensino*, v. 15, p. 439-456, 2012b.

TEIXEIRA, Marlene; MESSA, Rosângela Markmann. Émile Benveniste: uma semântica do homem que fala. *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 97-116, jun./dez., 2015.

TODOROV, Tzvetan (Org.). L'énonciation. *Langages*, 5^e année, n. 17, 1970. Disponível em: <https://www.persee.fr/issue/lgge_0458-726x_1970_num_5_17?sectionId=lgge_0458-726x_1970_num_5_17_2571>. Acesso em: 21 mai. 2020.

TODOROV, Tzvetan. Émile Benveniste, o destino de um erudito. In: BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. Organização de Jean Claude-Coquet e Irène Fenoglio. Tradução de Daniel Costa da Silva, Heloisa Monteiro Rosário, Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Verónica Galíndez-Jorge. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [2012].

TOLDO, Claudia; FLORES, Valdir do Nascimento (Orgs.). Dossiê Leituras de Émile Benveniste. *Desenredo*, v. 14, n. 3, 2018. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rd/issue/view/644>>. Acesso em: 29 mai. 2020.



PARTE 1

A ENUNCIÇÃO

1

Valdir do Nascimento Flores

A CONDIÇÃO FIGURATIVA NA ENUNCIÇÃO (POR UMA LINGUÍSTICA DOS SERES FALANTES)

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.281.30-45

A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O artigo “O aparelho formal da enunciação” (doravante, “O aparelho”), publicado por Benveniste em 1970, é um daqueles trabalhos emblemáticos aos quais sempre se volta seja em busca de um esclarecimento, seja em busca de pontos de questionamento, seja mesmo em busca de uma inspiração. E é, exatamente, a procura de inspiração que nos faz voltar ao artigo seminal de Benveniste.

Não são poucos os trabalhos que o abordam tanto em sua organização interna quanto em sua relação com o conjunto do pensamento benvenistiano. A esse respeito, basta lembrar as pesquisas de Ono (2007), Aresi (2012) e Flores (2013; 2019a), que estudam aspectos históricos, teóricos e metodológicos do artigo.

Nossa perspectiva aqui, porém, vai em outra direção: tomamos o “O aparelho” como pretexto para exercitar o “pensar”, no sentido em que Meschonnic (1995, p. 17, tradução nossa) o utiliza a propósito de Humboldt: “pensar Humboldt não é necessariamente se referir a Humboldt”. É essa ideia que permite a Meschonnic (1995, p. 16, tradução nossa) dizer que “se pode reconhecer aqui uma filiação não expressamente reivindicada”. De que “filiação” fala Meschonnic? Ora, para ele, é possível ver relações entre autores mesmo que não se encontrem, nesses autores, referências mútuas explícitas. No caso em questão, Meschonnic vê uma “filiação não expressamente reivindicada” entre Humboldt, Saussure e Benveniste. Dito de outro modo, a ausência de uma citação não impede ver que há problemas instaurados que são da mesma ordem nesses autores. Eles podem, portanto, ser “pensados” um em relação ao outro.

É esse “pensar” que nos autorizamos a trazer a partir de “O aparelho”, especificamente relacionando Humboldt e Benveniste, e isso pode ser colocado, aqui, nos seguintes termos.

Humboldt, para desenvolver a sua antropologia filosófica (cf. QUILLIEN, 2015), parte de uma discussão sobre o homem, através dela, encontra as línguas e, por essas, a linguagem: “a condição primeira da compreensão da teoria humboldtiana da linguagem consiste, portanto, na reconstrução do terreno arqueológico sobre o qual ela se constrói, terreno filosófico, mais precisamente antropológico” (QUILLIEN, 2015, p. 11, tradução nossa). Humboldt promove uma “redefinição do conceito de *homem* por relação à língua” (CHABROLLE-CERRETINI, 2007, p. 35, itálico no original, tradução nossa). Ou ainda:

Na procura de uma compreensão da diversidade humana, que era a finalidade de sua antropologia, Humboldt admitiu que é a linguagem, esta faculdade universal que se especifica nas línguas faladas por todos os indivíduos que povoam a terra, que o conduzirá à caracterização dos homens. Convencido de que a diversidade das línguas é o índice de uma diversidade de pensamento, ele, finalmente, concebeu, entre 1801-1802, a ideia de que, para circunscrever a diversidade humana, é preciso apreender o conjunto dos desenvolvimentos possíveis do espírito **humano que a multiplicidade das línguas deixa entrever** (CHABROLLE-CERRETINI, 2007, p. 67, negritos nossos, tradução nossa).

Nas palavras do próprio Humboldt: “a diversidade das línguas é o tema a ser trabalhado por experiência e lado a lado com a história, ou seja, em suas causas e seus efeitos, sua relação com a natureza, com os destinos e objetivos da humanidade” (HUMBOLDT, 2006, p. 35). A diversidade das línguas pode ser observada como um fenômeno histórico e ligado à diversidade humana.

Benveniste, para desenvolver sua teoria da linguagem, parte de uma discussão sobre as línguas articulada à linguagem e, através dessa discussão, encontra o homem. Isso se revela em todo o conjunto de sua obra, não apenas em “O aparelho”. No “Prefácio” do primeiro volume dos *Problemas de linguística geral*, Benveniste já anuncia:

a reflexão sobre a linguagem só produz frutos quando se apoia, primeiro sobre as línguas reais. O estudo desses organismos empíricos, históricos, que são as línguas permanece o único acesso possível à compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem (BENVENISTE, 1988, “Prefácio”, s./p.).

Mais adiante, no mesmo “Prefácio”, ele dirá, se referindo à quinta parte da obra: “‘O homem na linguagem’ é o título da parte seguinte; é a marca do homem na linguagem, definida pelas formas linguísticas da ‘subjatividade’ e as categorias da pessoa, dos pronomes e do tempo” (BENVENISTE, 1988, “Prefácio”, s./p., aspas do original). Dito de outro modo, o homem se mostra constituído pela linguagem ao fazer uso das formas linguísticas das línguas, no caso as categorias de pessoa presentes em pronomes e verbos.

Indo-se dos *homens* às *línguas* (Humboldt) ou das *línguas* aos *homens* (Benveniste), tanto faz, o fato é que se produz uma antropologia da linguagem. Mas o que esses caminhos – aparentemente antagônicos – podem, juntos, dar a ver, para além de suas diferenças? Ou, em termos meschoniquianos: o que é possível “pensar” sobre o sentido da linguagem e, conseqüentemente, sobre o sentido da teoria da linguagem? Ora, que a base dessa antropologia é o diálogo, ou a relação *eu-tu*, se se quiser. Quer dizer, antes de tudo, há o diálogo; a relação *eu-tu* é o fundamento da linguagem: “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (BENVENISTE, 1988, p. 285).

Esse fundamento da linguagem humana é colocado no centro da reflexão de “O aparelho”, onde encontramos que “o que caracteriza em geral a enunciação é *acentuação da relação discursiva com o parceiro*” (BENVENISTE, 1989, p. 87, itálicos no original) e que essa “característica coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo* da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 87, itálicos

no original). São, na verdade, “duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*” (BENVENISTE, 1989, p. 87, aspas e itálicos no original). E acrescenta: “duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 87).

É exatamente com relação ao quadro figurativo que queremos esboçar nossa discussão aqui porque, a partir dele, vemos se apresentar uma fonte de inspiração para a abordagem de um tema que, pensamos, não está integralmente contido na reflexão de Benveniste, embora seja, pelo linguista, sugerida. Observe-se.

Benveniste, em “O aparelho”, produz um deslizamento de sentido devido, primeiramente, ao uso de *quadro figurativo* e, posteriormente, de *condição figurativa*.

O *quadro figurativo*, como apresentamos acima, é associado à *estrutura do diálogo* e diz respeito a uma espécie de descrição altamente generalizada da própria enunciação. A *condição figurativa*, por sua vez, é uma expressão que Benveniste utiliza após avaliar duas realidades linguísticas muito singulares: o *hain-teny*, uma espécie de jogo praticado por Merinas em que há réplicas e trélicas de provérbios, e o monólogo, considerado um “diálogo interiorizado”. Benveniste assim conclui sobre essas duas realidades: “essas situações convocariam uma dupla descrição, de forma linguística e de **condição figurativa**” (BENVENISTE, 1974, p. 86, tradução nossa⁴, negritos nossos).

A essa observação, Benveniste acrescenta outra, sobre a *comunhão fática*, estudada pelo antropólogo B. Malinowski:

4 Boa parte das vezes, usamos a versão brasileira dos *Problemas de linguística geral*; no entanto, em algumas situações preferimos utilizar a versão francesa dos livros, com tradução nossa. O sistema de referências indica cada um dos casos.

Contenta-se demasiado facilmente em invocar a frequência e a utilidade práticas da comunicação entre os indivíduos para admitir a situação de diálogo como resultante de uma necessidade e se dispensar de analisar as suas múltiplas variedades. Uma delas se apresenta em uma condição social das mais banais na aparência, mas das menos conhecidas de fato. B. Malinowski a indicou sob o nome de *comunhão fática*, qualificando-a assim como fenômeno psicossocial de funcionamento linguístico. Ele traçou sua configuração partindo do papel que aí desempenha a linguagem. Trata-se de um processo em que o discurso, sob a forma de um diálogo, funda uma associação entre os indivíduos (BENVENISTE, 1974, p. 86, itálicos no original, tradução nossa).

Benveniste, aqui, apresenta a *comunhão fática* como uma das *múltiplas variedades* do diálogo e dá destaque ao fato de Malinowski tê-la percebido como um *fenômeno psicossocial* com um *funcionamento linguístico*.

É sabido de todos os que estudam Benveniste que, em “O aparelho”, após essa passagem, segue uma longa citação de Malinowski na qual o antropólogo analisa, de seu ponto de vista, a dita comunhão fática. Na sequência, Benveniste conclui: “estamos aqui no limite do ‘diálogo’. [...]. A análise formal desta troca linguística está por se fazer” (BENVENISTE, 1989, p. 90, aspas no original).

Estão reunidos todos os elementos que motivam nossa discussão aqui: se lemos bem Benveniste, é possível pensar que o *quadro figurativo* da enunciação, entendido como *estrutura do diálogo*, é propriamente a forma geral da enunciação. Nesse sentido, é importante lembrar que o texto intitula-se “O aparelho formal da enunciação”, logo o *quadro figurativo* faz parte dessa configuração formal da enunciação. Decorre disso que a enunciação, para Benveniste, supõe o diálogo. É a necessidade de colocar à prova essa ideia que o leva a analisar o *hain-teny*, o *monólogo* e a *comunhão fática*. Esses fenômenos parecem, sobretudo, permitir a Benveniste – mesmo

que contrastivamente – apresentar a enunciação como diálogo⁵. No entanto, a *condição figurativa* parece ter um outro estatuto: é algo que acontece com o *quadro figurativo*, quer dizer, as figuras (protagonistas da enunciação) assumem uma *condição figurativa* ao se enunciarem no *quadro figurativo*. A descrição dessa *condição* comporia, juntamente com a descrição da forma linguística (o *quadro figurativo*), uma *dupla descrição*, o que permitiria analisar as *múltiplas variedades do diálogo*.

A julgar pelos exemplos dados por Benveniste – que, na verdade, em sua argumentação, servem mesmo de contraexemplos –, a análise da *condição figurativa* necessariamente leva a considerar o *papel* que a língua (no caso, o discurso) desempenha quando vemos um *homem falando com outro homem*. Dito de outro modo, não basta dizer que o homem se marca na língua através das categorias da enunciação, via ocupação dos lugares reservados para “eu” e “tu” no quadro figurativo da enunciação: é preciso também ver como a língua – ao desempenhar um papel que é, antes de tudo, social – determina esses homens falantes.

Jogando um pouco com as palavras do próprio Benveniste: não basta ver como o *homem está na língua*, é necessário também ver como a *língua está no homem*. Ao estudo que visa essa segunda possibilidade, chamamos de “Antropologia da enunciação” (cf. FLORES, 2019b), o estudo de um saber do homem que advém do fato de o homem falar. Esse estudo, por sua vez, pode se dar a partir da análise de fenômenos que mostram a experiência do homem da sua condição de falante: “os grandes fenômenos da linguagem [...], quando vistos a partir da consideração da experiência que o falante tem desses fenômenos, atestam o modo como a língua está presente constitutivamente no homem” (FLORES, 2019b, p. 33).

5 Para uma discussão sobre enunciação e diálogo, ver o excelente trabalho de Martins (1990).

Nos exemplos acima, tratados por Benveniste, é essa experiência com a língua que dá ao *quadro figurativo*, aos protagonistas da enunciação, a *condição figurativa* de jogadores, na disputa do *hain-teny*, e de “mera” associação entre os indivíduos, na *comunhão fática*. Nesse sentido, o estudo da *condição figurativa* seria necessariamente atrelado ao estudo das línguas, da maneira como elas determinam os seres falantes. E isso é autorizado pelo próprio Benveniste.

A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E A ENUNCIÇÃO

Em “O aparelho”, Benveniste trata a diversidade linguística de maneira resumida, uma vez que o próprio artigo é também muito resumido, não excedendo, na versão francesa, dez páginas. Vemos, porém, o assunto ser abordado no âmbito do que nomeia “línguas”, e, muito especialmente, ao falar em “idioma”. Observe-se:

- a. “Poder-se-ia mostrar pelas análises de sistemas temporais em diversas **línguas** a posição central do presente” (BENVENISTE, 1989, p. 85, **negrito** nosso).
- b. “Haveria aí uma interessante tipologia dessas relações para estabelecer; em algumas **línguas** ver-se-ia predominar o eu ouvinte como substituto do locutor e se colocando por sua vez como *eu* (francês, inglês), ou em outras, pondo-se como parceiro de diálogo e empregando *tu* (alemão, russo)” (BENVENISTE, 1989, p. 88, *itálicos* no original, **negrito** nosso).
- c. “Os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um **idioma** particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração – são outras tantas ramificações da fonética – procedem sempre de atos individuais” (BENVENISTE, 1989, p. 82, **negrito** nosso).

- d. “Tentaremos esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza. Estes caracteres são, uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do **idioma** escolhido. Por comodidade, os dados utilizados aqui são tirados do português [francês] usual e da língua da conversação” (BENVENISTE, 1989, p. 83, itálico no original, negrito nosso).

Em todas essas passagens, Benveniste, embora não desenvolva o assunto, resguarda a especificidade das línguas em face do que está propondo. Cada língua tem seus “sons”, seus “sistemas temporais”, seus “caracteres formais da enunciação” etc. No entanto, ele não chega a levar adiante sua discussão na direção que estamos tomando, qual seja, a de ver como a experiência que os falantes têm com a sua língua determina uma *condição figurativa* a esses falantes. Há uma exceção, porém: a passagem de Malinowski. Voltemos a ela.

Vale a pena repetir uma pequena parte do anúncio que Benveniste faz da longa citação que virá do antropólogo: “É um processo em que o discurso, sob a forma de um diálogo, funda uma associação entre os indivíduos” (BENVENISTE, 1974, p. 86, tradução nossa). Quer dizer, o papel que a língua desempenha ali *funda* – a palavra é fundamental aqui – uma condição de enunciação para as *figuras*.

Grosso modo, pelas características elencadas por Benveniste, a *comunhão fática* tem o papel de associar enunciadores no preenchimento de uma *função social* (o termo é de Malinowski). É isso que é *fundado aí*.

Ora, não podemos negar que, desse ponto de vista, também há uma “função social” no *hain-teny*; aliás, é inegável que, desde que existam falantes, há *função social*. A questão, então, passa a ser o que discurso, em uma dada língua, faz, quando as figuras o enunciam, pois esse “fazer” parece determinar a *condição figurativa*

dos protagonistas da enunciação. Na *função fática*, o discurso *faz* com que os enunciadores se *associem* no preenchimento de uma *função*, também no *hain-teny* a troca de provérbios *faz* com que os enunciadores disputem⁶; eis uma *função*. Dito de outro modo, o que o discurso faz com os falantes quando estes enunciam?

A CONDIÇÃO FIGURATIVA OU A LÍNGUA NO HOMEM

A partir do que foi apresentado anteriormente, podemos considerar que é possível pensar que “o que” se diz opera sobre “quem” diz. Ou, ainda, se, em “O aparelho”, Benveniste parece querer mostrar em que termos a enunciação se configura como *quadro formal de realização*, nós, com base em uma argumentação, digamos, paralela de “O aparelho”, queremos mostrar – de maneira quase invertida à de Benveniste – como o discurso dá lugar à *condição figurativa* dos falantes que ocupam o *quadro figurativo*.

Essa *condição figurativa* se traduz nas experiências do falante de sua condição de falante – uma das *múltiplas variedades do diálogo* – que podem, por sua vez, ser “captadas” quando o falante, em um exercício metalinguístico natural, comenta essas experiências, tomando-as em relação a si e ao outro no *quadro figurativo*.

Para entender melhor como acreditamos que essa “captação” – uma análise de linguagem – é possível, precisamos nos deter na citação de Malinowski, afinal Benveniste a toma como exemplar.

6 Observe-se que a análise que fazemos do *hain-teny* é bastante diferente da que faz Benveniste. Isso não implica alguma crítica à análise benvenistiana. No contexto em que Benveniste a desenvolve, ela é irretocável. Tivemos oportunidade de falar sobre isso em Flores (2017).

Para Malinowski, “o caso da linguagem empregada nas relações sociais livres, sem objetivo, merece uma consideração especial” (MALINOWSKI, 1923, p. 313 e ss., *apud* BENVENISTE, 1974, p. 87, tradução nossa). Na análise do antropólogo, nesse caso, “estamos frente a uma outra maneira de empregar a língua, com um outro tipo de função de discurso” (MALINOWSKI, 1923, p. 313 e ss., *apud* BENVENISTE, 1974, p. 87, tradução nossa). Trata-se de “um tipo de discurso no qual os laços de união são criados por uma simples troca de palavras” (MALINOWSKI, 1923, p. 313 e ss., *apud* BENVENISTE, 1974, p. 87, tradução nossa). Assim, esse uso não tem, aos olhos de Malinowski, nem o papel de informar nem de “expressar” algum pensamento; as palavras aí “desempenham uma função social e esse é seu principal objetivo” (MALINOWSKI, 1923, p. 313 e ss., *apud* BENVENISTE, 1974, p. 87, tradução nossa). Enfim, essa situação “consiste em acontecimentos linguísticos. Cada enunciação é um ato que visa diretamente a ligar o ouvinte ao locutor pelo laço de algum sentimento, social ou outro” (MALINOWSKI, 1923, p. 313 e ss., *apud* BENVENISTE, 1974, p. 87-88, tradução nossa). Trata-se de um modo de ação que se dá pelas palavras, uma ação que coloca os protagonistas da enunciação em posição de comungantes, sua *condição figurativa na comunhão fática*.

Ora, a crença de Malinowski de que a *comunhão fática merece uma consideração especial* se deve mais ao fato de ela não ter o objetivo de *informar* ou de *expressar um pensamento* e mesmo assim desempenhar uma *função social* do que ao fato de ela tão somente desempenhar uma *função social*. Tudo indica que o discurso em geral sempre tem uma *função social*; no entanto, no caso em exame, chama atenção o fato de algo tão trivial preencher essa *função*. É isso que faz Benveniste dizer, após a citação de Malinowski, que se trata de uma

relação pessoal criada, mantida, por uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização, não **comportando nem objeto, nem finalidade**,

nem mensagem, pura enunciação de palavras combinadas, repetidas por cada um dos enunciadores (BENVENISTE, 1989, p. 90, negrito nosso).

Essa *função social* que o discurso sempre desempenha é, para nós, determinante da *condição figurativa*. Bem entendido, isso não está em Benveniste, mas, cremos, pode ser derivado de sua argumentação. É aí que vemos o “pensar” Benveniste a partir de Humboldt. Mais uma vez, é Meschonnic quem melhor explica:

Se o discurso é a atividade, como diz Humboldt, de um homem em vias de “falar” – “historicamente nós só temos a ver com um homem em vias de falar” – implicando, como Benveniste foi o primeiro a reconhecer e a analisar, a inscrição gramatical daquele que diz *eu* em seu discurso, esta enunciação não saberia se limitar a ser lógica ou ideológica. Ela carrega consigo uma atividade do sujeito que, de sujeito da enunciação, pode tornar-se uma subjetivação do contínuo no contínuo do discurso, rítmico e prosódico (MESCHONNIC, 2010, p. xx, itálico no original).

A “inscrição gramatical” de que fala Meschonnic comparece em “O aparelho”, segundo pensamos, de várias maneiras (*aparelho formal da língua, quadro formal de realização* etc.). Tratamos aqui de uma, a do *quadro figurativo*, o da *estrutura do diálogo*; mas há também a “atividade do sujeito” que, para nós, comparece do lado da *condição figurativa*. Aqui não se trata mais das marcas da língua, mas do que a língua como discurso (como línguas, portanto) faz com esses sujeitos. Ele lhes dá um lugar; executa uma função.

Assim, qualquer uso da língua possibilita o estabelecimento de *condições figurativas*. E isso pode ser visto, por exemplo, nos comentários que os falantes fazem de sua condição de falante (ou da de outro). Quando o escritor português José Cardoso Pires inicia a grande obra *De profundis, Valsa Lenta* – em que narra a perda de memória de que fora acometido em função de um acidente vascular cerebral – dizendo “Ainda hoje estou a ouvir aquele ‘é’”. Espantoso

como bruscamente meu *eu* se transformou ali *noutro alguém*, noutro personagem menos imediato e menos concreto” (PIRES, 1998, p. 25, aspas e itálicos no original), não é de sua *condição figurativa* na enunciação, de seu lugar no contínuo do discurso, que fala? Observemos mais detidamente:

Nesta introdução à perda de identidade que um transtorno de cérebro tinha acabado de desencadear, o que me parece desde logo implacável e irreversível é a precisão com que em tão rápido espaço de tempo fui desapossado das minhas relações com o mundo e comigo próprio. Como se acabasse de dar início a um processo de despersonalização, eu tinha-me transferido para um sujeito na terceira pessoa (*Ele*, ou o meu nome, *é*) que ainda por cima se tornava mais alheio e mais abstrato pela imprecisão *parece que* (PIRES, 1998, p. 25, itálicos no original).

Se, nos exemplos tão corriqueiros como os trazidos por Malinowski – frases de cortesia, perguntas sobre a saúde de alguém, ou um simples cumprimento que seja –, vemos que o uso da língua impõe, e mesmo exige, que os falantes assumam determinadas *condições figurativas* em relação ao que está sendo dito, isso não seria diferente em situações como a relatada pelo escritor português. Para além (ou para aquém, tanto faz) do primor da escrita de Cardoso Pires, há aqui uma evidente “tomada de consciência” dos termos pelos quais um homem experiencia a sua condição de falante na relação com o outro. Essa hermenêutica natural, produzida pelo falante a propósito de sua condição de falante, é, para nós, índice importante da presença da língua no homem, de como ela opera nele.

A situação a seguir pode ser outra, mas reencontramos, aqui, também a necessidade de falar de si, ou do outro, em relação à condição de falante. Leia-se o relato da escritora argentina Sylvia Molloy:

Para simplificar, às vezes digo que sou trilingue, que me criei trilingue, embora pensando bem a declaração complica mais do que simplifica. Além do mais, não é de todo certa: a

aquisição dos três idiomas não ocorreu de forma simultânea, mas escalonada, e cada idioma passou a ocupar espaços diferentes, colorindo-se de afetividades diversas, talvez desencontradas. Primeiro falei espanhol, depois, aos três anos e meio, meu pai começou a falar comigo em inglês. Também quando eu tinha três anos e meio nasceu minha irmã: ao invés de jogar os pratos pela janela, como o menino Goethe quando nasce seu irmão Hermann Jakob, adquiri outra língua, que é outra maneira de romper com o que é seguro. O francês veio depois e não comemorou nenhum nascimento. Foi, antes, uma recuperação (MOLLOY, 2018, p. 7).

Ora, bem entendido o que estamos propondo é que: seja no jogo dos Merinas, no monólogo, na *comunhão fática*, na passagem de “eu” a “ele” de Cardoso Pires, na vida entre línguas de Sylvia Molloy, o fato é que dizer que o homem se marca na língua não é menos verdade do que dizer que a língua o marca de alguma maneira. Quer dizer, não é indiferente ao homem o fato de ele falar. Essa é sua condição.

Certamente, isso não está desconectado da constatação de que há línguas. Quer dizer: são as línguas, os *organismos empíricos* e *históricos* – ou, se se quiser manter os termos de Benveniste em “O aparelho”, os idiomas – que os homens falam; nada do que dizem independe do fato de que isso só existe porque encontra expressão em uma dada língua. O próprio Benveniste assume a importância das línguas ao contrapor o francês e o inglês, de um lado, ao alemão e o russo, de outro, no estabelecimento das diferentes formas linguísticas que o “eu” assume (como ouvinte ou como locutor) no monólogo.

É tempo, pois, de voltar a Humboldt para “pensar” Benveniste. Dissemos acima que Humboldt e Benveniste se encontram – mesmo que trilhando caminhos distintos – na visão antropológica da linguagem, o que abre a teoria da linguagem a outras possibilidades. Na interpretação que fazemos, isso significa minimizar a importância do já tão desgastado estudo das marcas da enunciação no enunciado, como consolidado no âmbito da linguística enunciativa, para enfatizar

a condição que faz do *homo sapiens* um *homo sapiens loquendi*, para usar a linda formulação de Agamben (2008).

O deslizamento de Benveniste de *quadro figurativo* para *condição figurativa* parece ser uma chave importante para que esse antropológico dê um outro sentido à teoria da linguagem. Sempre que o homem fala, a língua opera nele, está nele, concede-lhe uma condição específica na relação com o(s) outro(s). Isso pode interessar ao linguista na justa medida em que este, falante que é, percebe que cada falante constantemente retorna sobre essa sua condição para situar-se em relação ao outro e para situar o outro em relação a si. Um estudo dessa natureza poderia voltar à célebre noção benvenistiana de “pessoa” para reinterpretá-la no uso das línguas, e chegaríamos, assim, a uma linguística dos seres falantes.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: Destrução da experiência e origem da história*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

ARESI, Fábio. *Síntese, organização e abertura do pensamento enunciativo de Émile Benveniste: uma exegese de O Aparelho formal da enunciação*. 2012. 207 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2012.

BENVENISTE, Émile. L'appareil formel de l'énonciation. In: BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale, 2*. Paris: Gallimard, 1974. p. 79-88.

BENVENISTE, Émile. *O aparelho formal da enunciação*. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 81-90.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Pontes, 1988.

CHABROLLE-CERRETINI, Anne-Marie. *La vision du monde de Wilhelm von Humboldt: Histoire d'un concept linguistique*. Lyon: ENS Éditions, 2007.

FLORES, Valdir do Nascimento. Teoria da enunciação. In: ROMERO, Márcia *et al.* *Manual de linguística: semântica, pragmática e enunciação*. Petrópolis: Vozes, 2019a. p. 145-173.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis: Vozes, 2019b.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre o estudo comparativo das línguas em relação com as diferentes épocas do desenvolvimento das línguas. Tradução de Luiz Montez. In: HUMBOLDT, Wilhelm von. *Linguagem, literatura, Bildung*. Organização de Werner Heidermann e Markus J. Weininger. Florianópolis: UFSC, 2006. p. 21- 93.

MARTINS, Eleni Jacques. *Enunciação e diálogo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MESCHONNIC, Henri. Penser Humboldt aujourd'hui. In: MESCHONNIC, Henri. (Org.). *La pensée dans la langue: Humboldt et après*. Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 1995, p. 13-50.

MESCHONNIC, Henri. *Poética do traduzir*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MOLLOY, Sylvia. *Viver entre línguas*. Tradução de Julia Tomasini e Mariana Sanchez. Belo Horizonte: Relicário, 2018.

ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

PIRES, José Cardoso. *De profundis, Valsa lenta*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

QUILLIEN, Jean. *L'anthropologie philosophique de Wilhelm von Humboldt*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Septentrion, 2015.

2

Paula Ávila Nunes

DOS UNIVERSOS AOS APARELHOS: TRANSFORMAÇÕES DA TEORIZAÇÃO BENVENISTEANA

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.281.46-74

INTRODUÇÃO

O pequeno artigo *O aparelho formal da enunciação* (1970), integrante da coletânea *Problemas de Linguística Geral II*, é muitas vezes referido como um texto-síntese das teorizações de Benveniste. Com efeito, vemos nele ecos de reflexões que remontam, curiosamente, à década de 50, mesmo que, naquela época, cumprissem outra função em sua obra. Visto por essa ótica, o texto, não restam dúvidas, é mesmo um esforço por parte do autor para criar uma espécie de compilação de suas formulações até aquele momento, num escrito breve, mas extremamente complexo e, sobretudo, muito programático, pois, se retoma algumas consolidações teóricas anteriores, segue, em movimento análogo ao que faz em *Semiologia da língua*, à abertura da Linguística para uma outra ordem de estudos da linguagem. *O aparelho formal da enunciação* tem essa dupla característica, que apenas nas mãos dos gênios pode se tornar aceitável e exequível: resume o que fora elaborado teoricamente até então, ao mesmo tempo em que abre grandes portas para teorizações futuras, que só poderão ser levadas adiante pelos sucessores do linguista sírio. É um texto, portanto, de retrospectiva e prospecção. Como bom saussuriano, Benveniste também não escapa de sua epistemologia programática.

Há que se pontuar, entretanto, que, se Benveniste segue os passos de seu mestre Saussure, de criação de uma construção teórica inaugural e, portanto, ainda claudicante e lacunar, afasta-se muito do genebrino ao publicar seus trabalhos e submetê-los paulatinamente à crítica à medida que suas elucubrações avançam – como vemos, por exemplo, na discussão em *A forma e o sentido na linguagem* (1966), em que o linguista sublinha adotar um ponto de vista estritamente pessoal. Benveniste nunca deixou de ter humildade intelectual, como dá testemunho esse mesmo texto. Tampouco hesitou em compartilhar com o público seus pensamentos em construção, como apenas os

grandes pensadores têm a coragem de fazer, dedicando-se a um empreendimento que, sabia ele, só poderia ser parado por motivos de força maior. De fato, é o que acontece com o derradeiro AVC, em 1969, que lhe priva da capacidade de fala e da motricidade necessária à escrita, mas não da arte de continuar problematizando, forma de pensamento que o consagrou e singularizou dentro do campo dos estudos da linguagem.

Considerando a cronologia exposta no volume *Últimas aulas no Collège de France*, podemos intuir que *O aparelho formal da enunciação*, publicado em março de 1970, já estava pronto quando Benveniste foi acometido do trágico evento, em dezembro do ano anterior. Embora saibamos, pelo testemunho de Georges Redard, o qual fecha o volume das últimas aulas, que Benveniste, mesmo acamado e impossibilitado de exprimir-se, continuou com suas faculdades mentais intactas e pensando sobre “esse grande problema que é a linguagem”, é de se notar que *O aparelho formal da enunciação* foi uma de suas últimas publicações, ao lado de *Estrutura da língua e estrutura da sociedade e Dois modelos linguísticos de cidade*, os três tornados públicos no ano de 1970. Apenas o texto *Para uma semântica da preposição alemã vor* é posterior (1972), mas certamente já estava também redigido quando do acometimento do autor.

O que vemos em comum nos três textos publicados em 1970 é um esforço de Benveniste para articular língua e sociedade. *Dois modelos linguísticos da cidade*, inclusive, parece levar a cabo, em uma análise linguística no estilo característico e singular do autor, o postulado do artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, segundo o qual “a língua é o interpretante da sociedade; e, em segundo lugar, a língua contém a sociedade” (BENVENISTE, 1989, p. 97). Mas *O aparelho...* é um tanto diferente. Trata-se de um texto particular nos escritos benvenistianos por, entre outras coisas, ser o primeiro e único momento em que o linguista arrisca algum tipo de metodologia de

análise disso que passou a chamar de *enunciação*. Tal como sua obra, a empreitada de articular uma abordagem metodológica da enunciação permanece inacabada, relegada a seus leitores e estudiosos. E isso, como bem lembra Kristeva, em seu prefácio ao livro *Últimas aulas no Collège de France*, não se dá apenas pela impossibilidade física de Benveniste, mas metaforiza o cerne mesmo do ensinamento desse homem que “fez da linguagem o caminho de uma vida” (KRISTEVA, 2014, p. 33). O inacabamento se dá

também num sentido absolutamente necessário, porque tal é a experiência da linguagem que ele teorizou em um século em que a diversidade de correntes de pensamento, multiplicando as pistas e as interrogações tanto epistemológicas quanto estéticas, impunham ao homem ancorado em seu tempo que ele foi a recusa heraclitiana de “dizer”, de construir uma “mensagem” fechada, encerrada, dada definitivamente em um sistema acabado (KRISTEVA, 2014, p. 33-4).

Se a obra de Benveniste pode ser lida como um sistema, à moda saussuriana, um organismo vivo, que vai se modificando à medida que suas unidades vão também se transformando, o que temos em *O aparelho...* não pode, embora seja um texto-síntese, ser exatamente o mesmo que encontramos em seus artigos pregressos. Por isso, este capítulo tem o objetivo de, dentro das inúmeras possibilidades abertas pela leitura desse artigo que completa 50 anos, circunscrever uma questão que só pode encontrar resposta na leitura diacrônica da obra do sírio, qual seja: por que não vemos, em *O aparelho...*, remissão às noções de *semiótico* e *semântico*, malgrado a referência, em nota de rodapé, ao texto de 1969, *Semiologia da língua*, um dos que mais teoriza sobre esses dois conceitos? Ora, se *O aparelho...* é um texto que retoma muito das considerações do professor até aquele momento, é no mínimo intrigante que seus conceitos mais difíceis de serem explicados – e, no entanto, ou justamente por isso, os de maior alcance, talvez a contribuição mais autoral de Benveniste à Linguística – não tenham sido contemplados. É bem verdade que encontramos

alusões a essa temática, como na referência à “semantização” da língua. Contudo, em nenhuma das 10 páginas que compõem o texto, na edição brasileira, encontramos propriamente o emprego dos termos *semiótico* e *semântico*, como vinha sendo feito desde 1966, a partir do texto *A forma e o sentido na linguagem*.

Frente a esse fato provocante, ensaio a seguinte resposta: a partir de 1969, Benveniste parece abandonar a nomenclatura de *semiótico* e *semântico* para investir nos *processos* de (auto)semiotização e semantização da língua. A hipótese, que tento evidenciar aqui, é a de que essa mudança de direção talvez seja fruto da instigante questão que J.-C. Piguet lhe impõe no debate transcrito ao final do texto *A forma e o sentido na linguagem*. Piguet pontua, acertadamente, seguindo os ensinamentos do próprio Benveniste, que os domínios semiótico e semântico, ao exigirem duas linguísticas distintas, como afirma o sírio, exigem também dois *aparelhos* conceituais distintos, um global, para o universo semântico, um analítico, para o semiótico. Nesta leitura, proponho que o método analítico a que se refere Piguet foi proposto por Benveniste no texto *Os níveis da análise linguística*. Mas esse mesmo texto deixa um “resto”, de que Benveniste se ocupa em artigos posteriores: a passagem da palavra⁷ à frase. Por mais que Benveniste tenha se dedicado a discorrer sobre esse “hiato”, ele não lhe havia dedicado atenção *metodológica* em termos de análise linguística, numa forma espelhada, para o semântico, do que faz para o semiótico n’*Os níveis*... Se, em 1966, Benveniste responde à pergunta de Piguet rotulando-a como “fortemente antecipadora”, não deixa também de enfatizar que esse é um assunto cujas proposições “precisam ser discutidas, precisadas, estendidas, circunscritas” (BENVENISTE,

7 Com efeito, Benveniste, em *Semiologia da língua*, não emprega mais o termo “palavra”, e discorre sobre a passagem do *signo* à *frase*. Mantenho o emprego de “palavra” aqui porque, no texto em questão, é Benveniste mesmo quem o faz: “para comodidade da nossa análise, podemos negligenciar essa diferença [entre forma livre e forma conjunta] e classificar os signos como uma só espécie, que coincidirá praticamente com a *palavra*. Permitam-nos, sempre para a comodidade, conservar esse termo desacreditado – e insubstituível” (BENVENISTE, 1995, p. 131, grifo no original).

1995, p. 240). O momento da discussão do modelo global de análise do domínio semântico se dá, portanto, ainda que de forma incipiente, em *O aparelho...*

Para comprovar essa hipótese, proponho que leiamos o texto em questão na sua diacronia com cinco outros artigos que lhe antecederam: *A natureza dos pronomes*, de 1956; *Da subjetividade na linguagem*, de 1958; *Os níveis da análise linguística*, de 1964; *A forma e o sentido na linguagem*, de 1966; e *Semiologia da língua*, de 1969. Considerando apenas os três últimos, a proximidade das datas já nos deixa entrever que se trata de um momento mais ou menos específico da elaboração teórica do linguista. A consideração desses quatro textos (*O aparelho...* e os demais da década de 60) em conjunto, ademais, é quase um caminho incontornável quando pensamos em traçar uma leitura que nos leve ao entendimento dos conceitos de *semiótico* e *semântico*. A remissão aos dois primeiros (da década de 50), entretanto – procedimento talvez um tanto inquietante para o leitor não familiarizado com o autor –, se justifica pelo fato de que é nos textos desse período, como é proposto adiante, que encontramos as chaves de interpretação para o texto da década de 70.

O que me interessa aqui, com essa linha do tempo, é evidenciar como *O aparelho...* é um ponto de chegada para um pensamento que vinha sendo gestado desde, pelo menos, 14 anos antes de sua publicação. Além disso, intento evidenciar que esse texto, que dá corpo quase que às últimas palavras que Benveniste pode enunciar, realiza aquilo que se mostra como um “resto” nos outros textos. Se partirmos d’*Os níveis...*, veremos que há sempre algo que Benveniste projeta para o futuro. O próprio *O aparelho...* termina dessa forma. O que é de meu intuito mostrar aqui é, portanto, como esse “resto” se materializa nos textos seguintes, culminando no texto de 1970, que não só resume os precedentes, mas faz um acréscimo extremamente importante, criando três conceitos (o aparelho formal da enunciação, o

aparelho formal da língua e o aparelho linguístico da enunciação) que não apenas não se recobrem, segundo leitura pessoal que faço de seu texto, como lançam inovações teóricas importantes.

Este capítulo, portanto, segue esse raciocínio, tomando cada um desses termos, nascidos, mas pouco teorizados, n’*O aparelho...*, para, lendo-os na remissão às teorizações que os precederam, tentar evidenciar que não há erro de emprego, por parte de Benveniste, ou mesmo homologia conceitual nessa tríade. Trata-se, propriamente, de um grande resumo, mas com acréscimos e, sobretudo, com forte abertura para o futuro dos estudos em Enunciação, pois inaugura propriamente isso que ficou conhecido como *estudos enunciativos da linguagem*, que não existia, como tal, em sua obra até então.

O APARELHO FORMAL: RETOMADAS E PROSPECÇÕES

Sigamos, pois, o texto d’*O aparelho formal da enunciação* para encontrarmos as pistas sobre as transformações imprimidas aos conceitos de *semiótico* e *semântico*, como anunciado anteriormente. Benveniste inicia seu texto enfatizando que “todas as nossas descrições linguísticas consagram um lugar frequentemente importante ao ‘emprego das formas” (BENVENISTE, 1989, p. 81). Ao se referir às “nossas descrições linguísticas”, o conhecedor do trabalho benvenisteano subentende que o autor não alude às suas próprias descrições. Antes, parece se incluir na classe maior dos linguistas para, a partir dessa posição, criticar o que era feito na época. Lembremos que, nas décadas de 50 e 60, durante as quais o sírio desenvolve a maior parte de suas reflexões, a linguística consagrada era aquela dedicada à forma, seja pela exclusão expressa de qualquer sujeito falante real, como no caso do distribucionalismo norte-americano, seja

pela opção por um falante/ouvinte ideal, como aquele postulado pelo programa gerativista, que, naquela época, já se consolidava no cenário global dos estudos da linguagem.

Benveniste, é, no entanto, tributário de uma outra linha de abordagem do fenômeno linguageiro. É por isso que, logo no parágrafo seguinte ao de abertura, localiza sua contrariedade à “linguística da forma”, sublinhando um de seus postulados mais importantes e abrangentes:

as condições de emprego das formas não são, em nosso modo de entender, idênticas às condições de emprego da língua. São, em realidade, dois mundos diferentes, e pode ser útil insistir nessa diferença, a qual implica uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar (BENVENISTE, 1989, p. 81).

Essa citação é, parece-me, a chave para a compreensão de todo o artigo em questão. Podemos lê-la numa espécie de metonímia para o exercício empreendido ao longo de todo o texto: ela retoma alguns postulados lançados desde *A natureza dos pronomes*, ao mesmo tempo em que também anuncia que esses conceitos configuram uma outra maneira de descrever e interpretar os fenômenos linguísticos, o que ele formalizaria mais detidamente em *O aparelho...* Ou seja, essas ideias inauguram uma nova forma de fazer linguística, que Benveniste irá perscrutar em seu ensaio. Começemos com a análise dessa retomada de algumas noções desenvolvidas em textos anteriores.

O texto segue, no terceiro parágrafo, com a asserção de que “o emprego das formas, *parte necessária de toda descrição*, tem dado lugar a um grande número de modelos” (BENVENISTE, 1989, p. 81-2, grifos meus). Observe-se que Benveniste enfatiza que toda a linguística, inclusive a que ele inaugura, precisa resolver-se com o emprego das formas, pois essa é uma etapa *necessária* à toda descrição. Com

efeito, é o que o linguista leva a cabo, mais verticalmente, em seu texto de 1964, *Os níveis da análise linguística*. Nele, o autor propõe mais um modelo de análise, entre tantos a que alude no texto de 1970. A inovação capital do artigo de 1964 reside no fato de que, ao analisar a forma, Benveniste não apenas não a dissocia do sentido, tal como era de praxe na linguística, como ainda é categórico: “forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua” (BENVENISTE, 1995, p. 135).

A questão é que o modelo de Benveniste, de integração e distribuição, das quais se derivam o sentido e a forma, respectivamente, impõe limites inferiores e superiores. É no limite superior que Benveniste encontra, naquele momento, um problema, que não faz mais do que anunciar: “esse é o último nível que a nossa análise atinge, o da frase, de que dissemos acima que não representava simplesmente um degrau a mais na extensão do segmento considerado. Com a frase, transpomos um limite, entramos num novo domínio” (BENVENISTE, 1995, p. 137). Que domínio seria esse? Benveniste mesmo responde: “concluimos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso” (BENVENISTE, 1995, p. 139). A isso, ainda acrescenta: “eis aí verdadeiramente dois universos diferentes, embora abarquem a mesma realidade, e possibilitem duas linguísticas diferentes, embora seus caminhos se cruzem a todo instante” (BENVENISTE, 1995, p. 139).

Observemos alguns usos lexicais de Benveniste. No texto de 1964, ele não havia teorizado ainda um nome para esses dois domínios, que, em 1966, no texto *A forma e o sentido na linguagem*, são batizados de *semiótico*, para o domínio intrassistêmico da língua como sistema de signos, e de *semântico*, para a língua em emprego. Mas ele já os anunciava nos mesmos termos: universos, domínios, linguísticas diferentes. Benveniste coloca o sistema semiótico na base

do sistema semântico, da mesma forma como abre o texto *O aparelho formal da enunciação* enfatizando que o emprego das formas é parte necessária de toda a descrição linguística. Ora, é necessária porque, “na base, há o sistema semiótico” (BENVENISTE, 1989, p. 233), sobre o qual se assenta o semântico, e porque os dois domínios se cruzam o tempo todo, “se superpõem assim na língua tal como a utilizamos” (BENVENISTE, 1989, p. 233).

Em *Os níveis...*, Benveniste trata de estabelecer princípios que balizem a análise disso que veio a ser conhecido como domínio semiótico, ainda sem ser nomeado dessa maneira. Em *A forma e o sentido...*, o linguista passa a teorizar sobre as especificidades de cada domínio. Em *Semiologia...*, recorre a outros sistemas de signos para postular que esses dois universos de significação são tão essenciais para o funcionamento específico das línguas humanas que não há qualquer outro sistema semiológico que opere da mesma forma. Se “única é a condição do homem na linguagem” (BENVENISTE, 1995, p. 287) é porque, antes de tudo, única é a condição da linguagem frente a outros sistemas de signos.

Em *O aparelho...*, temos, finalmente, algumas palavras de Benveniste sobre a passagem de um domínio a outro, que se dá pela *apropriação*, por parte do falante, da língua toda, conforme comento na próxima seção. Essa descrição pormenorizada de Benveniste só é possível porque, em momento anterior, ele se dedicou a uma extensa investigação e teorização sobre o domínio semiótico, e, inclusive – é imperativo que se observe –, sobre uma classe especial de signos dentro desse universo, aqueles que são literalmente promovidos à existência na e pela enunciação. Tais ideias, o leitor benvenisteano deve lembrar, vêm desde textos da década de 50, como os célebres *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na linguagem* (1958), dos quais vemos inúmeros reflexos em *O aparelho...* A partir desses artigos, o linguista evidencia que a organização semiótica da

língua humana é tal que permite o exercício mesmo da subjetividade: “a linguagem está de tal forma organizada que permite cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*. Os pronomes pessoais [e todos os signos “móveis”] são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem” (BENVENISTE, 1995, p. 288, grifos no original). Em outras palavras, sem a organização semiótica específica da língua, sem o sistema de base, no qual se encontram determinados signos de caráter especial, a que Benveniste chamou de “vazios” ou “móveis” no texto de 1956, o domínio semântico não poderia existir, pois não encontraria os pontos de ancoragem (o “sistema de referências internas”, como ele chamou no mesmo texto) necessários à sua existência.

Com efeito, boa parte das teorizações que o sírio empreende a partir de *A natureza...* tem como propósito descrever as condições do domínio semiótico que permitem a emergência do domínio semântico. É o próprio Benveniste quem nos autoriza essa leitura, pois, já em 1956, alertava para os fenômenos que só iria nomear posteriormente: “o hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo” (BENVENISTE, 1995, p. 281). Vemos, claramente, que o texto de 1970 não abandona em uma só linha os postulados de seu artigo de 14 anos antes. Ao contrário, o que Benveniste faz é tratar, nos anos seguintes, de nomear com maior rigor e distinção aquilo que apenas anunciava no texto de 1956.

O ato de nomear, para enfatizar a distinção entre os dois universos de significância, torna claro que Benveniste enxergava os limites da linguística descritiva e do próprio modelo que propusera em *Os níveis...* Restava, portanto, aliar aquilo que ele já havia descrito sobre o domínio semiótico para estabelecer um novo modelo, dessa vez um que desse conta desse “resto” que ficara pendente desde 1964, qual seja, tudo aquilo que está além do limite da frase. A esse

“além” e às condições de sua possibilidade, Benveniste dá o nome de *enunciação*, que, bem entendido, não equivale ao universo semântico. A enunciação é precisamente a articulação, feita pelo locutor, entre os planos semiótico e semântico. Isso é textual n’*O aparelho...*: a enunciação deve ser considerada “como o fato do locutor, que toma a língua [plano semiótico] por instrumento [plano semântico], e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação” (BENVENISTE, 1989, p. 82). Ainda: a questão “é ver como o ‘sentido’ [semiótico] se forma em ‘palavras’ [semântico]” (BENVENISTE, 1989, p. 83).

Se “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (BENVENISTE, 1989, p. 229), é preciso entender o caminho que Benveniste percorre. Primeiramente, ele descreve, desde a década de 50, como é o sentido e a forma no plano semiótico. A partir disso, pensa no limite que se atinge com esse modelo (saussuriano), para o qual propõe, em 1969, a célebre ultrapassagem. A teorização sobre a forma e o sentido do plano semântico, um “resto” que sobra e que não é mais do que anunciado n’*Os níveis...*, é feita em *A forma e o sentido...* e em *Semiologia...* O que “resta” ainda a ser feito? O que “resta” para *O aparelho...*? Justamente fazer a articulação entre os dois domínios.

Benveniste, ao postular a ideia de aparelho formal, não está descrevendo nenhum dos dois universos de significância em particular. Antes, está olhando para uma terceira coisa: a articulação entre os dois, ou, se quisermos, a passagem, feita pelo locutor, do plano semiótico para o plano semântico. É essa passagem – a qual, como bem lembra o sírio, não é apenas uma mudança de nível, mas de dimensão – que está no centro das investigações em *O aparelho...* Mais uma vez, Benveniste é explícito (faço inserções entre colchetes apenas para tornar mais claro o ponto de vista defendido aqui): “é a semantização da língua [ou seja, a passagem do semiótico ao semântico] que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo

[saussuriana, intrassistêmica, que ele denominou de *semiótico*] e à análise da significância [que ele mesmo propõe e que chama de *semântico*]” (BENVENISTE, 1989, p. 83).

Fica claro, portanto, que é justo chamar *O aparelho...* de texto-síntese, mas apenas se entendermos “síntese” no sentido de uma dialética⁸ específica: no texto de 1970, a “síntese” proposta por Benveniste é a junção de duas linguísticas, assentadas sobre dois universos distintos. O que Benveniste propõe, em última análise, é a “síntese” (o estudo da enunciação) da “tese” (linguística do emprego das formas) com a “antítese” (linguística do emprego da língua). É isso que ele nomeou como *enunciação*. Portanto, embora o linguista acreditasse que seriam necessárias duas linguísticas para levar a cabo esse empreendimento, seu gesto mesmo nos mostra que o que ele faz é instituir uma terceira linguística, uma espécie de caminho intermediário, que articula essas duas.

Este é, com efeito, o grande vórtice em torno do qual giram, n’*O aparelho...*, retrospectiva e prospecção, movimentos tão frequentes na obra benvenistiana. A genialidade do mestre se encontra, porém, no fato de que o texto de 1970 já estava abstratamente concebido por ele muito tempo antes, mesmo que ainda não tivesse sido sistematizado. Em última instância, é por essa razão que concebo a escrita d’*O aparelho...* como uma retrospectiva que remonta a um tempo tão anterior quanto a década de 50, mas também, e talvez ainda mais evidentemente, como uma resposta à questão interposta por Jean-Claude Pigué em 1966. Pergunta o filósofo a Benveniste:

a semântica pressuporia um método global de apreensão do sentido. Por oposição, o método ou a direção do espírito requerido pela semiótica seria de composição

8 Benveniste, aliás, parece ser adepto dessa ideia, ao postular que “é numa realidade dialética que englobe os dois termos [eu e tu] e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade” (1995, p. 287). É a essa mesma dialética que estou me referindo neste texto.

ou de decomposição, portanto analítico e não global. (...) Como estes dois métodos se reúnem no interior da linguística? Como a semiótica e a semântica podem coexistir metodologicamente, se uma é do tipo analítico e a outra de tipo global não-analítico? Qual deve ser, então, finalmente o método fundamental que orienta a linguística em seu conjunto? (BENVENISTE, 1989, p. 240).

Observe-se que a indagação de Piguet, como talvez seja próprio a um filósofo, é sobre como justamente fazer a síntese de dois elementos antitéticos. Benveniste responde com o que tinha até *aquele momento*: "concebo então duas linguísticas distintas. Esta é, *no estágio presente de estudos*, uma *fase necessária* desta reconstrução que *somente começamos a empreender*" (1989, p. 240, grifos meus). Benveniste sabia que sua ideia de duas linguísticas distintas era uma etapa necessária para o empreendimento de unificá-las. A Linguística da Enunciação não é, portanto, a linguística do semântico, mas a linguística que resulta da união entre as duas linguísticas que Benveniste separou, para fins didáticos, para depois articulá-las em uma terceira abordagem:

no estágio presente, é necessário elaborar métodos e conjuntos conceptuais distintos, estritamente apropriados a seu objeto. Acho totalmente e altamente vantajoso, para clarificação das noções pelas quais nos interessamos, que se avance por *linguísticas diferentes*, se elas devem, separadas, conquistar cada uma maior rigor, *deixando para ver em seguida como elas podem se juntar e se articular* (BENVENISTE, 1989, p. 240, grifos meus).

Como é próprio aos sábios, Benveniste apenas antecipa, com prudência, uma possibilidade. Ele demora quatro anos, mas responde Piguet. A resposta, que une o método analítico ao global, que junta e articula os dois universos de significação e as duas linguísticas que, até então, eram concebidas separadamente, é redigida em *O aparelho formal da enunciação*.

APARELHO, APARELHOS

Instituída a leitura de *O aparelho...* como um gesto simultâneo de retomada e prospecção na obra de Benveniste, passemos então à questão lançada no início deste capítulo: por que, ao fazer a síntese de seu pensamento, elaborado, até então, em mais de 2 décadas, Benveniste não utiliza mais os termos *semiótico* e *semântico*, que empregava até o ano anterior, e por quais novos termos esses conceitos são substituídos?

Para responder essas indagações, é necessário, inicialmente, observar uma particularidade que pode, por vezes, passar imperceptível para o leitor desatento ou estudioso iniciante dos textos do autor: embora Benveniste intitule o artigo como *O aparelho formal da enunciação*, esse sintagma não aparece, dessa forma, em nenhuma linha do texto em si. Entretanto, observamos o emprego de três outros termos, todos igualmente *hápax legomena*, os quais parecem fazer concorrência àquele que o linguista toma como título: *aparelho formal da língua*, à página 84; *aparelho linguístico da enunciação*, à página 88; e *quadro figurativo*, à página 87, com uma variação para *quadro formal*, na última página. A hipótese que gostaria de perseguir é a de que tais termos não foram aleatoriamente empregados pelo autor, embora haja, como sabemos, certa frouxidão terminológica em sua obra. Antes, sustento a possibilidade de que cada um desses termos remete a uma noção específica da teorização do sírio, que amplia ou sistematiza conceitos anteriormente operativos em sua obra. Vejamos cada um desses casos.

Inicialmente, observemos que as definições de *semiótico* e *semântico*, no escopo da obra em pauta, referem-se a domínios, universos de significância. São abstrações descritivas para uma idealização didática do funcionamento linguístico. No entanto, como

Benveniste deixa claro no início d'*O aparelho...*, se a enunciação, entendida como um “colocar a língua em funcionamento” é, ao mesmo tempo, ato e processo, observa-se que o autor não está mais, como mencionado, descrevendo os domínios *semiótico* e *semântico* enquanto tais. Sua investigação recai sobre a *passagem* de um para outro. Observemos bem os termos: funcionamento, ato, processo, conversão, semantização. Todos esses substantivos remetem a uma ideia de movimento, de algo vivo. A descrição dos planos *semiótico* e *semântico*, ao contrário, assentava-se sobre a “estaticidade” desses dois domínios. Não estava em jogo esse *processo* de que Benveniste se ocupa no texto de 1970. Portanto, não só o objetivo do artigo é outro, como também o é seu objeto, o que exige um quadro conceitual diferenciado, original.

Assim, a própria noção de “aparelho” é, salvo engano, um ineditismo no texto benvenisteano. Considerando as ocorrências e o contexto textual e epistemológico em que se inserem, parece ser perfeitamente admissível que o termo tenha sido tomado emprestado da anatomia geral, campo em que “aparelho” se refere a um conjunto de sistemas, ou ainda, a um conjunto de órgãos ou partes que concorrem para uma mesma função. Se a leitura que proponho estiver correta, temos que cada emprego de “aparelho” no artigo em pauta se refere tanto a um sistema específico quanto a uma função desempenhada por esse sistema. Sigamos de perto cada uma das ocorrências, iniciando, por motivos de clareza didática que se darão a ver a seguir, pelo emprego de “aparelho formal da língua”.

À página 84, lemos: “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro”. Se lembrarmos bem dos dois textos já mencionados, *A natureza dos pronomes* e *Da subjetividade na linguagem*, vemos que a ideia de apropriação já estava lá anunciada exatamente com

esse mesmo substantivo, porém em sua forma verbal. No primeiro, temos que “quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção linguística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor” (BENVENISTE, 1995, p. 281, grifo no original). No segundo, somos lembrados de que “a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu* (BENVENISTE, 1995, p. 288, grifos no original). Analisemos a proposição do texto de 1970 à luz da remissão a esses dois outros textos.

As semelhanças entre os postulados transcritos nesses três excertos são inquestionáveis. No entanto, mais de uma década os separam. Em *Da subjetividade...*, Benveniste afirma que o locutor se apropria *da língua toda*. Portanto, no texto de 1970, quando lemos que o locutor se apropria do aparelho formal da língua, é possível entender que isso a que Benveniste chama de aparelho formal *da língua* (não *da enunciação*, bem entendido) é propriamente *língua inteira como sistema de signos*, isto é, a língua em seu domínio semiótico. Mas por que, em 1956, o locutor se apropriava *da linguagem*, em 1958, *da língua toda*, e em 1970 *do aparelho formal da língua*? Porque o que separa esses textos é justamente a teorização do linguista sobre a forma e o sentido na linguagem nos dois universos de significância. Lembremos que, na década de 50, essa formalização não existia. Benveniste usa, então, termos “comuns” para se referir a isso que veio a ser conhecido como domínio semiótico.

Além disso, se tomarmos a ideia de “aparelho” conforme indicado anteriormente, no sentido da anatomia, temos que o aparelho formal da língua, ou seja, em minha leitura, o domínio semiótico, deve se referir a um sistema e desempenhar uma função. Na verdade, a noção de “aparelho”, no sintagma “aparelho formal da língua”, engloba dois

sistemas, possibilidade que já prevíamos: o sistema da língua como um todo, isto é, o plano semiótico, e o sistema particular que existe dentro desse sistema mais geral, isto é, o sistema composto pelos signos “móveis” ou “vazios”, conforme nomenclatura empregada no texto de 1956, configurando uma classe que não é unitária, mas composta por signos de “espécies diferentes segundo o modo de linguagem⁹ do qual são signos” (BENVENISTE, 1995, p. 277). Os índices de ostensão, os pontos de apoio da subjetividade, os indicadores de dêixis, os criadores do centro de referência interna são todas formas de alusão a esse subsistema específico, a essa classe especial de signos, dentro do plano semiótico geral da língua.

Quando Benveniste postula que o locutor se enuncia por meio de “índices específicos, de um lado”, é a esse conjunto específico de signos que parece aludir, aqueles que se prendem “ao próprio processo da enunciação linguística” (BENVENISTE, 1995, p. 278) e referem-se “unicamente [a] uma ‘realidade de discurso’, que é coisa muito singular” (BENVENISTE, 1995, p. 278). Com efeito, é a esse grupo que Benveniste se refere na mesma página quando cita os índices específicos. Segue ele: “a presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 84).

É interessante observar, no entanto, que, mais para o final do texto, ao discutir os limites do diálogo e a condição do monólogo, modalidade em que o que está em jogo diz respeito justamente à possibilidade do “ego” de “se divid[ir] em dois, ou assumi[ir] dois

9 Registre-se que a expressão “modo de linguagem” pode muito bem ser um termo “comum” para referência aos domínios *semiótico* e *semântico*, ou, para usar os termos d’*O aparelho*, para as condições de emprego das formas e as condições de emprego da língua. Se assim for, isso corroboraria minha hipótese de que, em *A natureza dos pronomes*, já temos a proposta final que veremos em *O aparelho formal da enunciação*, porém com emprego bem menos rigoroso de terminologia específica.

papeis”, Benveniste atribui essa possibilidade ao que ele chama de “aparelho linguístico da enunciação, sui-reflexivo, que compreende um jogo de oposições do pronome e do antônimo” (1989, p. 88). Não restam dúvidas de que Benveniste, ao empregar o termo “sui-reflexivo”, o faz da mesma forma que afirma que “o tempo linguístico é *sui-referencial*” (BENVENISTE, 1995, p. 289, grifo no original), isto é, só pode referir-se à instância de discurso, ao tempo em que se fala. Ora, sabemos que, para Benveniste, não só o tempo é sui-referencial e promovido à existência pelo discurso, isto é, pela enunciação como ato individual e circunstanciado num aqui e agora. Isso vale também para todo “esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*” (BENVENISTE, 1995, p. 281, grifo no original). Portanto, não parece absurdo postular que isso a que Benveniste chama, em 1970, de *aparelho linguístico da enunciação* equivalha a esse conjunto específico de signos, um grupo particular no conjunto maior dos signos da língua, este último anteriormente denominado de *semiótico*. Em outras palavras, o *aparelho formal da língua* refere-se à língua como sistema de signos, ou seja, ao domínio semiótico. “Dentro” dele, temos um *aparelho linguístico da enunciação*, que rotula esse grupo de signos que só encontram realidade na instância de discurso em que são proferidos.

Restaria indagarmos: por que Benveniste chama o primeiro de “aparelho de *formas*”, ao passo que o segundo é intitulado como “aparelho *linguístico*”? Mais, ainda: por que o primeiro é *da língua* e o segundo, *da enunciação*? Para a primeira questão, responderia: os signos que compõem o aparelho *linguístico* não são considerados como *formais* porque, lembrando o texto *Os níveis da análise linguística*, não podem ser decompostos da mesma maneira que outros signos da língua, tampouco substituídos, condição esta (ser substituível e distribuível ao mesmo tempo) necessária para delimitação das unidades linguísticas: “os elementos identificam-se em função de outros segmentos com os quais estão em relação de capacidade de substituição” (BENVENISTE, 1995, p. 128). Ora, se o sentido, isto

é, a capacidade de se integrar um nível superior, na concepção que Benveniste propõe em *Os níveis...*, “é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter status linguístico” (BENVENISTE, 1995, p. 130), como considerar essa classe de signos “vazios”, “móveis”, que são promovidos à existência somente na e pela enunciação? Decerto, eles são signos da língua, mas não podem ser integrados em um nível superior da mesma maneira que os outros signos: “desprovidos de referência material, não podem ser mal empregados; não afirmando nada, não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação” (BENVENISTE, 1995, p. 280). Analogamente, não podem ser decompostos em segmentos menores, de nível inferior, o que nos daria sua *forma*: “estamos na presença de uma classe de palavras [...] que escapam ao *status* de todos os outros signos da linguagem” (BENVENISTE, 1995, p. 288). Portanto, Benveniste parece ser cuidadoso ao manter esses signos dentro do que chamou de um aparelho *formal*, mas nomeou-os dentro de uma categoria em que a forma não é o aspecto preponderante.

O que é preponderante, pois, para a definição desses signos? Justamente o complemento que o linguista dá ao aparelho linguístico: eles são signos *da língua*, evidentemente, mas seu aspecto distintivo não se dá por integração e distribuição, como para os outros signos. Seu aspecto distintivo se dá pelo fato de que são signos *da enunciação*, isto é, nascem e só têm existência na e pela enunciação, entendida como “o ato mesmo de produzir um enunciado” (BENVENISTE, 1989, p. 82). Em vez de serem definidos por sua *forma*, portanto, são definidos por sua *função*, tal como se espera em um *aparelho*: “o seu papel [dos signos “vazios”] consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso” (BENVENISTE, 1995, p. 280).

Entendida a ideia de sistema, que justificaria o emprego de “aparelho” por parte do linguista, é necessário ainda preencher

mais um requisito: qual a função a que concorrem as partes desse sistema? Sobre o aparelho formal da língua, que aqui entendo como equivalente ao domínio semiótico, já sabemos: ele serve de base para o domínio semântico, conforme Benveniste nos ensina em *A forma e o sentido na linguagem*. Ou seja, a função do aparelho formal da língua é permitir que a língua-discurso construa uma semântica própria, conforme ainda o texto de 1966. E quanto à função do aparelho linguístico da enunciação? Benveniste nos é mais gentil, fornecendo, ele mesmo, a resposta no próprio artigo: “a presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas *cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação*” (BENVENISTE, 1989, p. 84, grifos meus). Ou seja, o aparelho linguístico da enunciação tem, essencialmente, duas funções: estabelecer um centro de referência interno, a partir dos signos do paradigma do *eu*, e colocar o locutor em relação com seu próprio dizer, como uma espécie de ponto de ancoragem da subjetividade, permitindo-lhe ocupar a posição de *eu* e, com isso, fazer a conversão da possibilidade de língua¹⁰ em discurso pela apropriação do aparelho formal da língua.

Resta-nos, agora, dar conta propriamente do título do texto em questão. O que é o *aparelho formal da enunciação*, que não só intitula o artigo, mas que deveria, idealmente, ser o objeto de definição desse texto? Se minha interpretação até aqui estiver correta, poderíamos inferir que o aparelho formal da enunciação é o conjunto de formas que *resultam* da enunciação, mas que não equivale aos índices de ostensão, posto que estes, como citado, não constituem forma. Dito de outra maneira, os índices de ostensão *permitem* a enunciação, uma vez que são os pontos de apoio para o exercício da subjetividade. Em contrapartida, o aparelho formal da

10 Lemos, n'O *aparelho formal da enunciação*, que “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (p. 83).

enunciação é aquilo que se *produz* a partir da apropriação desses dois outros aparelhos. Ou seja, o aparelho formal da enunciação é um *efeito* da apropriação que o locutor faz da língua, nos moldes como Flores (2013) entende que o sujeito da enunciação é um efeito semântico que advém da sintaxe da enunciação.

Indo mais além, diria que o aparelho formal da enunciação, que Benveniste se esforça por definir no artigo homônimo, é aquilo que resulta do que o sírio chama de “procedimentos acessórios”. Se os índices específicos são aqueles que pertencem ao quadro da língua, os procedimentos acessórios dizem respeito à forma específica como o locutor se apropria do aparelho formal da língua toda, mas que extrapola esses índices específicos. Dito ainda de outra maneira, é como o locutor faz com que o sentido se forme em palavras, ou seja, é como o locutor produz a semantização da língua. É por isso que Benveniste intitula seu artigo da forma como o faz, sem nunca retomar a terminologia. O autor trata de evidenciar que existem outros dois aparelhos, mas o ato, ou o processo, de colocá-los em funcionamento, resulta em um efeito, em um terceiro aparelho, que só é possível pela arquitetura particular que estabelece em relação aos outros dois. A isso, nomeou de *aparelho formal da enunciação*, o conjunto formal do arranjo linguístico produzido pelo locutor.

Se assim for, é necessário entender a função que esse sistema desempenha. Novamente, o próprio linguista trata de nos informar: “além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas. Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções” (BENVENISTE, 1989, p. 86). A interpretação parece clara: a enunciação comanda algumas formas (o aparelho *formal* da língua), ancorando-se nas possibilidades abertas pelo aparelho linguístico da enunciação, a partir das quais o locutor

pode pôr em funcionamento as grandes funções sintáticas, que têm como objetivo influenciar o alocutário. É por isso que Benveniste ainda acrescenta que “o que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (BENVENISTE, 1989, p. 87). A função do aparelho formal da enunciação é, pois, agir sobre o outro.

É tempo, finalmente, de articularmos tudo isso a um último conceito que aparece nesse texto tão denso: o *quadro figurativo*. O que Benveniste chama de quadro figurativo é a instituição das figuras necessárias ao diálogo: locutor e alocutário. Como sabemos, a enunciação só ocorre em um enquadramento específico, que pressupõe esse par, mas também um tempo e espaço determinados, sempre presente, sempre aqui. É a famosa equação *eu-tu-aqui-agora*. Portanto, esse jogo entre sistemas, iniciando pela apropriação do aparelho formal da língua, por parte do locutor, que implanta um alocutário diante de si, tendo como ponto de apoio o aparelho linguístico da enunciação, e produzindo o aparelho formal da enunciação, só ocorre dentro de um quadro específico: o figurativo. Eis porque o objetivo do linguista era “definir a enunciação no quadro formal de sua realização”, tentando “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Esse é, com efeito, o que Benveniste logra com seu artigo.

Vemos, assim, como toda essa nomenclatura específica, tal como prevíamos, não é empregada aleatoriamente pelo autor. Seu esforço encerra, na verdade, uma teorização complexa e pormenorizada do funcionamento mesmo da linguagem humana, pautada em seus estudos realizados até aquele momento, tarefa cuja monta só poderia ser assumida por um linguista da envergadura de Benveniste.

CONCLUSÃO

Do exposto, podemos finalmente observar como *O aparelho formal da enunciação* é um texto complexo, que só pode ser lido e interpretado no conjunto maior da obra do linguista sírio. Acima de tudo, o que se tentou mostrar aqui é que há uma mudança significativa nesse texto em relação aos que lhe precedem, embora os escritos anteriores sejam fundamentais para compreendê-lo. A mudança que Benveniste opera ao abandonar, ao menos textualmente, as noções de *semiótico* e *semântico* para empregar a ideia de *aparelho* não é apenas um capricho terminológico. Antes, encarna uma mudança de objeto e de perspectiva sobre a língua.

Até *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste se ateu a tentar mapear e descrever as características que faziam com que a língua funcionasse da forma como funciona. Descobriu – e essa é, sem dúvida, sua maior contribuição – que a arquitetura singular das línguas humanas, que operam por dois sistemas interligados, é única e sem paralelos em quaisquer outros sistemas semiológicos. Tratou de descrever minuciosamente cada um desses universos de significação. O ano de 1969, porém, parece ser aquele que funda uma nova possibilidade para o professor: tendo descrito esses dois universos, Benveniste passa a observá-los não mais em seus “estados”, como abstrações teóricas, mas passa a investigar os *processos* que suscitam. É por isso que vemos, nas aulas de fevereiro e março no Collège de France, um linguista comprometido com o estudo da autossmiotização da língua pela escrita (que, como bem nos lembra, não deve ser confundida com a língua escrita, ou com a língua sob forma escrita). Benveniste (2014) se interessa por como “a escrita revela uma semiótica da língua” (p. 150), ou seja, pelo fato de que “a escrita foi sempre e por toda parte o instrumento que permitiu à língua semiotizar a si mesma” (p. 155). Não é mais do domínio semiótico que fala Benveniste, mas de um *processo que opera sobre o semiótico*.

De forma análoga, segue o mesmo raciocínio, finalmente, em 1970, para investigar o processo que permitia à língua ser apropriada por um locutor. Os índices linguísticos dessa possibilidade já haviam há muito sido descritos pelo mestre, mas é somente com o conceito de *aparelho linguístico da enunciação* que ele deixa clara justamente o que veio a ser conhecida como sua teoria: a enunciação, esse processo de conversão da língua em discurso. Entendida como esse colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização, a enunciação é, para o semântico, o processo equivalente ao que a escrita faz em relação ao semiótico. Se a escrita permite a autosssemiotização da língua, a enunciação permite sua semantização.

Esses dois grandes processos englobam, portanto, o cerne mesmo da investigação de Benveniste, na tentativa de evidenciar não uma descrição de uma língua abstrata, estática e não falada por ninguém – forma de pensamento da qual era herdeiro e coetâneo –, mas da língua *em funcionamento*, como ele sempre a entendeu. Benveniste foi, nesse sentido, um herdeiro rigoroso¹¹. Diz Derrida, sobre sua própria filiação teórica, em entrevista a Roudinesco, reproduzida no livro *De que amanhã*, que um herdeiro deve sempre “responder a uma espécie de dupla injunção”, aparentemente contraditória: “é preciso primeiro saber e saber *reafirmar* o que vem ‘antes de nós’, e que portanto recebemos antes mesmo de escolhê-lo, e nos comportar sob esse aspecto como um sujeito livre” (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 12, grifo no original). Herdar, assim, é “não apenas aceitar essa herança, mas relançá-la de outra maneira e mantê-la viva” (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 12). Ora, Benveniste nunca negou seus mestres, Saussure e Antoine Meillet. Nunca recusou sua formação em filologia, seu conhecimento singular sobre os idiomas do mundo, sua formação em uma linguística comparativista. Mas soube, como poucos, reafirmar essa herança na justa medida em que, a considerando,

11 Uso aqui a ideia da herança intelectual que um linguista recebe e se incumbe de ensinar, conforme pontuaram Barbisan e Flores (2009).

também a ultrapassa e a subverte. A teoria benvenistiana é a teoria de um sujeito livre frente à sua herança e que, justamente por isso, a mantém viva, relançando a língua para o olhar dos linguistas desde um outro ponto de vista, que cria um outro objeto, tudo o que, na verdade, um linguista pode fazer, como tão bem nos ensinou Saussure.

Na abordagem desse novo objeto, a exposição feita até aqui nos conduziu a uma análise do artigo *O aparelho formal da enunciação* como uma manifestação derradeira de um duplo movimento, recorrente na obra benvenistiana: o de retrospectiva e o de abertura ou prospecção. Conforme visto, esse texto-síntese retoma algumas ideias que já estavam, de forma embrionária, na ordem do dia das teorizações do sírio, remontando até mesmo ao período em que suas análises eram mais atomísticas, isto é, analisavam detidamente elementos específicos das línguas, como os pronomes e a série dêitica. Essa retomada nos mostra que há várias maneiras de ler a obra de Benveniste. Podemos contemplá-la na leitura capítulo a capítulo, conforme proposta em suas duas compilações mais famosas, seguindo a sequência de agrupamento idealizada pelo próprio autor. Podemos também ler seus textos perseguindo um conceito específico, realizando cortes temporais etc. Mas, sem dúvidas, uma forma muito profícua de visitar o texto benvenistiano é em sua diacronia. Ler seus artigos na ordem cronológica de publicação pode levar-nos à surpresa de encontrarmos rastros muito longínquos para conceitos que julgávamos nascer em um período específico. O que a proposta deste texto tenta evidenciar é que nada na obra de Benveniste se perde. Seus conceitos, elaborados inicialmente relativamente a aspectos muito circunscritos da língua, não ganham novo nome apenas, mas ampliam-se. Essa ampliação, contudo, não deve ser vista como uma teorização completamente nova, como se os antigos conceitos não fossem mais operativos. Ao contrário: se podemos ler *O aparelho formal da enunciação* da forma como proponho aqui é porque, muitos anos antes, o linguista

preparou o terreno para compreendermos as minúcias desse texto tão complexo. Em última análise, ler Benveniste é, em si, uma experiência de execução do método a que Piguet se referia: é preciso unir o analítico, o “linha a linha” do texto em estudo, ao global, a tudo que o precede. Benveniste não apenas teorizou sobre esse método, que conjuga duas linguísticas de abordagens distintas: ele o fez operar no coração mesmo de sua obra.

Essa síntese, no entanto, como aprendemos pela visão de Heráclito, é sempre a união que condensa dois contrários, mas que gera algo novo, num eterno devir. Cada texto de Benveniste, sobretudo *O aparelho...*, parece cumprir isso a rigor: sintetiza o que precede, mas desloca e vai além, produzindo não só algo novo, mas propondo também um constante devir. Tanto é verdade que ainda estamos, após 50 anos, debruçando-nos sobre um artigo de poucas páginas, que não cessa de instigar e de causar novas reflexões.

Gostaria de encerrar, a título anedótico, em um texto em que tantos “aparelhos” foram mencionados, referindo ao lapso de Kristeva no prefácio já citado ao livro *Últimas aulas no Collège de France*. Acompanhemos seu texto:

Em meio a essa farta diversidade à qual sempre esteve atento (...) ele [Benveniste] praticou o que deve ser chamado de estilo de pensamento *benvenistiano*, no qual o detalhe morfossintático *encontra* a interrogação permanente das categorias fundamentais, linguística e/ou filosóficas, que se caracteriza tanto pela recusa de “dizer” quanto por uma recusa de esteticismo que “oculta” (...), pela vontade de “significar” (abrir ao pensamento, problematizar, questionar) e de determinar como *significar* se engendra no aparelho formal da linguagem (KRISTEVA, 2014, p. 34, grifos no original).

Para o leitor que chegou até aqui, salta aos olhos que Kristeva emprega uma formulação que não aparece em nenhum lugar na obra benvenistiana: o “aparelho formal *da linguagem*”. Talvez esse

seja um equívoco à *la sujeito da enunciação*, sintagma tão atribuído a Benveniste, sem que este jamais o tenha empregado. O que o lapso de Kristeva nos diz, entretanto – como ela, psicanalista, bem poderia atestar –, é que ele revela algo que não poderia ser dito de outra forma, abrindo para uma nova interpretação: talvez o aparelho formal *da linguagem* a que ela se refere seja o conjunto de todos esses aparelhos (o formal da língua, o linguístico da enunciação e o formal da enunciação). Para um autor tão comprometido em estudar os meandros da linguagem, em explicar não como ela diz ou oculta, mas como ela significa, parece uma bonita homenagem dispensar a ele um pequeno lapso, que lhe atribui a honra de ter elaborado um aparelho conceitual que explica o próprio funcionamento da linguagem humana. Benveniste teria ficado lisonjeado.

REFERÊNCIAS

- BARBISAN, Leci Borges; FLORES, Valdir do Nascimento. Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística. In: NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.
- BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- BENVENISTE, Émile. Os níveis da análise linguística (1964). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem (1958). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes (1956). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação (1970). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua (1969). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. (1966). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã*: diálogo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FLORES, Valdir do Nascimento. Sujeito da enunciação: singularidade que advém da sintaxe da enunciação. *DELTA* [online]. 2013, vol.29, n.1, pp.95-120. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-44502013000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 01/05/2020.

KRISTEVA, Julia. Émile Benveniste, um linguista que não diz nem oculta, mas significa. In: BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

3

Luiza Milano

**ÀS VOLTAS COM O *TU*
EM BENVENISTE:
UMA REFLEXÃO SOBRE
A NOÇÃO DE *ESCUITA*
EM LINGUÍSTICA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.281.75-91

O silêncio do ouvinte será tão ativo como a palavra do locutor: poder-se-ia dizer que a escuta fala.
Roland Barthes (1987, p. 141)

INTRODUÇÃO

A frase que elegi como epígrafe para o presente texto acompanha-me já há algum tempo, sob forma de indagação. Na verdade, é por absolutamente concordar com ela, na condição de falante-ouvinte inquieta, que me indago sobre a questão da escuta, e isso já desde os tempos em que fiz um mergulho em pesquisas sobre as possibilidades de significação do(s) silêncio(s)¹².

Quem é esse *tu* que escuta (ativamente, segundo Barthes)? Qual seu estatuto no campo dos estudos da linguagem? O que ele diz sobre o *eu* e o *ele*, em uma cena enunciativa? Como a linguística tributária de Émile Benveniste lida com o *tu*?

Esse conjunto de indagações seguiu me acompanhando em meu percurso nesta última década. Para buscar o fio do raciocínio que hoje me faz estudar mais detalhadamente a questão do *tu* e da escuta, retomarei o que até aqui já tentei costurar sobre o tema a partir do viés benvenistiano.

Nesse sentido, o presente capítulo é uma tentativa de fazer avançar minha reflexão sobre o lugar que ocupa o *tu* no contexto da teoria da enunciação de Émile Benveniste (1991, 1989). Sendo assim, partirei de reflexões embrionárias sobre o tema presentes em minha tese de doutorado (SURREAUX, 2006), visitarei alguns avanços que apontei em minhas publicações seguintes (SURREAUX,

12 Minhas incursões em estudos sobre o silêncio começaram há duas décadas, na época de meu mestrado, e podem ser consultadas em Surreaux (1999, 2000, 2001, 2003) e também em Milano (2016c).

2011; SURREAUX; BENDER, 2011) e, finalmente, encaminharei deslocamentos sobre o tema, que venho operando mais recentemente. Em síntese, meu percurso neste texto, como o leitor poderá constatar, busca investigar qual o estatuto do *tu* na teoria benvenistiana. Para tanto, o caminho a ser trilhado será acompanhado de minhas indagações e constatações sobre possíveis interpretações acerca da noção de *escuta* na obra desse autor.

SOBRE O *TU* E A ESCUTA: MEU PUNTO DE PARTIDA

Em trabalhos anteriores (SURREAUX, 2006; SURREAUX; DEUS, 2010; SURREAUX; BENDER, 2011, SURREAUX; OLIVEIRA, 2013), com o objetivo de dar destaque à transcrição de base enunciativa como uma modalidade de registro de falas de pacientes na clínica de linguagem, busquei, em parceria com orientandas da área da fonoaudiologia, configurar um dizer sobre aquilo que se escuta (ou não se escuta) no âmbito da análise linguística de falas ditas sintomáticas. Naquela época, já era possível perceber que, na clínica de linguagem, muitas vezes, o recurso da escrita funciona como uma “ferramenta” que permite “ouvir os dados”, perceber o que uma dada enunciação evoca. Tal constatação me levou a dizer que a transcrição da fala sintomática toma contornos peculiares, ao evocar particularmente a noção de *escuta*, conforme destaco a seguir:

Trata-se de um ponto de partida que possibilitará a leitura de falas em relação. Esse ponto de vista mostra que a particularidade de uma análise deve necessariamente levar em consideração o efeito que uma fala (desviante ou não) produz no outro (interlocutor). É o efeito disso que se verá em uma transcrição. Não se trata da necessidade literal de transpor uma fala para o escrito como condição da posição de escuta daquela fala. Trata-se, antes disso, de levar em consideração: (a) o paciente

que apresenta fala sintomática como um locutor passível de ocupar a posição de enunciador; (b) os enunciados do paciente como produto de uma enunciação. É a partir disso que se estará sob o “efeito de transcrição”, o que significa escutar partindo do pressuposto que se está frente a falas em relação. Muitas variáveis estão em jogo naquilo que o transcritor parece poder ouvir (ou não) no momento de uma transcrição. Lidar com a fala de um paciente em atendimento fonoaudiológico como a fala de um interlocutor em condições singulares de ocupar um lugar enunciativo parece ser determinante na escuta que o transcritor imprime. É isso que nomeio de “efeito de transcrição”. (SURREAUX, 2011, p. 335).

A noção de *efeito de transcrição*, portanto, foi um ponto de chegada de uma reflexão teórico-clínica que empreendi por bastante tempo em meu percurso investigativo. Após isso, em uma segunda fase, acompanhada de orientandos da área da letras e da fonoaudiologia, dediquei-me a estudos já então voltados para a especificidade de uma concepção de escuta no campo da linguística. Esses trabalhos (STAWINSKI, 2016; MILANO, STAWINSKI, GOMES, 2016; SILVEIRA, 2017) inicialmente tangenciaram reflexões sobre aspectos linguísticos da escuta em três importantes autores: Saussure, Jakobson, Benveniste. É a partir desse percurso, que envolve um conjunto de reflexões sobre como se constitui uma interpretação do estatuto da escuta no campo da linguística, que nasce o presente capítulo. Mais especificamente, chama minha atenção a seguinte passagem do texto *O aparelho formal da enunciação*:

Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que *atinge o ouvinte* e que suscita uma outra enunciação de retorno. (BENVENISTE, 1989, p. 83-84, *itálicos meus*).

Eu diria que essa é uma das passagens que mais fica ecoando em minhas reflexões, quando se trata de pensar o estatuto do *tu* e da escuta em Benveniste. Esse ouvinte acima apontado, o tal *tu*, na

medida em que se sente instigado a produzir uma enunciação de retorno, não me parece ser passivo. Mas se diz também que o *tu* é a condição imaginária para quem o *eu* fala. Sendo assim, podemos dizer que o *tu* é uma miragem? O *tu*, sendo pessoa não subjetiva, pode ser ativo? A escuta pertence à instância do *eu* ou do *tu*? Eis uma pequena amostra de minhas recorrentes inquietações, as quais impulsionam as considerações que apresentarei a seguir.

SAUSSURE, BRÉAL, BENVENISTE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO LUGAR DO *TU* NA LINGUÍSTICA

A questão da escuta no âmbito da linguística parece ter acompanhado muitas das reflexões daquele que é conhecido como o pai da linguística moderna. Há, em várias fontes saussurianas, indícios de que o ouvinte e a escuta foram objetos de interesse do mestre genebrino. Os inovadores estudos de Coursil (2000), D'Ottavi (2010) e Parret (2014) nos ajudam a sustentar essa hipótese de trabalho. A partir dos indícios apontados por esses pesquisadores contemporâneos, temos buscado aprofundar nossas investigações sobre a escuta a partir do legado de Ferdinand de Saussure (cf. MILANO; STAWINSKI, no prelo). O percurso de estudos até aqui trilhado suscita uma retomada da linguística da fala (*parole*) repensando-se o estatuto do falante-ouvinte. Tudo indica que, para seguir investigando a noção de *valor linguístico* na apropriação da língua pelo sujeito falante, pode ser extremamente útil discutir o estatuto do *tu* e da escuta. Por esse motivo, sublinho que meu ponto de partida são os estudos linguísticos que antecederam e inspiraram Benveniste, tais como os de Saussure e de Bréal.

Sabe-se que, em 1897, em *Ensaio de Semântica*, Bréal apresentou a questão da subjetividade na linguagem através da noção de *pessoa*. Em *O elemento subjetivo*, o autor já se referia ao *tu* como submetido ao *eu*:

Sobre as três pessoas do verbo, há uma que ele se reserva de modo absoluto (a que se convencionou chamar a *primeira*). Desse modo, ele opõe sua individualidade ao resto do universo. Quanto à segunda pessoa ela não nos distancia muito de nós mesmos, já que a segunda pessoa não tem outra razão de ser que a de achar-se interpelada pela primeira. Pode-se, pois, dizer que só a terceira pessoa representa a porção objetiva da linguagem (BRÉAL, 2008, p. 161, *itálico do autor*).

Essa passagem apresenta uma matriz instigante que provavelmente foi inspiradora do conhecido artigo de Benveniste *Da subjetividade na linguagem*, o qual, junto com *A natureza dos pronomes*, forma a base inicial para qualquer estudo acerca da relação da tríade *eu-tu-ele* no autor sírio-francês. O que eu gostaria de destacar dessa passagem é a suposta submissão do *tu*; afinal, a “segunda pessoa não tem outra razão de ser que a de achar-se interpelada pela primeira”. É nesse ponto que lembro também das oportunas palavras de Marlene Teixeira ao falar sobre Benveniste e a subjetividade na linguagem:

[...] mais do que uma descrição de categorias fundamentais da língua, seu estudo sobre os pronomes coloca-nos no âmago de uma problemática da interlocução, pois essas categorias são precisamente aquelas em que se amarram as relações do eu com aquilo que é privado da marca do eu. E, mais do que isso, coloca em evidência a relação radical da linguagem com o homem. (TEIXEIRA, 2012, p. 79).

A autora mostra que a tese benvenistiana possibilita entender que as posições ocupadas pelos sujeitos que constituem o ato enunciativo, instaurando a categoria de pessoa e definindo as pessoas do discurso, ganham seu verdadeiro estatuto quando

assumidas por um falante. Assim, as palavras de Teixeira destacam que a teoria da enunciação benvenistiana se estrutura em função do *eu*, pois, como bem sabemos, “desde que ele se declare locutor, e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si” (BENVENISTE, 1989, p. 84, itálico do autor).

No entanto, Teixeira igualmente nos lembra da condição constitutiva da alteridade na proposta benvenistiana:

Usar eu é reconhecer-se com direito à fala, ou seja, é dar-se um lugar no espaço simbólico, mas para isso é necessário que alguém se institua como tu. Se o outro falta ou se não dá crédito a meu dizer, minha fala se transforma em pura fonação desprovida de eficácia. (TEIXEIRA, 2012, p. 79).

E essa interdependência da díade *eu-tu* pode ser constatada nas palavras do próprio Benveniste, ao apresentar o par dialógico:

Quando saio de ‘mim’ para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um ‘tu’ que é, fora de mim, a única ‘pessoa imaginável’. Essas qualidades de interioridade e de transcendência pertencem particularmente ao ‘eu’ e se invertem em ‘tu’. Poder-se-á, então, definir o tu como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que eu representa. (BENVENISTE, 1991, p. 255, aspas do autor).

Como se pode ler acima, para Benveniste, *eu* é transcendente a *tu* no sentido em que é sempre *eu* que enuncia e implanta o *tu* diante de si. Mas o autor lembra que essas posições são inversíveis, isto é, os lugares de *eu* e de *tu* são intercambiáveis nas trocas verbais.

Conforme a interpretação de Teixeira (2012) sobre o tema, essa transcendência apontada por Benveniste seria temporal, o que não implicaria necessariamente uma hegemonia de *eu* sobre *tu*. E é justamente esse apontamento de Teixeira que me fez levantar a seguinte questão: segundo prevê a inversão/reversibilidade intersubjetiva, a díade *eu-tu* valeria (até certo ponto) o mesmo que a díade *tu-eu*?

Embora possa parecer um tanto óbvia, a proposição não me soa equânime. Afinal, *eu-tu* é posição enunciativa de fala, enquanto *tu-eu* seria posição enunciativa de escuta. No meu entender, esse é um detalhe significativo.

Problematizo essa questão porque, como se sabe, segundo Benveniste, enquanto o *eu* é pessoa subjetiva, o *tu* é pessoa não subjetiva. Sempre me intrigou o “pessoa não -subjetiva” contrastando com a necessária “intersubjetividade” na proposta do autor. Então, para se ter intersubjetividade, teremos que lidar com duas subjetividades, ou dois *eus*. Minha pergunta acima anunciada é, então, voltada ao lugar (ou à função) do *tu* no escopo da proposta enunciativa benvenistiana. E é por isso que venho problematizar a instância do *tu*, aparentemente tão passivo em Benveniste... Resumindo, questiono: o *tu* é pessoa? Se é pessoa, como é que pessoa *não subjetiva* se enquadra numa instância *intersubjetiva*?

A tendência imediata é recorrer à noção de *reversibilidade*, lembrando que o enunciador, em Benveniste, é sempre dotado simultaneamente da possibilidade intercambiável *eu-tu*. Afinal, o fundamento da subjetividade é determinado pelo “*status* linguístico de ‘pessoa’”, visto que “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste” (BENVENISTE, 1991, p. 286, itálico e aspas do autor).

O *eu* que usa a língua, em Benveniste, é garantido pela atitude de sujeito e pela instauração da situação enunciativa. Por isso é pessoa subjetiva. Mas e o *tu*? O que ele escuta de eu não seria também uma posição ou atitude de sujeito em relação à situação enunciativa? Mesmo silente e/ou (aparentemente) não responsivo, ainda ali está o *tu* sob efeito de uma instanciação de discurso. Claramente, ele não está assumindo a palavra para enunciar, mas está em plena atividade interpretativa daquilo que seu interlocutor proferiu. Nessa condição, o alocutário, ao sofrer ativamente os efeitos produzidos por um (inter)

locutor, é um *eu* (subjetivo, portanto) ou é um *tu* (pessoa não subjetiva, nesse caso)?

Essas são perguntas que me faço ao refletir sobre qual o lugar que o *tu* toma nos atos enunciativos. Pela complexidade da questão, tudo indica que a linguística de inspiração benvenistiana pode seguir propiciando uma discussão instigante, quando se trata de abordar o fato de o *tu* se apropriar dos enunciados evocados pelo *eu*.

Ao conjunto de indagações que até aqui apresentei, somam-se outras oriundas do diálogo interdisciplinar. É hora, então, de experimentar conhecer o escopo dessa problemática em terrenos vizinhos à linguística.

DIÁLOGOS DE FRONTEIRA – OU SOBRE O QUE A LINGUÍSTICA PODE APRENDER COM OUTROS CAMPOS A RESPEITO DO *TU*

A interlocução com outros campos sempre implica riscos, tanto o de superficialidade na abordagem teórica como o de desvio de foco temático. Sabendo de antemão dessas possibilidades, aviso ao leitor que as incursões que farei a seguir são fruto de efeitos provocados por leituras que realizei, e não propriamente de uma pesquisa bibliográfica exaustiva. Ou seja, o que trarei a seguir é uma tentativa de começo de conversa acerca do estatuto do *tu*, em um pretendido diálogo com a filosofia e a antropologia. Obviamente, não foram quaisquer autores que elegi. Fui justamente buscar auxílio naqueles pesquisadores que, em algum momento, referem ter se inspirado em textos de Émile Benveniste.

Ao retornar a *Os Mistérios da Trindade*, interessante obra em que o filósofo Dany-Robert Dufour realiza uma leitura fértil da proposta benvenistiana sobre a triangulação enunciativa *eu-tu-ele*, deparei-me com duas importantes observações acerca da posição do *tu*.

A primeira é uma constatação: a díade *eu-tu* é aquela que é mais evidente em termos fenomenológicos: “Basta que se abra a boca e já se está interpelando alocutário em “tu”” (DUFOUR, 2000, p. 73, aspas do autor). Ou seja, se há um falante que enuncia, há também alguém a quem ele se dirige.

Mas, sobre a segunda observação, a constatação é bem menos visível. A díade, embora evidente em sua instauração fenomenológica, constitui-se a partir dos efeitos que produz: “Mas, o que se troca, exatamente, nessa inversão? Um conteúdo, informações? Talvez, mas segundo um efeito de só-depois” (DUFOUR, 2000, p. 73). Para Dufour, o que acontece nessa circunstância é uma espécie de acordo tácito: “Em suma, o par dos dois primeiros pronomes pessoais da tríade é um dispositivo de troca e de gestão dos efeitos da realização auto-referencial de “eu”” (DUFOUR, 2000, p. 74, aspas do autor).

Assim, essa espécie de gestão da reversibilidade *eu-tu* é regulada através dos efeitos que *eu* e *tu* fazem repercutir reciprocamente. Chamo atenção para o fato de que esse efeito se dá sempre no “só-depois”, ou seja, trata-se de um efeito de escuta. Afinal, *eu* se constitui como autor daquela enunciação somente a partir do efeito de escuta produzido pelo testemunho de um *tu* copresente. Assim, ““eu” e “tu” se asseguram, mutuamente e por contraste, de sua presença, referindo-se a uma indexação que eles mesmos criaram” (DUFOUR, 2000, p. 87, aspas do autor).

Extraio da leitura de Dufour, então, um par de constatações que quase soam contraditórias. Por um lado, temos a observação acerca da evidência fenomenológica da díade *eu-tu*. O *tu* pode até ser uma

miragem, mas, se assim for, trata-se de uma miragem que se agrega ao fato de que o *eu* fala, de fato, para um outro. Por outro lado, sublinho a importância de que a confirmação da existência de um *eu* que enuncia, no *aqui* e *agora*, dá-se a partir do efeito de escuta produzido em um *tu*, no só-depois. Com essas importantes contribuições advindas do diálogo com as ideias do filósofo, parto para a conversa com outro campo, o da antropologia.

Foi lendo o artigo da colega linguísta referida mais acima (TEIXEIRA, 2012) que me encorajei a revisitar o clássico texto “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”, do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, para pensar de forma um pouco mais desafiadora em outras possíveis acepções de *tu*. A passagem é um pouco extensa, mas ainda assim incontornável:

Seguindo a analogia com a série pronominal (Benveniste 1966a; 1966b), vê-se que, entre o “eu” reflexivo da cultura (gerador do conceito de alma ou espírito) e o “ele” impessoal da natureza (marcador da relação com a alteridade somática), há uma posição faltante, a do “tu”, a *segunda pessoa*, ou o outro tomado como outro sujeito, cujo ponto de vista serve de eco latente ao do “eu”. Penso que esse conceito pode auxiliar na determinação do contexto sobrenatural. Contexto anormal no qual o sujeito é capturado por um outro ponto de vista cosmológico dominante, onde ele é o “tu” de uma perspectiva não-humana, a *Sobrenatureza é a forma do Outro como Sujeito*, implicando a objetivação do eu humano como um “tu” para este Outro.

O contexto “sobrenatural” típico no mundo ameríndio é o encontro, na floresta, entre um homem — sempre sozinho — e um ser que, visto primeiramente como um mero animal ou uma pessoa, revela-se como um espírito ou um morto, e fala com o homem (a dinâmica dessa comunicação é muito bem analisada por Taylor 1993a). Esses encontros podem ser letais para o interlocutor, que, subjugado pela subjetividade não-humana, passa para o lado dela, transformando-se em um ser da mesma espécie que o “locutor”: morto, espírito ou animal.

Quem responde a um “tu” dito por um não-humano aceita a condição de ser sua “segunda pessoa”, e ao assumir por sua vez a posição de “eu” já o fará como um não-humano. A forma canônica desses encontros sobrenaturais consiste, assim, em intuir subitamente que o outro é “humano”, entenda-se, que ele é o humano, o que desumaniza e aliena automaticamente o interlocutor, transformando-o em presa, isto é, em animal. Apenas os xamãs, pessoas multinaturais por definição e ofício, são capazes de transitar entre as perspectivas, tuteando e sendo tuteados pelas subjetividades extra-humanas sem perder a própria condição de sujeito.” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 134-135, aspas e itálicos do autor).

Essa passagem me deixou imobilizada por uns dias. Passado o primeiro impacto de uma possibilidade outra de leitura da relação do homem com a natureza, resolvi tentar me ocupar de alguns desdobramentos linguísticos desse trecho. Essa posição faltante, eco do *eu*, da qual fala Viveiros de Castro, talvez possa ensinar muito sobre como não nos assustarmos tanto com o estatuto do *tu*. Conforme diz o antropólogo, essa posição pode ensinar sobre o conceito de *sobrenatural* (no perspectivismo ameríndio), no qual a instância do *tu* aponta para o risco de objetivização do par discursivo; daí a necessidade da intermediação do xamã. Parece-me que, na cena discursiva predominantemente analisada no escopo da linguística, o foco no falante acaba sendo muitas vezes uma confortável saída para nos protegermos dos riscos que os inúmeros efeitos de sentido passíveis de ser evocados por uma enunciação sugerem. Ou seja, talvez a ênfase no *eu* atenua a angústia de não saber sobre os efeitos que uma fala pode produzir no *tu*.

Outro aspecto que soa absolutamente ameaçador, e daí a importância de tomarmos o cuidado de ler o recorte acima com a devida parcimônia, é que, ao se instituir o *tu* como instância alienada ao *eu*, reconhece-se o risco de se ser devorado como “presa fácil”. Nesse sentido, tudo indica que a necessidade de contar com a

instância terceira fora da relação (o *ele?* o *xamã?*) é um anteparo que resguarda a instauração da relação trina.

Tomo o cuidado de não querer fazer uma aproximação forçada das hipóteses de Viveiros de Castro às análises que empreendemos no campo da linguística da enunciação contemporânea. Antes, meu objetivo, ao instaurar esse diálogo, é o de buscar ampliar as formas de pensar o “lugar de fala” dos sujeitos, a partir de outro(s) ponto(s) de vista. Cabe ainda sublinhar que o artigo de Viveiros de Castro traz outras tantas questões vistas pelo viés da antropologia que merecem ser ainda mais bem contempladas pelo campo dos estudos da linguagem, mas que extrapolam os objetivos deste capítulo, tais como as noções de *cultura*, *corpo*, *alteridade*.

Da conversa que empreendi com a filosofia de Dufour e com a antropologia de Viveiros de Castro, saio renovada. Possibilidades e limites se anunciam de forma atualizada; afinal, são esses autores contemporâneos que estão aí a nos devolver generosamente a leitura que fizeram do grande linguista Émile Benveniste.

ENCAMINHAMENTOS

Desde o lugar de quem vem se perguntando sobre a presença do falante na língua, através da consideração daquilo que tenho chamado de experiência de escuta, acredito que o *eu* (da enunciação) pode ser entendido como aquilo que foi ouvido no ouvido do outro. Nesse sentido, acredito que a assimetria evidenciada na relação *eu-tu* merece ser repensada, considerando o efeito dos dizeres de *eu* no *tu*.

Admito que essa investigação acerca da posição do *tu* problematiza-se um tanto frente à natureza do(s) dado(s) que analisamos. Tentar circunscrever os efeitos que uma fala produz

é um desafio ainda mais complexo que lidar com a enunciação de um *eu*. No entanto, independentemente daquilo que acreditamos ser metodologicamente analisável no campo da linguística da enunciação, poder lidar com o estatuto enunciativo do *tu*, ou seja, considerar a instância da escuta é já um passo bastante importante.

Finalmente, gostaria de encaminhar, em forma de síntese, algumas reflexões frutos da trajetória de escrita deste texto: na história da linguística moderna, será que teria a linguística da língua (*langue*) priorizado a instância do *ele*, e a linguística da fala (*parole*) priorizado a instância do *eu*? Se assim foi, quem afinal se ocupou da instância do *tu*? Qual linguística deveria se ocupar dos efeitos produzidos por aquilo que é escutado? Será que, no campo dos estudos da linguagem, só é possível mesmo lidar com a falante falando (*eu*) e com a língua já registrada (*ele*), aquilo que a massa de falantes falou? Será que o conceito de escuta, ou seja, os efeitos que um conjunto de dizeres provoca no outro, não é matéria a ser desbravada unicamente no campo dos estudos linguísticos, sendo, assim, um tema que exige abordagem necessariamente interdisciplinar? Como se deve proceder com o fato de um falante ter dito algo e um alucutário ter entendido outra coisa?

Como anunciado inicialmente, este escrito foi fortemente inspirado no jeito de pensar e fazer linguística de nossa saudosa colega Marlene Teixeira. Como dizia ela na abertura do *Colóquio Leituras de Émile Benveniste*, precisamos seguir abertos ao exercício da escuta do outro. Nas palavras de Marlene, “ali estávamos não como plateia, mas como atores comprometidos em colocar a ‘mão na massa’” (TEIXEIRA, 2004, p. 7). Nos faz muita falta a colega e amiga Marlene. Inspiremo-nos nela para seguirmos abertos à escuta do outro, seja ele a categoria linguística do alocutário, o colega com quem partilhamos e aprendemos, ou aquilo que fala em nós mesmos e resistimos tanto a ouvir.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. Escuta. *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa: Imprensa Nacional, v.11, 1987.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Prefácio Leyla Perrone-Moisés; Tradução Mario Laranjeira, com revisão de Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri, com revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. Campinas, SP: Pontes Editores, 1991.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução Eduardo Guimarães, Marco Antônio Escobar, Rosa Attié Figueira, Vandersi Sant'Ana Castro, João Wanderlei Geraldi, Ingedore G. Villaça Kock, com revisão técnica de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes Editores, 1989.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica: teoria da significação*. Coordenação e revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

COURSIL, Jacques. *La fonction muette du langage*. Guadeloupe: Ibis Rouge Éditions, presses Universitaires Créoles, 2000.

D'OTTAVI, Giuseppe. Ferdinand de Saussure e Monsieur B. *Bollettino di italianistica*, Roma, v. 7, n. 1, p. 71-91, 2010.

DUFOUR, Dany-Robert. *Os mistérios da trindade*. Tradução Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

MILANO, Luiza. Fonético e fonológico em Saussure: o lugar do fônico no Curso de Linguística Geral. *Eutomia*, Recife, v. 1, n.16, p. 245-258, 2015.

MILANO, Luiza. O fônico em Saussure: um apêndice do Curso de Linguística Geral? In: FARACO, C. (Org.) *O efeito Saussure*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016a.

MILANO, Luiza. O Que Cabe em um Signo Linguístico: O Caso do Fonema. *Eutomia*, Recife, v. 1, p. 67-78, 2016b.

MILANO, Luiza. O silêncio na clínica do distúrbios de linguagem. *Silêncio e interdito: discursos em movimento*. Orgs.: Fabio Elias Verdiani Tfouni; Angela Derlise Stübe; Clarice Pimentel Paulon. São Carlos/SP: Pedro e João Editores, 2016c.

PARRET, Herman. *Le son et l'oreille: six essais sur les manuscrits saussureins de Harvard*. Paris: Lambert Lucas, 2014.

SILVEIRA, Mélangy Dias da. *O lugar da escuta na clínica de linguagem: contribuições linguísticas*. UFRGS, 2017. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Odontologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

STAWINSKI, Aline. *O aspecto fônico da língua: uma reflexão sobre o lugar do ouvinte na proposta saussuriana*. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SURREAUX, Luiza Milano. *O discurso fonoaudiológico: uma reflexão sobre sujeito, sentido e silêncio*. 2000. 157 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SURREAUX, Luiza Milano. *Linguagem, sintoma e clínica em clínica de linguagem*. 2006. 157 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SURREAUX, Luiza Milano. Silêncios Constitutivos. *Fonoaudiologia Brasil*. Brasília, v.1, n.2, p. 06-13, 1999.

SURREAUX, Luiza Milano. A questão do silêncio na aquisição desviante de linguagem. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 593-599, 2001.

SURREAUX, Luiza Milano. O silêncio na clínica de linguagem. *Revisão do conhecimento*, São Paulo/Faculdade Semar, v.1, p. 79-87, 2003.

SURREAUX, Luiza Milano. O efeito de transcrição na escuta de falas desviantes: uma leitura enunciativa. In: DI FANTI, Maria da Glória Corrêa et al. *Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SURREAUX, Luiza Milano, BENDER, Scheila. Os efeitos da fala da criança: a escuta do sintoma na clínica de linguagem. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n.º 42, junho de 2011. p. 129-145.

SURREAUX, Luiza Milano; DEUS, Vanessa. A especificidade da transcrição com base enunciativa na clínica fonoaudiológica. *Verba volant*. Pelotas, v. 1, n. 1, jul-dez 2010. p. 110-120.

SURREAUX, Luiza Milano; OLIVEIRA, Rosana. Transcrição de base enunciativa em distúrbios afásicos: aspectos prosódicos e gestuais. *Prolíngua*, João Pessoa, v. 8, p. 214, 2013.

TEIXEIRA, Marlene. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 71-83, jan./jun. 2012.

TEIXEIRA, Marlene. Primeiro Colóquio Leituras de Émile Benveniste: sessão de abertura. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 7-8, dez. 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, E. V. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

4

Alena Ciulla

A DÊIXIS E A REFERÊNCIA COMO DIFERENTES MODOS DE RELAÇÃO ENTRE OS SIGNOS E A ENUNCIÇÃO

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.281.92-120

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, tratamos da referência e da dêixis, questões amplamente discutidas e presentes na obra de grandes linguistas e filósofos, o que torna bastante difícil a empreitada de dizer algo novo. Ainda assim, acreditamos ser pertinente a retomada da discussão, com a missão específica de se aprofundar naquilo que Benveniste tem a dizer sobre o assunto e que, a nosso ver, é bastante revelador do funcionamento da linguagem – o que não é o centro dos estudos sobre a referência, na maior parte das abordagens, em especial no Brasil, conforme vimos assinalando desde Ciulla (2018a). Encontramos aí a nossa lacuna e o nosso interesse pela investigação.

Começemos por alguns breves comentários sobre o que nos parece *não* ser o que Benveniste enfatizou em sua obra, mas que é amplamente explorado por outros autores. Quando o assunto é referência, linguistas e filósofos tentam responder a duas principais questões, quais sejam, *a que se refere a expressão indicial e como a expressão permite especificar seu referente*. Assim, para um enunciado, como

Esta cidade é realmente bonita.

Levinson (1983, p. 64) explica que os usos de demonstrativos, como em “esta cidade”, requerem, para sua interpretação, o conhecimento dos parâmetros espaciais e temporais básicos, além do papel dos participantes e destinatários potenciais, como fica mais evidente em um enunciado, como

Vocês todos podem vir comigo.

Sendo um dos principais autores a propor uma análise pragmática da linguagem, Levinson afirma que

A maneira mais óbvia de relação entre a linguagem e o contexto, que se reflete na própria estrutura das línguas, pode ser observada através do fenômeno da dêixis. Essencialmente, a dêixis diz respeito ao modo pelo qual as línguas codificam ou gramaticalizam traços do contexto de enunciação ou evento de fala e, também, ao modo como a interpretação dos enunciados depende da análise do contexto de enunciação. Assim, o pronome “esta” não nomeia ou refere nenhuma entidade particular em qualquer situação de uso, mas é, antes, uma variável ou um nome temporário para alguma entidade particular dada pelo contexto (p.ex. por um gesto). Os fatos dêíticos devem agir como constante lembrança da linguística teórica, sobre o simples, mas imensamente importante fato de que línguas naturais são projetadas, por assim dizer, para o uso em interações face a face e, assim, há limitações na extensão sobre sua análise sem que se leve isso em consideração¹³. (LEVINSON, 1983, p. 54).

Do trecho que citamos acima, destacamos alguns pontos. O autor observa que a dêixis é tão fundamental na relação entre “linguagem e contexto” que está inscrita na língua – uma característica que é amplamente aceita, de modo geral. Contudo, acreditamos que a explicação sobre a relação da linguagem com o mundo não é unívoca e depende da perspectiva epistemológica que se adota. Daí uma das grandes divergências que fizeram e fazem florescer tantos estudos sobre o assunto. E, assim, vemos que *dêixis*, para Levinson, tomada como “expressão indicial”, é quase um sinônimo de *referência* – ou, ainda: vemos que o papel indicial da dêixis é o de “uma variável ou um nome temporário para alguma entidade particular dada pelo contexto (p.ex. por um gesto)”. Por essa perspectiva, então, salienta-se a atribuição de um papel semântico de representar ou substituir referentes, identificando-os através de um apontamento – que pode ser até mesmo o de um gesto –, o que faz da dêixis um aspecto da ostensão a objetos, conforme podemos confirmar, ainda, nas palavras do autor:

13 A tradução desse trecho, bem como de todas as obras citadas que foram consultadas nas suas línguas originais, é de responsabilidade da autora deste capítulo.

Usarei os termos 'deixis' e 'indexicalidade' de maneira basicamente coextensiva – eles simplesmente têm origem em diferentes tradições (Bühler 1934 e Peirce 1955) e vêm sendo associados às abordagens linguística e filosófica, respectivamente. Mas farei a seguinte distinção: 'indexicalidade' será usado para rotular o fenômeno mais abrangente de dependência contextual e 'dêixis', para os aspectos linguisticamente relevantes da indexicalidade. (LEVINSON 2006, p. 97).

Transcrevemos abaixo mais um conhecido exemplo, em que somos chamados a imaginar alguém que se depara com o seguinte dizer em um bilhete afixado na porta fechada de uma oficina:

Volto em 1 hora.

Sem saber quando foi escrito, observa Levinson (1983, p.56) sobre o exemplo acima, obviamente não se pode saber quando voltará a pessoa que escreveu a mensagem. Novamente, pelo que enfatiza nessa explicação, Levinson visa, então, a interpretação semântica propiciada (ou oculta, neste caso) pelas coordenadas de pessoa, tempo e espaço. Além disso, o autor acrescenta:

As múltiplas facetas da dêixis são tão onipresentes nas línguas naturais e estão tão profundamente gramaticalizadas, que é difícil considerá-las como outra coisa que não seja uma parte essencial da semântica. Se a semântica se interpreta de maneira que inclua todos os aspectos convencionais do significado, então é talvez correto considerar a maioria dos fenômenos dêiticos como semânticos. Sem dúvida, de acordo com alguns pontos que revisamos no capítulo 1, a dêixis pertence ao domínio da pragmática, porque concerne diretamente à relação entre a estrutura das línguas e os contextos em que são utilizadas. Mas essas categorizações são dependentes da teoria e, de acordo com o ponto de vista que temos adotado, a saber, que a pragmática se ocupa dos aspectos do significado e da estrutura da linguagem que não podem ser compreendidos em uma teoria semântica veritativa, vemo-nos diante do fato de que provavelmente a categoria da dêixis esteja numa fronteira entre a semântica e a pragmática. (LEVINSON, 1983, p. 55).

Por esse trecho, fica clara, então, a posição do autor, que coloca a dêixis no domínio referencial – semântico e pragmático. A perspectiva de análise da referência adotada por Levinson (1983) é a mesma que guia, de modo geral, Lyons (1977; 1979) e Fillmore (1971; 1977), dois outros dos grandes nomes que influenciaram fortemente os estudos sobre dêixis no mundo. Assim, voltadas a solucionar a “equação referencial”, essas abordagens têm em comum a busca pelo referente – não mais no mundo, pela comprovação vericondicional, como na tradição da Filosofia Analítica, mas na sua construção em situações comunicativas, como se observa na evolução dos estudos linguísticos, em especial os encampados ou influenciados pela pragmática.

O *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem* também registra, no verbete sobre os dêiticos:

OS DÊITICOS. Entendem-se por esse termo expressões cujo referente só pode ser determinado em relação aos interlocutores (R.Jakobson chama-as SHIFTERS, EMBRAYEURS). Assim os pronomes da 1ª. e da 2ª. pessoa designam respectivamente a pessoa que fala e aquela a quem se fala. [...] E. Benveniste mostrou que os dêiticos constituem uma irrupção do discurso no interior da língua, pois seu próprio sentido (o método a empregar para encontrar seu referente), apesar de depender da língua, só se pode definir por alusão ao seu emprego. (DUCROT e TODOROV, [1972] 2010, p. 232-233)¹⁴.

Ducrot e Todorov se posicionam bem quanto à questão de os dêiticos referirem unicamente o próprio emprego, porém não nos parece que Benveniste tenha definido a dêixis, em momento algum,

¹⁴ Os autores sugerem, além disso, a leitura de Bar-Hillel (1954), para a abordagem lógica do problema, e Brugmann (1904), para uma teoria mais geral da dêixis. Observamos que Bar-Hillel foi um dos pioneiros em tradução automática, e seus estudos são bastante formalistas, voltados para a resolução computacional de identificação de referentes. Já a visão de Brugmann é a da situação de comunicação, em que objetos seriam apontados por diferentes *modos dêiticos*, de acordo com a localização dos falantes – Bühler (1934) inspirou-se fortemente neste modelo para a sua teoria sobre a dêixis. Nosso ponto, aqui, é o fato de que, mesmo sugerindo diversas abordagens para o fenômeno, o que condiz com o caráter enciclopédico da obra, Ducrot e Todorov oferecem indicação do tratamento da dêixis somente como um aspecto da referência, ao auxiliar na função de identificar objetos.

quanto a um “método para encontrar seu referente”. Para Benveniste, as questões parecem ser bem outras. Em primeiro lugar, é preciso dizer que não há, na obra que se conhece de Benveniste, um texto sobre *referência*, em especial. Sobre a *dêixis*, ainda que o termo não apareça com muita frequência na obra e nem figure como título de nenhum texto conhecido, esse conceito tem uma grande importância para Benveniste, pois é uma característica fundamental relacionada à categoria de pessoa, como veremos neste capítulo.

As preocupações do autor são, de modo geral, orientadas por questões que poderiam ser formuladas da seguinte maneira: *o que é a linguagem? Como significamos na linguagem e pela língua? Como as línguas funcionam e de que mecanismos as línguas dispõem para funcionar do modo como o fazem?* No que diz respeito mais especificamente à referência, então, as perguntas que podemos buscar, sob a ótica benvenistiana, seriam: *que papel a referência cumpre na linguagem? De que maneira referimos e que dispositivos as línguas nos oferecem que nos permitem referir?* Assim, a primeira diferença, em relação às abordagens semântico-pragmáticas que mencionamos anteriormente, diz respeito à busca do linguista, que está muito mais para uma explicação sobre a linguagem e sobre os recursos de que dispomos e criamos para produzir sentido na linguagem, do que sobre os sentidos efetivamente produzidos em situações de comunicação. Mas há outras diferenças mais profundas e sutis. Uma delas é a própria definição de *dêixis* que Benveniste propõe, dentro da perspectiva que lhe é peculiar, problematizando o funcionamento da linguagem:

Não adianta nada definir esses termos e os demonstrativos em geral pela *dêixis*, como se costuma fazer, se não se acrescenta que a *dêixis* é contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa; dessa referência o demonstrativo tira o seu caráter cada vez único e particular, que é a unidade da instância de discurso à qual se refere. (BENVENISTE, 2005, p. 279-280).

Nesse trecho, desponta aquilo que deve ser considerado como a principal característica da dêixis para Benveniste e que “retira” a dêixis da ostensão a objetos, atribuindo a ela uma única função de indiciamento, que é a de remeter à situação de enunciação. Assim, se nessas duas grandes abordagens, uma representada, aqui, por Levinson e outra por Benveniste, conserva-se o valor de indexicalidade da dêixis, na primeira, a indicação é principalmente um apontamento para objetos, e, na segunda, trata-se de um apontamento para a própria instância de discurso de quem diz “eu”.

Com essa diferença no eixo de percepção do que seja dêixis, surge uma outra questão, então, do que seria referência, para Benveniste. Se pela dêixis não referimos, como é que se dá, então, a referência? Para chegar nessas duas questões centrais, objetivo último deste trabalho, escolhemos um percurso, que inicia com a célebre distinção de pessoa e não pessoa. De acordo com Lahud (1979), a definição da categoria de pessoa constitui a peça principal a que se prendem todas as outras, na obra de Benveniste, e, conforme também percebermos em nossa investigação, fundamenta duas funções distintas da linguagem a que vão estar relacionadas as questões sobre a dêixis e sobre a referência.

Para a nossa tarefa, recorreremos a pelo menos dois trabalhos que ventilam alguns dos diversos enfoques dados à questão da referência e da dêixis, incluindo uma interpretação daquilo que está em Benveniste, e de que nos valeremos para entender melhor o assunto neste capítulo. Um deles é o de Kleiber (1986) sobre como definir dêiticos, *embrayeurs*, símbolos indexicais, *token-reflexives* etc., em que o autor separa as abordagens em dois tipos, de acordo com a ênfase a) no lugar e objeto de referência e b) no modo de referência (ou modo de “entrega” do referente). Ainda que se aperceba, então, de uma diferença de enfoque na definição dos dêiticos e reconheça a necessidade de discutir a autorreferência – que, como veremos, é

central para entender a questão em Benveniste –, Kleiber tem o objetivo de chegar a uma melhor compreensão da especificidade semântico-referencial desses elementos. De certa maneira, os dois tipos de abordagem identificados por Kleiber perseguem, ainda, o referente e a constituição do valor semântico que lhe é atribuído na referência.

Outro autor importante, já mencionado, é Lahud (1979), que astutamente diferencia a abordagem da dêixis 1) associada intimamente à categoria de pessoa, 2) definida pela sua função semântico-referencial, 3) como sinônimo de ostensão e 4) como uma problemática do sujeito da enunciação. Lahud, ao que tudo indica a leitura que fizemos dos dois autores, aproxima-se da reflexão de Benveniste em 1) e em 4), conforme pretendemos demonstrar aqui.

Assim, após essa breve apresentação que justifica o interesse pelo que Benveniste tem a nos dizer sobre o assunto, passemos a ele. Seguindo a sugestão de Flores (2013), nosso *corpus* de investigação será composto principalmente pelos textos *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *As relações de tempo no verbo francês* (1959), *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na linguagem* (1958), publicados em Benveniste (1966). Nesses trabalhos, que constroem uma oposição entre a categoria de pessoa e não pessoa, Benveniste identifica as características desses elementos, e, a partir disso, sugerimos a distinção de dois domínios, o autorreferencial e o referencial, em que os signos se relacionam com a enunciação e em relação aos quais podemos compreender também como o autor permite dimensionar a dêixis e a referência propriamente dita.

A HETEROGENEIDADE DA CATEGORIA DE PESSOA

Iniciamos com *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), em que são alinhavados os primeiros pontos da reflexão que fundamenta uma distinção importantíssima para a nossa pesquisa e que está relacionada a diferentes modos de atuação dos elementos linguísticos.

No texto de 1946, Benveniste trata de distinguir as pessoas do discurso, abordando a questão, inicialmente, de que, para todas as línguas dotadas de verbos, seguindo-se a tradição grega, são consideradas sempre três pessoas, as quais regem a forma de conjugação desses verbos. No entanto, alerta Benveniste, essa divisão tem caráter sumário e não linguístico:

Ao alinharmos numa ordem constante e num plano uniforme “pessoas” definidas pela sua sucessão e relacionadas com esses seres que são “eu”, “tu” e “ele”, não fazemos senão transpor para uma teoria pseudolinguística diferenças de natureza lexical. Essas denominações não nos informam nem sobre a necessidade da categoria, nem sobre o conteúdo que ela implica, nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas. É preciso, portanto, investigar como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre qual princípio se funda a sua oposição, já que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia. (BENVENISTE, 1966, p. 226).

Observamos que, desde essa primeira distinção, Benveniste aponta para o fato de que *eu* e *tu* são categorias da língua e tomá-los como indivíduos empíricos do mundo, para uma classificação gramatical, seria um critério pseudolinguístico. Assim, para o autor, uma teoria linguística da pessoa verbal somente poderá se constituir com base nas oposições de natureza linguística que diferenciam as pessoas. Na gramática do árabe, é revelada a primeira grande

disparidade entre as pessoas, pelo próprio modo como são definidas: a primeira pessoa é *al-mutakallimu*, “aquele que fala”, a segunda pessoa é *al-muhatabu*, “aquele a quem nos dirigimos”, mas a terceira pessoa é *al-ya'ibu*, “aquele que está ausente”. Nota-se, então, que, ao passo que nas duas primeiras pessoas há realmente uma pessoa implicada e, concomitantemente, um discurso sobre essa pessoa, na terceira há apenas um predicado que é enunciado, fora da relação *eu-tu*:

Nas duas primeiras pessoas, há simultaneamente uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. “Eu” designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado imputado a “eu”: dizendo “eu”, eu não posso não falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por “eu” e não pode ser pensado fora de uma situação apresentada a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, “eu” enuncia algo como predicado de “tu”. Mas da terceira pessoa, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim excetuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí a legitimidade dessa forma como “pessoa” ser questionável. (BENVENISTE, 1966, p. 228).

Se, por um lado, na relação *eu-tu*, quando alguém toma a palavra e enuncia “eu”, essas pessoas não podem ser excluídas, pois estão implicadas compulsoriamente no que é dito, por outro lado, *ele* será sempre o ausente da relação *eu-tu* e, por isso, o seu enunciado será somente um predicado não imputável a *eu*. Para o autor:

Estamos aqui no centro do problema. A forma dita de terceira pessoa comporta uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não que está relacionada a uma “pessoa” específica. O elemento variável e propriamente “pessoal” dessas denominações falta aqui. É bem o ausente dos gramáticos árabes. Só apresenta o invariante inerente a toda forma de uma conjugação. (BENVENISTE, 1966, p. 228).

Após exemplificar o fato em diversas línguas, incluindo o semítico, o turco, o ugro-fínico, o georgiano, o caucásico, o gravídico, o esquimó, o burushaski, algumas línguas ameríndias e as indo-

européias, Benveniste postula, então, que a “terceira pessoa” não é, na verdade, “pessoa” e que a tendência da forma verbal é a de “colocar em relevo o índice de sujeito, o único que pode manifestar. Temos aqui uma regularidade de caráter extremo e excepcional” (BENVENISTE, 1966, p. 230).

Uma outra característica singular, somente averiguada entre *eu-tu*, é o fato de que são inversíveis: a cada vez que um *eu* toma a palavra, seu interlocutor torna-se um *tu*, o que pode ser repetido a cada troca. Com *ele* não é possível fazer essa troca, pois *ele* nem pode tomar a palavra e se dirigir a um *tu*, nem pode ser o alocutário de *eu*.

Chamamos atenção, ainda, sobre o que Benveniste chama de *unicidade específica* das pessoas *eu* e *tu*. *Eu* e *tu* são únicos, pois, a cada vez que alguém diz “eu” e, necessariamente, aloca um *tu*, é preciso deslocar esses papéis, de acordo com cada situação específica em que, quem quer que seja, diz “eu”, ao passo que *ele* pode ser uma infinidade de coisas e indivíduos.

É importante frisar também que, se *eu* e *tu* compartilham da característica de pessoalidade, por um lado, por outro, não são homogêneos: o *tu* está em relação de polaridade com *eu* no discurso e, por isso, é *não eu* ou *não subjetivo*. A única pessoa marcada pelo traço da subjetividade é *eu*.

A “terceira pessoa”, ou não pessoa, por sua vez, “é a única pela qual uma *coisa* é predicada verbalmente” (BENVENISTE, 1966, p. 230). Por essa afirmação, temos, então, que a primeira pessoa não tem a função de predicar *coisas*, o que é particularmente central para constituir as noções de referência e dêixis que pretendemos resgatar ao longo do trabalho.

Com essas oposições fundamentais, Benveniste desfaz a aparente homogeneidade em que a terminologia da nossa tradição

gramatical nos faz acreditar. Essa crítica, entretanto, não tem apenas consequências superficiais sobre os nomes das categorias, mas aponta para uma regularidade das línguas em enfatizar o sujeito, “o único que pode manifestar” – outra característica importante que distingue as funções das categorias de pessoa e não pessoa.

Estabelecidas essas distinções fundamentais, trataremos de aprofundar alguns aspectos da oposição entre pessoa e não pessoa, que dizem respeito à atuação em diferentes instâncias, configurando diferentes modos de linguagem.

DIFERENTES MODOS DE LINGUAGEM

Em *A natureza dos pronomes* (1956), Benveniste reafirma a questão da oposição entre as categorias envolvendo a pessoa e acrescenta que

Os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes, conforme o modo de linguagem do qual são signos. Uns pertencem à sintaxe da língua, os outros são característicos do que chamaremos “as instâncias de discurso”, ou seja, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada na fala por um locutor. (BENVENISTE, 1966, p. 251).

Aqui novos elementos aparecem, configurando dois modos de linguagem em que atuam pessoa e não pessoa. Os pronomes que pertencem à sintaxe da língua, de acordo com Benveniste, são os de não pessoa, que remetem a uma situação “objetiva”, como no exemplo dado pelo autor:

Assim, na classe formal dos pronomes, os chamados de “terceira pessoa” são inteiramente diferentes de *eu* e *tu*, pela sua função e pela sua natureza. Como já se viu há muito tempo, as formas como *ele*, *o*, *isso*, etc só servem na

qualidade de substitutivos abreviativos: Pedro está doente; ele está com febre; substituem-se um ou outro dos elementos materiais do enunciado ou revezam com eles. (...) É uma função de “representação” sintática que se estende assim a termos tomados às diferentes “partes do discurso”; e que corresponde a uma necessidade de economia, substituindo um segmento do enunciado e até um enunciado inteiro, por um substituto mais maleável. Assim, não há nada de comum entre a função desses substitutos e a dos indicadores de pessoa. (BENVENISTE, 1966, p. 256).

O pronome “ele”, no exemplo, encontra o referente que representa na própria linearidade do enunciado, ao associar-se a “Pedro”. Esse funcionamento dos pronomes de terceira pessoa realiza-se no âmbito mesmo da sintaxe, sem a ancoragem na situação enunciativa e, por isso, trata-se de uma situação “objetiva”, nas palavras de Benveniste. O pronome não pessoal *e/le* substitui algo objetivamente em relação ao que foi enunciado.

Os pronomes pessoais têm outra função, são indicadores de pessoa:

Eu somente pode ser definido em termos de locução, não em termos de objetos, como o signo nominal. *Eu* significa ‘a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*’. Instância única por definição e válida somente na sua unicidade. (BENVENISTE, 1966, p. 252).

O pronome pessoal *eu* não substitui nem representa nada no enunciado que o contém, mas relaciona o enunciado à própria alocação.

Assim, remissões operadas pela não pessoa e pela pessoa concernem a dois diferentes modos de linguagem, em diferentes instâncias, uma da sintaxe dos enunciados, outra do ato de enunciação.

Uma das grandes razões e importância, para o nosso estudo, de propor a oposição entre as pessoas *eu-tu*, de um lado, e a não pessoa *ele/nomes lexicais*, de outro, está em fazer emergir o “tipo de

realidade” a que remetem, conforme expressão de Lahud (1979). A não pessoa remete a toda e qualquer coisa, exceto à própria instância de discurso que a contém, daí a sua “objetividade”. Já a realidade a que se aplicam *eu* e *tu* é a própria instância de discurso, o que se configura como outro tipo de realidade, pois a pessoa somente é pessoa enquanto e durante o momento em que um *eu* fala e marca sua fala, dizendo “eu”. Assim, esse outro tipo de realidade somente se define no que diz respeito à própria locução, no instante e pelo instante em que ela acontece. *Eu* e *tu* pertencem, portanto, a uma realidade diferente, criada pelo próprio *eu* que diz “eu” e, por isso, é uma realidade *de discurso*, existindo somente ali e efemeramente.

Assim, podemos falar, junto com Benveniste (1966), de uma “referência objetiva”, operada pelos nomes, e de uma “referência própria”, operada por *eu*. Se os nomes lexicais constituem uma classe de referência a objetos, “eu” refere a própria alocação e corresponde, a cada vez, a um ser único.

Outras relações, que abarcam a amplitude dos textos, decorrem desses diferentes modos de linguagem, em que se operam referências “objetivas” e “próprias” e podem também ser compreendidas à luz da distinção entre pessoa e nomes lexicais:

Entre *eu* e um nome referente a uma noção lexical, não há somente as diferenças formais, muito variáveis, que a estrutura morfológica e sintática das línguas particulares impõe. Há outras, que se devem ao próprio *processus* de enunciação linguística e que são de uma natureza mais geral e mais profunda. O enunciado que contém *eu* pertence ao nível ou tipo de linguagem que Charles Morris chama de pragmático, que inclui, com os signos, aqueles que os empregam. Podemos imaginar um texto linguístico de grande extensão – um tratado científico, por exemplo – em que *eu* e *tu* não apareceriam uma única vez; inversamente, seria difícil conceber um curto texto falado em que não fossem empregados. Mas os outros signos da língua se repartiriam indiferentemente entre esses dois gêneros de textos. (BENVENISTE, 1966, p. 251-252).

Benveniste observa que, se, por um lado, *eu* inclui aqueles que o empregam, e, por isso, num diálogo oral, é praticamente uma condição obrigatória, por outro lado, num tratado científico, essa condição é dispensável. Mas o que isso revela, além de diferentes gêneros de textos? Pelo que entendemos, revela a relação que a categoria de pessoa estabelece com o *processus* de enunciação linguística.

Destacamos, primeiramente, o uso do termo *processus*, que mantivemos na tradução, justamente pela definição encontrada no *Petit Robert*: “ensemble de phénomènes, conçu comme actif et organisé dans le temps” (ROBERT; REY; REY-DEBOVE, 1987). O interessante aí é que, nesse verbete, aguça-se o sentido de *processo*, não apenas como sequência de ações na realização de algo, mas como “conjunto de fenômenos, ativo e organizado *no tempo*”. Na explicação de Benveniste, o nível “pragmático”, de Morris, é aquele em que se instauram no *processus* ações em que *eu* comanda e/ou participa e/ou organiza, relacionando-as à instância presente de *eu*. Em um outro nível, que não inclui *eu*, as ações se desenvolvem num tempo e modo “objetivos”, dados pelo próprio enunciado.

O tempo, como fica evidente no texto *As relações de tempo no verbo francês* (1959), é também uma marca de subjetividade, ao relacionar-se sempre a uma categoria de pessoa. Assim, o *processus* de enunciação linguística que se verifica nos textos é marcado ou não pela presença do *eu* e do tempo de *eu*, como nos exemplos citados, entre um diálogo oral e um texto científico. A solidariedade à instância de discurso de quem fala, ou a sua ausência, revela dois planos, respectivamente: o *discursivo* e o *histórico*. Alguns exemplos típicos do *plano histórico* são as narrativas de acontecimentos passados, em que fatos são apresentados sem nenhuma intervenção do locutor. É o caso dos contos de fadas, de “Era uma vez...”, e também da maior parte dos livros didáticos de história, por exemplo, em que não aparecem análises explícitas de

historiadores, mas apenas o relato impessoal, como se os fatos se produzissem “natural e objetivamente”. O *plano do discurso* encampa toda e qualquer enunciação que suponha um locutor e um ouvinte, além da marca de um engajamento, ou do convite ao engajamento, partindo do locutor. Encaixam-se nessa descrição, segundo Benveniste (1966), todos os gêneros orais de texto, em que o locutor organiza sua fala na categoria de pessoa. Podemos pensar aqui nos discursos políticos, em que um orador fala em primeira pessoa, dirigindo-se a sua audiência, convocando-a a se posicionar favoravelmente, conforme os valores e julgamentos que imprime em sua fala.

Vê-se desenhar, então, na proposta de Benveniste, uma série de importantes papéis na linguagem, desempenhados pelos diferentes tipos de pessoa. Até aqui, as oposições engendradas pelas categorias de pessoa e não pessoa e os domínios em que atuam ou que distinguem, podem ser resumidos assim:

Quadro 1 – Relações de distinção.

Forma	eu/tu	ele/nomes lexicais
categoria da língua	pessoa	não pessoa
Instância	de discurso	da sintaxe do enunciado
Referência	própria	objetiva
Realidade	discursiva/subjetiva	objetiva
plano enunciativo	discursivo	histórico

Fonte: Elaborado pela autora.

Se os diferentes elementos da língua se relacionam a diferentes instâncias, da sintaxe e do discurso, e ao *processus* de enunciação, organizado ou não pela presença e pelo tempo de *eu*, definindo diferentes planos enunciativos dos textos, conforme acabamos de expor, as propriedades de *eu/tu*, em comparação com os nomes lexicais e pronomes de não pessoa, podem revelar ainda outro tipo

de disparidade que diz respeito à relação de sentido que cada um dos grupos de signos comporta e estabelece com a enunciação. De acordo com Lahud:

A distinção entre pessoa e não pessoa reflete, portanto, uma oposição mais profunda, cujo traço distintivo essencial é a relação do sentido dos signos com a enunciação: é a ausência de uma tal relação que faz do “ele” um elemento pertencente àquilo que Benveniste denomina esfera “cognitiva” da linguagem e, por isso, um signo adequado para designar coisas da “realidade objetiva”; e é a impossibilidade de se conceber a natureza semântica de “eu-tu” fora de uma remissão à enunciação que os torna não-referenciais em relação à realidade”: pode-se, quando muito, dizer que são autorreferenciais, no sentido de elementos refletindo seu próprio emprego em cada instância de discurso onde sua presença imprime no enunciado uma marca da apropriação da língua por um sujeito. (LAHUD, 1979, p. 110)

Além de chamar a atenção para essa disparidade mais ampla e profunda em que estão implicados os signos e suas funções na linguagem, na relação de sentido que estabelecem com a enunciação, mais duas questões podem ser encetadas, a partir desse trecho. Uma delas é a característica autorreferencial atribuída aos signos de pessoa, que, de acordo com Benveniste (1966), os define como dêiticos. A outra é sobre a afirmação de que os signos da esfera “cognitiva” da linguagem são os elementos apropriados para designar coisas da “realidade objetiva”, ao passo que os elementos *eu* e *tu*, porque não podem ser concebidos a não ser com referência à própria enunciação, não pertencem a essa realidade objetiva. As perguntas que lançamos são: o que torna os elementos de não pessoa “apropriados” para designar a realidade objetiva e, por outro lado, o que caracteriza os elementos de pessoa como autorreferenciais, pertencentes unicamente à realidade discursiva?

Com isso, chegamos no ponto alto de nossa discussão. Para examinar mais de perto essas questões, começaremos pelo estatuto referencial dos elementos de pessoa.

O ESTATUTO NÃO REFERENCIAL DE EU

Conforme descrito nas seções anteriores, as diferentes pessoas estão vinculadas a diferentes funções da linguagem. De acordo com Lahud (1979), o principal papel de *eu* é o de assegurar aos locutores a possibilidade de se colocarem no instante e pelo instante em que dizem “eu” na posição de sujeito do seu próprio discurso. A *e/e* está reservado o lugar de representar uma invariante não pessoal e apenas isso. Estão associados a esses papéis os modos pelos quais os signos de pessoa e não pessoa se relacionam, ora com a alocação, ora com os objetos, respectivamente.

É exatamente neste ponto que precisamos nos aprofundar para prosseguir nessa distinção, pois é aí que podemos encontrar alguma luz sobre as características dos signos que permitem as diferentes relações com a enunciação, conforme nossa indagação no final da seção anterior. Essas características nem sempre ficam muito evidentes no texto de Benveniste:

[...] é também como instância de forma *eu* que deve ser tomado; a forma *eu* somente tem existência linguística no ato de fala que a profere. Há, pois, nesse processo uma dupla instância conjugada: instância de *eu* como referente e instância de discurso *eu*, como referido. A definição pode, então, ser assim especificada: *eu* é o “indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*”. (BENVENISTE, 1966, p. 252-253).

Há uma sobreposição, aqui, causada pela atribuição do papel de *referente* e *referido* e que pode causar um imbróglio sobre o papel de *eu*, a princípio. Tentemos deslindar primeiramente o que é a *dupla instância* que se conjuga entre língua e discurso. Em uma, há a forma linguística *eu* que é proferida, no ato de fala, na outra, há o *eu* como referente, no enunciado: “‘eu’ designa aquele que fala e implica ao

mesmo tempo um enunciado imputado a 'eu': dizendo 'eu' não posso deixar de falar de mim" (BENVENISTE, 1966, p. 228). Entretanto, a dúvida que pode surgir é: se ao dizer "eu", além da remissão à instância de discurso, é designado aquele que fala, não estamos aí a falar do referente da realidade objetiva? Apesar de ressaltar o papel de *eu*, como o que pode manifestar, e o de *ele*, como o único que pode referir coisas, Benveniste realmente não nega o referente *eu* que está indissociavelmente ligado à forma *eu* enunciada, mas lhe atribui um outro estatuto, não referencial:

[...] uma propriedade fundamental e, além disso, manifesta, de *eu* e *tu* na organização referencial dos signos linguísticos. Cada instância de emprego de um nome se refere a uma noção constante e "objetiva", apta a permanecer virtual ou a se atualizar em um objeto singular, que perdura sempre idêntica na representação que desperta. Mas as instâncias de emprego de *eu* não se constituem em uma classe de referência, já que não há objeto definível como eu, ao qual possa remeter identicamente essas instâncias. Cada *eu* tem sua referência própria e corresponde a cada vez a um ser único, posto como tal. (BENVENISTE, 1966, p. 252).

Conforme nossa interpretação do trecho citado acima, sendo os nomes signos "fixos", por fazerem parte do conjunto do léxico da língua, estão sempre disponíveis virtualmente aos falantes. Na sua instância de emprego, prestam-se para atualizar a referência a um objeto singular, que se mantém, contudo, idêntica na representação que desperta nos falantes, pelas suas propriedades extensionais. Pertencem, assim, a uma esfera "cognitiva".

Muito diferente é o comportamento das instâncias de emprego de *eu* e *tu*. Em primeiro lugar, para Benveniste, *eu* e *tu* não podem referir identicamente, pois referem, a cada nova enunciação, um *eu* e um *tu* únicos. Não existiriam, portanto, como signos virtuais. Essa característica leva Benveniste a chamá-los de

signos vazios, pois somente são “preenchidos” quando atualizados na instância de discurso.

É preciso sinalizar, porém, um problema em considerarmos a inexistência desses elementos como signos virtuais. O fato de *eu* designar o locutor, e não outra coisa ou indivíduo, e *tu*, o alocutário, e não outra coisa ou indivíduo, enfraquece a noção de *signo vazio*¹⁵. Assim, Kleiber (1986), por exemplo, argumenta a favor da ideia de que o *denotatum* de elementos como *eu* e *tu* é mais vago, mas não inexistente. A nosso ver, nem é o caso de ser exatamente vago, já que, a cada instância, *eu* e *tu* têm papéis e referentes bem definidos. A questão é que o *denotatum* desses elementos é apenas a sua função gramatical, o que lhes caracteriza como variáveis, cuja definição somente é dada no e pelo instante do ato de enunciação, diferentemente dos nomes, que têm suas descrições fixadas pelo léxico. Essa seria, então, nossa alternativa, para diferenciar os signos de pessoa dos signos lexicais, sem recorrer ao conceito de *signos vazios*.

Ao discutir sobre a “pureza” da noção de autorreferencialidade, Kleiber (1986) explica suas versões fortes e mais flexíveis, em associação à *token reflexivity*, e problematiza essa dupla função de um elemento, como *eu*, em remeter à própria instância, mas simultaneamente também ao referente “eu”. Aqui, além de mergulhar mais fundo no que diz respeito ao estatuto não referencial dos dêiticos, vemos também a oportunidade de especificar melhor o que é *autorreferência*. Nesta altura, e para o alcance a que nos propomos aqui, ao depararmos com a argumentação de Kleiber (1986), fica ainda mais evidente o quanto a função designativa dos dêiticos não é propriamente referencial, pois, como o próprio Kleiber observa, as instruções fornecidas, indicando a instância de discurso de *eu*, não são suficientes para encontrar o referente ao qual a expressão

15 A noção de *signo vazio* remonta a Husserl (1969 [1913]), de quem Bühler (1932) já teria tomado emprestado inclusive o termo *Bedeutungserfüllung* (preenchimento de significação).

dêitica corresponde. A identidade de conexão entre a ocorrência e o referente não garantem a sua identificação ou, em outras palavras, a informação de que uma determinada ocorrência de “eu” ou “aqui” que, sabemos, remete à presente instância temporal e espacial de “eu”, não nos oferece, por si só, uma precisa identificação dos referentes que correspondem a esse indivíduo ou lugar. Quando o objetivo é encontrar o referente, então, é preciso de alguma outra informação não fornecida pelo dêitico, como um gesto, uma imagem ou algum outro tipo de percepção sensorial associada aos objetos e lugares “reais”. Seguindo no raciocínio que nos oferece Kleiber (1986), a sua definição, próxima à de *símbolo indexical*, é a de que “os dêiticos são expressões que remetem a um referente, cuja identificação só pode ser operada pelo entorno espaço-temporal de sua ocorrência”. Ora, esse entorno espaço-temporal, também mencionado como contexto, não é o da realidade *do discurso*, mas o da realidade objetiva. Para Lahud (1979), que também se alinha a Benveniste, a dêixis é “quando muito” autorreferencial, no sentido de que não diz respeito à realidade dos objetos. Ainda para o autor, se “eu” refere, é única e exclusivamente a sua própria instância.

As explicações de Kleiber (1986), portanto, só vêm corroborar o postulado de que o aspecto referencial não está no dêitico, mas em algo do entorno objetivo de sua ocorrência e não representado pela expressão dêitica em si. A designação realizada por *eu* não identifica quem fala, porque não há nada na mera menção de “eu” que aponte para o indivíduo *eu* no mundo, mas há apenas a sinalização de um *eu* que fala no mundo, conforme explicamos antes, o que se deve ao conteúdo limitado do *denotatum* desses signos. E, por isso, Benveniste afirma que *eu* não pode ser definido em termos de “objeto”, mas apenas em termos de “locução”.

Por tudo isso, evidentemente, não faz sentido, para nós, definir os dêiticos como “expressões que remetem a um referente”. *Eu* e

tu são categorias da língua que remetem ao discurso e é somente nessa realidade que intervêm: está aí, aliás, o próprio traço distintivo da dêixis, qual seja, o de ser “contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa” (BENVENISTE, 1966, p.253).

Encerrando esta seção, acrescentamos os novos elementos discutidos no quadro, em que resumizamos a reflexão por tópicos:

Quadro 2 – Relações de distinção.

Forma	eu/tu	ele/nomes lexicais
categoria da língua	pessoa	não pessoa
Instância	de discurso	da sintaxe do enunciado
Referência	própria	objetiva
Realidade	discursiva/subjativa	objetiva
plano enunciativo	discursivo	histórico
Esfera	locução	“cognitiva”
Signo	vazios ou “variáveis”	virtuais ou “fixos”
<i>Denotatum</i>	inexistente/vago/ função gramatical	disponível no léxico
estatuto/domínio	não referencial/ autorreferencial	referencial

Fonte: Elaborada pela autora.

DÊIXIS E REFERÊNCIA

Há outros indicadores que se unem a *eu/tu* por compartilharem da característica de ser contemporâneos da instância de discurso que contém o indicador de pessoa. Vemos, então, porque a dêixis, em Benveniste, não diz respeito ao domínio referencial, mas funciona justamente como o indicador do outro domínio, que é autorreferencial. Os indicadores que se organizam correlativamente a *eu/tu*, conforme

Benveniste, são, primeiramente, os demonstrativos, como os do latim *hic/iste* (designando algo mais próximo de quem fala ou mais próximo do interlocutor, respectivamente). De acordo com o autor, ainda, “fora dessa classe, mas no mesmo plano e associados à mesma referência, encontramos os advérbios *aqui* e *agora*”¹⁶ (BENVENISTE, 1966, p. 253), delimitando a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém *eu*.

Lahud (1979) afirma:

Os dêiticos provam que o sujeito está na língua e que, por conseguinte, a descrição semântica desta nos informa necessariamente alguma coisa sobre uma outra realidade que não ela própria: não sobre aquilo de que se fala, mas [...] sobre “nós mesmos enquanto pessoas que falamos”. (LAHUD, 1979, p. 124).

É em informar “sobre nós mesmos enquanto pessoas que falamos” que Benveniste deposita a autorreferencialidade que atribui aos dêiticos, pois aí está a sua necessidade de existir. E, assim, pode-se identificar a função dos signos autorreferenciais em indicar a relação que estabelece entre o enunciado e o *eu-aqui-agora* da enunciação, distinta da função dos signos referenciais, os quais, por sua vez, têm um papel representativo em relação ao objeto que designam.

Um dêitico só pode ser definido, então, conforme Benveniste (1966, p. 253), levando-se em conta seu papel essencial, que é realizar “a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado etc.) e a presente instância de discurso”. Por outro lado, quando não se visa mais a essa indicação, a língua recorre a uma série de outros termos, que não se referem mais à instância de discurso, mas aos objetos “reais”, aos tempos e lugares “históricos”.

16 Dos advérbios aqui e agora, por sua vez, derivam uma outra série que procede da mesma relação, quais sejam, *hoje*, *ontem*, *em quinze dias* etc. Não nos deteremos aqui nos tipos dêiticos, mas apenas naquilo que pode definir um dêitico.

É nessa passagem que buscamos apoio para afirmar que a linguagem nos oferece dois diferentes modos de referir: um associado à dêixis, autorreferencial, outro associado aos elementos que permitem referir objetos e, portanto, referencial, propriamente dito.

Pelo raciocínio que foi construído até aqui, podemos ir além, no que concerne ao domínio da referência, especulando um pouco mais sobre os elementos que aí atuam. Como vimos, os elementos que evocam objetos, numa função de representação desses objetos, pertencem ao domínio da não pessoa e são recorrentemente os pronomes de não pessoa e os nomes lexicais. Todo elemento que assim se comporta atua em relações anafóricas, especialmente em sequências de enunciados e nos textos, já que um termo que remete a um referente, uma vez empregado, serve de fonte para que outras referências sejam realizadas, a partir dele¹⁷. Reforça nossa afirmação Lahud (1979, p. 116): “denomina-se anafórico todo segmento do discurso que remete, por uma relação dita ‘substitutiva’ ou ‘representativa’, a um outro segmento (palavra, sintagma, frase), em geral antecedente, da mesma sequência”. Apesar de partir de um conceito limitado sobre anáfora, meramente sobre o seu papel sintático, vislumbra-se, a seguir, uma certa percepção da precariedade desse conceito, quando o autor critica a concepção de anáfora como um procedimento puramente retórico, desempenhando uma função de “pura e simples substituição”, e ressalta a necessidade de investigar “os valores funcionais que as unidades substituídas devem assumir” no novo segmento em que aparecem. Ora, sabemos que, nesse hiato entre uma ocorrência e o novo segmento em que aparecem os elementos anafóricos, estão questões que ultrapassam a sintaxe da frase e vão em direção ao texto e toda a complexidade que isso implica. Contudo, para o ponto em que queremos chegar, mantendo-nos no escopo deste capítulo, podemos desprezar, por ora, o alcance textual

17 Ver Ciulla (2008) sobre a definição e o funcionamento da anáfora e sobre as diversas funções dos processos referenciais anafóricos nos textos.

da anáfora. A característica desses elementos que cabe aqui ressaltar é o fato de que “essa função “representativa” (semântica ou sintática) constitui os anafóricos num subsistema da língua, por oposição aos elementos propriamente apresentativos desta” (LAHUD, 1979, p. 117).

Com isso, trazemos novamente à baila a problematização benvenistiana das teorias pronominais clássicas, que tentam reunir, sob uma única classe dos pronomes, elementos distintos: de um lado, os elementos “representativos” da língua (*pronome = para um nome*) e os da dimensão mais propriamente significativa (*pronome = como um nome*), e, de outro lado, os que têm o caráter específico de marcar uma relação ao ato de fala. Esses elementos distintos não são nada mais do que, de um lado, a anáfora, de outro, a dêixis. Conforme Benveniste, ainda:

[...] na classe formal dos pronomes, aqueles ditos de “terceira pessoa” são totalmente diferentes de *eu* e *tu*, pela sua função e pela sua natureza. Como vimos, desde há muito tempo, as formas, como *ele*, *o*, *aquilo*, etc. somente servem na qualidade de substitutivo abreviativo (Pedro está doente. Ele tem febre.); eles substituem ou revezam algum elemento material do enunciado. Mas essa função não está ligada somente aos pronomes [...]. É uma função de “representação” sintática que se estende assim a termos relacionados a diferentes “partes do discurso” e que responde a uma necessidade de economia [...]. Não há nada de comum entre a função desses substitutos e aquela dos indicadores de pessoa. (BENVENISTE, 1966, p. 256).

Afora as dificuldades de lidar com a especificidade das representações operadas pelos anafóricos, fica patente nesse trecho e neste ponto do nosso trabalho que “*ele* não é pessoal na exata medida em que é anafórico; ou que a disparidade entre *eu/tu* e *ele*, sobre a qual tanto insistimos, corresponde ao fato de que *ele* ‘representa’, ao passo que *eu/tu* são signos de uma ‘relação ao ato de fala’” (LAHUD, 1979, p. 118).

E, assim, dentro dessa perspectiva que apresentamos, o fenômeno da dêixis se opõe ao domínio da referência, por ser não referencial e se caracterizar pela autorreferência, mas também se encontra num plano de oposição em relação à anáfora. Na função de referir objetos, os signos lexicais e pronominais de não pessoa, por atuarem na sintaxe dos enunciados e na esfera “cognitiva”, se prestam para representar e simbolizar tais objetos, que ficam, assim, disponíveis para o funcionamento anafórico. Na função de informar sobre nós mesmos como as pessoas que falam, isto é, na função autorreferencial, os signos de pessoa, que se definem somente em termos de locução, se prestam para indicar a presente instância de *eu* e se constituem como dêiticos.

O plano de oposição entre dêixis e anáfora revela, então, o tipo de relação que os signos estabelecem com a enunciação: a dêixis, no domínio da autorreferência, com a função de indicar a relação ao ato de fala, e a anáfora, no domínio referencial, com a função de representar objetos.

Nos quadros abaixo, resumimos as oposições que propomos. No quadro 3, constam os tópicos com os termos-chave das distinções desta seção:

Quadro 3 – Relações de distinção.

domínio	autorreferência	referência
categoria da língua	pessoa	não pessoa
tipo de relação com a enunciação	dêixis	anáfora
função	indicação da relação ao ato de fala	representação de objetos

Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro seguinte, reunimos todas as distinções, com base nas discussões que apresentamos neste capítulo, sempre em

tópicos, com os termos-chave e a relação com a esfera ou domínio em que atuam:

Quadro 4 – Relações de distinção.

forma	eu/tu	ele/nomes lexicais
categoria da língua	Pessoa	não pessoa
instância	de discurso	da sintaxe do enunciado
referência	Própria	objetiva
realidade	discursiva/subjativa	objetiva
plano enunciativo	Discursivo	histórico
esfera	Locução	"cognitiva"
signo	vazios/"variáveis"	virtuais/"fixos"
denotatum	inexistente/vago/ função gramatical	disponível no léxico
domínio	autorreferência	referência
tipo de relação com a enunciação	Dêixis	anáfora
função	indicação da relação ao ato de fala	representação de objetos

Fonte: Elaborado pela autora.

CONCLUSÃO

Cada um dos itens discutidos e cada oposição sugerida por Benveniste comporta detalhes que renderiam novas discussões e desenvolvimentos, num verdadeiro labirinto de inquietações e conhecimento, o que comprova a riqueza do pensamento deste autor. Limitamo-nos aqui a fazer um recorte daquilo que pode nos levar a compreender melhor a contribuição de Benveniste à discussão sobre a dêixis e sobre a referência. Ancorando nosso estudo em uma antiga

problemática envolvendo esses conceitos, apresentamos, então, um estudo bastante inicial, em que, em primeiro lugar, defendemos, ao lado de Benveniste, uma noção “pura” de dêixis, no sentido de que um dêitico é somente indexical em relação à instância de discurso que contém “eu”, definindo-se, portanto, pela autorreferência. O dêitico não refere, mesmo contendo a menção ao referente, pois a única informação que carrega é a de remeter à sua própria realidade de discurso. O referente de “eu” no mundo, para ser identificado, precisa de recursos de outro domínio, que escapam à autorreferência.

Tomando sempre a reflexão de Benveniste sobre a categoria de pessoa como eixo condutor, identificamos, de um lado, a dêixis e as suas propriedades autorreferenciais, e, de outro, a anáfora e suas funções referenciais, associadas a dois distintos modos de relacionar os signos com a enunciação.

Como trabalhos futuros, sugerimos uma investigação aprofundada sobre o funcionamento das anáforas, o que implicaria também em considerar o texto, à luz dos pressupostos teóricos de Benveniste.

REFERÊNCIAS

BAR-HILLEL, Yehoshua. Indexical Expressions. *Mind*, Oxford University Press, v. 63, n.251, p.359-379, 1954.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale, I*. Paris: Éditions Gallimard, 1966.

BÜHLER, Karl. *Sprachtheorie: Die Darstellungsfunktion der Sprache*. Jena: Fischer, 1934.

BRUGMANN, Karl. *Kurze vergleichende Grammatik der indogermanischen Sprachen*. Strasbourg : K.J.Trübner, 1904.

CIULLA, Alena. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. 2008. 201p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CIULLA, Alena. Um lugar para a referência, sob um ponto de vista da enunciação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.60, n.3, p.1-18, 2018a.

CIULLA, Alena. Sobre a definição de dêixis a partir de “A natureza dos pronomes”. *Desenredo*, v.14, n.3, p.364-379, 2018b.

DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FILLMORE, C. *Lectures on deixis*. Berkeley: University of California, 1971.

FILLMORE, C. *Lectures on deixis*. California: CSLI Publications, 1977.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

HUSSERL, Edmund. *Recherches logiques*. tII/I, Paris : PUF, [1913]1969.

KLEIBER, George. Déictiques, embrayeurs, “token-reflexives”, symboles indexicaux, etc.-comment les définir ? *L’Information Grammaticale*, n.30, 1986, p.3-22.

LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.

LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LYONS, J. *Semantics*. London: Cambridge University Press. 2.v., 1977.

ROBERT, Paul; REY, Alain; REY-DEBOVE, Josette. *Le Petit Robert*. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1988.

5

Elisa Marchioro Stumpf

BLASFEMIA: UM OUTRO MODO DE ENUNCIÇÃO

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.281.121-140

INTRODUÇÃO

O aniversário de cinquenta anos da publicação do texto “O aparelho formal da enunciação”, um dos mais célebres textos do linguista Émile Benveniste, foi o estímulo para levarmos a cabo uma análise de um artigo cronologicamente próximo, embora menos reconhecido, intitulado “A blasfemia e a eufemia”, publicado em 1969. Se, em outras ocasiões (STUMPF, 2017, no prelo), nossa leitura buscou nele subsídios para estudarmos a dimensão antropológica da enunciação¹⁸ (DESSONS, 2006, ONO, 2007, LAPLANTINE, 2008; TEIXEIRA, 2012; FLORES, 2013), na tentativa de compreender fenômenos como o eufemismo, a blasfemia e o juramento, nosso objetivo neste texto é elencar e sistematizar suas contribuições para a caracterização da enunciação no pensamento de Benveniste. Tal propósito é semelhante ao de Ono (2012), que destaca algumas reflexões pertinentes à temática da enunciação ao estudar as notas preparatórias de “A blasfemia e a eufemia”. Entretanto, procuramos dar um passo além e responder a uma observação feita pela autora no texto (ONO, 2012, p. 78): seria a blasfemia um modo de enunciação?

18 Conforme explicamos em nossa tese de doutorado (STUMPF, 2017, p. 37-38), “nos trabalhos mais recentes da área de enunciação, pode-se perceber uma passagem de estudos mais restritos à descrição de marcas de subjetividade em enunciados em direção a pesquisas que procuram mostrar que: a) há uma teoria da linguagem presente na obra benvenistiana, e não apenas uma teoria da enunciação, e b) ela fornece subsídios para pensar um projeto de uma ciência geral do homem. Sustenta-se, assim, que essa nova forma de pensar a teoria mostra-se útil em diversos estudos sobre as ‘atividades significantes dos homens em qualquer tipo de interação social’ (TEIXEIRA, 2012, p. 72). Toma-se como axioma dessa nova visada a ideia de que ‘o homem está na língua’. Esse princípio não é algo inédito nas pesquisas enunciativas, pois, como dissemos anteriormente, elas têm tradicionalmente se ocupado em mostrar as marcas de subjetividade em diversas manifestações linguísticas. Entretanto, acreditamos que eleger esse princípio como norteador da leitura da obra benvenistiana revela e dá destaque a nuances do pensamento do autor até então poucos exploradas, o que permite ver não apenas uma teoria da enunciação, mas uma reflexão dedicada à importância da linguagem na constituição do homem e o funcionamento da língua na sociedade, em especial no que diz respeito ao seu caráter significativo.”

Publicado nas atas de um colóquio voltado para a linguagem teológica (*L'analyse du langage théologique: le nom de Dieu*), ocorrido em Roma, em janeiro de 1969, “A blasfemia e a eufemia” encontra-se na sexta parte de *Problemas de Linguística Geral II*, intitulada “Léxico e cultura”. No prefácio de *Problemas de Linguística Geral I*, Benveniste (2005, s./p.) explica que, nesta seção, “o que se destaca é o papel da significação e da cultura: estudam-se aí os métodos da reconstrução semântica, assim como a gênese de alguns termos importantes da cultura moderna”. O artigo trata de um tema fundamental para a cultura judaico-cristã – a interdição da pronúncia do nome de Deus –, mas suas reflexões não se esgotam nesse tópico. Para Ono (2012, p. 77), “as ideias expostas se situam no cruzamento de várias problemáticas interessantes e podem fornecer um rico material para nossa reflexão sobre alguns conceitos-chave da linguística benvenistiana”¹⁹. Às voltas com os mecanismos envolvidos na blasfemia, Benveniste depara-se constantemente com a questão da enunciação, uma relação que está mais evidente nas notas preparatórias e merece ser mais detalhada.

Para tanto, iniciamos nosso texto com a análise de “A blasfemia e a eufemia”, que retoma reflexões anteriores (STUMPF, 2017, no prelo) e é enriquecida com o estudo realizado por Ono (2012). A seguir, destacamos três aspectos que podem contribuir para o conceito de enunciação e que, em nossa opinião, merecem ser mais explorados para uma maior compreensão das densas temáticas tratadas por Benveniste em seus últimos textos. Os três aspectos aqui analisados justificam nossa resposta à pergunta feita anteriormente: a blasfemia constituiria um outro modo de enunciação, cuja descrição e análise ainda está por ser feita.

19 Do original: “les idées qu’il expose se situent au croisement de plusieurs problématiques intéressantes et peuvent fournir de riches matières à notre réflexion sur certains concepts clefs de la linguistique benvenistienne”. Tradução de nossa responsabilidade, bem como as demais presentes neste capítulo.

“A BLASFEMIA E A EUFEMIA”

É necessário compreender o vocabulário criado por Benveniste, que afirma, no início do texto, que os termos “blasfemia” e “eufemia” são neologismos motivados por duas questões. Primeiramente, servem para evitar a confusão entre “blasfemia” com “blasfêmia” (embora em português sua semelhança seja mais evidente do que em francês). Blasfêmia é definida como “asserção difamante relativamente à religião ou à divindade” (BENVENISTE, 2006, p. 259), ou seja, uma fala de teor ofensivo que envolve o âmbito religioso. Já a blasfemia é definida como “um processo de fala ... [que] consiste, de uma certa maneira, em substituir o nome de Deus por sua injúria” (BENVENISTE, 2006, p. 260). Em segundo lugar, o neologismo “blasfemia” relaciona-se com o outro termo introduzido pelo autor: “eufemia”. A semelhança entre esses dois vocábulos tem por função associar os dois termos e propô-los como atividades simétricas. De acordo com Benveniste, blasfemia e eufemia são atividades correspondentes, mas que se dão em forças opostas, e cujo resultado é a imprecisão, chamada de “expressão blasfêmica por excelência” (2006, p. 259).

Nas notas preparatórias, percebe-se que, para Benveniste, tais fenômenos dizem respeito ao domínio da linguagem, embora seu estudo também perpassasse outras áreas do conhecimento, como religião, literatura e psicanálise. Para Ono (2012, p. 77), isso se comprova mediante a presença de diferentes autores pertencentes a tais domínios nas notas²⁰. Entretanto, nos estudos linguísticos, “não se retém da imprecisão senão os aspectos pitorescos, anedóticos, sem prender-se à motivação profunda nem às formas específicas da expressão” (BENVENISTE, 2006, p. 259). É justamente esse o objetivo

20 Um fato anedótico interessante é a constatação de que, atualmente, o artigo “A blasfemia e a eufemia” encontra-se presente como referência em estudos advindos de diversas áreas do conhecimento, provando a importância das reflexões de Benveniste sobre o assunto.

de Benveniste: explicar as causas da blasfêmia e seu quadro locucional, ou seja, como e em que circunstâncias ela se manifesta no discurso.

Iniciando pela motivação, Benveniste explica que, nas línguas ocidentais, a blasfêmia e suas manifestações linguísticas provêm da “necessidade de violar a interdição bíblica de pronunciar o nome de Deus” (BENVENISTE, 2006, p. 260). Deve-se ressaltar o objeto da proibição, que não é falar *sobre* Deus, mas sim pronunciar o seu próprio nome. Resulta disso a supressão dessa palavra do repertório linguístico, o que o linguista afirma ser um paradoxo próprio dos tabus: “este nome deve ao mesmo tempo continuar a existir enquanto ‘interdito’” (BENVENISTE, 2006, p. 260). Outras evidências apontam que a pronúncia do nome de Deus seria o interdito máximo: as consequências negativas (incluindo castigos corporais)²¹ que a acompanham e a observação de tal interdição mesmo em sociedades que ignoram o tabu a respeito da pronúncia do nome dos mortos²². Isso vem da crença segundo a qual a simples pronúncia de tais nomes poderia fazer o morto voltar ao mundo dos vivos. Constata-se o mesmo princípio por trás de tais interdições: a identificação entre falar e existir (ONO, 2012).

Benveniste recorre a Freud para explicar a natureza do tabu, que seria uma proibição antiga contra os desejos mais fortes do homem, determinado por alguma autoridade exterior. Ao profundo desejo

21 Embora Benveniste não as especifique, a tradição judaico-cristã estipulava desde mutilações até a morte para quem pronunciasse o nome de Deus, conforme Nash (2007) aponta no seu estudo sobre as leis contra blasfêmia na sociedade francesa entre os séculos XIV e XVII.

22 Em “Totem e Tabu”, originalmente publicado em 1913, Freud discorre sobre a ocorrência em diversos povos, afirmando que “a evitação do nome do falecido geralmente é aplicada com um rigor extraordinário” (2013, p. 103). Além disso, de acordo com o autor, “para os selvagens o nome é uma parte essencial e um patrimônio importante da personalidade de que eles atribuem à palavra um pleno significado de coisa” (FREUD, 2013, p. 104). O nome se identifica ao ser, portanto “pronunciar seu nome lhes parece uma invocação à qual se seguirá de imediato sua presença” (FREUD, 2013, p. 106). Decorrem disso inúmeras tentativas de modificar o nome para que ele não seja proferido.

humano de profanar o sagrado, sobrepõe-se o interdito do nome de Deus, visto que

[...] a tradição religiosa não quis reter senão o sagrado divino e excluir o sagrado maldito. A blasfemia, à sua maneira, pretende restabelecer essa totalidade, profanando o próprio nome de Deus. Blasfema-se o *nome* de Deus, pois tudo o que se possui de Deus é o seu *nome*. É só por aí que se pode atingi-lo, para comovê-lo ou para feri-lo: pronunciando seu nome (BENVENISTE, 2006, p. 260, grifos do autor).

Para explicar o quadro locucional da blasfemia, Benveniste ressalta a própria forma de expressão, que implica falar da expressão emocional, um campo com suas regras e sua organização próprias. De acordo com o linguista, “a blasfemia se manifesta como *exclamação*, ela tem a sintaxe das interjeições, das quais constitui a variedade mais típica” (2006, p. 261, grifo do autor). A classificação como exclamação é importante, pois a “imprecação é bem uma palavra que se ‘deixa escapar’, sob a pressão de um sentimento brusco e violento, impaciência, furor, desventura”.

Conforme explicamos em Stumpf (2017, p. 80),

De maneira distinta das interjeições onomatopeicas (*oh!*, *ai!* etc.), a blasfemia utiliza formas significantes. Por formas significantes, entende-se palavras que pertençam a um dado sistema linguístico compartilhado por uma comunidade. Ainda que tenham um sentido, essas palavras não comunicam, mas somente expressam, pois não se referem a nenhuma situação particular. [...] Sendo assim, a mesma palavra pode ser pronunciada em várias circunstâncias distintas e exprime tão somente a intensidade de uma reação a tais circunstâncias. Elas são utilizadas não com a intenção de declarar algo a respeito da situação, mas sim para indicar a atitude do locutor em relação a esta.

A descrição do quadro locucional é complementada com a descrição feita pelo linguista:

Ela não se refere também ao parceiro ou à terceira pessoa. Ela não transmite nenhuma mensagem, ela não abre diálogo, não suscita resposta, a presença de um interlocutor nem mesmo é necessária. Ela não descreve também aquele que a emite. Este se trai mais do que se revela. A imprecação lhe escapa, é uma *descarga emotiva*. No entanto, esta descarga se realiza em fórmulas fixas, inteligíveis e descritíveis (BENVENISTE, 2006, p. 261, grifos do autor).

Em francês, a fórmula fixa consiste na exclamação “nome de Deus”, geralmente com a presença de um epíteto que ressalta a transgressão: “sagrado nome de Deus”. Pode-se substituir “Deus” por alguma outra entidade religiosa, tal como “madona” ou “virgem”. Também é possível ressaltar a imprecação utilizando, no lugar do “nome”, o “corpo” ou algum órgão, ou ainda a sua “morte”. Finalmente, pode-se simplesmente invocar o nome do anti-Deus, ou seja, do Diabo.

No entanto, Benveniste explica que “esta exclamação suscita imediatamente uma censura” (2006, p. 262). A tentativa de pronúncia da blasfemia é acompanhada de uma modificação, chamada pelo linguista de eufemia. Mantém-se o quadro locucional da blasfemia, mas a forma pode sofrer três tipos de modificações: 1) substituição do nome de “Deus” por outro termo qualquer, 2) mutilação da palavra “Deus”, com a supressão da sílaba final ou substituição por uma sílaba de mesma assonância, e 3) criação de uma forma *nonsense* no lugar da expressão blasfêmica.

É por conta deste mecanismo que se pode afirmar que a blasfemia e a eufemia são “atividades simétricas” que funcionam como “forças opostas”. Para Benveniste (2006, p. 262), “a blasfemia subsiste, mas é mascarada pela eufemia que lhe subtrai a realidade fêmica, portanto sua eficácia sêmica, tornando-a literalmente destituída de sentido”. Assim, a modificação na forma faz com que a blasfemia não se realize, embora continue a haver uma alusão à profanação de linguagem.

AS FORMAS DE ESTAR NA LÍNGUA

Como primeira contribuição para o estudo da enunciação, ressaltamos o próprio assunto do texto, algo que causa dificuldades para os linguistas até hoje, o que leva à sua pouca representatividade nos estudos linguísticos²³. Benveniste reforça que a blasfemia pertence ao domínio da linguagem, ainda que seu estudo seja geralmente relegado ao léxico e à fraseologia. Nas notas preparatórias ao texto “A blasfemia e a eufemia”, pode-se observar como esse tema leva Benveniste a colocar em xeque os estudos linguísticos de então, pois, no escopo da linguística que se intitulava “moderna”, esse tipo de questão não era contemplado; entretanto, “a linguística não pode negligenciar o homem na língua”²⁴ (ONO, 2012, p. 79). A linguística que Benveniste idealiza deveria, sim, tratar das diversas relações estabelecidas entre homem e linguagem e, dessa forma, incluir em sua gama fenômenos considerados “marginais”, tais como a blasfemia.

Podemos estender o raciocínio e lembrar que os estudos da linguagem, por muito tempo, eram prescritivos e funcionavam como uma forma de regular o que significa “falar bem”. Nessa perspectiva, a inclusão de fenômenos como a blasfemia e outros relacionados à expressão de emoções, uma “empreitada perigosa” à época segundo Ono (2012, p. 80), envolve defrontar-se com uma contestação das leis fundamentais da língua, com uma espécie de “antigramática” que iria de encontro a uma linguística preocupada em estabelecer regras de

23 Ao estudar a linguagem obscena no Rio de Janeiro do início do século XX, Preti (1983, p. 3, grifos nossos), afirma que “o estudo da linguagem erótica, como não poderia deixar de ser, situa-se no campo dos tabus linguísticos morais e *abrange áreas sobre as quais, quase sempre e por motivos óbvios, se tem preferido calar, como, por exemplo a dos vocábulos obscenos, a dos ‘palavrões’ e blasfêmias, a da gíria, a do discurso malicioso*”. Orsi (2011, p. 345), em estudo mais recente sobre a lexia obscena, reforça essa constatação, afirmando que é um tema “ainda menosprezado por linguistas”, sendo “quase nula a referência aos palavrões em obras lexicológicas e lexicográficas”, apesar da riqueza que este recorte lexical oferece aos linguistas.

24 Do original: “la linguistique ne doit pas négliger l’homme dans la langue”.

bom uso da língua (ONO, 2012, p. 79). Podemos conjecturar que o tema analisado pode ter sido revestido de legitimação e destaque, visto que foi tratado por um linguista com o prestígio de Benveniste.

A LÍNGUA COMO POTÊNCIA CRIADORA

Para os conhecedores da obra de Benveniste, não é novidade que “a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” (2006, p. 84) e que essa expressão é uma atividade criadora por parte do locutor que mobiliza a língua. Isso se deve, entre outros fatores, à possibilidade de a língua oferecer ao homem um sistema de signos por meio do qual ele exerce a faculdade inerente à condição humana, que é a de simbolizar, cuja forma mais alta é representada pela linguagem (BENVENISTE, 2005).

Para o linguista, simbolizar consiste na capacidade de “*representar* o real por um ‘signo’ e de compreender o ‘signo’ como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de ‘significação’ entre algo e algo diferente” (BENVENISTE, 2005, p. 27, grifos do autor). Como não há relação direta entre o homem e o mundo, há a necessidade de um intermediário – e “o símbolo linguístico²⁵ é *mediatizante*” (BENVENISTE, 2005, p. 30, grifos do autor). É aí que encontramos a linguagem, que serve para reproduzir a realidade, o que Benveniste entende da seguinte maneira: “a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem” (BENVENISTE, 2005, p. 26).

Ao enunciar, o homem simboliza suas experiências, recriando a realidade para seu parceiro de interlocução. Conforme a explicação

25 Nesse trecho, retirado do texto “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (1963), quando a palavra “símbolo” está relacionada à língua, entendemos como “signo”.

do linguista, “a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade” (BENVENISTE, 2005, p. 26), o que “faz da linguagem o próprio instrumento²⁶ da comunicação intersubjetiva”.

Entretanto, isso soa diferente do que Benveniste escreveu nas notas preparatórias ao texto. Ono apresenta o seguinte trecho: “o nome de Deus não pode passar pela boca, pois o ato de pronunciar imprime um traço no mundo, e o nome é o ser”²⁷ (2012, p. 83), notando, inicialmente, a forma imagética como a enunciação é descrita. Entretanto, após uma leitura mais cuidadosa, cabe perscrutar esse trecho, visto que essa impressão física pareceria, à primeira vista, incongruente com a caracterização que Benveniste faz da enunciação como algo evanescente. Se toda enunciação se apaga logo depois do seu proferimento, como entender a caracterização da blasfemia como algo que “imprime um traço no mundo”?

De acordo com Ono, tal característica não se restringiria apenas à pronúncia do nome de Deus, já que toda enunciação imprimiria algo no mundo. Embora a enunciação se realize em uma instância de tempo e seja irrecuperável, ela age sobre o mundo e nele deixa seus traços. Para a linguista, uma vez que alguém enuncia algo, não se pode voltar atrás. É pela palavra que a existência dos seres é assegurada – a começar pela nossa, enquanto sujeitos, visto que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 2005, p. 288). Dito de outro modo, ainda que a enunciação seja evanescente, ela cria algo no mundo através da palavra.

26 Entendemos “instrumento”, nessa passagem, como o meio através do qual a comunicação se realiza.

27 Do original: “le nom de Dieu ne doit pas passer par la bouche, car l’acte de prononcer imprime une trace dans le monde, et le nom c’est l’être”.

Está em jogo aqui o caráter performativo da linguagem, do qual a blasfemia seria um exemplo. A nomeação torna-se o paradigma de uma série de outros casos em que a realização mesma de um ato se dá através da enunciação, evocando um poder quase mágico da palavra. Isso é um dos fatores que nos leva a postular que a blasfemia pode ser um outro modo de enunciação, que funciona diferentemente do aspecto denotativo que permeia os empregos mais usuais da língua.

A EMOÇÃO NA ENUNCIÇÃO

Conforme mencionamos anteriormente, a data de publicação do texto situa-o como contemporâneo de “O aparelho formal da enunciação” e ambos tratam de um mesmo objeto: o ato de enunciar. Embora não conste na versão publicada do texto, o termo enunciação aparece de forma constante nas notas preparatórias, nas quais a blasfemia é entendida como um ato de enunciação (ONO, 2012, p. 78). Ono afirma que algumas notas de ambos os artigos caracterizam a blasfemia e a enunciação como atos repentinos e expressivos, como pode-se notar no trecho abaixo, retirado do manuscrito de “O aparelho formal da enunciação”:

Na realidade, é uma mudança, - não uma mudança na própria matéria da língua. Uma mudança <mais sutil, mais profunda> visto que ela é colocada em movimento, que alguém dela se apoderou e que a movimenta, a coloca em ação, que esse aparelho que estava imobilizado, potencial, mas inerte, consistindo de signos por um lado (signos lexicais e outros) e de modelos flexionais e sintáticos por outro <se anima repentinamente, torna-se repentinamente atual> de repente passa a existir a língua se forma em discurso restituindo ao seu redor um mundo vivo. Algo nasce no mundo então. Um homem se expressa (lat. *exprimere* fazer sair por meio de uma

pressão, fazer jorrar para o exterior), ele faz jorrar a língua na enunciação²⁸ (ONO, 2012, p. 80).

Voltando às notas de “A blasfemia e a eufemia”, podemos também observar o aspecto intempestivo, próprio da classificação das imprecações como uma forma de exclamação. Segundo Ono (2012), essa característica ocupa um espaço maior nas notas preparatórias, tendo sido enfraquecida no texto final: “a nota do *folio* 348 do nosso arquivo chega mesmo a utilizar a imagem de um vulcão para descrever a imprecação como uma ‘explosão’, assinalando que é esta a sua ‘natureza primeira’”²⁹ (2012, p. 81, grifo da autora).

Encontramos aqui uma pessoa que, tomado por emoções fortes³⁰, é levada a enunciar, talvez de maneira não intencional – lembremo-nos que “este se trai mais do que se revela” (BENVENISTE, 2006, p. 261). Tomada bruscamente pela paixão, pode-se afirmar que a pessoa é convidada ou até mesmo impelida pela linguagem a enunciar, ao mesmo tempo que dela se apropria. Como afirma Ono (2007, p. 165), “a linguagem conduz cada locutor a se apropriar da língua. Dito de outra maneira, o locutor se deixa levar pela linguagem no seio do processo de enunciação. O locutor é convidado a falar e,

28 Do original: “en réalité c’est un changement, – non, pas un changement dans la matière même de la langue. Un changement <plus subtil, plus profond> du fait qu’elle est mise en mouvement, que quelqu’un s’en est emparé et qu’elle la meut, la met en action, que cet appareil qui gisait, potentiel, mais inerte, consistant en signes d’un côté (signes lexicaux et autres), en modèles flexionnels et syntaxiques de l’autre <s’anime soudain, devient soudain actuel> prend soudain existence de langue se forme en discours restituant autour de lui un monde vivant. Quelque chose naît au monde alors. Un homme s’exprime (lat. exprimer e « faire sortir en pressant, faire jaillir à l’extérieur »), il fait jaillir la langue dans l’énonciation.

29 Do original: “la note du folio 348 de notre dossier va d’ailleurs jusqu’à utiliser l’image du volcan pour décrire le juron comme une ‘explosion’, soulignant que c’est là son ‘premier caractère’”.

30 Coquet (1997) também inclui o artigo em questão em seu estudo sobre as emoções em Benveniste. Além de retomar a caracterização da blasfemia e da eufemia como “forças”, o linguista chama a atenção para a caracterização da imprecação como uma descarga emotiva, ou seja, como uma força que atinge o sujeito, mas que nele não se interrompe, pois ele a faz repercutir em seu ambiente.

como consequência, se apropria da língua”³¹. De acordo com Ono, seguindo esse raciocínio, poder-se-ia conceber a língua como algo que surge do próprio ato de falar, algo que toca o indivíduo de forma tão forte que o ultrapassa.

Parece evidente que a enunciação que ocorre em tais circunstâncias tem suas particularidades, ainda que estas não tenham sido totalmente descritas. O próprio fato de a blasfemia ter a sintaxe das interjeições já a situa no domínio da expressão emocional, ou “um reduto de pura emotividade na linguagem” (MARTINS, 1993, p. 105).

Aqui, recorremos às ideias expostas por Martins³² em um breve texto que analisa as interjeições não por meio de critérios formais, mas sim por meio do princípio da intersubjetividade, ou seja, da relação entre *eu-tu*. Distinguindo interjeições como “bravo!” de outras como “oh!”, a autora classifica as últimas como não intersubjetivas, visto que, por não haver um signo linguístico que sustente a enunciação, “a enunciação de ‘oh’ não cria um contexto dialógico, não provoca uma resposta lingüística [e] não instaura o *tu* de natureza lingüística”³³ (MARTINS, 1993, p. 108-109, grifo da autora). Ainda segundo a proposta de Martins (1993, p. 105), a falta do *tu* significa que haveria um “reduto monológico na linguagem [que] pode até ser visto como questão tabu”. Tal referência a um reduto monológico nos leva à nossa última contribuição.

31 Do original: “le langage conduit chaque locuteur à s’approprier la langue. Autrement dit, le locuteur se laisse entraîner par le langage au sein du procès d’énonciation. Le locuteur est invité a parler et, en conséquence, s’approprie la langue”.

32 Agradecemos imensamente a indicação do texto, feita pelo professor Valdir do Nascimento Flores.

33 Não ignoramos a distinção feita por Benveniste entre o que ele chama de interjeições onomatopeicas e a blasfemia, que utiliza formas significantes, embora não tenham referência específica e, portanto, não comuniquem. Embora a forma seja justamente um critério apontado por Martins na sua proposta de classificação e diferenciação, há outros aspectos em jogo que ajudam a determinar a natureza não intersubjetiva de tais interjeições.

ENUNCIÇÃO E MONOLOGISMO

A caracterização da blasfemia parece ir de encontro a aspectos importantes para conceitualizar a enunciação em “O aparelho formal da enunciação”, estreitamente relacionada com a ideia de diálogo, e é remanescente de outro trecho do mesmo artigo: a longa citação de Malinowski e o breve comentário de Benveniste sobre “o limite do diálogo”.

Em “O aparelho formal da enunciação”, encontramos a seguinte afirmação: “o que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (BENVENISTE, 2006, p, 87, grifos do autor). Disso decorre o quadro figurativo da enunciação, ou seja, a estrutura do diálogo, composta por duas figuras que se colocam como origem e fim da enunciação de maneira alternada. Ao se enunciar como “eu”, o locutor instaura um “tu” diante de si; o alocutário, por sua vez, ao assumir a palavra, torna-se “eu” e coloca o outro na posição de “tu” e assim sucessivamente.

Haveria, entretanto, diálogo fora da enunciação ou uma enunciação sem diálogo? Benveniste analisa três casos: o *hain-teny* dos Merinas, o monólogo e um tipo de troca verbal que Malinowski classificou como comunhão fática³⁴. No primeiro caso, uma troca de provérbios entre os participantes, há uma alternância de posições de locução, mas “não há uma única referência explícita ao objeto do debate” (BENVENISTE, 2006, p. 87), ou seja, os provérbios são enunciados aleatoriamente. Benveniste é enfático ao dizer que, nesse caso, temos apenas a aparência de um diálogo, mas ele não ocorre. Consequentemente, não haveria enunciação. Disso depreende-se uma

³⁴ Para uma análise detalhada destes exemplos, parte de uma cuidadosa leitura do texto “O aparelho formal da enunciação”, recomendamos a leitura de Aresi (2012).

condição para o diálogo: a enunciação deve fazer alguma referência ao objeto do debate, ou seja, à situação de discurso. Por sua vez, o monólogo, embora realizado por uma única pessoa, desdobra-se em duas posições: um *eu locutor* e um *eu ouvinte*. O *eu ouvinte*, muitas vezes, pode participar do diálogo; em outras, apenas o *eu locutor* fala. Em ambos os casos, temos um diálogo e, portanto, enunciação.

Temos uma situação mais complexa no caso da comunhão fática descrita por Malinowski³⁵, em que a linguagem desempenha o papel de estabelecer uma cooperação entre os indivíduos. Em primeiro lugar, destacamos a situação em que esse tipo de troca verbal pode ocorrer:

quando várias pessoas sentam-se juntas em torno da fogueira da aldeia, depois de terminadas as tarefas quotidianas, ou quando batem papo, descansando do trabalho, ou quando acompanham algum simples trabalho manual com um tagarelar que nada tem a ver com o que estão fazendo. (MALINOWSKI, 1923, p. 313 *apud* BENVENISTE, 2006, p. 89).

Em segundo lugar, o conteúdo de tais trocas, que podem versar sobre: “uma simples frase de cortesia [...] as perguntas sobre a saúde, os comentários sobre o tempo, as afirmações de algum estado de coisas absolutamente óbvio” (MALINOWSKI, 1923, p. 313 *apud* BENVENISTE, 2006, p. 89). Para o antropólogo, a comunhão fática parece ter como objetivo o estabelecimento de um laço entre os interlocutores por meio da troca de palavras; ela “consiste, apenas, nessa atmosfera de sociabilidade e no fato de uma comunhão pessoal dessas pessoas” (MALINOWSKI, 1923, p. 313 *apud* BENVENISTE, 2006, p. 90). Ela é caracterizada por:

35 Conforme a explicação de Ono (2007), o texto de Malinowski faz uma crítica à linguística da época por não incluir o contexto de situação de discurso. Ele se opõe à ideia de que a linguagem seja utilizada apenas para expressar o pensamento ou comunicar informações. Para o antropólogo, falar é um ato social que tem uma intenção, estando o sentido necessariamente ligado à situação em que um enunciado ocorre.

1. não estar relacionada ao contexto imediato;
2. não ter a influência do comportamento e da intenção dos participantes no seu sentido;
3. não ter como objetivos informar algo, ordenar a alguém ou expressar um pensamento.

Sobre a comunhão fática, Benveniste (2006, p. 90) afirma que:

estamos aqui no limite do “diálogo”. Uma relação pessoal criada, mantida, por uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização, não comportando nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, pura enunciação de palavras combinadas, repetidas por cada um dos enunciadore.

Ou seja, o linguista parece indicar que não há diálogo, pois a enunciação toma a si mesma como objeto, não fazendo referência à realidade do discurso. Além disso, de acordo com Ono (2007, p. 101, grifos da autora), a comunhão fática “une, de fato, duas pessoas, mas como um jogo, um ritual, sem essa implicação linguística pessoal entre *eu* locutor e *eu* ouvinte”³⁶.

Retomando a explicação do quadro locucional da blasfemia, podemos constatar que suas características soam bastante similares à descrição das formas nas quais não há diálogo nem, portanto, enunciação, pois:

1. não há referência a uma situação particular;
2. não há referência a um parceiro ou a uma terceira pessoa;
3. não há transmissão de mensagem;
4. não há abertura para diálogo.

³⁶ Do original: “elle unit, certes, deux personnes, mais comme un jeu, un rituel, sans cette implication linguistique personnelle entre je parlant et je écoutant».

Conforme discutido anteriormente, a blasfemia emprega fórmulas que podem ser utilizadas em qualquer situação, não estando atrelada a nenhuma situação objetiva no sentido em que ela descreveria tal contexto. Ela é somente uma manifestação da intensidade da emoção do locutor a respeito da circunstância vivenciada por ele. Assim, ela poderia ser substituída por fórmulas de blasfemia, intercambiáveis entre si ou pronunciadas uma após a outra. Por não fazer da situação uma referência no discurso, ela não comunica algo a um interlocutor, apenas expressa o sentimento do locutor. Sem a ancoragem na realidade de discurso, o que caracterizaria a subjetividade, não há como instaurar um “tu” diante do “eu”. O fato de não haver comunicação significa que não há transmissão de mensagem. Toda comunicação implica um outro, mas, na ausência desta, não há instauração de um alocutário. A blasfemia parece dificultar a instauração de um diálogo entre “eu” e “tu”, apontando para um resíduo monológico da linguagem, nas palavras de Martins (1993).

Acreditamos ter aqui mais um argumento para defender que a blasfemia constitui um outro modo de enunciação. Sua posição “no limite do diálogo” parece situá-la no extremo de um *continuum* que contempla os diversos modos em relação à sua característica dialógica. A blasfemia marca sua diferença ao subverter a estrutura clássica do diálogo, marcada pela reversibilidade entre os papéis de “eu” e “tu”, com uma fala que está totalmente centrada no “eu”, não implicando nem convocando um outro na instância de discurso.

CONCLUSÃO

Nosso objetivo neste texto foi de fazer uma leitura do artigo “A blasfemia e a eufemia” de forma a evidenciar suas contribuições para a compreensão de temáticas relacionadas ao conceito de

enunciação, principalmente na sua elaboração em “O aparelho formal da enunciação”. Além da proximidade cronológica entre esses textos, verifica-se, por meio da análise das notas preparatórias ao primeiro, que há mais pontos de contato do que uma leitura superficial poderia supor, visto que ambos tematizam o mesmo objeto: o ato de falar.

Nossa leitura destacou três contribuições importantes para o construto teórico de Benveniste. Em primeiro lugar, o próprio objeto de estudo, que coloca em jogo relações complexas entre o sujeito, a língua e a sociedade, e é até hoje menosprezado pela linguística. Entretanto, não há justificativa para a sua exclusão que não seja um julgamento normativo; sendo assim, a blasfemia e os fenômenos associados são objetos legítimos de estudos linguísticos. Em segundo lugar, um destaque para a propriedade de a língua criar uma realidade, e de a enunciação, ainda que evanescente, deixar suas marcas no mundo. Isso corrobora a ideia de que, com a blasfemia, estamos em um outro modo de enunciação, típico dos enunciados performativos, em que a realização de uma ação só se dá acompanhada de um proferimento verbal. Em terceiro lugar, a influência das emoções na enunciação, tema complexo cujo tratamento vai além do linguístico *stricto sensu*. Deparamo-nos com um homem tomado por uma forte emoção, cuja intensidade leva-o a enunciar e, potencialmente, a se deixar levar pela linguagem nesse processo. Com o apoio de Martins (1993), mostramos como a discussão sobre a interjeição, fenômeno típico do domínio da emoção na linguagem, ajuda a caracterizar esse outro modo, com o predomínio da emoção. Por fim, mostramos como as semelhanças entre a caracterização do quadro locucional da blasfemia e a descrição da comunhão fática de Malinowski, avaliada por Benveniste, autoriza traçar um paralelo e situar a blasfemia no limite do diálogo, outro motivo pelo qual ela constitui um modo diferente de enunciação.

A descrição desse modo, bem como a discussão sobre suas potencialidades e seus limites, ainda está por ser feita. Ainda que tenhamos dado um passo inicial (STUMPF, 2017, no prelo), acreditamos que mais fenômenos contemporâneos no cruzamento entre língua e sociedade, como (im)polidez e discurso de ódio, podem ser estudados dentro deste arcabouço teórico. Tais pesquisas, por sua vez, podem contribuir para aproximar a discussão sobre a linguagem na perspectiva benvenistiana do debate atual, necessário e urgente, sobre os efeitos desse outro modo de enunciação na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARESI, F. _____. *Síntese, organização e abertura do pensamento enunciativo de Émile Benveniste: uma exegese de O Aparelho Formal da Enunciação*. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.
- COQUET, Jean-Claude. Benveniste et le discours de la passion. *Linx: revue des linguistes de l'université Paris X Nanterre*, Paris, n. 9, p. 295-305, abr. 1997. Disponível em: <https://linx.revues.org/1072>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste: l'invention du discours*. Paris: Éditions In Press, 2006.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure*. São Paulo: Parábola, 2017.
- FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*. Porto Alegre. L&PM Editores, 2013.

LAPLANTINE, Chloé. *Émile Benveniste: poétique de la théorie*. Publication et transcription des manuscrits inédits d'une poétique de Baudelaire. 2008. 328 f. Tese (Doutorado) – École Doctorale Pratiques Et Théories Du Sens, Université Paris 8 Vincennes – Saint-Denis, Paris, 2008. Disponível em: http://1.static.e-corpus.org/download/notice_file/1794543/chloe_laplantine.pdf. Acesso em: 20 mar. 2016.

MARTINS, Eleni Jaques. A interjeição do monólogo das emoções. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 24, p. 105-110, jan/jun. 1993. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636871>. Acesso em: 20 mar. 2020.

NASH, David. *Blasphemy in the Christian world: a history*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Paris: Lambert-Lucas, 2007.

ONO, Aya. « Le nom c'est l'être »: les notes préparatoires d'Émile Benveniste à l'article « La blasphémie et l'euphémie ». *Genesis*, n. 53, p.77-86, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/genesis/1047>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ORSI, Vivian. Tabu e preconceito linguístico. *ReVEL*, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p.334-348, ago. 2011.

PRETI, Dino. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

STUMPF, Elisa Marchioro. *No limite do diálogo: eufemismo e enunciação em Émile Benveniste*. 2017. 118 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

STUMPF, Elisa Marchioro. Benveniste e Agamben: o ético e o político na linguagem revelados pela blasfemia e pelo juramento. *Linguagem e Ensino*, Pelotas, no prelo.

TEIXEIRA, T. M. L. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. *Desenredo (PPGL/UPF)*, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p.71-83, 2012. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/2639>. Acesso em: 02 mar. 2020.

6

Carolina Knack

**DE BENVENISTE
ÀS PESQUISAS
PROSPECTIVAS:
A NOÇÃO DE *DESLOCAMENTO*
E SEU VALOR
TEÓRICO-METODOLÓGICO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.281.141-163

Cada leitor tem que achar sua forma de estar em/com Benveniste. Há várias vias de acesso: algumas já bastante trilhadas; outras menos óbvias. Há provavelmente outras tantas que estão por ser descobertas.

Marlene Teixeira (2012a, p. 442)

INTRODUÇÃO, OU DO PONTO DE PARTIDA

Encontrar um itinerário próprio para ler Benveniste é uma tarefa que se impõe aos que se dedicam a estudar a obra do linguista na atualidade. É disso que está a falar Teixeira (2012) no trecho reproduzido em epígrafe: *cada leitor tem que achar sua forma de estar em/com Benveniste*. Na busca por essa *forma singular*, há que se definir um modo de entrada no *universo benvenistiano*: são as *vias de acesso* de que fala Teixeira.

Essa exigência, derivada de fatores diversos, como a amplitude da obra benvenistiana e a multiplicidade de interesses do linguista, foi também registrada por outros autores: Ono (2007), em estudo que investiga a noção de *enunciação* no construto de Benveniste, remete-nos à necessidade de estabelecer um recorte no conjunto de textos do autor e a um modo de ler tais textos; Normand (2009a) nos adverte de que a própria seleção de textos é constitutiva do ato de leitura; Flores (2013b), por sua vez, dá *corpo metodológico* a essas observações ao formular a noção de *corpus textual de pesquisa* – a ser constituído com base em objetivos específicos formulados pelo pesquisador – e ao demarcar um *princípio epistemológico geral de leitura*, o qual consiste em considerar a reflexão benvenistiana como uma rede de termos, conceitos e noções que estão relacionados entre si, rede que será (re) tramada pelo leitor.

Como se pode perceber, essas diretrizes metodológicas evidenciam como o pesquisador está *implicado* em seu percurso de leitura – e não poderia ser diferente. Seu protagonismo pode ser visualizado em diferentes instâncias. Por exemplo, em estudos intrateóricos, com a proposição de interpretações para termos e noções que não são explicitamente definidos por Benveniste e cujos sentidos podem ser apreendidos de um exercício interpretativo dos textos. Um exemplo desse tipo de percurso pode ser ilustrado com a expressão *formas complexas do discurso*, presente ao final do artigo *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 2006, p. 90, grifos nossos): “Amplas perspectivas se abrem para a análise das *formas complexas do discurso*, a partir do quadro formal esboçado aqui”. Mas em que consistem essas *formas complexas do discurso*? Como Benveniste não utiliza tal expressão em nenhum de seus artigos e tampouco a define neste, é preciso construir uma hipótese de leitura. Flores e Teixeira (2013) relacionam, por exemplo, *formas complexas do discurso* com *complexas formas de expressão*, esta última presente em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (BENVENISTE, 2005), e com o final (também programático) de *Semiologia da língua* (BENVENISTE, 2006). Em trabalhos intrateóricos, que buscam esclarecer termos e noções, produzindo “uma espécie de hermenêutica da teoria” (FLORES, 2017b, p. 77), a proposição de caminhos interpretativos revela a singularidade da leitura empreendida.

Tal singularidade é também evidente em estudos teóricos e teórico-analíticos. No primeiro caso, além da necessidade de proposição de “caminhos interpretativos” a partir dos textos de Benveniste, há a apresentação de suposições inferenciais e projeções com propostas de reinterpretação em vista de um “alargamento” do quadro teórico do linguista. No segundo caso, acrescenta-se a isso a proposição de análises de fatos de linguagem, que demandam ainda a construção de um método para operacionalizá-las. Valendo-nos

novamente da expressão *formas complexas do discurso*, tomemos o exemplo do trabalho de Nunes e Flores (2012), o qual, além de construir uma hipótese de leitura para interpretá-la, propõe deslocá-la para outro contexto: os pesquisadores relacionam *formas complexas do discurso* à *enunciação escrita*, teorizando a respeito dessa interpretação, e, em seguida, deslocam-na para o ensino de escrita na Universidade, contexto no qual analisam produções textuais (resumos) de alunos de pós-graduação matriculados na oficina de Língua Portuguesa do Programa de Apoio à Graduação (PAG) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ao apontar essas possibilidades, nosso propósito não é o de inventariar modos de empreender pesquisas, mas nelas evidenciar o protagonismo do leitor-pesquisador, protagonismo este facultado pelas próprias características dos textos de Benveniste. Basta que olhemos para o modo como o linguista finaliza os dois artigos clássicos aos quais antes nos referimos – *Semiologia da língua* e *O aparelho formal da enunciação* – para percebermos que neles há uma espécie de convite para irmos além do ponto ao qual ele mesmo chegou. Esse *convite a ir além* é uma abertura à inventividade do leitor-pesquisador, o que parece ser uma das razões que leva Flores (2005, p. 135) a declarar seu apreço pelo linguista: “[...] gosto de Benveniste porque posso derivar de seu raciocínio questões fundamentais para os meus próprios objetivos”. Por isso, a necessidade de buscar uma *via própria de leitura* se impõe.

É justamente o modo de ler Benveniste que parece estar no centro da caracterização da recepção do pensamento do autor no Brasil. Flores (2017b) considera que tal recepção pode ser compreendida em dois momentos, nomeados por ele de *primeira recepção* e *segunda recepção*. A *primeira* ocorreu de 1960 à metade de 1990; é caracterizada pelo autor como parcial e fragmentada, em vista do modo como Benveniste foi lido à época: por intermédio de

textos de terceiros, mediado por outras perspectivas de estudos da linguagem que se valeram de seu aparato metodológico sem incorporar os fundamentos a ele subjacentes. Já a *segunda* iniciou-se na metade final dos anos 1990 e perdura até hoje; é caracterizada pela busca em ler os próprios textos de Benveniste e obras que os comentam e os interpretam, pelo estudo de diferentes aspectos da reflexão do autor – não apenas daqueles relativos à enunciação – e pelo interesse de áreas conexas à linguística (como filosofia, antropologia) por Benveniste. Esses três indícios, para Flores (2017b, p. 74, grifos do autor), revelam um elemento em comum: “[...] a *preocupação em ler Benveniste*”.

Essa atual *recepção* do pensamento de Benveniste no Brasil pode fomentar, por um lado, estudos de natureza *retrospectiva* e, por outro lado, estudos de natureza *prospectiva*. Reconhecendo a pertinência daqueles, Flores (2017b) nos convoca a pensar sobre estes: “Ora, a *recepção* de um pensamento não implicaria avaliar as potencialidades que ele tem de dar horizontes ao campo do qual ele mesmo se origina?”. Ainda, “A *recepção* da teoria não implicaria produzir um saber prospectivo?” (FLORES, 2017b, p. 31, grifo do autor)³⁷.

Provocativas, as perguntas nos conduzem a analisar em que medida temos lido e relido Benveniste de modo a trazer à tona a potência de seu pensamento, descortinando horizontes promissores (ONO, 2007). Nessa introspecção questionadora, somos levados a uma outra noção abordada por Flores (2017b) com base em Derrida, a de *herança* e, conseqüentemente, a de *herdeiro*. Este carrega uma dupla exigência: a do *saber* e a do *saber reafirmar* um legado. É, pois, na escolha da *reafirmação* de uma herança que a prospecção de um saber encontra seu esteio, já que sua reinterpretação “[...] é a condição

37 Essas perguntas, extraídas da obra em que Flores (2017b) avalia a recepção tanto de Saussure quanto de Benveniste no Brasil, são formuladas na parte em que o pesquisador se dedica a Saussure. No entanto, pensamos que podem ser também aplicadas a Benveniste.

para lhe dar um lugar na atualidade” (FLORES, 2017b, p. 34). Eis aí o protagonismo do leitor-pesquisador.

Podemos afirmar, portanto, que a escolha por uma *via própria de leitura* materializa *uma forma singular de estar em/com Benveniste*, o que pode resultar na “prospecção de um saber”, em “um olhar para a frente” que tenha “potencial de inovação” (FLORES, 2017b, p. 32). Parece ser nessa linha que seguem muitas das pesquisas contemporâneas que buscam *deslocar* fundamentos da teorização benvenistiana para propor o exame de fenômenos ou aspectos não abordados por Benveniste, tais como o *ensino-aprendizagem de língua materna* com foco na relação entre *leitura e produção textual* (CREMONESE, 2014) e entre *escrita e reescrita* (JUCHEM, 2012), o *ensino-aprendizagem de língua adicional* (MACHADO, 2013; FARIAS, 2014), o *estudo do texto* (KNACK, 2012; SILVA, 2018), apenas para citar alguns poucos exemplos.

A breve incursão por tais pesquisas revela que, das bases do pensamento de Émile Benveniste aos estudos prospectivos propostos, há um empreendimento singular de ressignificação dos fundamentos benvenistianos sob a responsabilidade do leitor-pesquisador. Esse movimento de ressignificação frequentemente vem sinalizado pelo termo *deslocamento*, que parece desempenhar um importante papel em tais pesquisas, recobrando-se de valor teórico-metodológico (KNACK, 2018). Essa hipótese foi por nós aventada como “ponto de chegada” quando, aos discutirmos os desdobramentos da relação entre língua e sociedade a partir do artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (BENVENISTE, 2006), questionamo-nos a respeito das implicações de assumir uma concepção de língua como prática humana, considerando-a como um ponto de ancoragem para formular

caminhos teórico-metodológicos e com ela transitar para a abordagem de problemáticas ligadas às práticas sociais³⁸.

Desse contexto, retomamos a hipótese de que o *deslocamento* apresenta *valor teórico-metodológico* em pesquisas prospectivas para explorá-la no presente texto. Esse é nosso objetivo. Ao especialista no campo, esse percurso pode repisar obviedades; porém, em tempos de renovação de leituras de Émile Benveniste e de discussão sobre o amplo alcance de suas reflexões, pode ser útil, como ele mesmo nos ensina, “[...] pedir à evidência que se justifique [...]” (BENVENISTE, 2005, p. 284).

Para alcançar o objetivo descrito, primeiro, buscamos reunir elementos para situar uma noção de *deslocamento*, o que fazemos a partir do exame de duas teses de doutorado que propõem deslocar o construto enunciativo para a aquisição da linguagem (SILVA, 2007; 2009) e para a leitura (NAUJORKS, 2011). A partir dos exemplos, discutimos o estatuto da noção em pesquisas consideradas prospectivas.

UMA FORMA DE ESTAR EM/COM BENVENISTE: A FORMULAÇÃO DE DESLOCAMENTOS

Tratar de *deslocamentos* requer tratar de uma *relação inventiva* que se instaura entre a obra e o leitor. Mas essa relação só se viabiliza se nos posicionarmos, junto com Barthes (2012, p. 27), contra a

38 “Essa questão mostra um caminho aberto para trilharmos, um caminho que revela que a busca por ‘transitar com Benveniste para o âmbito do discurso socialmente situado’ (cf. Teixeira, 2012, p. 62) exige a noção de *deslocamento teórico-metodológico*, a qual denuncia o protagonismo do pesquisador, na medida em que é este quem se responsabiliza pelo ato enunciativo que ressignifica o dizer de base do teórico de referência e a partir do qual deriva elementos para não só empreender estudos descritivos e explicativos da língua-discurso sob o prisma de seu funcionamento enunciativo, mas também ‘produzir conhecimento sobre o homem’, pois o que se sabe sobre a linguagem é indissociável daquilo que se sabe sobre o homem, como defende Dessoins (2006)” (KNACK, 2018, p. 403, grifos da autora).

ideia de que “[...] o autor é considerado o proprietário eterno de sua obra, e nós, seus leitores, simples usufrutuários [...]”. Nós, leitores de Benveniste, sabemos bem que não somos *simples usufrutuários* de seus textos. Se assim fôssemos, estaríamos sempre às voltas de “[...] estabelecer o *que o autor quis dizer*, e de modo algum o *que o leitor entende*” (BARTHES, 2012, p. 28, grifos do autor). Ora, falar de *deslocamentos* implica justamente falar daquilo que *o leitor entende*, ou melhor, daquilo que *o leitor formula a partir do que entende*; falar de *deslocamentos* implica falar, sobretudo, de *efeitos de leitura*.

A respeito de efeitos de leitura, é inevitável lembrar o belo texto de Claudine Normand, intitulado *Alguns efeitos da teoria saussuriana sobre uma descrição semântica* (2009b). O estudo, conforme a própria linguista, não apresenta uma reflexão sobre um possível método de análise a partir de Saussure, mas mostra a relação entre o que ela escreveu sobre o mestre – caminho no qual encontra Benveniste – e as descrições semânticas publicadas por ela, ou seja, mostra *efeitos* que, em certa medida, ambos os autores produziram sobre ela, o que resultou em seu modo absolutamente singular de *ver a linguagem* e de explicar fenômenos linguísticos. Com esse texto, Normand demonstra que, quando somos *tocados* por algo, há também algo que se produz a partir do *efeito* desse *toque*.

É nesse ponto que pensamos poder situar os *deslocamentos*. O que é um deslocamento senão aquilo que se produz a partir do efeito de uma leitura? O *deslocamento*, *formulado a partir daquilo que o leitor entende*, envolve não a *aplicação* de noções teóricas para a descrição de um fenômeno, mas sim a *produção de um novo saber teórico e/ou metodológico* para explicar um fenômeno.

A fim de refletir com mais concretude a respeito de tal termo e de sua noção, julgamos relevante investigar o modo como o termo tem comparecido em pesquisas vinculadas a Émile Benveniste. Frente à variedade de exemplos, estabelecemos três critérios para selecionar

dois estudos: (i) eles deveriam ser de mesma natureza e de mesmo gênero discursivo; (ii) apresentar um mesmo elemento da teorização benvenistiana como um de seus objetos de deslocamento; mas, evidentemente, (iii) deslocá-lo de modos distintos.

Duas pesquisas foram, então, escolhidas: a tese de doutorado de Silva (2007, 2009)³⁹, que inaugura uma abordagem enunciativa da aquisição da linguagem pela criança; e a tese de doutorado de Naujorks (2011), que, por sua vez, propõe uma abordagem enunciativa da leitura. Ambas (i) são teses teórico-analíticas; (ii) deslocam, dentre outras noções benvenistianas, uma em comum – a de *enunciação*; porém, (iii) diferem quanto ao modo de deslocá-la, proporcionando-nos visualizar a singularidade de cada percurso interpretativo.

A fim de dar visibilidade a essa singularidade, optamos por apresentar vieses distintos dos deslocamentos operados pelas autoras: da pesquisa de Naujorks (2011), destacamos um deslocamento com implicações teóricas; da pesquisa de Silva (2009), um deslocamento com implicações metodológicas⁴⁰.

Consideramos que essas pesquisas, ao revelarem o modo como cada leitora-pesquisadora produz *deslocamentos* da teorização benvenistiana, permitem-nos não só reunir elementos para situar uma noção para o termo como também para problematizar o seu estatuto.

39 A tese de Carmem Luci da Costa Silva, intitulada *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*, data de 2007; porém, para fins de citação neste trabalho, será utilizada a versão publicada em livro, em 2009, sob o título *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*.

40 De antemão, cabe destacar que, em ambas as pesquisas, há deslocamentos tanto teóricos quanto metodológicos, os dois produzindo *implicações* para a abordagem dos fenômenos. Porém, para fins de nossa pesquisa, buscamos enfatizar vieses distintos dessas *implicações*. A despeito da cronologia relativa à publicação das teses – Silva (2007; 2009) e Naujorks (2011) –, apresentaremos, primeiro, o exemplo de deslocamento a partir do qual destacamos *implicações teóricas* (NAUJORKS, 2011) e, em seguida, o exemplo a partir do qual destacamos *implicações metodológicas* (SILVA, 2007; 2009), às quais, evidentemente, subjazem implicações teóricas.

Da noção de *enunciação* à noção de *leitura*: deslocamentos para a definição de leitura como ato/processo enunciativo

Apresentar a leitura como uma modalidade de enunciação é o objetivo geral da tese de Jane da Costa Naujorks, intitulada *Leitura e enunciação: princípios para uma análise do sentido na linguagem*. A autora afirma que, para isso, é preciso, primeiro, resgatar dos estudos de Émile Benveniste “[...] alguns dos principais conceitos que permeiam sua teoria, reconhecendo uma interdependência entre eles, para, a partir daí, compreender como a *leitura, mesmo não explicitamente prevista em seus estudos, pode ser vista como uma modalidade de enunciação*” (NAUJORKS, 2011, p. 14, grifos nossos). Com esse apontamento inicial, a autora deixa claro que Benveniste não se dedica a refletir sobre o tema da leitura, de tal modo que as ressignificações para produzir tanto um percurso teórico quanto um percurso metodológico para uma análise enunciativa da leitura⁴¹ são de sua própria responsabilidade.

É no segundo capítulo de sua tese que as noções básicas da teorização enunciativa benvenistiana são sistematizadas, como *intersubjetividade* e *subjetividade*, categorias de *pessoa*, *tempo* e *espaço*, *forma* e *sentido*, *semiótico* e *semântico*. Há uma subseção específica para tratar da noção de *enunciação*. Evidentemente, é central para a proposta da autora discutir o estatuto da enunciação em Benveniste. O percurso interpretativo da subseção, em que recebe destaque o artigo *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 2006), leva Naujorks (2011, p. 82) a concluir que “É preciso, pois, compreender enunciação como ato individual de utilização e como processo de apropriação da língua”.

41 Após o percurso teórico, Naujorks (2011) propõe um percurso metodológico para analisar, enunciativamente, textos produzidos por candidatos do Concurso Vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de 2011 (CV/UFRGS/2011).

Esse conceito benvenistiano, e outros tantos, precisam ser ressignificados pela autora para que possam ser direcionados para o fenômeno da leitura. É, de fato, este o propósito do terceiro capítulo de sua tese, capítulo organizado a partir da seguinte pergunta: “Enfim, *que deslocamentos devemos operar na teoria enunciativa de Benveniste*, tal como a apresentamos no capítulo anterior, *para produzirmos uma perspectiva de análise do ato/processo de leitura?*” (NAUJORKS, 2011, p. 88, grifos nossos).

A proposição de respostas a essa questão é o que move a elaboração de quatro deslocamentos, assim nomeados pela autora: “Primeiro deslocamento: a passagem de locutor a sujeito na leitura” (p. 89); “Segundo deslocamento: a intersubjetividade/ subjetividade na leitura” (p. 91); “Terceiro deslocamento: a relação entre a forma e o sentido na leitura” (p. 97); “Quarto deslocamento: a enunciação e a leitura” (p. 102).

É o quarto deslocamento teórico produzido a partir da noção de *enunciação* que buscamos destacar. A dupla concepção da enunciação – como ato e como processo – é deslocada pela autora em direção à leitura: “Falamos em ato/processo de leitura com base em Benveniste, que, em ‘O aparelho’, define a enunciação simultaneamente como *ato* e como *grande processo*” (NAUJORKS, 2011, p. 103, grifos da autora). Assim, a leitura, conforme a autora, é concebida como uma modalidade de enunciação; é, simultaneamente, um ato e um processo enunciativo por meio do qual o locutor-leitor passa, via relação interlocutiva com o texto/enunciado, a sujeito-leitor.

Embora seja neste quarto deslocamento que a autora sistematize a passagem da noção de *enunciação* à noção de *leitura* como ato de enunciar, ao longo dos deslocamentos anteriores, a rede de conceitos já foi sendo alinhavada para demarcar que a leitura é tanto apropriação quanto atualização de sentidos: “[...] há um enunciado que, construído previamente por um locutor anterior, ao ser tomado pelo locutor leitor,

se atualiza a partir de suas referências. Na leitura surge sempre um significado novo, que resulta da relação de um locutor e de um interlocutor” (NAUJORKS, 2011, p. 94). O caminho teórico proposto pela autora, que culmina nos deslocamentos por ela formulados, permite-lhe fundamentar a tese de que ler é enunciar.

Da enunciação como instância teórica à enunciação como instância metodológica: deslocamentos para a análise dos dados em aquisição da linguagem

Propor uma abordagem enunciativa para a aquisição da linguagem é o objetivo da pesquisa de doutorado de Silva (2009). A autora, na introdução ao seu estudo, anuncia que seu desafio é, de um lado, inserir no campo *Aquisição da Linguagem* um olhar enunciativo para a fala da criança e, de outro lado, inserir a aquisição da linguagem como objeto de estudo no campo da *Enunciação*. Para tanto, a pesquisadora elabora um construto teórico-metodológico que, segundo destaca, é *inspirado* no trabalho de Émile Benveniste.

Essa *inspiração* deriva do fato de o linguista não apresentar um modelo teórico-metodológico “pré-existente” e “acabado” – o qual poderia ser supostamente “aplicado” aos dados –, mas princípios que norteiam uma concepção enunciativa de linguagem. Quanto a esses princípios, a autora alerta que tampouco eles podem ser “aplicados” diretamente aos dados da criança, pois, ainda que a aquisição seja *tema* da reflexão de Benveniste – comparecendo em diferentes textos para ilustrar algum aspecto por ele discutido –, não é seu *objeto* de investigação.

Especificamente, é isto que propõe a pesquisadora: inscrever a aquisição da linguagem como *objeto* de estudo no quadro da Linguística da Enunciação. Desvela-se, nesse objetivo, a posição

inventiva de Silva (2009, p. 18, grifo nosso): “E aí *ousamos produzir princípios* para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem para, a partir de tais princípios, analisar a fala da criança”. E essa *produção de princípios*, desenvolvida nos capítulos 5 e 6 de sua tese, dá-se a partir de *deslocamentos*: “[...] *propomos*, nos diferentes itens [dos capítulos], *deslocamentos* dos aspectos envolvidos no ato de enunciação para o de aquisição da linguagem” (SILVA, 2009, p. 133, grifos nossos).

Tais deslocamentos, primeiramente de ordem teórica, possibilitam à autora formular um dispositivo enunciativo que recebe a seguinte notação: *(eu-tu/ele)-ELE*. Esse dispositivo, de acordo com a autora, congrega as relações enunciativas constitutivas do próprio ato de enunciação e, por conseguinte, do ato de aquisição de linguagem: o locutor (*eu*) instancia-se como tal ao postular um alocutário (*tu*) para produzir referências (*ele*, lugar simbólico da língua) sob os efeitos da cultura (*ELE*). As relações constitutivas desse dispositivo são diádicas (*eu-tu*, *eu/tu*, *(eu-tu)/ele*) e trinitárias (*eu-tu/ele* e *(eu-tu/ele)-ELE*)⁴², cada uma delas apresentando características que geram reflexões específicas quanto à aquisição de linguagem.

Valendo-se desse dispositivo, Silva (2009, p. 133, grifo nosso) dedica-se a “[...] *construir* uma metodologia enunciativa para tratar a aquisição da linguagem [...]”. Nessa passagem da teorização para a metodologia, salientamos um dos deslocamentos propostos pela autora, o qual é necessário para fazer operar o dispositivo formulado

42 Embora não seja nosso propósito recuperar, em detalhes, o percurso reflexivo de Silva (2009) para gerar tal ferramenta teórica, cabe referir que tanto a discussão proposta por Dufour (cf. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000) acerca do trabalho de Benveniste quanto a de Flores (cf. *Linguística e Psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999) também são deslocadas pela autora para o contexto da aquisição de linguagem e contribuem para a formulação do dispositivo enunciativo no que se refere às relações diádicas – a conjunção *eu-tu*, a disjunção *eu/tu* e a distinção entre pessoa (*eu-tu*) e não pessoa (*ele*) – e trinitárias – constituídas a partir de duas alteridades, a com o *tu* e a com o *ELE*. No capítulo 6 de sua tese, Silva (2009) apresenta o modo como lê as reflexões de Dufour e de Flores e como as desloca para o contexto aquisicional.

por ela: trata-se da consideração da *enunciação como instância metodológica definidora da análise dos dados*. Segundo a autora, as interlocuções da criança com o(s) outros(s) constituem um conjunto de fatos de linguagem que será examinado via recortes enunciativos: “Tais recortes são descritos a partir de dois planos simultâneos: o da enunciação como ato e o da enunciação como atualização da língua em discurso” (SILVA, 2009, p. 225).

A noção de *enunciação*, antes instância teórica constitutiva da elaboração do dispositivo (*eu-tu/ele*)-*ELE*, passa a ser instância metodológica, pois operacionaliza a análise, nesta comparecendo de dois modos: como *ato* e como *discurso*. Como *ato*, são as relações diádicas e trinitárias dele constitutivas que estão em foco, de modo a mostrar como ocorre a instanciação da intersubjetividade na linguagem pela conversão da língua em discurso. Como *discurso*, são as formas e os mecanismos agenciados para produzir sentido que estão em foco, de modo a mostrar como se dá a instauração de referência pelo locutor e de correferência pelo alocutário.

Silva (2009) considera que, nesse tratamento da enunciação como *ato* e como *discurso*, é possível visualizar como o sentido se forma em palavras, o que permite traçar uma “trajetória de semantização” pela qual se pode atestar os movimentos de entrada da criança no semiótico, a língua como sistema de signos.

Dos exemplos à noção de *deslocamento* e seu estatuto em pesquisas prospectivas

Ao percorrermos diferentes estudos prospectivos que requerem pertença ao campo da linguística benvenistiana, constatamos que neles há um *empreendimento singular de ressignificação dos princípios benvenistianos sob a responsabilidade do leitor-pesquisador*, fato que,

em muitos desses estudos, vem assinalado pelo termo *deslocamento*. O exame mais detalhado das pesquisas de Naujorks (2011) e Silva (2009) reafirma essa percepção. *Deslocar* um aspecto, uma noção, um termo, um método implica um empreendimento singular de ressignificação teórica sob a responsabilidade do leitor-pesquisador para, na relação entre teoria e fenômeno, produzir um novo saber.

A síntese por nós feita nas subseções anteriores demonstra que uma mesma noção benvenistiana, a de *enunciação*, foi lida singularmente por cada pesquisadora e deslocada de modo distinto em direção a seus objetos de estudo, e isso só se torna possível porque, como já frisamos (cf. Introdução), os próprios textos de Benveniste nos conferem certa liberdade para sua interpretação, além, evidentemente, de não haver a proposição, pelo linguista, de um único e acabado “modelo” de análise enunciativa⁴³.

Assim, da tese de Naujorks (2011), salientamos o deslocamento da noção de *enunciação* e suas implicações teóricas para a proposição de uma concepção de leitura como ato de enunciar; da tese de Silva (2009), salientamos o deslocamento da noção de *enunciação* e suas implicações, primeiro teóricas, para a constituição do dispositivo (*eu-tu/ele*)-*ELE* e, em seguida, metodológicas, para a operacionalização de tal dispositivo pela proposição de dois planos descritivos – enunciação como ato e enunciação como discurso – a fim de analisar a fala da criança.

Evidentemente, a discussão desses e dos demais deslocamentos propostos pelas autoras não se esgota aqui. Por

43 Flores (2013b, p. 29) esmiúça essa constatação: “[...] não há a proposição explícita de um modelo a partir do qual Benveniste teria feito todas as suas análises. A consequência disso é que os textos nos quais Benveniste estuda a enunciação não podem ser tomados como se constituíssem um conjunto coeso de proposições teórico-metodológicas. Ao contrário, cada texto de Benveniste propõe categorias de análise, teoriza sobre elas e desenvolve as análises dentro desse limite. Cada texto encerra, em si, maneiras específicas de analisar as língua, a língua e a linguagem.”

ora, nos satisfazemos em dar a ver o modo como cada uma delas estabelece a sua *via própria* de leitura, o que lhes permite desvelar a potencialidade das teorizações de Benveniste e, assim, prospectar novos horizontes de estudo tanto para os fenômenos por elas selecionados quanto para a própria linguística benvenistiana. Assumindo uma *herança*, a escolha do herdeiro, para fazê-la frutificar, só pode ser a da reinterpretação. E reinterpretar implica a relação *inventiva* que se instaura entre a obra e o leitor – não o leitor usufrutuário (BARTHES, 2012), mas aquele que lê nas entrelinhas as indicações programáticas, como nos lembra Flores (2013a); aquele que desvela os implícitos onde tudo parece estar claro, como nos desafia Barthes (2012b); aquele que encontra sua forma de estar em/com Benveniste, como nos inspira Teixeira (2012a).

Sem dúvida, uma dessas *formas de estar em/com Benveniste* consiste na formulação de *deslocamentos*. A respeito da formulação destes, as pesquisas analisadas apresentam, de modo global, percursos similares. Ambas as pesquisas:

- a. sinalizam que Benveniste apresenta não um “modelo teórico-metodológico” acabado, mas princípios que fundamentam sua visada sobre a linguagem;
- b. indicam a necessidade de recuperar dos estudos de Benveniste os conceitos que dão forma a esses princípios, sistematizando-os;
- c. esclarecem que a proposta que será elaborada não está explicitamente prevista nos estudos de Benveniste, mas neles inscrita em potencial;
- d. esclarecem que devem ser operados deslocamentos em relação aos princípios identificados para que seja construída uma perspectiva própria de abordagem do fenômeno eleito para investigação;

- e. propõem um construto teórico-metodológico próprio, a partir de variados deslocamentos, a fim de abordar o fenômeno eleito para investigação;
- f. constituem um novo saber acerca do fenômeno estudado, visto ser este abordado sob um ponto de vista ainda não explorado.

Esses apontamentos demonstram a preocupação das pesquisadoras em sinalizar ao seu leitor o necessário redimensionamento da reflexão benvenistiana a ser empreendido com base em seus interesses particulares de pesquisa. Essas constatações deixam transparecer, portanto, um rigor metodológico, o qual comparece não só nos dois estudos examinados, mas em todos os trabalhos que atentam para os *termos* da relação entre a obra e o leitor-pesquisador, preocupação que deriva da consciência de que, “[...] entre afirmar a existência de termos, noções e conceitos em um autor e depreender algo da leitura que se faz de sua obra há uma diferença de natureza epistemológica” (FLORES, 2013a, p. 97).

A demarcação dessa *diferença de natureza epistemológica* resulta, obviamente, do conjunto das observações listadas anteriormente. Porém, não parece o termo *deslocamento* reuni-las? Amplamente empregado pelas autoras, o termo demarca a diferença entre aquilo que está inscrito na própria obra e aquilo que é dela derivado pelo leitor-pesquisador, em outras palavras, demarca o modo como o saber é constituído. Se assim o compreendemos, o termo *deslocamento* assume um *estatuto epistemológico*.

No entanto, cumpre registrar que nem sempre o termo se faz presente textualmente, embora a diferença de natureza epistemológica a que nos referimos esteja, de fato, minuciosamente explicada, como é o caso do estudo de Flores (2013a): o autor esclarece que toma como base o pensamento benvenistiano a fim de *formular uma perspectiva própria* de análise da linguagem que considere uma noção de *sujeito da enunciação* como uma singularidade que advém da sintaxe da

enunciação. Para isso, segundo Flores (2013a, p. 96), é necessário “[...] produzir uma reflexão que, embora não oposta à formulação teórica de Benveniste, não pode ser, *pari passu*, identificada a ela”.

Flores (2013a) também se preocupa em sinalizar ao seu leitor a *maneira* como formulará sua proposta:

O leitor verá, então, que este texto se constrói na simultaneidade de dois movimentos: de um lado, busca identificar em Benveniste princípios que, mesmo não admitidos pelo autor, autorizariam falar em *sujeito* (ao qual, creio, se poderá acrescentar o restritivo *da enunciação*); de outro lado, busca reinterpretá-los, estendendo-os a uma outra perspectiva de análise do fatos de língua, a da *sintaxe da enunciação*. (FLORES, 2013a, p.98, grifos do autor).

Esses dois movimentos descritos pelo autor – a busca por identificar princípios e por reinterpretá-los – alinham-se às constatações listadas anteriormente quanto às pesquisas de Silva (2009) e Naujorks (2011).

Poderíamos, diante dessa trajetória protagonizada pelos pesquisadores para abordar a aquisição da linguagem, a leitura, a sintaxe da enunciação, perguntarmo-nos: o que lhes permite *passar* dos princípios benvenistianos ao contexto específico de cada pesquisa prospectiva proposta? Em outras palavras, o que permite operacionalizar a passagem dos princípios benvenistianos aos princípios de cada pesquisa prospectiva? Pensamos que seja a noção de *deslocamento*. O deslocamento parece configurar-se como um *operador* em pesquisas prospectivas⁴⁴.

44 Esse raciocínio é livremente inspirado no de Flores (2017a) acerca da *passagem* do axioma geral ao axioma específico na reflexão de Émile Benveniste. O autor explica que vê, no pensamento benvenistiano, dois axiomas que estão conectados à natureza antropológica da reflexão do linguista: o homem na linguagem, axioma de caráter geral; e o homem na língua, axioma de caráter específico. Este está contido naquele. Diante disso, Flores se pergunta a respeito de como *operam* esses axiomas, concluindo que é a noção de *significância* que permite passar do axioma geral ao axioma específico. Por isso, para Flores (2017a, p. 12), tal noção é um *operador*: “O operador por excelência de Benveniste é a significância”.

Mas o que é um *operador*? Recorremos, mais uma vez, a Flores (2017a). O autor explica que entende “[...] o operador de uma teoria como o mecanismo que contém um modo de funcionamento; ele é um instrumento que exerce um modo de pensamento” (FLORES, 2017a, p. 12).

Valendo-nos dessa definição, consideramos que, no contexto das pesquisas analisadas, o *deslocamento*, de fato, comporta-se como um operador, porque ele é um *instrumento que exerce um modo de pensamento*, qual seja, o da reinterpretação dos princípios benvenistianos quando da proposição de trabalhos prospectivos. Como *mecanismo que contém um modo de funcionamento*, o *deslocamento* apresenta um *modus operandi* que implica os dois movimentos descritos por Flores (2013a), dos quais aqui livremente nos apropriamos: de um lado, é preciso identificar em Benveniste princípios que autorizariam abordar determinado fenômeno, princípios que podem ser ou não admitidos pelo linguista, devendo ser sinalizados os termos dessa admissão, quando for o caso; de outro lado, é preciso reinterpretar tais princípios no contexto do fenômeno eleito para pesquisa, elaborando uma perspectiva própria de abordagem do fenômeno. Sob esse prisma, o termo *deslocamento* assume também um *estatuto operatório*, configurando-se como um *mecanismo*, como um *instrumento que exerce um modo de pensamento*.

Desse conjunto de considerações decorre, portanto, o valor teórico-metodológico do *deslocamento* em pesquisas prospectivas. Reencontramos, enfim, a hipótese que mobilizou a escritura deste texto. Pensamos ter apresentado elementos que a sustentem.

Em síntese: o *deslocamento*, concebido como um ato de ressignificação dos fundamentos benvenistianos empreendido pelo leitor-pesquisador a fim de abordar determinado fenômeno, assume um duplo e simultâneo estatuto, *epistemológico* e *operatório*, do qual resulta o seu *valor teórico-metodológico* em pesquisas prospectivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, OU DO PONTO DE CHEGADA

Se a leitura de um autor e a recepção de seu pensamento implicam não só desvelar “as potencialidades que ele tem de dar horizontes ao campo do qual ele mesmo se origina”, mas também “produzir um saber prospectivo” (FLORES, 2017b, p. 31), pensamos que a formulação de *deslocamentos* contribui sobremaneira para esse “olhar para a frente”.

A hipótese de que a noção de *deslocamento* tem valor teórico-metodológico em pesquisas prospectivas (KNACK, 2018) foi por nós tomada como ponto de partida para um percurso analítico em estudos do campo a fim de averiguar de que modo o termo *deslocamento* neles comparecia.

A partir dos empregos ilustrativos do termo, reunimos elementos que possibilitaram situar a noção de *deslocamento* como um ato de ressignificação dos fundamentos benvenistianos empreendido pelo leitor-pesquisador a fim de explorar determinado fenômeno, de modo a produzir um novo saber. Examinando o percurso para a formulação de deslocamentos, constatamos, de um lado, um rigor metodológico relativo à *demarcação da natureza epistemológica* dos fundamentos mobilizados – se existentes nos próprios textos benvenistianos, se formulados pelo pesquisador –, e, de outro lado, o estabelecimento de um *modus operandi* para tal formulação. Tais constatações nos levaram a conjecturar que o termo, empregado justamente para sinalizar esses movimentos, assume um duplo estatuto: epistemológico e operatório.

Embora os estudos aqui explorados estejam vinculados à visada enunciativa do *universo benvenistiano*, pensamos que as considerações esboçadas no que se refere ao termo *deslocamento* possam ser estendidas a outros domínios desse *universo*.

Isso porque, em síntese, a consideração da noção de *deslocamento* e seu duplo estatuto – epistemológico e operatório – dá a ver o seu *valor teórico-metodológico* em pesquisas prospectivas. Mais que isso, “[...] denuncia o protagonismo do pesquisador, na medida em que é este quem se responsabiliza pelo ato enunciativo que *ressignifica* o dizer de base do teórico de referência e a partir do qual deriva elementos [...]” (KNACK, 2018, p. 403, grifo da autora) para, na relação entre *teoria* e *fenômeno*, produzir um *novo saber*.

Retomando a epígrafe que inspirou este trabalho, se *cada leitor precisa encontrar sua forma de estar em/com Benveniste*, a proposição de *deslocamentos* parece ser uma dessas formas, e uma das mais inventivas. Há, como nos lembra Teixeira (2012a), várias vias de acesso ao *universo benvenistiano*, muitas delas ainda por serem descobertas. Que cada leitor descubra a *sua via* é um imperativo para as pesquisas prospectivas.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BARTHES, Roland. Escrever a leitura. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

BARTHES, Roland. Por que gosto de Benveniste. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

CREMONESE, Lia Emilia. *Um olhar enunciativo sobre a relação entre leitura e produção textual na universidade*. 2014. 153 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

FARIAS, Bruna Sommer. *Do testemunho de uma experiência na linguagem para uma reflexão enunciativa sobre o fazer linguístico implicado em aprender e ensinar português como língua adicional*. 2014. 174 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

FLORES, Valdir do Nascimento. Por que gosto de Benveniste? *Desenredo*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 1, n. 2, p. 127-138, jul./dez.2005.

FLORES, Valdir do Nascimento. Sujeito da enunciação: singularidade que advém da sintaxe da enunciação. *D.E.L.T.A.*, v. 29, n. 1, p. 95-120, 2013a.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Émile Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013b.

FLORES, Valdir do Nascimento. As teorias enunciativas e a linguística no Brasil: o lugar de Émile Benveniste. *Antares*, vol. 8, nº. 15, jan./jun. 2016.

FLORES, Valdir do Nascimento. Atualidade de Benveniste no Brasil: os aspectos antropológicos de uma teoria da enunciação. *Desenredo*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 13, n. 1, p.9-18, jan./abr.2017a.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017b.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. As perspectivas para o estudo das formas complexas do discurso: atualidade de Émile Benveniste. *ReVEL*, edição especial n.7, p. 1-14, 2013.

JUCHEM, Aline. *Por uma concepção enunciativa da escrita e re-escrita de textos em sala de aula: os horizontes de um hífen*. 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

KNACK, Carolina. Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação. 2012. 189 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

KNACK, Carolina. A língua como prática humana: desdobramentos das relações entre língua e sociedade. *Desenredo* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 14, n. 3, p. 394-403, set./dez. 2018.

MACHADO, Verônica Pasqualin. *Princípios para uma abordagem enunciativa na aquisição de segunda língua*. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

NAUJORKS, Jane da Costa. *Leitura e enunciação: princípios para uma análise do sentido na linguagem*. 2011. 153 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

NORMAND, Claudine. Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.44, n.1, p.12-19, jan./mar. 2009a.

NORMAND, Claudine. Alguns efeitos da teoria saussuriana sobre uma descrição semântica. In: FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (org.). São Paulo: Contexto, 2009b.

NUNES, Paula A.; FLORES, Valdir do Nascimento. A especificidade da enunciação escrita em textos acadêmicos. *Deserredo*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 235-252, jan./jun. 2012.

ONO, Aya. *La notion d'enonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*. 2007. 293 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa. O estudo do texto em uma perspectiva enunciativa de linguagem. *D.E.L.T.A.*, 34.1, 2018, p. 419-433.

TEIXEIRA, Marlene. "A linguagem serve para viver": contribuição de Benveniste para análises no campo aplicado. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.15, n.2, p. 439-456, jul./dez. 2012a.

TEIXEIRA, Marlene. Um olhar enunciativo sobre o discurso. In: DI FANTI, Maria da Glória; BARBISAN, Leci Borges. *Enunciação e discurso: tramas de sentidos*. São Paulo: Contexto, 2012b.

7

Carmem Luci da Costa Silva

A RELAÇÃO ENTRE O BIOLÓGICO E O CULTURAL NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM E A INSTAURAÇÃO DA CRIANÇA NA INTERDEPENDÊNCIA ENTRE FORMA-SENTIDO NA LÍNGUA MATERNA

DOI: [10.31560/pimentacultural/2020.281.164-203](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2020.281.164-203)

INTRODUÇÃO⁴⁵

Este texto apresenta uma reflexão sobre o aspecto vocal na linguagem, por meio da exploração da integração entre forma e sentido no ato de aquisição de uma língua materna. Retomar a discussão acerca do aspecto vocal é um modo de homenagear não somente o grande linguista Émile Benveniste, mas também estudiosos de sua obra. Aqui é recuperada um pouco de uma história teórica na linguagem de pesquisadores ligados à sua perspectiva que estudaram esse aspecto em relação com o campo aquisição da linguagem, pois, como lemos nas belas palavras de Valter Hugo Mãe (2011, p. 188): “Somos o resultado de tanta gente, de tanta história, de tão grandes sonhos que vão passando de pessoa a pessoa, que nunca estaremos sós”. Assim, este texto apresenta algo singular sobre o aspecto vocal, vinculado à dupla forma e sentido, como resultado de abordagens de “tanta gente” que produziu história em torno da teorização benvenistiana sobre a linguagem/língua.

Como pontuamos em Silva (no prelo), as grandes oposições consideradas em distintos paradigmas científicos (entre o biológico e o cultural, entre a subjetividade e a socialidade, entre o signo e o objeto, entre o símbolo e o pensamento) são concebidas por Benveniste em termos de relações. Por isso, este texto destaca a relação entre o biológico e o cultural na aquisição de língua materna, via observação da imbricação das noções gêmeas de *forma* e *sentido* nas vocalizações de uma criança em seus primeiros onze meses.

Émile Benveniste, no prefácio da obra *Problemas de Linguística Geral I*, nomeia os grandes temas tratados no campo da linguagem como *problemas*. Para o linguista, dentre esses problemas,

⁴⁵ Este texto faz parte de um conjunto de reflexões empreendidas no estudo de Pós-Doutorado *A escuta em uma antropologia da enunciação: o que escuta e como se escuta uma criança?*, realizado sob a supervisão do Prof. Dr. Lourenço Chacon no PPG-Linguística da UNESP, campus São José do Rio Preto.

está a relação entre o biológico e o cultural, relação que encara, principalmente, valendo-se do fenômeno de entrada da criança em uma língua. Observar essa entrada parece-me ser, valendo-me das palavras do linguista sobre as línguas como organismos históricos e empíricos, o “acesso possível à compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem” (BENVENISTE, 1966/1995, *Prefácio*). Um dos mecanismos gerais de organização das línguas está vinculado ao problema da relação entre forma e sentido no funcionamento da língua.

Neste texto, assumo que a gênese do engendramento entre forma e sentido na aquisição de uma língua pela criança dá mostras de como a relação entre o biológico e o cultural pode ser encarada na perspectiva de uma antropologia da linguagem ou de uma antropologia da enunciação, conforme atribuições de Dessons (2006) e Flores (2013), respectivamente, à teorização sobre linguagem de Émile Benveniste.

Assim, o problema tratado neste texto envolve responder às seguintes questões: 1) *como comparecem as relações entre o biológico e o cultural no engendramento entre forma e sentido na aquisição da linguagem nas relações enunciativas criança e outro?* 2) *Como a criança engendra a relação forma e sentido nos primeiros onze meses do processo de instauração em sua língua materna?*

Para responder às questões, o texto organiza-se do seguinte modo: uma primeira seção, teórica, com a abordagem da teorização linguística de Émile Benveniste em relação com a aquisição da linguagem; uma segunda seção, metodológica, com a apresentação dos fatos de linguagem e a formulação dos procedimentos de análise; uma terceira seção, analítica, com a análise dos fatos de linguagem e a reflexão sobre os interrogantes do estudo.

DO BIOLÓGICO E DO CULTURAL NA CONDIÇÃO HUMANA DE FALANTES E OUVINTES DE UMA LÍNGUA

A condição humana na linguagem em seu duplo aspecto: biológico e cultural

A linguagem, considerada em seu aspecto vocal-fônico, coloca em cena a comunicação intersubjetiva, que envolve a inversibilidade enunciativa de emissões e de escutas, pois tanto quem emite formas fônicas se inverte do lugar de falante para o de ouvinte quanto quem ouve inverte-se do lugar de ouvinte para o de falante. Trata-se, conforme Silva (2009), de preenchimentos de lugares enunciativos. Esse preenchimento de lugar enunciativo acontece por meio tanto de aparelhos biológicos quanto do aparelho de uma língua com o aparato cultural da sociedade a que essa língua se vincula. Quando a criança ainda não se instaurou em uma língua, é seu aparelho fonador e o outro, com seu duplo aparelho (fonador e o da língua), que asseguram esse lugar enunciativo e possibilitam a integração de um aparelho no outro.

Por um lado, somos seres vivos, com todo o aparato biológico, que nos permite ver, ouvir, cheirar, enfim, sentir indícios do *aqui* e do *agora* onde nos situamos; por outro lado, há algo que nos cerceia a não apreender todo o espaço onde estamos nem pela visão, nem pela audição nem pelo olfato. Na verdade, operamos uma seleção, um recorte dentro de nosso campo de visão, de audição e, até mesmo, de olfato. Como, ao nos valermos de nosso aparato biológico, entramos na história humana de uma língua?

Parece estar na entrada humana em uma língua a grande resposta a essa questão. Neste trabalho, interessa-me tratar o que está em nossa condição biológica de emitir e perceber sons e o que está para além dessa condição. Como reflete Benveniste (1966/1995), nossa ascensão da série animal a *homo sapiens* pode ter sido favorecida por nossa estrutura corporal ou organização nervosa, mas vai além das nossas condições biológicas herdadas da natureza. Com efeito, o linguista chama a atenção para o fato de que essa ascensão se deve, antes de tudo, à nossa faculdade de representação simbólica, faculdade essa que possibilita a nossa constituição como falantes de uma língua.

Com base na ideia de Benveniste (1996/1995) de que, entre a função sensório-motora e a função representativa, há um limiar que só a humanidade transpôs, torna-se interessante verificar essa transposição na relação entre essas duas funções: a biológica (sensório-motora) e a representativa (simbólica) nas formas vocais-fônicas iniciais e na constituição de sentido.

Benveniste concebe que há diferentes reações aos sinais por parte do homem e do animal e é nessas diferenças que o linguista situa nossa condição humana de seres simbólicos:

O homem também, enquanto animal, reage a um sinal. Mas utiliza o *símbolo* que é instituído pelo homem; é preciso aprender o sentido do símbolo, é preciso ser capaz de interpretá-lo na sua função significativa e não mais, apenas, de percebê-lo como impressão sensorial, pois o símbolo não tem relação natural com o que simboliza. O homem inventa e compreende símbolos; o animal, não. Tudo decorre daí. (BENVENISTE, 1966/1995, p. 29, *itálico do autor*).

O signo, assim, como unidade significativa, porque distintiva, é constituído via relação de significação por meio do estabelecimento de diferenças. Embora no caso das abelhas, conforme Benveniste, compareça uma diferenciação de danças, que indicam e comunicam

algo, seus sinais diferenciados se repetem em conteúdos fixos que remetem às mesmas situações. Ocorre, nessa comunicação, a relação mensagem-ação motora e não mensagem-mensagem como nos humanos. Portanto, segundo Benveniste (1966/1995), a relação entre mensagem-mensagem no humano, embora envolva ações motoras, está relacionada a uma faculdade humana simbolizante e à propriedade simbólica da linguagem. O simbólico, base das funções conceituais, somente aparece no humano e é o que garante a possibilidade de língua e de discurso em uma sociedade definida e particular. O simbólico é, assim, o que possibilita o engendramento entre forma e sentido no funcionamento de uma língua.

Essas duas instituições – língua e sociedade – são dadas aos humanos, porque nascemos em um mundo de palavras, o que faz Benveniste defender nosso nascimento na cultura, e não na natureza. Assim, considero, a partir de Benveniste (1966/1995), que a passagem da criança de *infans* a falante envolve emissão e percepção (escuta) de formas e sentidos que lhe são “inculcados”, pois “[...] a criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens. São homens adultos, seus pais, que lhe inculcam o uso da palavra” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 31). O termo “inculcar” comparece em Benveniste, quando faz referência à aquisição da língua materna pela criança. No entanto, não se deve entender do uso do termo a ideia de que o linguista defende a criança como passiva sob a imposição da palavra do outro. A criança é ativa no processo e também constituída por essa língua, porque, como diz Benveniste (1974/1989), não é possível alguém inventar um sistema sozinho, visto se entrar no mundo com um sistema linguístico e social já organizados:

[...] não há aparelho de expressão tal que se possa imaginar que um ser humano possa inventar sozinho. As histórias de língua inventada, espontânea, fora de qualquer aprendizagem humana são fábulas. A linguagem tem sempre sido *inculcada* nas crianças pequenas, e sempre em relação ao que se tem

chamado as realidades que são realidades definidas como elementos de cultura, necessariamente. (BENVENISTE, 1974/1989, grifo meu).

Se a criança apreende o mundo do homem pela linguagem, como ela o apreende? Como se constituem suas primeiras formas vocais/fônicas? Se considerarmos, conforme Benveniste, forma e sentido como noções gêmeas, como se dá o nascimento conjunto de formas fônicas e sentidos?

É em sua história na linguagem que o humano é alçado a uma condição de “agarrar significantes”, expressão de Barthes (1976), ao que eu complementaria, em diálogo com o termo “inculcar” de Benveniste, que o humano é também agarrado por significantes do outro. Tanto o “agarrar significantes” quanto o ser agarrado por significantes do outro vinculam-se ao fato de a criança viver enredada na teia de sua língua materna via enunciações com os interlocutores de seu convívio, enunciações que carregam todas as coerções da língua e dos valores culturais de uma sociedade impregnados nessa língua. É no jogo entre emissão-percepção (escuta) que o silêncio e as pausas também comparecem como significativos.

Considero que a antropologia da linguagem, derivada da reflexão benvenistiana, encontra na aquisição um dos seus grandes fundamentos, porque a instauração da criança em uma língua se atrela a sua entrada na sociedade humana. Essa instauração envolve a emissão e a escuta como lugares de trânsito por meio do qual a criança é constituída pelo próprio simbólico e pelos princípios organizacionais de sua língua ao mesmo tempo que os constitui. É por estar imersa em enunciações que as emissões e as escutas da criança e do outro possibilitam ao *infans* se constituir e ser constituído por sua língua materna, com os valores linguísticos e culturais constitutivos dessa língua. Essa instauração se torna possível no exercício da linguagem, espaço em que a criança e o outro podem estar na dupla função

mediadora da linguagem: como locutor que emite para criar uma realidade de discurso e como locutor que (se) escuta para recriar a realidade de discurso. É nesse movimento que a linguagem exerce a sua função mediadora homem-homem e homem-mundo, conforme reflexão benvenistiana.

Em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, ao trazer o desenvolvimento da linguística de seu tempo, Benveniste defende que a linguística é ciência da linguagem e ciência das línguas. Por isso, a linguagem, considerada faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza. Para o linguista, a língua põe em jogo unidades discretas, marcadas pela distintividade: os lexemas, os morfemas, os fonemas e os merismas (traços distintivos). Essa distintividade entre as formas é concebida pelo linguista como ligada à significação ou à função das partes para a constituição do todo (da língua).

A indissociabilidade humana à linguagem, com seu aparato simbólico como base de as línguas significarem, recebe neste texto de Benveniste especial atenção, texto em que o linguista recorre muitas vezes à criança em aquisição:

Na verdade o homem não foi criado duas vezes, uma vez sem linguagem, e uma vez com linguagem. A ascensão de Homo na série animal pode haver sido favorecida pela sua estrutura corporal ou pela sua organização nervosa; deve-se antes de tudo à sua faculdade de representação simbólica, fonte comum do pensamento, da linguagem e da sociedade.

Essa capacidade simbólica está na base das funções conceptuais. (BENVENISTE, 1966/1995, p. 29).

É a faculdade simbolizante, para o linguista, que permite o fundamento da abstração e, ao mesmo tempo, o princípio da imaginação criadora. Essa capacidade de abstração ou representativa, de essência

simbólica, base da significação, segundo Benveniste, aparece no homem e desperta muito cedo na criança. Como ocorre esse despertar na criança? Talvez a observação do empírico da aquisição, as emissões vocais-fônicas da criança em relação com seus interlocutores, possa oferecer pistas para responder a esse questionamento. Como em outros textos, Benveniste problematiza nesse a diferença entre o animal e o humano, diferença que parece estar ligada à relação entre o biológico/natural/instintivo e o cultural/simbólico, visto defender que o símbolo, no humano, é interpretado em uma função significativa e não apenas percebido como impressão sensorial de um sinal, como fazem os animais. Por isso, o linguista argumenta que, “Fora da esfera biológica, a capacidade simbólica é a capacidade mais específica do ser humano” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 31).

A linguagem, para Benveniste (1966/1995), é um sistema simbólico especial organizado em dois planos:

De um lado é um fato físico: utiliza a mediação do aparelho vocal para produzir-se, do aparelho auditivo para ser percebida. Sob esse aspecto material presta-se à observação, à descrição e ao registro. De outro lado, é uma estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou a experiência pela sua “evocação”. (BENVENISTE, 1966/1995, p. 30, aspas do autor).

Como fato físico, a linguagem manifesta-se em uma língua particular, tornando-se discurso e podendo ser escutada na interlocução. Sob esse aspecto é que o analista da linguagem observa, descreve e registra as cenas com uma escuta permeada por determinado ponto de vista. Como fato simbólico, acontecimentos são recriados e, nesse caso, jamais se tem acesso a uma realidade de acontecimentos senão pela evocação de sentidos que se podem escutar do discurso, discurso que dá existência, via mediação dos aparelhos vocal e auditivo, à produção e à percepção (escuta).

A passagem citada anteriormente revela a importância dada por Benveniste (1966/1995) ao aspecto vocal/fônico como aparato material mediador da relação entre falante e ouvinte. Pensando-a como registro material, Benveniste parece relacionar esse aspecto ao trabalho do linguista. Pensando-a como recriação de realidade, Benveniste parece conceber a linguagem como evocação de sentidos entre interlocutores em uma realidade objetiva extralinguística inacessível porque sempre permeada pela subjetividade inscrita na linguagem.

O linguista, ao trazer suas concepções de linguagem e língua, nesse texto, pontua conclusões, as quais considero importante destacar:

- 1) “Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra. Uma e outra são dadas, mas também uma e outra são aprendidas pelo ser humano que não lhes possui um conhecimento inato” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 31). Portanto, língua e sociedade são, em um movimento de imbricação, recebidas e impostas, mas também constituídas pelo humano. A criança, por isso, é constituída pela língua com os valores distintivos de suas unidades e com os valores de cultura da sociedade nela impregnados, mas a criança também constitui (apreende) valores particulares desse duplo aparato que lhe é dado – língua e sociedade.
- 2) “A criança nasce e se desenvolve na sociedade dos homens. São homens adultos, seus pais que lhe inculcam o uso da palavra” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 31). Portanto, a organização da língua se impõe para a criança via relações com outros de seu convívio, mas também a criança, de modo particular, organiza a sua língua, questão que aparece em “Estruturalismo e linguística”: “Trata-se antes de tudo da língua como organização e do homem como capaz de organizar sua língua” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 19).

Portanto, a aquisição apresenta-se como o ato inaugural de entrada da criança na sociedade de homens falantes e ouvintes de uma língua, porque, mergulhada em discursos, a criança acaba ficando “molhada” por essa língua. A criança instaura-se na língua por

estar na linguagem desde sempre, mergulhada em discursos. Esse mergulho na linguagem possibilita-lhe entrar no seu rio, em sua língua materna, com a complexidade envolvida no engendramento entre formas e sentidos, questão a ser tratada no item a seguir.

A interdependência na língua entre a forma fônica e o sentido: o fenômeno da aquisição da língua materna

A pesquisa linguística sobre determinado fenômeno, no caso deste estudo sobre o som a partir de fatos empíricos de linguagem, requer o afinamento do ponto de vista de abordagem desses fatos empíricos por parte do analista. Como diz Benveniste, “[...] um tal ponto de vista que seja comum ao conjunto ou ao menos a uma maioria de linguistas não existe” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 221). Ao falar para filósofos sobre a forma e o sentido na linguagem, Benveniste situa-se como linguista e ressalta: “Quem fala aqui o faz em seu nome pessoal e propõe pontos de vista que lhes são próprios” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 221). Parto de estudos desenvolvidos com base em ideias de Benveniste sobre o vocal/fônico e me desloco para textos do linguista nos quais o aspecto vocal/fônico da língua é abordado. Como a preocupação neste estudo envolve a temática do vocal/fônico, em seu estatuto embrionário, porque ligado ao fenômeno de aquisição da linguagem, caminho com Benveniste, mas procuro produzir, a exemplo dele, posições próprias sobre o tema no sentido de afinar o ponto de vista de estudo dos fatos de linguagem de uma criança na linguagem e na língua “em estado nascente”, expressão de Jakobson (1956/2003, p. 34).

Pensar o aspecto vocal/fônico tem sido uma das inquietações dos estudiosos da obra de Émile Benveniste, visto ser esse aspecto uma das grandes marcas de presença humana na linguagem. Por isso, a tematização sobre o aspecto vocal/fônico da enunciação

já foi objeto de reflexão tanto no campo da clínica de linguagem fonoaudiológica quanto no de aquisição da linguagem. No projeto *O aspecto vocal/fônico da enunciação nos distúrbios da linguagem: um estudo enunciativo dos distúrbios articulatorios com etiologia orgânica definida*, coordenado por Valdir do Nascimento Flores, buscou-se desenvolver uma proposta de base linguístico-enunciativa para a análise de dados de distúrbios de linguagem decorrentes de distúrbios articulatorios com etiologia orgânica definida. Esse projeto, do qual participei, contou também com a participação de professores, de fonoaudiólogos e de alunos dos cursos de Letras e de Fonoaudiologia. As reflexões presentes nesse projeto permitiram eleger a categoria de *transversalidade enunciativa* (FLORES, 2009, 2010) como o principal operador de análise, visto entendermos que as unidades de todos os níveis da língua (fonologia, morfologia, sintaxe etc.), tomadas separadamente e/ou em inter-relação, apresentam marcas do “eu” que enuncia.

As reflexões sobre o aspecto vocal/fônico da enunciação encaminham o grupo, em estudos posteriores, a refletir sobre a voz, relacionando o campo da enunciação benvenistiana a outros campos, como o da Filosofia, o da Antropologia e o da Psicanálise⁴⁶. Ao tratarem da voz na aquisição da linguagem, Silva e Milano (2013), por meio da análise de fatos de linguagem de uma criança dos 11 meses a 1;2.22, produziram as seguintes problematizações: “Qual o papel da voz nas vocalizações aparentemente semelhantes manifestadas nas três diferentes cenas pela criança? Como as formas vocais que se assemelham evocam sentidos distintos para o outro?” (SILVA; MILANO, 2013, p. 127). Uma das constatações provisórias a que chegamos foi a de que a criança parece preencher seu lugar enunciativo e produzir sentidos para o outro por meio da voz e de aspectos para além de unidades segmentáveis da língua.

⁴⁶ Dentre os trabalhos estudados, cito os de Agamben (2008a; 2008b), Bologna (1987), Cavarero (2011), Le Breton (2011), Zumthor (2010) e Jerusalinsky (2009).

Um dos grandes movimentos observados na análise foi o de que a criança muda de lugar: de convocada pelo outro passa a convocar o outro ao perceber o efeito que a entonação ascendente de sua voz no discurso, juntamente com seu gesto, tem sobre o outro. O estudo de Milano e Silva (2013) retoma o estudo de Silva e Stumpf (2012), pois, nesse momento lógico de preenchimento de lugar enunciativo (cf. SILVA, 2009), os procedimentos acessórios da enunciação relacionados à voz (entonação, ritmo, dentre outros aspectos prosódicos) e aos gestos produzem efeitos de sentido na intersubjetividade enunciativa criança-outro. Ainda que Silva e Stumpf (2012) e Silva e Milano (2013) não tenham abordado o modo como o fônico comparece em seus aspectos biológicos (motores) e em seus aspectos simbólicos (o sentido) no ato de aquisição da linguagem, a conclusão a que Silva e Milano (2013) chegam atesta a reflexão sobre a relação criança-outro e sobre o papel da voz nessa intersubjetividade constitutiva da enunciação:

A abordagem enunciativa de aquisição da linguagem, ao considerar as relações intersubjetivas, possibilita tomar as enunciações da criança como instâncias de referência e de sentido antes da adequação da forma da língua, já que, ainda que esteja constituindo língua e por ela sendo constituída, a criança está imersa na linguagem com *sua* voz como um meio pelo qual assegura sua presença no mundo do homem. (SILVA, MILANO, 2013, p. 128).

Com efeito, ainda que as formas fônicas apresentem, ao que me parece, uma protodistintividade, ou seja, um embrião da distintividade, há vocalização como modo de presença da criança na enunciação e, conseqüentemente, na linguagem.

Silva e Flores (2015), ao tratarem da passagem da criança de não falante a falante de uma língua com a consideração de que há, na reflexão de Émile Benveniste, uma Antropologia da enunciação – conforme proposição de Flores (2013) –, consideram que a

aquisição de uma língua materna registra uma experiência única da especificidade do humano na linguagem. Essa especificidade se liga à capacidade simbólica, base da significação para Benveniste (1966/1995; 1974/1989) e lugar de integração humana à linguagem. Nesse estudo, consideramos que a aquisição da linguagem é a face mais aparente da função simbólica no homem, e, por isso, essa função permite à criança fazer a passagem da natureza à cultura e marcar a sua presença e história na língua\linguagem. Por isso, defendemos a transversalidade do fato simbólico na aquisição da linguagem, por ser responsável pelo significar humano via enunciações. Valendo-se também de Jakobson (1967), em seu texto “Por que ‘mama’ e ‘papa’?”, para quem a interação entre a criança e o adulto produz, em ambos, efeitos importantes, consideramos que o outro tem papel importante por introduzir a criança no simbólico de sua língua. Por isso, considero fundamental, aqui, retomar a interessante passagem de Jakobson:

as criações léxicas, socialmente convencionalizadas, dessa fala de bebê, conhecidas pelo nome de linguagem de berço, se adaptam de propósito deliberado ao padrão fonêmico infantil e à construção usual das primeiras palavras que a criança diz; e, por outro lado, tendem a impor à criança uma delimitação mais nítida e uma estabilidade mais elevada da significação vocabular (JAKOBSON, 1967, p. 76).

Diante disso, o tema da “escuta” entrou em nossa reflexão naquele momento:

É a escuta que o adulto tem da especificidade do que é vocalizado (no período do balbucio, por exemplo) que configura uma base para produção da fala de retorno acerca do que ouve do bebê. Para nós, essa escuta introduz cotidianamente a criança no mundo do símbolo. (SILVA; FLORES, 2015, p. 141).

Com efeito, no estudo atual, a reflexão que produz envolve pensar que, considerada a aquisição na perspectiva de uma Antropologia da linguagem ou da enunciação atribuída à reflexão

sobre linguagem de Émile Benveniste, o simbólico, ao possibilitar a passagem da criança da natureza à cultura, permite-lhe caminhar rumo à distintividade de formas como condição de delimitação de sentido dessas formas. Para Flores (2019), considerando a reflexão de Jakobson, “[...] a passagem do balbucio às primeiras oposições fonológicas atesta o que a entrada em uma dada língua impõe de restrição ao falante” (FLORES, 2019, p. 211). E, desse modo, a relação entre emissão vocal e percepção, considerada aqui como escuta, torna-se fundamental nessa passagem da criança da natureza à cultura, pois, como argumentam Silva e Oliveira (no prelo) acerca da relação entre escuta e aquisição da linguagem, é “situando-se e sendo situada como ouvinte do outro, bem como o situando como seu ouvinte, que a criança apreende a língua materna”.

O fato simbólico, colocado como central nessas passagens, permite-me reafirmar com Benveniste (1974/1989, p. 222) que “[...] o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar”. Por isso, a pontuação de Silva e Flores (2015) torna-se importante por levar em conta não somente o biológico, mas principalmente o mundo-cultura, o qual a criança encontra ao nascer e no qual passa a viver via enunciações de sua língua materna:

Ora, se acedemos à condição de homem pela faculdade de simbolizar e essa faculdade realiza-se de maneira “suprema na linguagem, que é a expressão simbólica por excelência” (BENVENISTE, 1974/1988, p. 30), então a simbolização é a capacidade única que tem o homem de construir sentidos cuja percepção não pode ser esgotada pelo sistema sensorial humano. Não basta ter visão, olfato, paladar, tato e audição para construir sentidos. Aliás, esses sentidos estão presentes, também, em outros animais e, nem por isso, atribuímo-los [sic] capacidade de construir sentidos, em uma palavra, de ter linguagem.

[...]

Há muito para se desenvolver nesse campo: está por surgir uma antropologia da enunciação que mostrará como a cultura está constitutivamente presente na linguagem humana. E a criança é talvez a melhor testemunha de tudo isso. Benveniste tem razão em falar na criança, quando fala de cultura e linguagem. Pois isso só é menos invisível pelo testemunho de uma criança. (SILVA; FLORES, 2015, p. 147-148).

Ao observar o funcionamento do aspecto vocal/fônico na criança, busco no estudo atual justamente comentar como o *infante* pode indiciar⁴⁷ de que modo a significação, atrelada ao simbólico da linguagem, pode possibilitar-lhe produzir “contornos”⁴⁸ às suas formas enunciativas fônicas, produzindo para si e para o outro sentidos de modo duplo: pela distintividade das unidades fônicas (intra-sistema) e pela referência constituída no discurso (interlocução).

O aspecto vocal da enunciação é também explorado em Diedrich (2015). Ao investigar o papel do aspecto vocal da enunciação na manifestação da experiência da criança na linguagem, a autora mostra que, se a enunciação, enquanto fenômeno geral, é a apropriação da língua pelo locutor, o qual, assumindo sua posição de sujeito, implanta o outro diante de si, há, na aquisição da linguagem, um funcionamento particular do aspecto vocal da enunciação, enquanto fenômeno específico, constitutivo da relação de cada criança com o(s) outro(s).

Considerados os estudos anteriores com o quais este trabalho dialoga, a especificidade deste estudo relaciona-se à abordagem do aspecto vocal/fônico, em sua relação de engendramento entre forma e sentido, considerada a gênese desse engendramento na

47 Questão a ser tratada na próxima seção.

48 O termo “contorno” é utilizado por Flores (2015), ao defender que, em nível de percepção e do ponto de vista fenomenológico, o falante realiza comentários sobre a face significante da língua por meio de contornos de sentido. Assim, o falante faz interpretações, uma espécie de tradução, ao comentar a materialidade significante. Para fazer isso, realiza contornos de sentido. Uso o termo de Flores (2015), mas em outra acepção, ao considerar que a criança e o outro, via escuta, atribuem sentidos que lhe possibilitam dar contorno às formas vocais. É o aspecto de semantização da língua possibilitando que o sentido forme unidades fônicas.

interdependência dos aspectos biológicos e culturais no ato de aquisição da linguagem como vinculado à emissão e à percepção (escuta).

Para isso, revisito o texto “Os níveis da análise linguística”, da obra *Problemas de Linguística Geral I*, e os textos “Estruturalismo e linguística” e “A forma e o sentido na linguagem”, da obra *Problemas de Linguística Geral II*.

Em “Os níveis da análise linguística”, Benveniste (1966/1995) destaca a natureza articulada da linguagem e o caráter discreto de seus elementos manifesto na língua como sistema orgânico de signos linguísticos. Esse caráter discreto dos elementos na organização da língua é visto pela segmentação e pela substituição. O autor concebe os fonemas e os traços distintivos como elementos mínimos, porém diferenciados, justamente pelo fato de os fonemas serem segmentáveis e substituíveis, enquanto os traços distintivos (merismas) são somente substituíveis. Os fonemas formam o nível fonemático e os traços distintivos, o nível hipofonemático ou merismático. O elemento de cada nível se integra ao superior, formando nova unidade dotada de sentido; é o caso do fonema, que integra o morfema. As unidades são delimitadas pela condição do sentido ao tornarem possível a constituição de uma nova unidade de nível superior. O fonema se define, assim, como constituinte do morfema.

Por isso, o linguista defende que a identificação de uma unidade como tal ocorre se essa unidade participar de uma unidade mais alta. Nessa linha de argumentação, considera a palavra em uma posição intermediária, que se prende a sua dupla natureza: por um lado, decompõe-se em unidades fonemáticas, que são de nível inferior; por outro lado, integra com outras unidades significantes um nível superior, a frase.

Uma unidade, nesse caso, será reconhecida como distintiva num determinado nível se puder identificar-se como parte integrante

da unidade de nível superior, da qual se torna o integrante. O limite superior da análise linguística, para o autor, é a frase, que comporta constituintes; o limite inferior é o do merisma, que, traço distintivo do fonema, não comporta nenhum outro componente de natureza linguística. A frase define-se pelos seus constituintes e o merisma (traço distintivo) somente se define como integrante. Para Benveniste, assim, as unidades dos diferentes níveis relacionam-se em forma e sentido. Desse modo, o sentido intralinguístico da forma envolve a pergunta: tem sentido na língua? Ou seja, no caso das formas fônicas/vocais, o falante nativo identifica o elemento vocal como distintivo, opositivo e delimitado por outras unidades. O sentido do nível mais alto (categoremático), da frase, envolve o fato de a língua referir o mundo. A pergunta envolvida, nesse caso, é: qual o sentido? A frase – seja entendida como segmento do discurso, seja como o próprio discurso – não apresenta significação por ser distintiva em relação a outras frases, mas por trazer, ao mesmo tempo, sentido (ser enformada de significação) e referência (remeter a uma determinada situação).

Os merismas – traços distintivos – cumprem função integrativa por serem constituintes dos fonemas. A realização desses traços depende de elementos biológicos do aparelho fonador para realizarem abertura, fechamento, oclusão, fricção etc. No entanto, para que a realização motora de um traço possa integrar uma forma fonêmica, precisa ser reconhecida como produtora de sentido nas relações enunciativas entre os parceiros da interlocução. É por esse caminho que, na aquisição, as formas motoras da criança podem ter atribuição de sentido e ir integrando-se ao repertório fonemático da língua materna nas relações enunciativas criança e outro. Isso porque o sentido se organiza “desde que haja dois indivíduos que possa manejá-la [a língua] como nativos” em um exercício que transcende a “uma faculdade natural” para caminhar em direção ao “mundo do homem” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 20, 21).

Interessante é o fato de Benveniste finalizar esse texto com a dupla propriedade da frase e sua relação com o locutor e com o linguista. Essa relação é ilustrada novamente com o caso da aquisição, pois, segundo ele, a criança, em seu exercício incessante do discurso, torna-se sensível à frase como transmitindo algum sentido/conteúdo. É a partir da frase que ela passa a reconhecer unidades idênticas em contextos diferentes ou unidades diferentes substituídas em contexto idêntico. Por aí, Benveniste percebe que o locutor, ao reconhecer a identidade e a diferença de unidades, está realizando análise linguística, análise que posso derivar como relacionada, de modo geral, à percepção/escuta como condição de a criança se tornar falante de sua língua materna. Por isso, a unidade mais alta é o caminho para o locutor-criança perceber as unidades menores como idênticas e diferentes, ou seja, para alinhar o sentido global do discurso ao sentido intralinguístico das unidades. No final do texto, Benveniste fornece mais subsídios a essa argumentação: “É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 140).

Atesto, nesse rápido percurso pelo texto “Os níveis da análise linguística”, novamente a importância do vocal/fônico, para Benveniste, pois as formas fonemáticas são condição para as unidades maiores, as frases, que, como discurso, são lugares de encontro da criança com o outro e com a língua via enunciação. É pela frase que compõem os comportamentos humanos “[...] do homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor: quer transmitir-lhe uma informação, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 139). Esses comportamentos, para o linguista, realizam-se por meio de frases assertivas, interrogativas e imperativas, que revelam funções inter-humanas em correspondências com as atitudes do locutor.

O interessante desse texto para a investigação que desenvolvo em aquisição da linguagem, a partir da teoria da linguagem de Benveniste, diz respeito ao fato de que o estudo de toda e qualquer unidade linguística, para o linguista, requer identificar essa unidade como integrando outra, com a consideração do último nível da análise, o da frase/discurso em contexto de interlocução. Como as crianças, em sua “aurora” de vida, identificam unidades? Como o interlocutor da criança identifica unidades em suas emissões? A criança, que ainda não apresenta unidades distintivas, não apresentaria embriões de distintividades fônicas? Não seriam esses embriões indícios do nível hipofonemático ou merismático, ou seja, indícios de protodistintividade em sua entrada para os sentidos intralinguísticos?

É importante pontuar que todo locutor usa a língua para significar, produzindo sentidos e referências para o outro. Nesse caso, parece-me que a criança produz e escuta unidades mais altas, frases, que revelam sua atitude de locutor e manifestam seus comportamentos humanos na linguagem, com sentido e referência, antes da adequação das formas fônicas com sentidos intralinguísticos. Assim, a criança talvez possa, em sua aurora na linguagem-língua, evocar sentidos no discurso, nas relações enunciativas com o outro, e realizar protodistintividade do sistema intralinguístico, que se tornarão unidades distintivas de sua língua materna. É o seu início da análise linguística, pela percepção/escuta, a partir da frase e no exercício do discurso.

Com efeito, a natureza articulada da linguagem e o caráter discreto de seus elementos impõem-se à criança no exercício do discurso e lhe possibilitam se instaurar no sistema de relações distribucionais (entre elementos de mesmo nível) e integrativas (entre elementos de nível diferente). Em outras palavras, a discretização de unidades é condição para entrada do falante em uma língua. Conforme Benveniste, a percepção de diferenças e de identidades

dos elementos, condição para a identificação de elementos como unidades discretas, torna-se possível a partir do discurso e da interlocução, princípio que considero fundamental nos estudos de aquisição por essa abordagem de linguagem.

A questão da unidade, constituída em forma e sentido, e a tematização do aspecto vocal/fônico da língua retorna no texto “A forma e o sentido na linguagem”, no qual Benveniste (1974/1989) trata da propriedade formal do signo. Nesse texto, Benveniste insiste que o trabalho do linguista envolve definir quais são suas unidades. Para ele, o signo é unidade do domínio semiótico (do sistema intralinguístico) e a palavra é a unidade do domínio semântico (da frase/discurso). Ora, sabe-se que a grande questão da aquisição é justamente a criança se instaurar nesse duplo domínio. Em “Os níveis de análise linguística”, como já evidenciado, o linguista destaca que a criança entra no mundo do signo a partir do mundo do discurso. Deslocando a relação signo-discurso para o contexto da reflexão do texto “A forma e o sentido na linguagem”, posso deduzir que o fato de a criança estar no universo da palavra com o outro – no semântico com o semiótico – é o que lhe permite ser constituída e constituir-se no universo do signo e do discurso – no semiótico e no semântico de sua língua materna.

Benveniste destaca que a distintividade está ligada à significação, pois todas as unidades formais do semiótico têm por critério justamente o limite da significação. Ao se perder a significação, perde-se a unidade e o seu caráter sígnico, visto que “Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 228).

Com a consideração do signo saussuriano, Benveniste examina a organização do significante, com destaque, inicial, para as suas formas sonoras:

O significante não é apenas uma sequência dada de sons que a natureza falada, vocal, da língua exigiria; ele é a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo. Sabe-se que toda a forma linguística é constituída em última análise de um número restrito de unidades sonoras, chamadas fonemas; mas é preciso ver que o signo não se decompõe imediatamente em fonemas e que uma sequência de fonemas não compõe imediatamente um signo. A análise *semiótica*, diferentemente da análise fonética, exige que introduzamos, antes do nível dos fonemas, o nível da estrutura fonemática do significante. (BENVENISTE, 1974/1989, p. 225, grifo do autor).

Nesta passagem, em diálogo com o texto “Os níveis da análise linguística”, Benveniste volta a refletir sobre a organização da língua em níveis com unidades que se integram. Assim, do fonema não podemos passar diretamente para o signo lexical, pois há o nível morfemático intermediário. O autor ainda destaca, fato que me chamou a atenção, haver o nível da estrutura fonemática do significante anterior ao fonema. Parece-me que a criança, ao produzir sons que o outro não identifica como sendo da língua materna, pode estar produzindo sons que apresentam indícios da organização fonemática do significante, com aspectos motores necessários a essa organização (abertura e fechamento de boca/pausas para respiração) que se tornarão sentidos diferenciadores de formas fônicas na língua em nível anterior à delimitação da unidade formal fonemática de sua língua, questão a ser tratada nos fatos de linguagem da criança na seção de análise.

Para que a forma tenha sentido na ordem semiótica, também precisa ser identificada como tendo ou não sentido. Essa identificação na aquisição parece estar muito ligada ao adulto com o qual a criança partilha vocalizações, pois é comum que as vocalizações da criança, que Silva (2009) considera como formas enunciativas – já que estão no discurso, mas não são identificáveis como da língua –, tenham vocalizações de retorno do adulto com formas da língua. É nesse vai e vem de unidades vocais/fônicas que a criança parece ir modelando as

unidades fonemáticas de sua língua. Nesse caso, ponto novamente a importância dos sons presentes no semântico (discursos) e de sua escuta como lugar de atribuição de sentido, condição para a criança ingressar no semiótico de sua língua materna.

O outro da criança em aquisição, com a sua “escuta atenta”, funciona, muitas vezes, como um tradutor⁴⁹, que se vale do semantismo das situações de interlocução, para constituir o semiótico possível para os discursos presentes nessas interlocuções, visto que esse outro jamais conseguirá interagir com a criança com vocalizações semelhantes às dela, por mais que produza formas aproximadas, reconhecidas na literatura do campo de aquisição da linguagem como *manhês*, conforme Snow (1978, 1986, 1989).

É no mundo da frase, com sua unidade, a palavra – no domínio semântico –, que a criança vive acontecimentos de linguagem em sua língua materna. Frases que podem “[...] ser truncadas, embrionárias, incompletas, mas sempre frases” (BENVENISTE, 1974/1989, 228). Por isso, observar fatos de linguagem do *infans*, que ainda não se instaurou em sua língua materna, pode ser revelador da seguinte formulação: não há unidades intermediárias, como o morfema, entre as formas fônicas e a frase. Isso porque, no *infans*, o som, por não ter a organização fonemática da língua materna, constitui diretamente a unidade superior, a frase, sem que se identifiquem unidades intermediárias. A frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor e contém, em um agenciamento sintagmático, uma ideia (um sentido global), que provoca, na situação de discurso, a inversibilidade de parceiros.

49 Benveniste, em “A forma e o sentido na linguagem”, tematiza a tradução com a seguinte reflexão: “Pode-se transpor o semantismo de uma língua para o de uma outra, ‘salva veritate’; é a possibilidade de tradução; mas não se pode transpor o semiotismo de uma língua para o de uma outra, é a impossibilidade de tradução.” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 233). Estamos aqui operando deslocamentos e aproximações sem relacionar as formas vocais e sentidos na relação criança-outro *ipsis litteris* com a operação e o campo de tradução por não estarem em paralelo formas e sentidos de dois sistemas linguísticos.

É no semântico que a língua, ainda que falte no *infans* (LEMOS, 2002), comparece como função mediadora entre os humanos e entre os humanos e o mundo: “[...] transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 229). Novamente, Benveniste parece trazer os modos de atualização da frase – assertiva, interrogativa e imperativa – como meios de integração dos parceiros via linguagem. O som, como elemento integrante primário das frases do *infans*, além de ser o revelador da atitude de locutor da criança, possibilita-lhe convocar o outro, por meio de contornos entonacionais de frases assertivas, frases interrogativas e frases imperativas, que evocam esse chamado ao outro.

Vemos Benveniste novamente, em “A forma e o sentido na linguagem”, ressaltar o poder de significação da língua, “[...] que é anterior ao dizer qualquer coisa” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 234). Assim, antes de dizer qualquer coisa em sua língua materna, a criança está sempre presente nesse poder simbólico da linguagem e de significação da língua, o que lhe permite passar dos sons profonemáticos para sons fonemáticos. Nesse caso, a atribuição de sentidos às formas – via escutas sejam da criança, sejam do adulto – possibilita o “afunilamento”⁵⁰ das unidades como condição de a criança fazer a passagem das formas enunciativas, sem traços específicos, para as formas da língua, com traços específicos.

As reflexões presentes nesta seção retornam na seção de análise a seguir.

50 A ideia da enunciação como “funil” “por onde o locutor faz passar a língua na tentativa de assegurar o sentido” comparece em Flores (2013, p. 115). A ideia de afunilamento, neste artigo, envolve a ideia de que as formas fônicas da criança vão se restringindo para chegarem a formas fônicas com sentidos sistêmicos de sua língua materna.

A CRIANÇA NO IMBRICAMENTO ENTRE O BIOLÓGICO E O CULTURAL NA CONSTITUIÇÃO DE FORMA E SENTIDO

Constituir fatos de linguagem para análise requer pensar movimentos de observação do pesquisador, com a consideração da singularidade constitutiva do fazer desse pesquisador.

Os dados da criança a ser escutada pertencem ao acervo do grupo de pesquisa interinstitucional NALíngua (Núcleo de Estudos em Aquisição da Linguagem), coordenado pelas Profas. Dras. Alessandra Del Ré (UNESP) e Márcia Romero Lopes (UNIFESP). Esse grupo conta com *corpora* de aquisição da linguagem, constituídos por dados de crianças acompanhadas longitudinalmente, em situações naturalísticas. Os dados selecionados para análise pertencem ao *corpus* de Gustavo, criança acompanhada do 1º mês aos 6 anos e 11 meses. Desse período, foram recortadas cenas dos primeiros onze meses para a constituição dos fatos de análise deste estudo.

A partir do modo de o pesquisador observar esses fatos de linguagem é que serão destacados os vestígios ligados aos aspectos de forma e sentido das vocalizações e das escutas que terão relevo nas cenas ligadas ao exercício de linguagem/língua de Gustavo com seus interlocutores. Essa reflexão sobre os vestígios/indícios da língua nas emissões vocais da criança dialoga com a abordagem de Flores (2019), visto, para o autor, “o que passa *com* a língua – e mesmo *na* língua – quando uma criança fala nem mostra, nem oculta⁵¹: a face aparente da passagem a falante apenas *indica*, logo *significa*” (FLORES, 2019, p. 182, grifos do autor). A partir disso, o autor

51 Flores aqui menciona a passagem evocada por Benveniste (1974/1989, p. 234) a propósito da linguagem presente na fala Heráclito, atribuída ao Senhor do Oráculo de Delfos: “Ela não diz nem oculta, mas ela significa”.

argumenta que, nessa perspectiva, “sai-se do campo da ‘mostração’ e passa-se ao campo da ‘indicação’” (FLORES, 2019, p. 182, aspas do autor). Tais argumentos levam Flores (2019) à importante conclusão de que “a fala da criança indica os termos pelos quais a língua tem lugar nela” (FLORES, 2019, p. 187, grifos do autor). Indicar esse lugar da língua nas emissões da criança envolve a escuta e o olhar do linguista como uma testemunha⁵², um terceiro desse vir a ser falante de uma criança. Assim, essa indicação do linguista envolve “um ato de linguagem” e, nesse caso, seu testemunho é de “natureza discursiva” (FLORES, 2019, p. 178).

Essa “natureza discursiva” atrela-se à escuta do pesquisador – a terceira orelha (NORMAND, 2009) –, que considero já impregnada de um ponto de vista sobre a linguagem. Disso não podemos fugir, visto os fatos serem frutos desse ponto de vista. Nesse sentido, a seleção de fatos de linguagem e os registros para a constituição dos fatos de análise são produtos desse ponto de vista. Esses registros, se tomados como transcrição ortográfica, ainda que tenham certa proximidade com o fônico das enunciações faladas, ou como relato de cena, vão envolver a subjetividade do observador e a perda constitutiva ligada à escolha do que será olhado, escutado e comentado.

Aqui, considero um locutor descritor das cenas enunciativas. Essa descrição é, portanto, uma enunciação que advém de outra enunciação. Há, nesse processo, uma perda, porque o analista não pode apreender o todo, assim como não poderá analisar o todo do sentido (SILVA, 2009). Há sempre algo que escapa, o que é constitutivo do ato tanto de transcrever quanto de relatar um fato de linguagem e, ainda, do próprio ato de analisar.

52 A discussão sobre o lugar do linguista como testemunha (lugar de *testis*) e da criança como supertes (o que vive a experiência de entrar em uma língua) pode ser aprofundada com a leitura do capítulo 5 da obra de Flores (2019), que se vale das reflexões de Agamben (2008b) e Ricoeur (2007) para a elaboração das noções de *testemunho* e *testemunha* no campo da linguística, especialmente para desenvolver reflexões sobre a relação do linguista com a fala da criança.

Como a linguagem, conforme Benveniste (1966/1995), é um sistema organizado em dois planos: como fato físico que possibilita o registro e como estrutura imaterial que “evoca” sentidos, lido justamente com esse duplo aspecto, pois procuro, de um lado, registrar o que percebo pela mediação de meu aparelho auditivo; de outro lado, atento para os vestígios do que é evocado nos fatos de linguagem de Gustavo do 1º mês aos 11 meses. Por isso, não opero uma transcrição formal, mas registros do que seja saliente nos modos de escuta da criança e de seus interlocutores, registros estes produzidos ao “escutar” e “olhar” atentamente Gustavo e seus parceiros em cada sessão, em situações de interlocução com recortes de cenas enunciativas relevantes para este estudo, que são descritas do seguinte modo: primeiramente, com um quadro, no qual há um cabeçalho com uma descrição geral da cena da criança com seus interlocutores. Na sequência, são inseridas duas colunas: uma para as ações na linguagem da criança – verbais e não verbais – e outra para a ação de seus interlocutores na linguagem – verbais e não verbais. As setas, entre uma coluna e outra, indicam a inversibilidade enunciativa dos parceiros na linguagem, por meio de ações verbais e não verbais.

A afirmação de que “Falamos com outros que falam, essa é a realidade humana” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 65) carrega o pressuposto antropológico transversal, atribuído à abordagem linguística de Benveniste que nos serve como base e nos convoca a pensar como a criança, enquanto *infans*, entra nesse mundo falante. Esse mundo falante com uma língua, a qual, nas palavras de Chacon e Villega (2012), mostra-se como um outro “turbulento” para as crianças.

A partir dessas pontuações metodológicas, encaminho-me para as análises. Nos movimentos analíticos, duas cenas são analisadas. Após a descrição e a análise de cada cena enunciativa, apresento uma reflexão sobre a relação entre forma e sentido do aspecto vocal/fônico, com a discussão sobre a relação entre o biológico e o cultural

implicados na intersubjetividade de emissões e percepções (escutas) na aquisição de língua materna pela criança.

A cena enunciativa I: descrição e análise

Quadro1: Descrição da cena enunciativa I.

A criança está no banho com o pai e a mãe. Pai e mãe interagem com a criança. A mãe e o pai falam por/com ele em alguns momentos. A mãe filma a situação de banho.	
Criança G (02.12)	Interlocutores
G: não olha diretamente e não interage com os pais.	MÃE: delícia mamãe. Qui gostosu essi banhinhu de baldi. (pausa) Tá bom aí G? PAI: tô bcm relaxadinho, meu, bcm relaxadinho. MÃE: ai qui gostosu.
G: olha para o pai com abertura de boca. G: é...gu	PAI: tô bcm relaxadinho, papai. Uma delícia, meu. Uma delícia. (muda a dinâmica da voz)
G: continua olhando para o pai	PAI: gu, gu, é gu (pausa) é diu, é diu (muda registro) PAI: ai qui gostosu (entonação baixa) MÃE: ai qui bom essi banhu PAI: é diu

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta cena, os pais, na inversibilidade enunciativa com Gustavo, assumem diferentes papéis. A mãe vocaliza em nome de Gustavo com asserções e interrogações, que o implantam como *tu* (“tá bom aí Gustavo?”) e *eu* (“tô bem relaxadinho”) na inversibilidade enunciativa. Também o pai enuncia no lugar de Gustavo (“tô bem relaxadinho meu, bem relaxadinho”). No entanto, como a mãe está atravessada pela câmera, Gustavo não a olha diretamente e não se manifesta. Já quando o pai enuncia, principalmente quando este modifica a voz, Gustavo reage direcionando o olhar para o pai e fazendo movimentos de abertura de boca, o que evidencia a importância do aspecto fisiológico/biológico para Gustavo ocupar um lugar enunciativo em uma emissão de retorno

ao seu interlocutor. Esse movimento encaminha Gustavo a produzir “é.. gu”, que o pai passa a simular numa espécie de espelhamento com a criança. São formas fônicas que produzem sentido na interlocução e apresentam um embrião de sentido intralinguístico (distintividade entre vogal e consoante).

Importante nessa cena enunciativa é o fato de que o pai promove esse espelhamento ao mudar o registro na dinâmica de sua voz (ABERCROMBIE, 1967), elevando bastante sua frequência fundamental – fato que provoca em Gustavo a continuidade de movimentos na boca para a produção de sons. Nesse sentido, parece que, ao se escutar, de algum modo, nessa mudança de registro vocal do pai, Gustavo reconhece um lugar de enunciação para si na inversibilidade enunciativa.

A cena enunciativa mostra que Gustavo, ao olhar para o pai e não para a mãe (que interage com ele e o filma), postula, como alocutário, o pai. Ao implantar esse outro diante de si, produz, pelos movimentos da boca, formas com contrastes fônicos (sentidos intralinguísticos) importantes como fechado/aberto, que resultam no embrião de uma sílaba que se percebe como /gu/, já com o padrão silábico universal consoante + vogal (CV) preenchido por fonemas que se podem reconhecer no português brasileiro (PB). Ou seja, nessa cena, observam-se indícios do nascimento conjunto de forma e sentido, como possibilidade de a criança, por estar na imbricação semiótico-semântico via relações enunciativas com o outro, instaurar-se no sistema de sua língua materna.

Além disso, ainda em seu segundo mês de vida, Gustavo dá mostras, por meio da presença de elementos importantes na troca intersubjetiva – como a pausa –, de que ocupa um lugar de escuta das emissões vocais do outro. Seus contrastes ora comparecem com pausa, ora sem pausa. Assim, a pausa apresenta-se como o germe da relação emissão vocal/respiração, aspecto biológico/fisiológico

importante para as enunciações vocais. A presença e a ausência de pausas também marcam a necessária relação de diferença para a produção de sons como germe de frase/enunciados e produção de sentidos na relação discursiva *eu-tu*. As formas fônicas emitidas e suas pausas marcam, em síntese, a intersubjetividade constitutiva da linguagem, presente na relação entre emissões e escutas.

No caso dessa cena, Gustavo implanta seu pai como interlocutor principal justamente quando este muda o registro de (sua) enunciação, alternando trechos de fala nesse novo registro com pausas e convocando enunciações de retorno por parte de Gustavo. Desse modo, as pausas parecem cumprir funções importantes: *biológica/fisiológica* (respiração), *linguística* (estabelecimento de unidades com interface entre sintaxe e prosódia) e *enunciativa* (escuta e espera de retorno do interlocutor). Aqui, biológico e cultural se implicam para a entrada da criança nos dois modos de ser língua: no semiótico, com seu sistema de distintividades, e no semântico, língua em ação no discurso.

Essa reflexão dialoga com Milano e Flores (2015), que, com base no texto “Por que ‘mama’ e ‘papa’?”, de Jakobson, assumem que, do ponto de vista da interlocução, a ‘fala do bebê’ indica uma relação simultânea entre continuidade e descontinuidade⁵³, com a pontuação de que, nessa simultaneidade, diferentes aspectos – físico, fisiológico, cognitivo, psíquico e linguístico – encontram sentido na “fala do bebê”, simultaneidade que permite a passagem do homem da condição de *infans* à de falante. No estudo que aqui apresento, considero que, para além das formas de parentesco (“papa” e “mama”), as primeiras formas vocais do bebê, com seus movimentos articulatórios de ordem

53 Milano e Flores (2015) propõem uma leitura da hipótese de descontinuidade na passagem do balbucio à organização do sistema fonológico da língua materna do falante. Para os autores, com base na leitura de textos de Jakobson como “Por que ‘papa’ e ‘mama’?”, há uma concomitância entre o que é da ordem do contínuo e do descontínuo na passagem do balbucio ao sistema fonológico de uma dada língua.

biológica, apontam traços vocais com potencialidade de contrastes e oposições, base do sentido intralinguístico das formas vocais. É a simultaneidade do biológico e do simbólico como condição de entrada da criança na língua, em seu duplo modo de significância: semiótico e semântico. Os ecos das formas vocais da criança na fala do outro dão mostras do papel da escuta e da interlocução como potências do que se tornará sons com contrastes (sentidos intralinguísticos) no sistema da língua materna, questão corroborada por Milano e Flores (2015):

Tudo indica, então, que a escuta, por parte do adulto, das particularidades do que é vocalizado no período do balbucio configura-se um alicerce para a produção de fala de retorno que o adulto utiliza ao se dirigir ao bebê. Consequentemente, nada impede pensar que essa escuta possa ser, por sua vez, matriz para as primeiras palavras do bebê. (MILANO; FLORES, 2015, p. 66).

Interessante pontuar, ainda, nessa cena, não somente a escuta do outro, mas também a escuta da criança quanto às emissões do outro, visto a mudança de dinâmica do vocal por parte do pai encaminhar a continuidade de emissões de formas vocais da criança, com um olhar e um sorriso dirigidos a seu interlocutor como indícios do “prazer” da criança em se reconhecer no vocal do outro. É o funcionamento intersubjetivo da linguagem – entre escutas e emissões de formas vocais – propiciando o encontro humano implicado na relação entre formas e sentidos. Essa intersubjetividade inscrita em nossa cultura de linguagem de berço, ou “manhês”, parece ser lugar de garantia de passagem do balbucio a dado sistema linguístico e reveladora do quanto o biológico e o cultural⁵⁴ estão implicados na instauração da criança em uma língua materna.

54 É claro que aspectos físicos, fisiológicos, cognitivos, psíquicos e linguísticos são simultâneos e encontram-se na passagem da criança de *infans* à falante, como bem lembram Milano e Flores (2015), no entanto, neste estudo, com base na reflexão benvenistiana, centro-me na relação entre aspectos biológicos e culturais.

A cena enunciativa II: descrição e análise

Quadro 2 – Descrição da cena enunciativa II.

A criança realiza emissões vocais e olha para seu interlocutor. O interlocutor da criança é quem o filma. Esse interlocutor não se inverte com a criança nas relações enunciativas. G emite sons distintos com pausas entre eles em alternância.	
Criança G (05.03)	Interlocutores
G: ah (alongado), uh, uh uh uh uhn (pausa longa) ga (alongando a vogal) (pausa curta) uh uh uh uh uh (pausa curta) ga (pequena tosse) uh uh uh uh ga (alongando a vogal) (pausa curta) uh uh ga êh uh uh uh êh uh uh (pausa curta) uh uh.	Ausência de emissões de retorno a G.

Fonte: Elaborado pela autora.

A cena enunciativa II é reveladora da presença de Gustavo na linguagem, que olha e vocaliza para seu interlocutor ainda que este não lhe produza enunciação de retorno. Essa cena concede relevo à criança na enunciação, realizando a combinação entre dois tipos de contrastes nas formas fônicas passíveis de serem significativos na língua: volume + qualidade vocálica. Além disso, essa cena apresenta as pausas cumprindo papéis importantes: (1) distinguir o volume de sons vocálicos (“uh uh”) de sons com presença de consoante + vogal (“ga”), sílaba que, além da altura, é marcada pelo alongamento da vogal “a”; (2) distinguir a qualidade das vogais: fechamento (/u/) e abertura (/a/).

Nessa cena, há indícios de a criança escutar suas próprias emissões, fato marcado pela alternância e pela repetição de formas fônicas. Há, aqui, elementos embrionários da distintividade dos sons na passagem do biológico (o ouvir da orelha) para uma escuta que

capta regularidades com potencial para a determinação dos sentidos por meio de diferenciações fônicas possíveis do sistema linguístico de sua língua materna.

O escutar os sons por parte da criança coloca em destaque sua relação com o vocal e o possível prazer ou descoberta de se fazer presente nessa experiência em que se inverte do lugar de quem emite para o lugar de quem (se) escuta – inversibilidade que se pode indiciar não apenas pelos contrastes fônicos já apresentados, como, ainda, pelo contraste entre a produção do som e o silêncio (nos momentos de pausa que delimitam as organizações de formas fônicas que emergem em suas enunciações). Há, aqui, a criança experienciando um novo modo de enunciação, uma espécie de enunciação em “monólogo”, que, conforme Benveniste (1974/1989), funciona como uma relação entre um *eu locutor*, que emite, e um *eu ouvinte*, que escuta o que emite. Como diz esse autor, às “[...] vezes o eu locutor é o único a falar; o eu ouvinte permanece, entretanto, presente; sua presença é necessária e suficiente para tornar significante a enunciação do eu locutor” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 87, 88). Com efeito, ainda que o interlocutor da criança não produza enunciações de retorno, sua presença torna significativa as emissões da criança, pois ela, em sua relação possivelmente prazerosa com os sons, mantém o olhar para esse interlocutor.

Assim, antes de referir pelo discurso (SILVA, 2009), o que é relevante para a criança, de início, parece ser essa relação com os sons a que se entrega com prazer diante da sustentação do outro. Com isso, carrega o *tu* em seu apelo, ao apresentar uma dominância do *eu*, fato que é, para Dufour (2000), uma das condições fundamentais para a produção de um espaço de simbolização, determinando a assunção do indivíduo como sujeito falante. Essa assunção, nesta cena, parece ligar-se ao lugar enunciativo ocupado pela criança, pois seu movimento entre a emissão e a escuta traz indícios de contrastes

que potencializarão sentidos intralinguísticos ou sistêmicos, condição para se instaurar nas formas fônicas de sua língua materna. A entrada da criança no sentido sistêmico envolve as restrições impostas pela língua materna, pois, como argumenta Flores (2019, p, 210), ao “abrir mão de uma potencialidade aparentemente desmedida de articulação fônica para entrar no mundo específico de uma língua, a criança [...] coloca em evidência que a língua materna, antes de qualquer coisa, restringe”.

As análises das duas cenas apontam a relação entre o biológico e o cultural como condição para o nascimento da criança em sua língua materna, com formas que atestam a constituição dupla do sentido (sistêmico e discursivo). Se o biológico é condição de entrada para uma língua, o simbólico da linguagem, como base de a língua com a sua cultura significar, é condição não somente de entrada humana na língua, mas de continuidade nessa língua, com a mudança constante na relação de cada locutor com o sistema de valores de sua língua, impregnada dos valores da cultura, pois é “no meio humano” que há tudo “o que, do outro lado do cumprimento das funções biológicas, dá à vida e a atividade humana, forma, sentido e conteúdo” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 31).

CONCLUSÃO

Neste texto, aliando teoria e empiria, procurei responder às seguintes questões: 1) *como comparecem as relações entre o biológico e o cultural no engendramento entre forma e sentido na aquisição da linguagem nas relações enunciativas criança e outro?* 2) *Como a criança engendra a relação forma e sentido nos primeiros onze meses do processo de instauração em sua língua materna?*

Benveniste problematiza a linguagem em todos os aspectos ao estudar línguas reais como organismos empíricos. Combateu sempre, em seus estudos, uma linguística centrada na “atomização” da língua com classificação e descrição de partes isoladas, visto defender que

a língua empírica é o resultado de um processo de simbolização em muitos níveis [...] o “dado” linguístico não é, sob esse aspecto, um dado primeiro, do qual bastaria dissociar partes constitutivas: é já, um complexo, cujos valores resultam nas propriedades particulares de cada elemento, outros das condições de sua organização, outros ainda da situação objetiva. (BENVENISTE, 1966/1995, p. 13, aspas do autor).

Os “dados” de aquisição relevam desse processo de simbolização com a complexidade envolvida em diferentes aspectos. Neste estudo, considerando as condições da situação objetiva em que emergiram – juntamente com elementos biológicos e culturais –, procurei dar especial atenção ao modo como as formas fônicas embrionárias da criança vinculadas a aspectos fisiológicos e biológicos, ao responderem os apelos dos pais e ao serem interpretadas como formas linguísticas, recebem sentidos e instauram-se nesse processo simbólico. As formas fônicas adquirem sentido, nas relações enunciativas, para caminharem em direção a um sentido intralinguístico (com distintividade).

Se um fechamento e uma abertura de boca envolvem realizações motoras ligadas às condições fisiológicas e biológicas da criança, o sentido atribuído a esse fechar e abrir boca relaciona-se ao simbólico da linguagem e ao fato de que enunciar é significar. Se há elementos contínuos e descontínuos na passagem do balbucio ao sistema fonológico de uma dada língua, conforme Milano e Flores (2015) propõem a partir de Jakobson, penso, a partir de Benveniste, que há, nos aspectos biológicos (como abertura/fechamento de boca), embriões do nível hipofonemático ou merismático (aspectos linguísticos), que integrarão o sistema de sons de dada língua. Nesse

caso, o aspecto biológico integra-se ao linguístico para compor a distintividade (sentido) das formas no sistema semiótico de uma língua, constituição possível via relações enunciativas da criança com o outro, lugar onde as particularidades fônicas, morfológicas e sintáticas da língua vão ganhando contornos de sentidos intralinguístico e discursivo, fatos que integram o biológico e o cultural nos diferentes modos de presença da criança com o outro na linguagem. Por isso, o biológico e o cultural integram-se nesse “afunilamento” de formas e sentidos na aquisição da língua materna, pois, para além de continuidades e descontinuidades, há mudanças e integrações sistêmicas e discursivas nas formas vocais para a instauração da criança nos dois modos de existência de sua língua materna, o semântico e o semiótico.

O outro, ao atribuir sentido e ao dar um lugar enunciativo para a criança, possibilita, de um lado, o encontro intersubjetivo na linguagem, de outro lado, o encontro da criança com as formas fônicas de sua língua materna. O fato de a criança usar órgãos do aparelho fonador (aspecto biológico) movimenta um conjunto de valores de ordem simbólica, em um processo de integração da língua com a cultura. A enunciação vocal, com os elementos biológicos implicados em sua realização, significa. Dar um lugar de significação para as formas enunciativas fônicas da criança é garantir um lugar para que compareçam as formas da língua em sua abertura para os sentidos sistêmico e discursivo.

Talvez seja importante, neste momento, aventurar-me para pensar o alcance da reflexão sobre integração na abordagem benvenistiana, pois tal noção garante o sentido às formas de diferentes níveis. Se as emissões vocais da criança dependem de um aparato biológico para se realizarem e se essas emissões já apresentam traços hipofonemáticos, como embrião do sistema fonemático, é possível considerar que, na relação da criança com o outro e com o mundo, devido à propriedade simbólica da linguagem e à função mediadora da língua, essas formas

motoras iniciais passam a ter “status” linguístico. O biológico, assim, integra-se à língua, que, por sua vez, integra a cultura. É nesse jogo de relação integrativa entre biológico-linguístico-cultural, em enunciações criança-outro, que forma e sentido, como noções gêmeas, nascem para viverem juntas na presença humana na linguagem. O semiótico – formas do sistema intralinguístico – adquire contornos de sentido ao ser engendrado no semântico – sentidos singulares envolvidos na produção dos discursos –, o que permite à criança sua integração à sociedade e sua adequação ao mundo.

Com Benveniste, entendo que “os problemas inerentes à análise da língua, de um lado, da cultura de outro, e os da ‘significação’, que lhes são comuns” (BENVENISTE, 1966/1995, p.17), encontram-se. Se “entre a função sensório-motora e a função representativa há um limiar que só a humanidade transpôs” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 29), a teorização e a análise dos fatos de linguagem da criança presentes neste estudo talvez sejam uma pequena ilustração de como essa transposição vai acontecendo na aquisição da uma língua materna. As ações motoras da criança marcam a presença da criança na linguagem e se tornam ações linguísticas em encontros na linguagem com o outro, encontros enredados em teias de significação da língua materna.

REFERÊNCIAS

ABERCROMBIE, David. *Elements of General Phonetics*. Edinburgh: Edinburgh. University Press, 1967.

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2008a.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. Tradução de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008b.

BARTHES, Roland. Da escuta. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1976.

BENVENISTE, Émile. (1966). *Problemas de Lingüística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. (1974). *Problemas de Lingüística Geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al.; revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BOLOGNA, Corrado. *Voz. Enciclopédia Einaudi*. Volume 11 Oral/escrito argumentação. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987.

CAVARERO, Adriana. *Vozes plurais: filosofia da expressão vocal*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

CHACON, Lourenço; VILLEGA, Cristyane de C. Sampaio. Hesitações na fala infantil: indícios da complexidade da língua. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, Jan/Jun. 2012.

DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris : Éditions IN PRESS, 2006.

DIEDRICH, Marlete Sandra. *Aquisição da linguagem: o aspecto vocal da enunciação na experiência da criança na linguagem*. 147f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015.

DUFOUR, Dany-Robert. *Mistérios da trindade*. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação e os níveis de análise linguística em dados de distúrbios de linguagem. *Organon: Revista do Instituto de Letras*. Porto Alegre: UFRGS, nº 46, v. 23, p. 177-189, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação e os níveis da análise linguística. *Anais do SITED*. Porto Alegre: PUCRS, p. 36-402, setembro de 2010.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Émile Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. Sujeito da enunciação: singularidade que advém da sintaxe da enunciação. *DELTA [online]*. 2013, vol.29, n.1, pp.95-120.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Do infans ao Homo loquens*: sobre o nascimento do falante no universo de uma língua. In: FLORES, Valdir do Nascimento. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

HAGÈGE, Claude. 1985. *O homem dialogal*. Tradução de Isabel St. Aubyn. Lisboa : Edições 70.

JAKOBSON, Roman. Por que “mama” e “papa”? In: JAKOBSON, Roman. *Fonema e fonologia*. Tradução de Joaquin Mattoso Câmara Junior. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

JAKOBSON, Roman (1956). Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução de Ildoro Blikstein e José Paulo Paes. 19. ed. São Paulo: Cultrix 2003.

JERUSALINSKY, Julieta. Prosódia e enunciação na clínica com bebês. In: JERUSALINSKY, Julieta. *A criação da criança*: letra e gozo nos primórdios do psiquismo. São Paulo: PUC, 2009. Tese de doutorado.

LE BRETON, David. *Éclats de voix*: une anthropologie des voix. Paris: Éditions Métailié, 2011.

LE MOS, Maria Tereza Guimarães de. *A língua que me falta*: uma análise dos estudos em aquisição da linguagem. Campinas, SP: Mercado de Letras; FAPESP: São Paulo, 2002.

MÃE, Valter Hugo. *O filho de mil homens*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MILANO, Luiza; FLORES, Valdir do Nascimento. Do balbúcio às primeiras palavras: continuidade e descontinuidade no devir de um falante. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 59, n. 1, p. 64-72, jan.-mar., 2015.

NORMAND, Claudine. *Convite à Linguística*. FLORES, Valdir.; BARBISAN, Leci. (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2009.

RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Ed. Unicamp. 2007.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem*: enunciação e aquisição. Campinas: Pontes Editores, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa; FLORES, Valdir do Nascimento. A significação e a presença da criança na linguagem. *Estudos da Língua(gem)*, v. 13, p. 133-149, 2015.

SILVA, Carmem Luci da Costa; STUMPF, Elisa Marchioro. O papel dos índices específicos e dos procedimentos acessórios na enunciação e na metaenunciação da criança. *Desenredo*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 8 - n. 1 - p. 115-143 - jan./jun. 2012.

SILVA, Carmem Luci da Costa; MILANO, Luiza. O lugar da voz na aquisição da linguagem. *Nonada – Letras em Revista*, v. 2. p. 118-129, 2013.

SILVA, Carmem Luci da Costa; OLIVEIRA, Giovane Fernandes. *Nos rumores da língua: a escuta entre as enunciações falada e escrita da criança*. No prelo.

SILVA, Carmem Luci da Costa. Subjetividade, socialidade e historicidade na arte do problema em Benveniste: prospecções de Gérard Dessons. *Linguagem & ensino*. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras: Universidade Federal de Pelotas. (no prelo)

SNOW, Catherine E. Conversations with children. In: FLETCHER, P. & GARMAN, M. *Language Acquisition: Studies in first language development*. Cambridge: University Press, 1986.

SNOW, Catherine E. The conversational context of language acquisition. In: CABELL, R. & SMITH, P. (Orgs.) *Recent advances in the psychology of language*. Language development and mother-child interaction. New York, Plenum Press, 1978.

SNOW, Catherine E. The development of definitional skill. *Journal Child Language*, nº 17, sep. 1989.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Sonia Queiroz. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

8

Marlete Sandra Diedrich

A CRIANÇA E SUAS NARRATIVAS: A EXPERIÊNCIA CONSTITUÍDA NOS RUIDOZINHOS VOCAIS

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.281.204-220

INTRODUÇÃO

Aprendemos com Benveniste a ver a linguagem significar no seio da sociedade, no seio da cultura. Vivemos um período na história da humanidade em que os significados, a sociedade e a cultura, tais como os conhecemos, passam por profundas transformações⁵⁵, e o poder significante da linguagem, mais uma vez, nos faz refletir:

Imaginemos o que seria a tarefa de representar visualmente a “criação do mundo” se fosse possível figurá-la em imagens pintadas, esculpidas ou semelhantes à custa de um trabalho insano; depois vejamos no que se torna a mesma história quando se realiza na narrativa, sucessão de ruídozinhos vocais que se dissipam apenas emitidos, apenas percebidos; mas toda a alma se exalta com eles, as gerações os repetem e cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça. Nenhum poder se igualará jamais a esse, que faz tanto com tão pouco. (BENVENISTE, 1963/2005⁵⁶, p. 30-31, grifos do autor).

Benveniste aborda a questão da narrativa como “sucessão de ruídozinhos vocais que se dissipam apenas emitidos, apenas percebidos”, mas que revelam um poder de significação extraordinário: o poder da palavra que expõe o acontecimento. Em *O aparelho formal da enunciação*, texto motivador do presente livro, o autor (1970/1989, p. 82) volta a fazer referência aos “sons emitidos e percebidos”, ao abordar a realização vocal da língua como um dos aspectos da enunciação, constatação que contribui para aguçar nosso interesse em torno do tema. Em nossos projetos de pesquisa, temos nos ocupado justamente desse poder significante revelado no vocal que marca a experiência de aquisição da linguagem vivida pela criança. Somos

55 Este capítulo foi escrito durante o isolamento social em função da ameaça do novo coronavírus.

56 Estamos usando o seguinte sistema de citação das referências dos textos de Benveniste publicados em *Problemas de Linguística Geral I e II*: ano de publicação do artigo na França/ano de publicação da obra no Brasil.

inspirados pela nossa própria vivência de aquisição de linguagem, da qual, é claro, não conseguimos dar um testemunho completo, conforme nos explicam Flores e Milano (2014, p. 1)⁵⁷ ao problematizarem a passagem da criança de *infans* a falante: “a criança passa a figurar como um *superstes*, como testemunha de uma experiência que não é mais acessível a nenhum de nós, embora todos tenhamos passado por ela”. Ainda assim, dividimos com o leitor o nosso esforço para acessar parte desta experiência. E este esforço nos leva à nossa própria infância na roça, marcada por narrativas de acontecimentos fictícios, como a vida doméstica dos amigos imaginários, mas nem por isso inomináveis, D. Oma e seu filho Nélio; e, muitas vezes, também por narrativas de acontecimentos reais, como aquelas originárias das diversas ocasiões em que o galpão de nossa casa era habitado por andarilhos que pediam abrigo e eram acolhidos pelo nosso pai, ou quando nossas terras serviam de terreno para as barracas dos ciganos, para desespero de nossa mãe, o que, sem dúvida, sempre gerava relatos inusitados entre nós, crianças curiosas de quatro, cinco anos, e ávidas por aventuras, reais ou imaginárias, que tomavam corpo no entrelaçamento das relações sociais.

Pois bem, não podemos mais acessar esta experiência pessoal de aquisição, da qual temos apenas lembranças esparsas e relatos das testemunhas familiares, mas voltamo-nos para a experiência das crianças cuja linguagem investigamos, talvez numa tentativa ilusória de acessarmos a nossa própria entrada na linguagem. Assim, ocupamo-nos, neste capítulo, dos “ruídozinhos vocais emitidos e percebidos”, os quais são abordados nesta reflexão como os arranjos vocais característicos das narrativas produzidas pela criança na sua experiência de aquisição da linguagem.

57 Os autores se referem à noção de testemunho, desenvolvida por Giorgio Agamben em *O que resta de Auschwitz* (2008); também se pautam na discussão empreendida por Benveniste acerca da etimologia das palavras *testis* e *superstes* em *O vocabulário das instituições indo-européias* (1995).

Partimos do princípio de que, como um sistema de valores que é, a língua, em situações de discurso, traz traços culturais que se referem a um modo específico, na prática social, de se narrarem determinadas experiências vividas em eventos particulares. Ao narrar experiências vividas ou imaginadas, a criança se apropria das formas da língua para simbolizar, por meio da linguagem, diferentes mundos, instanciando-os no aqui-agora da enunciação. Trata-se da “experiência repetida em detalhe” a que se refere Benveniste (1970/1989, p. 83), constituída na dupla natureza da língua: social, manifestada nos esquemas culturais que determinam a mobilização dos arranjos vocais; individual, manifestada nas escolhas particulares da criança a cada ato. Nosso viés teórico-metodológico se pauta na perspectiva enunciativa aquisicional, conforme Silva (2009). Segundo a autora (2009), nesta perspectiva, assume-se o dispositivo teórico-metodológico (*eu-tu/ele*)-*ELE*, o qual comporta a criança (*eu*), o outro de seu convívio (*tu*), a língua (*ele*) e a cultura (*ELE*) instanciados no ato de aquisição da linguagem.

Com essa concepção, olhamos para a manifestação discursiva da criança e nos perguntamos: Por meio de que arranjos vocais a criança instancia, no aqui-agora da enunciação de narrativas, as experiências vividas em eventos particulares? Para ilustrar o fenômeno, apresentamos um dado de linguagem, público, de uma criança de três anos de idade e voltamo-nos para ele com o objetivo de descrever o modo como, via arranjos vocais na enunciação de narrativas, a criança vivencia a experiência do acontecimento, a experiência repetida em detalhe. Não temos a pretensão de apresentar resultados conclusivos, pois não se trata de um projeto de pesquisa em andamento, mas de uma motivação para um olhar mais detalhado e cuidadoso para o fenômeno.

Na sequência, apresentamos o dado de linguagem, constituído pela narrativa da criança, para, a partir dos “ruídozinhos vocais” que lhe dão forma e sentido, discutirmos os conceitos e princípios

enunciativos aquisicionais que definem esta experiência e podermos refletir, também por caminhos conexos, acerca do que seja de fato uma experiência humana na linguagem.

A ESPECIFICIDADE DO ASPECTO VOCAL DA ENUNCIÇÃO REVELADA NOS ARRANJOS VOCAIS

No final da tarde de quinze de abril de dois mil e dezenove, um triste acontecimento marca a história da França: em Paris, a catedral de Notre Dame era consumida pelas chamas de um incêndio, que levava embora tesouros materiais e imateriais de um ícone imortalizado na obra de Victor Hugo. Sem dúvida, esse episódio suscitou diversas narrativas nos jornais e revistas do mundo inteiro, ávidos pela cobertura do evento. No entanto, voltamo-nos aqui para a narrativa de M.L., uma menina brasileira, de três anos de idade, que, por uma ironia do destino, havia visitado a Catedral no mesmo dia do incêndio e que, ao chegar ao apartamento em que estava hospedada com a família em Paris, fica sabendo, pela televisão, do acontecimento. Sua primeira reação, segundo a mãe relata no programa televisivo Universidade Aberta⁵⁸, da UPFTV, é afirmar: “Tenho de contar pra profe e pros meus colegas”. A mãe liga para a professora, que está no Brasil, e o relato produzido por M.L., via telefone celular, é o que segue, transcrito aqui de forma a facilitar o olhar do leitor para a linearidade da narrativa, mas também para os fenômenos que atrelamos, no decorrer de nossa reflexão, ao aspecto vocal da enunciação. Com esse intuito, usamos as seguintes normas de transcrição:

58 O programa, com apresentação de Bibiana Friderichs, foi exibido em 29 de abril de 2019 e encontra-se disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=S7pGuAQP4kM&t=117s>.

Quadro 1: Normas de transcrição.

<i>Fenômeno vocal</i>	<i>Registro de transcrição</i>
Alongamento	Repetição da letra representativa do som alongado
Tom ascendente	Letra maiúscula
Interrupção brusca do enunciado	Barra
Pausa breve com duração de até 3s	Reticências

Fonte: a autora.

Seguindo essas normas, apresentamos o dado de linguagem que ilustra nossa reflexão.

Dado de linguagem: Eu tenho um problema.

M.L. : Prô e colegas, eu tenho um problema. A igreja do Frère Jacques pegou fogo. Daí os bombeiro, TODOS os bombeiro foram lá apagar o fogo. Daí tem de pegá de noite e vo/ e vai demorá MUltos anos

Mãe: Como é que é o nome da igreja, filha?

M.L.: NOTRE Dame

Mãe: é... E a gente foi lá?

M.L.: A gente foi, mas a gente voltou pra casa e a mãe tava no banheiro daí quando eu viii tava pegando fogo

Mãe: É... E o que tu acha que aconteceu pra pegá fogo? O que tu acha que houve?

M.L.: Eu acho que foi porque por causa que queee que ah tava acendendo tooodas as velas muita vela daí pegô isso.

A partir dessa narrativa, apresentamos algumas considerações que conduzem nossa reflexão de cunho teórico-analítico.

Consideração 1: A criança narra o acontecimento para um outro: a professora e os colegas.

M.L. vive a experiência de um acontecimento extremamente significativo para ela: A igreja de Frère Jacques pega fogo. Por ser um fato tão significativo, surge a necessidade de tornar essa experiência conhecida também daqueles com quem ela, provavelmente, na maior

parte do tempo, convive: a professora e os colegas. Assim, surge a enunciação: “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 82), o que, segundo o mesmo autor (1963/2005, p. 27), só é possível porque cada locutor, para propor-se como sujeito, precisa do outro, “o parceiro que, dotado da mesma língua, tem em comum o mesmo repertório de formas, a mesma sintaxe da enunciação e igual maneira de organizar o conteúdo”. Esta descrição de quem seja o “parceiro” da enunciação se reveste de um sentido muito particular quando pensamos nas rodas de conversas que marcam o cotidiano escolar da Educação Infantil, quando crianças de três, quatro anos de idade se reúnem com outras crianças e com a professora para narrar eventos, vividos ou imaginados, já que o importante é estar com os parceiros e “torna(r) a experiência interior de um sujeito acessível a outro numa expressão articulada e representativa, e não por meio de um sinal como um grito modulado” (BENVENISTE, 1963/2005, p. 30). Efetiva-se, nessas rodas de conversa, a relação de subjetividade e intersubjetividade, e a criança vivencia o fato de que a linguagem, em sua ação simbolizante, realiza-se numa determinada língua.

A narrativa apresentada pela criança ganha contornos de sentido levando em conta o outro. É para este outro que M.L. anuncia, já no início do telefonema: “eu tenho um problema”. Faz isso porque resgata modos de narrar vivenciados em esquemas culturais constituídos em suas relações sociais. Nessas relações, os telefonemas a pessoas queridas são efetuados, em geral, para a transmissão de boas novas, diferentemente do acontecimento em questão. O incêndio da catedral, por sua natureza, exige o anúncio inicial que, como um rótulo, anuncia a experiência da criança com o evento vivido.

Ao enunciar, M.L. elege seus parceiros, os quais comungam do mesmo repertório de formas e referências, como retrata o uso da expressão “a igreja de Frère Jacques”, o qual, sem dúvidas, evoca

vivências anteriores estabelecidas no cotidiano da escola, marcado por canções infantis. Há, portanto, a atualização de formas e sentidos, na singularidade do ato enunciativo. De que forma tal singularidade afeta a emissão de formas vocais da língua-discurso? Em função do outro, os elementos vocais da língua passam a ser vistos no escopo da experiência intersubjetiva: “impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constrangendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens” (BENVENISTE, 1967/1989, p. 229).

Na narrativa do evento, a criança vive a experiência de locutor e sua passagem a sujeito da linguagem: a sintagmatização que dá vida à narrativa é dependente da atitude do locutor. É esta atitude que imprime à narrativa traços vocais tão específicos que revelam modos de narrar constituídos por formas cujo sentido é particular, constatação que nos leva à segunda consideração.

Consideração 2: A criança usa, na narrativa, arranjos vocais específicos para evocar sua experiência particular com o acontecimento.

Em estudos anteriores (DIEDRICH, 2015, 2017), buscamos situar o aspecto vocal como um aspecto da enunciação, uma vez que, em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste (1970/1989: p. 82) aborda a “realização vocal da língua” como um dos aspectos a partir dos quais pode ser estudada a enunciação. Entendemos que a realização vocal da língua no discurso promove o que se convencionou chamar, no universo dos estudos enunciativos, de *aspecto vocal da enunciação*. Levando em conta que neste mesmo texto o autor apresenta um conceito para enunciação: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 82), elegemos a emissão de sons em atos individuais como questão central em nossa discussão,

conforme o próprio autor define: “Os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais procedem sempre de atos individuais, que o linguista surpreende sempre que possível, numa produção nativa, no interior da fala” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 82).

Os elementos que constituem o aspecto vocal da enunciação situam-se tanto no domínio semiótico como no semântico, uma vez que se tratam dos mesmos elementos que se encontram em um e em outro domínio, “dotados, no entanto, de estatutos diferentes” (BENVENISTE, 1967/1989, p. 229): o que é do domínio do semiótico precisa ser apenas identificado “no interior e no uso da língua” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 227). Para tanto, basta ser distinto dos demais signos. Os sons da língua são, portanto, reconhecidos no universo da língua e se unem para formar o signo, cujo valor é genérico. No domínio semântico, os signos são convertidos em palavras pelo locutor que se apropria da língua.

Entendemos, com Benveniste (1970/1989, p. 83), que “os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente” e que “as diferenças dizem respeito à diversidade das situações nas quais a enunciação é produzida”. É dessa singularidade, portanto, que falamos: a realização vocal da língua se converte em aspecto vocal da enunciação na medida em que seu sentido é particularizado, circunstanciado de forma a implicar referência à situação de discurso e à atitude do locutor:

Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção. Com muito mais razão, quando se trata de frases, não são os elementos constitutivos que contam, é a organização do conjunto completo, **o arranjo original**, então, cujo modelo não pode ter sido dado diretamente, que o indivíduo fabrica. (BENVENISTE, 1968/1989, p. 18 e 19, grifos nossos).

Ao apresentar essa ideia, o linguista a relaciona ao tema da aquisição da linguagem, afirmando que a criança usa estruturas dadas, mas renovando-as. Essa renovação se deve ao trabalho de mobilizar novas referências no discurso, o que envolve a atitude do locutor. Lembramos, ao referir a ideia de “renovação”, que o uso do prefixo “re”, em Benveniste, conforme atestado por Dessons (2006), marca um duplo valor, a saber: por um lado, refere a iteração, ou seja, o que acontece novamente; de outro lado, refere a ideia de invenção, de novidade.

A partir dessa constatação, voltamo-nos para os arranjos vocais, noção que derivamos da compreensão do aspecto vocal da enunciação, o qual, em nossas investigações, diz respeito ao “arranjo integralizador do discurso implicado na emissão e na percepção dos elementos vocais da língua em atos individuais” (DIEDRICH, 2015, p. 138).

M.L. assume os elementos vocais da língua e mobiliza sentidos particulares no intuito de recuperar o evento vivido, mas, mais do que o evento em si, ela recupera também sua experiência com o evento. O incêndio da catedral teve proporções gigantescas, alarmando o mundo. É possível imaginar o que isso representou para uma criança pequena, levando-a, em sua narrativa, a evocar o acontecimento e sua experiência com o acontecimento. Relacionamos o conceito de evocação à ideia de experiência: “Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido” (BENVENISTE, 1963/2005, p. 26). A ideia de evocação, assim, é derivada da noção de que, pela linguagem, o falante tem a capacidade de simbolizar sua vivência e, ao fazer uso dessa capacidade, não consegue recuperar a vivência do acontecimento em si, mas evoca tal acontecimento e tal vivência, numa tentativa de representação do fato.

Associamos esta realidade à noção de referência. Segundo Oliveira e Chitollina (2019), para Benveniste, o discurso resultante da enunciação tem um duplo funcionamento: (inter)subjetivo e referencial. Em nossa análise, vemos esse duplo funcionamento se manifestar na tentativa de M.L. recuperar na narrativa apresentada ao outro o fato de que grande número de bombeiros acorreu à catedral, o que se produz em seu discurso por meio do uso de um pronome indefinido com caráter generalizador, “TODOs os bombeiro”. Destacamos, no entanto, a atitude do locutor em relação a esta forma: M.L. reveste a forma pronominal de tons ascendentes, os quais cumprem o papel de intensificar a informação a ser mobilizada no ato. Atitude semelhante ocorre em: “vai demorá MUItos anos”, enunciado em que novamente um pronome indefinido por si só parece não bastar para compor o sentido pretendido, levando M.L. a usar tons ascendentes na busca de intensificar o sentido de tal forma na sintagmatização do discurso.

É importante lembrar que as referências mobilizadas na narrativa envolvem a noção de tempo. Para tanto, pautamo-nos na noção de temporalidade que Valério (2017) deriva da leitura de Benveniste. Segundo a autora, da enunciação emergem dois níveis de temporalidade concomitantemente: um primeiro nível ligado ao acontecimento – aqui e agora – e outro promovido por ele, numa tentativa de retorno ao evento, tal qual ocorre na narrativa. Esse segundo nível, dependente do primeiro, torna possível a inscrição de um sujeito na linguagem. No caso que estamos analisando aqui, é por meio de narrativas de acontecimentos que esse sujeito se inscreve no presente: “Quando alguém enuncia – aqui e agora – a noção de tempo está assinalada; isso porque o sujeito fala no tempo, mas também do tempo (do passado, do presente ou do futuro) e fala para um outro com quem irá alternar o papel de protagonista na enunciação” (VALÉRIO, 2017, p. 221).

Tal qual percebe Valério (2017) nas narrativas dos adultos com mais de sessenta anos, também na narrativa de M.L., uma criança de três anos, há uma temporalidade que evoca a experiência passada e que se marca na enunciação por meio de formas diversas. Entre essas formas, encontram-se os arranjos vocais, revelados nos alongamentos vocálicos e nos tons ascendentes que marcam a enunciação de M.L. e que resgatam, no aqui-agora estabelecido com o outro, professora e colegas, a vivência particular de M.L., a qual não pode ser experimentada de fato por esse outro, mas apenas evocada no discurso.

Essa relação entre a vivência do evento passado e a tentativa de resgatá-la no aqui-agora da enunciação nos leva à terceira consideração, a qual é da ordem da linguagem como elemento definidor do homem e do seu caráter social.

Consideração 3: Os arranjos vocais mobilizados na narrativa de eventos permitem à criança se historicizar na vida em sociedade.

É na experiência do simbólico da língua que se dá a relação entre o homem e o mundo, entre os homens, estabelecendo-se, por meio da linguagem, a vida em sociedade. Na mobilização dos arranjos vocais, o falante busca atingir o outro e suscitar uma enunciação de retorno, pois falamos com outros que falam. M.L. elege os parceiros da enunciação, os quais estão para além das relações familiares com a mãe, por exemplo. O incêndio da catedral de Notre Dame, a igreja de Frère Jacques, é tão significativo para M.L. que não cabe nas narrativas familiares apenas: precisa atingir outros. Mas não quaisquer outros, esses outros são representantes da vida de M.L. em sociedade, constituindo as relações sociais estabelecidas pela criança no universo da escola, as quais acabam também por definir sua historicidade, seu

lugar no mundo, assumido a cada ato de enunciação, na vivência da experiência humana inscrita na linguagem.

Flores e Surreaux (2012, p. 94), ao abordarem a temática da voz na enunciação, afirmam que a criança vive a “necessidade de falar à sua maneira” a língua que se constitui como sua língua materna. Em *Últimas Aulas no Collège de France* (BENVENISTE, 2014, p. 130, grifos do autor), Benveniste, referindo-se à relação existente entre fala e escrita, afirma: “O locutor deve tomar consciência de que, quando fala, coloca em ação uma ‘língua’ que o outro também possui e maneja; que cada um fala, mas que cada um, ao falar e ao falar diferentemente com uma voz diferente, entonações diferentes, circunstâncias diferentes, usa a mesma ‘língua’”. Vemos que nessa relação entre o social da língua, o que é convencional a todos, e a particularidade do discurso, marcada pelo ato do locutor que se apropria da língua, há um deslocamento do geral para o específico, o qual marca a historicidade da criança na linguagem. Ou, nas palavras do autor que homenageamos neste livro: “É esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo”. (BENVENISTE, 1970/1989, p. 85).

M.L. se insere, pelo discurso, no mundo. Sua narrativa do incêndio da catedral de Notre Dame à professora e aos colegas é singular, difere das narrativas do *Le Monde Diplomatique*, do *El País* e, até mesmo, da narrativa da mãe, por exemplo, como podemos perceber no dado apresentado: a mãe quer construir outra narrativa, mais rica em determinados detalhes e, por isso, exerce papel de condutora de uma linearidade narrativa esperada no mundo dos adultos, mas, muito provavelmente, não tão importante no mundo da criança.

Por isso, vemos a narrativa de eventos como um modo de enunciar capaz de garantir à criança elementos importantes para seu

deslocamento na língua e no mundo que lhe é apresentado com essa língua. Não encontramos melhor forma para explicitar essa importância e esse lugar que a criança ocupa no mundo ao narrar os eventos vividos ou fictícios a não ser em outra narrativa, a literária, nas palavras da Boneca Emília, de Lobato (2007, p. 47):

- Não estou entendendo nada de nada, Emília. Explique-se.
- São as minhas memórias, D. Benta.
- Que memórias, Emília?
- As memórias que o Visconde começou e eu estou concluindo. Neste momento estou contando o que se passou comigo em Hollywood, com a Shirley...
- Emília! Exclamou D. Benta. – Você quer nos tapear. Em memórias a gente só conta a verdade, o que houve, o que se passou. Você nunca esteve em Hollywood, nem conhece a Shirley. Como então se põe a inventar tudo isso?
- São memórias. Explicou Emília.
- São diferentes de todas as outras. Eu conto o que houve e o que devia haver.

CONCLUSÃO

Encaminhamos a conclusão deste capítulo com um ponto de abertura, na concepção de Teixeira (2012, p. 440), grande conhecedora da obra de Benveniste e que situa o autor como um estudioso que “promove pontos de abertura de seus estudos enunciativos ao diálogo com domínios conexos”. Propomos este diálogo com o conceito de experiência de Larrossa (2012, p. 5): “A experiência é isto que me passa”. O autor discute, há alguns anos, o conceito de experiência no universo da educação, da leitura, entre outros. Propomos, agora, uma relação deste conceito com a enunciação da narrativa de M.L.:

o incêndio da catedral de Notre Dame não é apenas um evento que passou na vida da criança, mas um evento que a marcou, como aponta o pronome *me* na definição de experiência proposta pelo filósofo.

Segundo Larossa (2012, p. 5, grifos do autor):

A experiência supõe, em primeiro lugar, um acontecimento ou, dito de outro modo, o passar de algo que não sou eu. E “algo que não sou eu” significa também algo que não depende de mim, que não é uma projeção de mim mesmo, que não é resultado de minhas palavras, nem de minhas ideias, nem de minhas representações, nem de meus sentimentos, nem de meus projetos, nem de minhas intenções, que não depende nem do meu saber, nem de meu poder, nem de minha vontade. “Que não sou eu” significa que é “outra coisa que eu”.

Esta relação da experiência com uma exterioridade para além do *eu* permite a associação tanto com o evento narrado pela criança como com a língua que ela mobiliza em sua narrativa: na aquisição da linguagem, a criança vive uma experiência com elementos exteriores. Para tanto, lembramos o dispositivo enunciativo de Silva (2009) apresentado na introdução deste capítulo: a aquisição da linguagem se dá na relação do *eu* com um *tu*, mas também com outros elementos, como a língua e a cultura.

Mas as associações vão além. Retornamos a Larossa (2012, p. 6) para completar o raciocínio acerca da experiência como realidade que “me passa”:

A experiência supõe, como já vimos, que algo que não sou eu, um acontecimento, passa. Mas supõe também, em segundo lugar, que algo me passa. Não que passe ante mim, ou frente a mim, mas a mim, quer dizer, em mim. A experiência supõe, como já afirmei, um acontecimento exterior a mim. Mas o lugar da experiência sou eu. É em mim (ou em minhas palavras, ou em minhas ideias, ou em minhas representações, ou em meus sentimentos, ou em meus projetos, ou em minhas intenções, ou em meu saber, ou em meu poder, ou em minha vontade) onde se dá a experiência, onde a experiência tem lugar.

O evento narrado pela criança revela essa experiência, a qual se dá a conhecer em suas palavras, em sua narrativa marcada por um modo particular de estar na língua e estar no mundo, seja na escolha dos seus parceiros enunciativos, seja na escolha dos arranjos vocais que marcam seu dizer, seja na alteração da voz embargada pela emoção, enfim, há uma experiência particular vivida por esse sujeito, e ela se dá a conhecer na linguagem. É com esse olhar, o qual permite pontos de abertura a partir dos estudos benvenistianos, que entendemos ser possível conhecer mais acerca da linguagem, da criança e de sua experiência de aquisição. Afinal, acreditamos que “a experiência, isto que me passa” tem lugar na sucessão de ruídozinhos vocais emitidos e percebidos, os quais fazem a alma exaltar.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem (1967). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1989.

BENVENISTE, Émile. Estrutura da língua e estrutura da sociedade (1968). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1989.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação (1970). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1989.

BENVENISTE, Émile. (1963). Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

BENVENISTE, Émile. *O vocabulário das instituições indo-europeias*. Poder, Direito, religião. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995. (Volume II).

BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. São Paulo: Unesp, 2014.

DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris: Éditions in Press, 2006.

DIEDRICH, Marlete Sandra. (2015). *Aquisição da linguagem: o aspecto vocal da enunciação na experiência da criança na linguagem* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre.

DIEDRICH, Marlete Sandra. A interpretância da língua em relação às funções inter-humanas do discurso na aquisição da linguagem via aspecto vocal da enunciação. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 33, p. 497-517, 2017.

FLORES, Valdir do Nascimento; SURREAUX, Luiza Milano. *A voz e a enunciação*. In: NEUMANN, Daiane; DIEDRICH, Marlete Sandra (Orgs.). *Estudos da linguagem sob a perspectiva enunciativa*. Passo Fundo: Méritos, 2012.

LAROSSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.19, n.2, p.04-27, jul./dez. 2011. Tradução de Maria Carmem Silveira Barbosa e Susana Beatriz Fernandes.

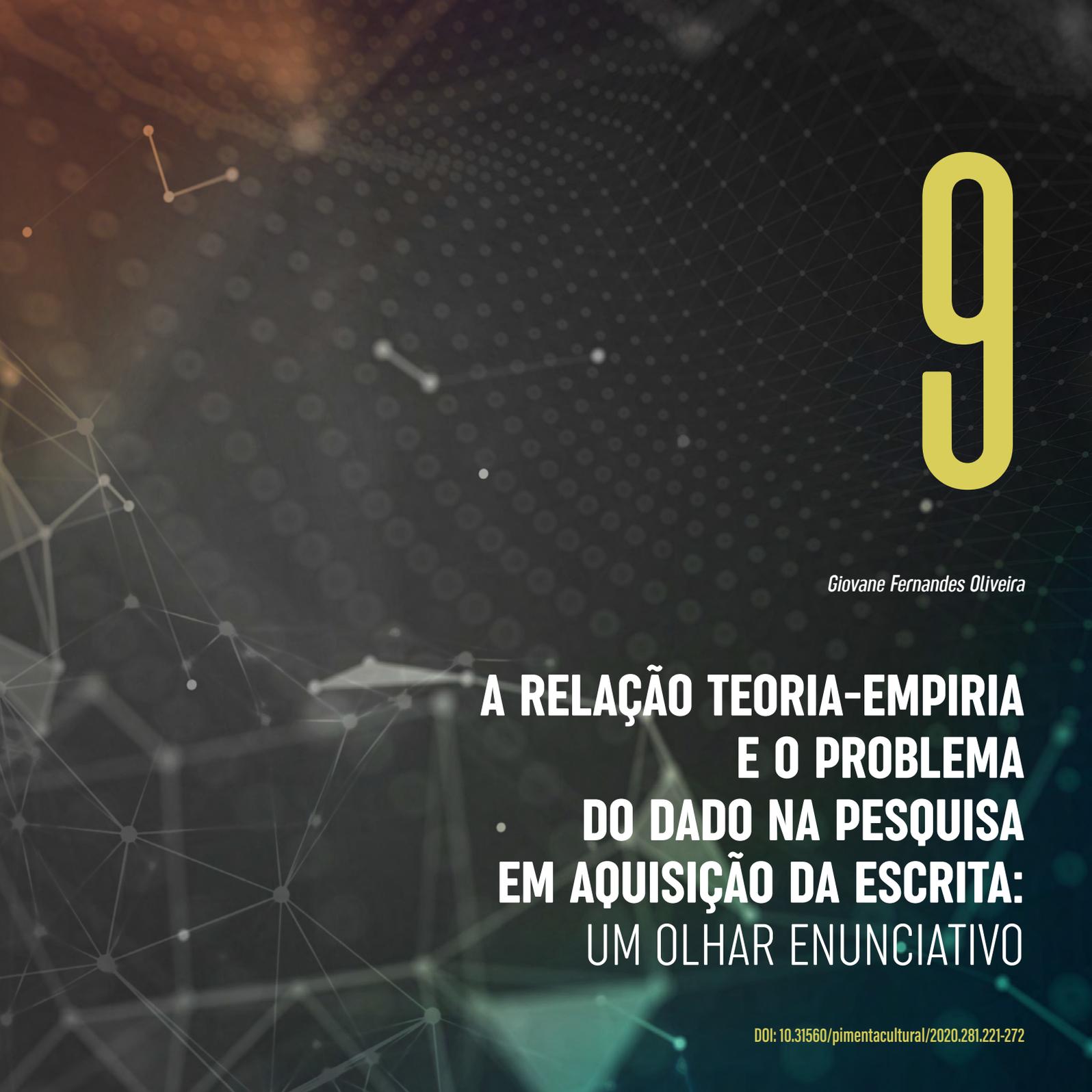
OLIVEIRA, Giovane Fernandes; CHITTOLINA, Raphaela Machado Monteiro. Do redigir ao revisar: uma reflexão enunciativa sobre a revisão textual e seus efeitos na escrita. In: LAU, Héilton Diego Lau; Michalkiewicz, Zuleica Aparecida (org.). *Pesquisar em tempos de resistência: a balbúrdia de quem faz Linguística Aplicada*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas, SP: Pontes, 2009.

SURREAUX, Luiza Milano; FLORES, Valdir do Nascimento. Passa passará: sobre a passagem de *infans* a falante. *Correio da APPOA*, v. 1, p. 1-10, 2014.

TEIXEIRA, Marlene. "A linguagem serve para viver": contribuição de Benveniste para análises no campo aplicado. *Linguagem & Ensino*, v. 15, p. 439-456, 2012.

VALÉRIO, Patrícia. O tempo na linguagem de alguém que envelhece – uma contribuição da Linguística da Enunciação. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 18(2), p. 214-233, 2017.



9

Giovane Fernandes Oliveira

**A RELAÇÃO TEORIA-EMPIRIA
E O PROBLEMA
DO DADO NA PESQUISA
EM AQUISIÇÃO DA ESCRITA:
UM OLHAR ENUNCIATIVO**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2020.281.221-272](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2020.281.221-272)

1.^a Qual é a tarefa do lingüista, a que ponto quer ele chegar, e o que descreverá sob o nome de língua? É o próprio objeto da lingüística que é posto em pauta. 2.^a Como se descreverá esse objeto? [...] Isso mostra a importância que assume a técnica lingüística.

Émile Benveniste (2005 [1954], p. 8)

APONTAMENTOS INICIAIS

Nos dois interrogantes que constam em epígrafe, presentes no artigo *Tendências recentes em lingüística geral* – texto de 1954 sobre os rumos da lingüística pós-saussuriana na primeira metade do século XX –, Émile Benveniste coloca em cena as noções de *objeto* e *método*. Tais noções são centrais na área da lingüística, notadamente em um campo que, embora não abordado pelo autor em seu trabalho, é aqui focalizado: o da aquisição da linguagem, fiel que é ao seu compromisso com o teórico e o empírico.

Esse duplo compromisso é também assumido em seus estudos por Benveniste, o qual, segundo Fenoglio (2019), não é nem um filósofo nem um linguista puramente especulativo. Isso porque “ele pesquisa, ensaia e inventa, mas numa combinação sempre medida de empiria e reflexões teóricas” (FENOGLIO, 2019, p. 26, tradução minha). A autora ressalta ainda que, em Benveniste, não há, de uma parte, os fatos e, de outra, o método, pois “a descrição dos fatos é já uma construção metódica”, de modo que “o linguista constrói seu objeto”, devendo “‘definir’, ‘explicitar’, ‘justificar’ [esse objeto] em virtude de um ‘procedimento de análise’” (FENOGLIO, 2019, p. 29, aspas da autora, tradução minha). Um dos recursos por meio dos quais Fenoglio (2019) ilustra seu argumento é um documento inédito por ela trazido à público, uma carta datada de 1930 e endereçada ao diretor do Círculo Lingüístico de Praga, em que Benveniste declara que não

basta descrever formalmente os fatos linguísticos, sendo necessário analisá-los, compará-los e interpretá-los. Teoria e empiria são, pois, indivorciáveis na prática científica do linguista.

Movida, de um lado, pelos interrogantes benvenistianos sobre objeto e método e, de outro, pelo compromisso do campo aquisicional com o teórico e com o empírico, Silva (2012) formula três questões para o linguista que se situa nesse campo, das quais as duas primeiras me interessam sobremaneira aqui: “1ª) Qual a tarefa do pesquisador de Aquisição de Linguagem e o que descreverá sob o nome ‘aquisição da linguagem’?; 2ª) Como descreverá o seu objeto de estudo, o processo de aquisição da linguagem?” (SILVA, 2012, p. 349, aspas da autora).

À primeira questão, a autora assim responde: “Parece-me que a tarefa desse pesquisador é a explicação de como ocorre essa travessia da ‘falta’ para a presença, mostrando, nas aparentes ‘falhas’, a relação da criança com sua língua” (SILVA, 2012, p. 350, aspas da autora). A esse respeito, Silva (2012) pontua a distinção entre um *estudo de aquisição da linguagem* – comprometido com a explicação da *mudança* no processo aquisicional – e um *estudo de linguagem da criança* – interessado pelos *usos* que ela faz da língua. Para a pesquisadora, a primeira questão pode ser respondida apenas por um estudo de aquisição, pois este não busca somente caracterizar os usos linguísticos da criança, mas também – e sobretudo – explicá-los em termos de mudanças que sofrem no decorrer da aquisição⁵⁹.

59 Essa distinção entre os dois grupos de estudos é tomada por Silva (2012, 2009) de empréstimo a David Ingram. Como explica Silva (2009, p. 96-97), na obra *First language acquisition* (1989), a partir da distinção proposta por Wasow entre estudos de “linguagem da criança” (*child language*) e estudos de “aquisição da linguagem” (*language acquisition*), Ingram defende que os primeiros tendem para a psicolinguística e têm orientação descritiva, centrando-se no dado e, conseqüentemente, em fatores de desempenho na aquisição (memória, limitações de processamento etc.); já os segundos o autor relaciona à linguística e afirma terem orientação explicativa, buscando examinar a relação entre o desempenho linguístico da criança e a sua competência, a fim de sustentarem questões e testarem hipóteses da teoria linguística de Noam Chomsky. A despeito de sua inscrição epistemológica no quadro chomskiano, a qual distancia os interesses de Ingram dos de Silva (2012, 2009) e dos meus, filiados teoricamente ao pensamento benvenistiano e, por conseguinte, inscritos epistemologicamente no quadro saussuriano, a distinção proposta pelo autor pode ajudar-me a situar minha proposta, de maneira que a retomarei mais adiante.

Sobre a segunda questão, Silva (2012) observa que esta põe em relevo os dois já mencionados compromissos assumidos pelo pesquisador de aquisição da linguagem: o *compromisso com o teórico* (o ponto de vista interno da pesquisa) e o *compromisso com o empírico* (a fala/escrita da criança). Conforme a autora, é a perspectiva teórica abraçada pelo pesquisador para explicar a aquisição da linguagem que direciona todas as suas escolhas atreladas a “diferentes modos de coleta (*experimental* e *naturalístico*), diferentes tipos de coleta (*transversal* e *longitudinal*) e diferentes procedimentos de análise (*quantitativo* e *qualitativo*)” (SILVA, 2012, p. 354, itálicos da autora). Essas decisões não estão, todavia, na dependência unicamente da filiação teórica do estudioso, mas igualmente da preocupação com o dado empírico, a qual é uma especificidade do campo aquisicional.

Inserido nesse contexto teórico e temático, o texto ora apresentado tem por objetivo *problematizar a metodologia de coleta e tratamento de dados mais adequada a uma investigação em aquisição da escrita orientada pela teorização enunciativa de Émile Benveniste*. Trata-se, pois, de um trabalho que ensaia uma primeira aproximação entre dois campos – os estudos de aquisição da escrita e os estudos benvenistianos –, na tentativa de produzir um novo saber: uma abordagem da aquisição da escrita a partir da teoria da linguagem de Émile Benveniste⁶⁰.

Para tanto, organizo este texto em duas partes: na primeira, de caráter mais abrangente, procedo a uma reflexão sobre a natureza e a constituição do dado em aquisição da linguagem; na segunda, de

60 Em minha tese em desenvolvimento, refiro-me à perspectiva teórica de Émile Benveniste como teoria da linguagem, pois lá não me restrinjo à sua famosa teorização enunciativa (constante nos capítulos que integram as partes *O homem na língua* e *A comunicação, dos Problemas de linguística geral I e II*), incluindo também sua menos conhecida teorização semiológica (presente no artigo *Semiologia da língua* e na obra póstuma intitulada *Últimas aulas no Collège de France* – 1968 e 1969). Como, porém, o escopo deste texto circunscreve-se a uma reflexão metodológica que parte de pressupostos enunciativos, referir-me-ei, aqui, à perspectiva benvenistiana como *teorização enunciativa*.

caráter mais restrito, detalho algumas informações relativas ao trabalho de campo que tenho empreendido na montagem do *corpus* empírico de minha tese⁶¹.

DA NATUREZA À CONSTITUIÇÃO DOS DADOS NA PESQUISA EM AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

O que é um dado na área da linguística, em geral, e no campo da aquisição da linguagem, em particular? Por certo, uma resposta a essa indagação – se viável ela for em tais termos – não pode contornar um caractere definidor do fazer linguístico desde que Saussure esforçou-se para *mostrar ao linguista o que ele faz*, determinando teoricamente a *natureza do objeto de estudo* da linguística. Essa determinação teórica era pelo linguista suíço compreendida como uma *operação elementar*, sem a qual “uma ciência é incapaz de estabelecer um método para si própria” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 34). Deve-se também a Saussure o esclarecimento sobre a não anterioridade do objeto em relação ao ponto de vista a partir do qual ele é estudado: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 38). Em outras palavras: tanto um quanto outro, tanto o objeto quanto o método em linguística estão na dependência do ponto de vista teórico ao qual se filia o linguista e/ou daquele por ele construído na pesquisa.

No campo da aquisição da linguagem, não é menor a sujeição do objeto e do método – e, *ipso facto*, do dado – ao ponto de vista.

61 A discussão a ser empreendida deter-se-á, portanto, na primeira grande etapa de uma pesquisa empírica em linguística, aquela que se convencionou chamar de *coleta de dados*. Assim, devido ao exíguo espaço deste capítulo, não abordarei por ora a segunda grande etapa, relativa à *análise dos dados coletados*, o que demandaria um aprofundamento em questões impossíveis de serem aqui tratadas com o vagar que merecem, como os procedimentos de transcrição, descrição e explicação do material na coleta constituído.

A esse propósito, Pereira de Castro (1996, p. 8, *itálicos da autora*) adverte que “o *dado* não é o *fenômeno*, mas um recorte deste. Entre a constituição do primeiro e o segundo, há um gesto teórico”. De maneira similar, Perroni (1996, p. 25) observa que, assim como é gerada pela teoria, “a metodologia gera o dado”. Uma tal geração não é sem consequências para os resultados da investigação, como advoga Arantes (2019, p. 42, *aspas da autora*), para quem “não há continuidade entre ‘fala viva’ e ‘registro de fala’”, mas uma “diferença marcante entre essas duas instâncias [que] determina seja a natureza dos aparatos descritivos que serão projetados sobre os corpora, seja o tratamento analítico a ser realizado”.

Entretanto, se entre o dado e o seu registro não há senão descontinuidade, penso ser possível sustentar uma certa continuidade no interior mesmo dos processos de registro. Tal continuidade dever-se-ia à indissociabilidade entre os gestos teórico e metodológico, como tentarei demonstrar na seção seguinte. Antes, contudo, de apresentar mais detalhadamente as relações entre teoria e metodologia e seus efeitos no tratamento do dado empírico em minha pesquisa de doutoramento em curso (cf. terceira seção), retomarei os principais modos e tipos de coleta em aquisição da linguagem.

Silva (2009) reconstitui a gênese metodológica do campo aquisicional, delineando, a partir de Ingram (1989)⁶², as três espécies de estudos ligados ao tratamento do dado em aquisição da linguagem.

A primeira espécie diz respeito ao *estudo dos diários*, predominante no fim do século XIX e no início do século XX, antes, portanto, da instituição da linguística como ciência. Tratava-se de um fazer metodológico caracterizado pela observação rotineira da fala infantil e por notas acerca dessa observação registradas em diários pelos investigadores e, também, pais das crianças investigadas.

62 Conforme a obra já citada em nota anterior: INGRAM, David. *First language acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

Segundo Silva (2009), embora esses estudos tenham fornecido ao campo uma base descritiva, contribuído para a percepção da criança como um sujeito criativo na descoberta de sua língua materna e projetado para as pesquisas futuras o tipo de coleta longitudinal, eles não apresentavam uma preocupação teórica em termos de explicação da passagem do infante de não falante a falante.

Já a segunda espécie refere-se ao *estudo das grandes amostras*, predominante entre 1926 e 1957 e coincidente com o prestígio do behaviorismo no cenário científico. Silva (2009) sublinha as diferenças entre os pesquisadores dessa fase e os chamados diaristas, estudiosos da fase anterior:

- a. a concepção de criança como um sujeito passivo, cujo comportamento verbal modifica-se na exposição às condições de seu ambiente, ao qual é submetido e pelo qual é controlado, ao contrário do comportamento espontâneo ativo da criança enfatizado pelos diaristas;
- b. o foco no comportamento observável e na influência nele exercida pelo meio, em detrimento das tentativas de explicação dos diaristas sobre as estruturas internas e as habilidades da criança;
- c. o recurso ao tipo de coleta transversal, com o estudo de diversas crianças, de diferentes idades, separadas de acordo com a classe socioeconômica, o sexo e a faixa etária, diferentemente do tipo de coleta longitudinal privilegiado pelos diaristas e centrados no acompanhamento de uma mesma criança ao longo de um dado período de tempo;
- d. o apelo ao procedimento de análise quantitativo, com quadros e estatísticas em termos de proporções e porcentagens, na contramão do procedimento qualitativo dos diaristas.

Tratava-se de um fazer metodológico que, a despeito da representatividade de suas amostras e do fato de ter projetado para o campo o método de coleta transversal (adotado atualmente em estudos que investigam detalhadamente elementos mais isolados, buscando a generalidade e a padronização dos resultados via comparação de dados de várias crianças), encontrou sérias dificuldades oriundas de seu caráter limitado – limitação tributária da restrição de sua análise à expansão lexical, à extensão gramatical e à correção articulatória, como se a tais questões restrita fosse a linguagem – e de seu tratamento superficial do *corpus* – superficialidade decorrente de sua metodologia de coleta, com a recolha de dados a partir de breves anotações, sem equipamento de gravação (INGRAM, 1989 *apud* SILVA, 2009, p. 86).

Por fim, a terceira espécie consiste no *estudo longitudinal*, predominante a partir de 1957⁶³. De acordo com Silva (2009), em um estudo dessa natureza, a criança é acompanhada em visitas periódicas, durante um determinado intervalo temporal, a fim de se obter uma amostra representativa de dados. Como elucida a autora, os estudos longitudinais distinguem-se dos estudos dos diários por – além de filmarem e, posteriormente, transcreverem os dados coletados – produzirem uma amostra mais representativa de dados do que os diaristas, na medida em que estes acompanhavam somente uma criança, enquanto os pesquisadores dessa terceira fase acompanham geralmente três crianças. Isso é realizado “com o propósito de o investigador poder determinar padrões de aquisição, já que, com esse número, torna-se possível tomar decisões acerca

63 Não é gratuito o fato de o fim da década de 1950 ser o período do crepúsculo dos estudos das grandes amostras e do alvorecer dos estudos longitudinais. A esse propósito, recordemo-nos que os primeiros estudos, ligados que eram ao behaviorismo, não poderiam seguir predominantes por muito tempo após a – para usar uma expressão de Scarpa (2001, p. 206-207) – *devastadora resenha* que Chomsky publica em 1959 sobre o livro *Comportamento verbal*, de Skinner. Nessa resenha, o linguista posiciona-se contra a visão comportamentalista da aprendizagem da linguagem proposta pelo psicólogo, acirrando a dicotomia behaviorismo vs. inatismo, avatar linguístico-psicológico da dicotomia filosófica empirismo vs. racionalismo.

das escolhas feitas por cada criança, verificando se são típicas ou raras” (SILVA, 2009, p. 87).

Silva (2009) destaca ainda duas outras características dos estudos longitudinais:

- a. a projeção para o campo da criação de grandes projetos de pesquisa, com a reunião de muitos pesquisadores e a constituição de extensos bancos de dados longitudinais, modelo que influenciou a formação de grupos de investigadores e a composição de *corpora* infantis no Brasil durante a década de 1990;
- b. o fornecimento de amostras de dados cuja riqueza impulsionou a ampliação dos interesses dos estudiosos da aquisição da linguagem, ampliação oriunda da mudança paradigmática promovida na linguística pelo gerativismo chomskiano, com o deslocamento da ênfase na descrição de características particulares e superficiais da fala de uma criança para a busca de explicação da aquisição das regras sintáticas pelas crianças em geral.

Duas outras linguistas que problematizam aspectos metodológicos da pesquisa em aquisição da linguagem são Scarpa (2001) e Perroni (1996).

Scarpa (2001, p. 204) define o tipo de coleta *longitudinal* como o “estudo que acompanha o desenvolvimento da linguagem de uma criança ao longo do tempo”, associando-o ao modo de coleta *naturalístico*, que tem lugar “em situação naturalística (isto é, em ambiente natural, em atividades cotidianas)”. A autora igualmente sinaliza a transformação da forma de registro dos dados com o avanço tecnológico: das anotações em diários às gravações em áudio ou vídeo: “Assim, grava-se a fala de uma criança por um período

de tempo preestabelecido (por exemplo, meia hora, 40 minutos, 1 hora etc.), em intervalos regulares (sessões semanais, quinzenais, mensais etc.), dependendo do tema a ser pesquisado” (SCARPA, 2001, p. 204). No cerne dessa metodologia de coleta longitudinal e naturalística, reside o pressuposto de que, “registrando-se uma quantidade razoável da fala da criança de cada vez, pode-se ter uma amostra bastante representativa para se estudar como o conhecimento da língua pela criança é adquirido e/ou como muda no tempo” (SCARPA, 2001, p. 204).

Outra metodologia de coleta descrita por Scarpa (2001, p. 204) é a *transversal*, baseada “no registro de um número relativamente grande de sujeitos, muitas vezes classificados por faixas etárias”. Segundo a autora, “Embora não exclusivamente, a pesquisa de tipo transversal geralmente também é do tipo *experimental* (por oposição a *naturalístico*), em que os fatores e as variáveis intervenientes no fato analisado são isolados e controlados e depois testados” (SCARPA, 2001, p. 204-205, *itálicos da autora*). Conforme Scarpa (2001), enquanto a análise dos dados naturalísticos focaliza a *produção*, a análise dos dados experimentais enfoca a *percepção*, a *compreensão* e o *processamento da linguagem* pela criança.

Seja qual for a metodologia escolhida, a pesquisadora alerta para a *visão ingênua* de que os dados falam por si só, ratificando o imbricamento – marca distintiva do campo aquisicional – entre o teórico e o empírico: “A metodologia adotada e a própria seleção dos dados dependem da postura teórica que norteia a pesquisa” (SCARPA, 2001, p. 205).

Também Perroni (1996) contrasta as metodologias aquisicionais, partindo, para tanto, de um questionamento sobre a natureza e a constituição do dado na ciência. De acordo com a autora, na ótica empirista, os dados da experiência são considerados como *evidências empíricas* anteriores às teorias, cujos princípios seriam, então,

desenvolvidos para explicá-los por generalização. Disso, resultam duas consequências: de um lado, os dados são vistos como *atos brutos*, existentes apriorística e independentemente do ponto de vista teórico adotado pelo pesquisador para estudá-los; de outro lado, a *predição* e a *validação*, isto é, a formulação e a testagem para a comprovação ou a refutação de hipóteses são tomadas como técnicas indispensáveis no fazer científico.

No entanto, Perroni (1996) recorda que uma das conquistas da filosofia da ciência – conquista que, inclusive, ecoa no campo aquisicional – remete à problematização do papel desempenhado pelas terminologias e pelas abstrações científicas na interpretação dos ditos “fenômenos”:

Assim, levando em conta o ponto de vista de que não há pesquisa ateórica, portanto, nem metodologia ateórica, lembre-se aqui da **noção de recorte**, segundo a qual os dados não podem ser vistos como “evidências empíricas”. Essa perspectiva contraria a concepção tradicional ocidental do conhecimento como objetivo, individualista e aistórico, independente da condição humana. Contraria também a suposição da possibilidade de acesso direto a um mundo dito bruto, conhecido diretamente, com conseqüente obscurecimento do fato de que os critérios chamados “objetivos” de identificação de “comportamentos”, “eventos”, “entidades” têm sido altamente circunscritos pela cultura, história ou contexto social.

Nos estudos recentes de aquisição da linguagem começa a crescer o reconhecimento de que qualquer metodologia é determinada pela teoria eleita pelo investigador, assim como é **a natureza da unidade de análise** (PERRONI, 1996, p. 17, aspas da autora, negritos meus).

Além de reiterar o que as outras linguistas até aqui convocadas já pontuaram sobre submissão do dado – tanto em sua apreensibilidade quanto em sua interpretabilidade – a uma opção teórica prévia, essa tão extensa quanto contundente citação de Perroni (1996) põe em relevo um termo capital em um estudo enunciativo

que, como este, aceita e enfrenta o desafio da coleta e da análise de dados. Trata-se do termo *recorte* e de sua íntima relação com o entendimento da unidade de análise numa pesquisa embasada na teorização enunciativa benvenistiana. A isso, mais adiante voltarei – ainda que brevemente, visto que transborda os limites impostos ao presente texto uma discussão a respeito da unidade analítica. Por ora, retornemos à comparação entre as metodologias de coleta em aquisição da linguagem.

Quanto ao método experimental, Perroni (1996) assinala suas vantagens e suas dificuldades. Dentre as vantagens apregoadas por seus partidários, constam as seguintes:

- a. a *replicabilidade* (decorrente da possibilidade de outros pesquisadores reaplicarem os testes com vistas à obtenção de informações similares);
- b. a *generalidade* (resultante da possibilidade de avaliar grandes populações, a partir do controle das variáveis e da homogeneização dos sujeitos);
- c. a *objetividade* (concretizada através das estatísticas, dos números e das porcentagens).

A tais supostas vantagens, a autora contrapõe as seguintes dificuldades:

- a. o privilégio concedido à *compreensão* em detrimento da *produção*, bem como a conseqüente obscuridade da alegada *intuição linguística da criança* em relação ao seu próprio funcionamento e ao funcionamento da intuição adulta;
- b. a inviabilidade de avaliar, em casos que não o do exato cumprimento da instrução pela criança, a realização adequada ou parcial do teste por parte dela, o que se deve a um esquecimento de que “medidas da tendência geral são antes

uma criação do investigador e podem não servir para nenhuma criança em particular” (PERRONI, 1996, p. 19-20);

- c. a nebulosa *função das porcentagens* como medida (permitirem comparações entre as crianças a título de explicação do seu desenvolvimento linguageiro ou validarem-se a si próprias?), assim como a da distinção entre significância estatística e confiabilidade, cujas consequências seriam o estabelecimento de uma normalidade/normatividade abstrata e de relações causais que anulariam as diferenças individuais e históricas;
- d. a *atitude simplista* de atribuir, à criança que não interpreta o teste aplicado conforme as expectativas do investigador, a ausência ou o déficit do conhecimento em questão, o que gera “monstros” na literatura especializada, “cheia de expressões como ‘narrativas empobrecidas’, ‘narrativas desorientadas’, ‘narrativas sem nenhuma estrutura’, ‘crianças menos inteligentes que outras’ (todas em Peterson & McCabe)”, do que se poderia concluir que “uma tal metodologia é forte candidata a gerar dados não propriamente ‘brutos’, mas antes ‘embrutecidos’ pelo investigador” (PERRONI, 1996, p. 21, aspas da autora);
- e. a impossibilidade de se saber o que, efetivamente, subjaz à resposta da criança, cuja compreensão pode, quando da realização do experimento, basear-se em fatores aleatórios que não a linguagem.

A severa crítica de Perroni (1996) ao método experimental tem como corolário o seguinte excerto:

Todas as críticas ou problemas mencionados acima apontam o fato de que, **no método experimental, o objeto de estudo não é propriamente o desenvolvimento**. Baseada numa visão estática da língua, é a metodologia que mais facilmente cai na ilusão da objetividade, vista como sinônimo de descrição do fenômeno lingüístico, depurado de toda e

qualquer 'excrecência' que, teimosa e indesejavelmente, insiste em caracterizar suas manifestações. Com isto, volta-se à discussão da validade/interesse da distinção competência x *performance*, já iniciada dentro da lingüística e interdisciplinas, há alguns anos. Na verdade, questiona-se o valor do estudo da língua dissociada do homem, o que caracteriza uma certa **lingüística antropofóbica** (Perroni, inédito), como se pode questionar a utilidade da noção de competência *stricto sensu*, nos estudos do desenvolvimento lingüístico. (PERRONI, 1996, aspas e itálicos da autora, negritos meus).

Dessa outra tão longa quanto necessária citação, destaco dois pontos. O primeiro relaciona-se à afirmação de que o método experimental não se ocupa, de fato, do desenvolvimento da linguagem infantil, vale dizer, não tem em relação a esse processo uma preocupação explicativa, caindo na *ilusão da objetividade* de uma descrição lingüística asséptica e higienizadora. Já o segundo ponto liga-se à aparente *antropofobia* que parece definir uma tal lingüística que, na busca ilusória de uma pretensa cientificidade, arranca da linguagem aquilo que lhe é mais próprio: o homem.

Quanto ao método naturalístico – também referido por Perroni (1996) como naturalista/observacional –, a autora igualmente esmiúça suas potencialidades e suas limitações. Antes, entretanto, de fazê-lo, ela atenta para o fato de que os estudos que aderem a esse método podem, conforme sua lente teórica, ter dois focos distintos: ou miram a produção da criança, independentemente da produção do interlocutor, ou tomam como alvo a relação entre a produção infantil e a produção adulta. São as vantagens potenciais desse segundo grupo de estudos naturalísticos as elencadas pela pesquisadora, para a qual neles:

- a. a *quantidade* cede lugar à *qualidade*, deixando-se a criança falar em vez de tentar-se provocar suas respostas;
- b. a restrita descrição de *produtos estáticos* cede lugar a uma análise mais detalhada e completa do *processo de desenvolvimento*,

reconhecido como dinâmico, em constante fluxo e estruturado por estágios continuamente relacionados entre si;

- c. a *definição apriorística* de categorias analíticas cede lugar à possibilidade de as categorias *emergirem* dos próprios dados;
- d. a recuperação da *história do dado*, através da descrição das condições em que foi produzido, torna possível a identificação da *constituição histórica do sentido*;
- e. o objeto de estudo passa a ser a *língua em atividade* e a *relação* que a criança com ela vai estabelecendo;
- f. o não controle de variáveis permite uma maior aproximação da *naturalidade*, reconhecendo-se que “o dado é o que acontece, não o que deveria acontecer, nem o que está faltando” (PERRONI, 1996, p. 22).

Dentre as limitações do método naturalístico, Perroni (1996) lista as seguintes:

- a. a raridade de um estudo inteiramente observacional, com a ausência total de controle pretendida, o que não isenta o investigador de tentar interferir o mínimo possível no contexto investigado, sob o risco de alterá-lo a ponto de o dado não ser representativo;
- b. a seleção, no interior do conjunto de todo o material obtido nas coletas, daqueles que constituirão os dados da análise, com a “eliminação de material que passa a ser descartado, ou seja, tudo aquilo que tem enchido a lata de lixo da psicolingüística há décadas” (PERRONI, 1996, p. 23);

- c. o tempo e o trabalho braçal demandados por todas as etapas do estudo, desde as periódicas sessões de coleta até as numerosas horas de seleção e transcrição dos dados.

Além dessas limitações com as quais concorda, Perroni (1996) menciona outras críticas ao método naturalístico, como a assistemática e o descontrole, que impediriam a replicabilidade, a generalização e a confiabilidade dos resultados, além de impossibilitarem respostas a questões de compreensão e causalção. Tais críticas são contestadas pela linguista a partir dos seguintes contra-argumentos:

- a. quanto à assistemática, embora os estudos observacionais lidem com a língua em atividade, o que pode conduzir a uma variação dos dados a cada sessão, a *falta de sistematicidade* pode ser reduzida com a manutenção, por parte do investigador, de uma *rotina de coleta* que torne possível a apreensão das atividades cotidianas da criança com os outros de seu convívio;
- b. quanto ao descontrole, o *ideal de controle* de estruturas é mesmo *incompatível* com o *ideal de naturalidade* das interações, não sendo possível assegurá-lo em situações naturais de uso da língua;
- c. quanto à não resposta a questões de compreensão e causalção, Perroni (1996) flagra nessas críticas a persistência do modelo preconizado pelo método experimental, questionando, de um lado, a *separação* entre a compreensão e a produção como se dois aspectos da habilidade linguística completamente independentes elas fossem e, de outro, a insistência na identificação das *causas do desenvolvimento*, nos moldes das teorias psicológicas, em detrimento da *variedade de fatores* do processo aquisicional;

- d. quanto à não replicabilidade e à não generalidade, a autora assim responde àqueles que acusam os estudos observacionais de mostrarem o que é possível, mas não informarem se os padrões identificados em casos particulares podem ser generalizados: “Trata-se mais uma vez da inquietação diante da possibilidade da diversidade, da crença cega na uniformidade da mente em desenvolvimento”, limitação que “não é exclusiva de uma determinada metodologia; parece, antes de tudo, ligada à interpretação que se faz dos dados, a qual releva da teoria defendida” (PERRONI, 1996, p. 25)⁶⁴.

Essa minuciosa caracterização dos métodos experimental e naturalístico conduz Perroni (1996, p. 23) à conclusão de que a *diferença básica* entre ambos “consiste no fato de que o experimental acaba estudando a linguagem da criança, ao passo que o observacional pode estudar o próprio desenvolvimento da linguagem”, cabendo, pois, ao pesquisador em aquisição da linguagem a escolha do método de coleta que melhor convém ao seu ponto de vista teórico e aos seus objetivos investigatórios. Note-se, aqui, a distinção pela autora feita entre *linguagem da criança* e *desenvolvimento da linguagem*, semelhante à distinção entre *linguagem da criança* e *aquisição da linguagem*, que Silva (2012, 2009) retoma de Ingram (1989). Voltarei a essa distinção a seguir, ao finalmente adentrar minha pesquisa.

Nesta seção, a partir de Silva (2009), inicialmente procurei traçar as grandes linhas da gênese metodológica do campo aquisicional e, em seguida, a partir de Scarpa (2001) e Perroni (1996), busquei

64 Com efeito, as críticas desferidas por Perroni (1996) ao ideal de cientificidade que move alguns estudos aquisicionais parecem se aplicar menos às abordagens metodológicas tomadas em si mesmas do que às perspectivas teóricas que norteiam tais estudos. Ora, não seria justo nem correto desprezar o fato de que há pesquisas sobre a escrita da criança, por exemplo, que recorrem ao modo de coleta experimental e ao tipo de coleta transversal, no entanto são orientadas por abordagens enunciativas e discursivas em tudo distantes de algo como uma “antropofobia”, a exemplo de alguns trabalhos desenvolvidos no Brasil por linguistas como Eduardo Calil (cf. CALIL; BORÉ; AMORIM, 2014) e Lourenço Chacon (cf. CHACON, 2017).

detalhar os modos e os tipos de coleta mais empregados pelos pesquisadores de aquisição da linguagem. Após o percurso trilhado, creio estar em condições de responder a algumas questões relativas à minha pesquisa de doutoramento, aqui tomada como *ad exemplum* das dificuldades metodológicas que se apresentam ao linguista interessado pelo fascinante fenômeno do vir a ser escrevente. Eis a finalidade da seção seguinte.

DA COLETA DOS DADOS À GERAÇÃO DOS FATOS NUMA PESQUISA ENUNCIATIVA EM AQUISIÇÃO DA ESCRITA

Antes de passar às questões metodológicas de minha tese, retomo, uma vez mais, palavras de Silva (2012, p. 354, itálicos da autora), segundo a qual “é necessário o pesquisador perguntar-se: de acordo com minha concepção de *linguagem* e de *sujeito* que modo e tipo de coleta serão relevantes?”. Apesar de não ter espaço, neste texto, para problematizar mais profundamente as noções de *linguagem* e *sujeito* que assumo, posso dizer que a noção de *linguagem* é, aqui, indissociável das noções de *língua* e *línguas* (cf. BENVENISTE, 1963), enquanto a noção de *sujeito* é, também aqui, igualmente indissociável das noções de *homem* e *locutor* (cf. BENVENISTE, 1958; SILVA, 2009, FLORES, 2013).

Em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), a *linguagem* é por Benveniste concebida como a expressão suprema da faculdade humana de simbolizar, que permite ao homem representar e compreender o real através de signos (linguagem como faculdade simbólica). Nesse mesmo artigo, a *língua* é definida pelo autor como um todo organizado sistemicamente em partes (língua como sistema de signos). Já as *línguas* são tomadas pelo linguista

como manifestações concretas e variáveis da linguagem, próprias a sociedades e culturas particulares (línguas como organismos históricos e empíricos).

Em *Da subjetividade na linguagem* (1958), ao rechaçar uma visão instrumental de linguagem reduzida à ferramenta de comunicação, Benveniste situa na linguagem a possibilidade de o *homem* constituir-se *sujeito*. A constituição do *homem* como *sujeito* é, conforme Flores (2013), garantida por uma figura intermediária, o *locutor*, aquele que se apropria da língua ao enunciar, o que conduz o autor a sustentar que essas três noções – *homem*, *locutor* e *sujeito* – não se recobrem teoricamente na perspectiva benvenistiana: enquanto *homem* é uma noção antropológica, *locutor* e *sujeito* são noções linguísticas, sendo o locutor a *fonte* da apropriação da língua e o sujeito, o *efeito* dessa apropriação, cujos traços no discurso remetem às marcas da enunciação no enunciado.

Ao tratar da constituição do sujeito da/na enunciação e da/na aquisição da linguagem, Silva (2009) postula a existência de três instâncias de intersubjetividade, simultâneas e interdependentes na constituição da subjetividade: (a) a *instância cultural*, vinculada a uma relação homem-homem inscrita socialmente na cultura (instância que pode ser relacionada à noção antropológica de *homem*); (b) a *instância da alocução* ou *dialógica*, atrelada a uma relação locutor-alocutário situada interlocutivamente no diálogo (instância que pode ser associada à noção linguística de *locutor*); (c) a *instância linguístico-enunciativa*, ligada a uma relação *eu-tu* marcada linguisticamente no discurso (instância que pode ser aproximada da noção linguística de *sujeito*).

Para Silva (2009), o sujeito da aquisição da linguagem é *cultural*, na medida em que a criança nasce e desenvolve-se numa sociedade específica, com uma cultura e uma língua também específicas; *alocucional* ou *dialógico*, pois sua constituição dá-se em situações de

diálogo, nas quais a criança se declara locutor e implanta o outro como alocutário, assim como é por ele implantada como tal; e *linguístico-enunciativo*, porque a enunciação – enquanto ato de apropriação e atualização da língua (sistema) em discurso (uso) – introduz a criança em sua fala e marca sua presença na materialidade linguística do enunciado, sobretudo – mas não só – através do pronome *eu* e de outros signos pertencentes à categoria de pessoa. Conforme a autora, “Por meio das instâncias intersubjetivas (cultural, da alocação ou dialógica e linguístico-enunciativa), a criança opera a conversão do discurso em língua e da língua em discurso” e “se instaura como sujeito de linguagem” (SILVA, 2009, p. 223).

Apresentadas – muito brevemente, é verdade – as concepções de linguagem e sujeito que alicerçam esta investigação, passo às questões metodológicas propriamente ditas, a primeira das quais é a seguinte: *um estudo sobre a instauração da criança na escrita de sua língua materna a partir da teorização enunciativa de Émile Benveniste seria um estudo de linguagem da criança ou um estudo de aquisição/desenvolvimento da linguagem?*

Embora também não seja aqui possível tratar mais detidamente dos termos *aquisição* e *desenvolvimento*, explicitando como podem ser interpretados à luz de meu ponto de vista teórico⁶⁵, posso responder que considero este um estudo sobre a aquisição/desenvolvimento da escrita, e não sobre a escrita da criança. Afinal, minha preocupação nuclear não é investigar as manifestações escriturais infantis *per se*, mas *o que* muda e *como* muda na relação inicial da criança com a escrita, bem como os efeitos dessas mudanças em sua constituição como sujeito de linguagem. Logo, minha finalidade é, à luz da teorização enunciativa de Benveniste, “explicar um processo, no qual a fala [a escrita] da criança atesta a

65 Isso acarretaria a necessidade – impossível de ser aqui contemplada com a atenção que lhe é devida – de encarar a espinhosa questão desenvolvimental e o problema da definição de estágios de aquisição da escrita. Deixo, por ora, suspensa uma tal discussão.

passagem de uma ausência para uma presença” (SILVA, 2012, p. 350, acréscimo meu). Tenho, dessa maneira, uma preocupação não apenas descritiva, mas também – e principalmente – explicativa.

A segunda questão é a seguinte: *quais seriam o modo e o tipo de coleta mais pertinentes a uma investigação em aquisição da escrita orientada pela teorização enunciativa benvenistiana?*

Quanto ao modo de coleta, aquele escolhido neste estudo, a julgar por sua teoria de referência (com a qual são as produções linguageiras espontâneas, que brotam no cotidiano das relações humanas, as que mais condizem) e por seu objetivo geral (proporcionar uma nova explicação teórica para a trajetória da criança de não escrevente a escrevente em sua língua materna), é o naturalístico. Essa escolha se deve ao fato de tal modo privilegiar coletas em atividades rotineiras, que têm lugar em ambientes domésticos, quer dizer, em situações não controladas como em sessões conduzidas sob a égide do modo de coleta experimental. É em contextos familiares e informais como esses que se pode testemunhar a relação homem-língua da forma mais natural possível, apesar de sabermos que a naturalidade plena é impossibilitada em virtude de ser a língua, ela mesma, o objeto em foco, o que pode constringer os usos que dela fazem os participantes da pesquisa.

A respeito da naturalidade das interações nesta investigação, vale pontuar um *desafio* que tem sido enfrentado e o que tem se mostrado uma aparente *vantagem*.

O desafio diz respeito ao fato de que, numa coleta de aquisição da língua em sua realização escritural, o grau de naturalidade reduz-se sensivelmente se comparado àquele de uma coleta de aquisição da língua em sua realização vocal. Nesta, o investigador pode contentar-se em observar a criança interagindo com os outros de seu convívio ou mesmo interagir ele próprio com ela – como frequentemente é o caso

–, deixando o fluxo do diálogo correr livremente durante a sessão. Não é incomum, por exemplo, a criança deslocar-se fisicamente enquanto “tagarela” pelo espaço doméstico e o pesquisador, de filmadora em punho, acompanhá-la em seu deslocamento.

Em contrapartida, numa coleta naturalística de aquisição da escrita, tudo se passa diferentemente. É necessário sentar-se com a criança a uma mesa (para escrever) ou ainda – apesar de a ênfase do trabalho residir na produção mais do que na compreensão – em um sofá (para ler). Isso coloca, de antemão, duas necessidades de ordem prática.

Por um lado, é preciso encontrar a criança em momentos em que ela esteja descansada e disposta a participar de atividades de escrita e leitura. A título de ilustração, a experiência deste estudo já provou que coletas ocorridas ao fim de um dia útil, após a criança ter passado um ou dois turnos de sua jornada diária na escola, são contraproducentes, tais como encontros sediados em ambientes ruidosos. Sessões realizadas em fins de semana e em locais silenciosos têm sido, pois, mais exitosas em termos de participação das crianças (são duas, conforme descrito adiante) nas atividades propostas.

Por outro lado, é preciso promover situações de escrita e leitura que façam sentido à criança. Acerca disso, a vivência desta pesquisa já atestou também ser infrutífero solicitar-lhe (em busca de uma espontaneidade utópica se tivermos em mente sua relação ainda tímida com o escrito) que escreva aquilo que desejar. É imprescindível situar a criança em um contexto preciso, com um interlocutor definido e um propósito significativo, como a produção de uma carta ao Papai Noel pedindo-lhe um presente de Natal ou a escrita de uma mensagem ao primo convidando-lhe para ir ao cinema.

Já a aparente vantagem – que vem, inclusive, ajudando-me a contornar eventuais dificuldades que emergem nos encontros,

como as acima reportadas – refere-se ao vínculo afetivo que tenho com as duas crianças participantes de minha pesquisa: a menina é minha afilhada; o menino, meu primo de primeiro grau. Aqueles na comunidade acadêmica ciosos de uma “concepção tradicional ocidental do conhecimento como objetivo, individualista e aistórico, independente da condição humana” – inclinados a uma “linguística antropofóbica”? –, para retomar as palavras de Perroni (1996, p. 17), podem pôr em xeque a validade científica de semelhante vínculo em um empreendimento de tal porte. A esse propósito, é novamente à linguista que recorro, quando, sobre casos nos quais os investigadores acumulam também os cargos de pais das crianças investigadas, ela se manifesta declarando que, nesses casos, “a validade dos resultados será confirmada com base em uma cuidadosa descrição de como o adulto agiu nas trocas com a criança, no processo de coleta dos dados” (PERRONI, 1996, p. 24). Deixo, então, aos meus potenciais leitores a avaliação de minhas ações como interlocutor adulto das crianças.

Quanto ao tipo de coleta, aquele eleito nesta pesquisa é o longitudinal. Isso porque se filiar à teorização enunciativa benvenistiana impõe reconhecer a contínua mudança a que está sujeita a relação homem-língua, característica ainda mais marcada na aquisição da língua, na qual as mudanças presentificam algo antes inexistente: a fala e a escrita. Tal presentificação não se efetiva senão no curso do tempo e, por isso, exige um acompanhamento longitudinal para ser apreendida.

Se a relação homem-língua é um permanente devir, estando em constante mutação, é porque “todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de maneira distintiva, e a cada vez de maneira nova” (BENVENISTE, 2006 [1968a], p. 18). Ainda que socialmente partilhada (portanto, uma herança cultural) e semiologicamente estabelecida (logo, um sistema estruturado), a

língua é por cada homem apropriada muito singularmente, seja em sua passagem inicial de não falante e não escrevente a alguém que fala e escreve, seja a cada vez que abre a boca para falar ou move as mãos para escrever ao longo da vida. Isso porque tanto a enunciação infantil de uma língua ainda em constituição quanto a enunciação adulta de uma língua já constituída são atos discursivos que registram no mundo a marca e o selo da singularidade humana. É por isso que a relação homem-língua é reinventada a cada instante, por cada falante: “Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção” (BENVENISTE, 2006 [1968a], p. 18).

Todavia, se é verdade que o homem transforma a cada vez e sempre a sua relação com a língua, é também verdade que tal transformação é ainda mais aparente na aquisição, em que “não ocorre somente uma modificação, mas a passagem de uma ausência para uma presença de língua, presença essa que parece não ocorrer de modo instantâneo” (SILVA, 2009, p. 284). O apontamento de Silva (2009) acerca da aquisição da língua em sua realização vocal é igualmente válido para a aquisição da língua em sua realização escritural, uma vez que tanto a fala quanto a escrita são adquiridas pelo homem em processos que modificam totalmente seus modos de *estar* na língua e, por conseguinte, seus modos de *ser* pela língua. Em especial, ao aceder à condição de escrevente, o homem transforma sua própria condição de falante, mudando radicalmente sua relação com o simbólico. Daí a opção, nesta investigação, pelo tipo de coleta longitudinal para tentar-se testemunhar, temporalmente, essa mudança radical na aquisição da escrita.

Minha pesquisa doutoral em andamento⁶⁶ envolve sessões de coleta naturalística e longitudinal, realizadas em ambiente doméstico,

⁶⁶ A presente pesquisa foi aprovada, quanto aos seus aspectos éticos e metodológicos, pela Comissão de Pesquisa em Letras (COMPESQ) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), credenciado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

de uma a duas vezes por mês, ao longo de dois anos e seis meses, com duas crianças de classe média, falantes monolíngues do português brasileiro e residentes na região metropolitana de Porto Alegre (RS). A primeira criança, uma menina, está sendo acompanhada dos três anos e três meses aos cinco anos e nove meses, antes de alfabetizar-se. A segunda criança, um menino, está sendo acompanhada dos seis anos e três meses aos oito anos e nove meses, durante o ciclo da alfabetização. Trata-se, pois, do registro de cinco anos iniciais da relação criança-escrita.

Embora os estudos longitudinais acompanhem em geral três crianças, a fim de, a partir desse número, estabelecerem *padrões aquisicionais* por meio da verificação de *escolhas típicas* ou *raras* – conforme a caracterização desses estudos feita por Silva (2009) e resgatada na seção anterior –, não faz parte dos objetivos desta investigação o estabelecimento de padrões, ao menos não de padrões definidos em termos de tipicidade ou raridade⁶⁷. É também essa autora quem atenta para o fato de que mesmo os estudos longitudinais, apesar de mais qualitativos do que os transversais, ao buscarem a *sistematicidade nos dados*, tendem a excluir, de um lado, a linguagem da criança como *irregular* e *heterogênea* e, de outro, o seu percurso linguístico como *único* e *singular*: “Na verdade, a descrição lingüística dos dados submete a fala da criança a uma ‘dessubjetivação’ e, nesse sentido, língua e sujeito continuam separados e não marcados pela ‘falta’” (SILVA, 2009, p. 90, aspas da autora).

Em suma, um trabalho como este, que tem como pedra angular a relação mutuamente constitutiva entre língua e homem, não pode primar senão pela singularidade do discurso – uma singularidade vinculada, sim, à sistematicidade da língua, mas nela não enclausurada. Em realidade, o ideal aos propósitos desta pesquisa seria acompanhar uma

67 A relação geral-particular e o problema do método de análise numa pesquisa enunciativa em aquisição da escrita recebe mais atenção na tese da qual deriva o texto em tela, de modo que disso aqui não tratarei.

mesma e única criança ao longo de, pelo menos, cinco anos, dois pré-alfabetização e três durante o início da aprendizagem institucionalizada da escrita, com vistas a registrar as mudanças de sua relação com a língua nesse ínterim. Entretanto, a julgar pela inviabilidade de uma coleta assim configurada nos limites do calendário de um curso de doutorado, a alternativa encontrada foi a opção por duas crianças em faixas etárias e níveis de escolaridade distintos.

Tal escolha decorre do pressuposto, comum às diferentes perspectivas teóricas de aquisição da escrita, de que esta não começa necessariamente no primeiro ano do Ensino Fundamental I. As crianças nascidas em sociedades modernas, notadamente aquelas oriundas de famílias de classe média, que convivem no seu dia a dia com materiais impressos (livros, revistas, gibis) e aparelhos eletrônicos (televisões, computadores, celulares) diversos, crescem em meios culturais nos quais a escrita é uma presença constante e indelével, de modo que a aquisição da escrita não se confunde com a alfabetização.

Contudo, se a aquisição da escrita não está limitada ao tempo da escola e ao espaço da sala de aula, não se pode negar que é nessa instituição social que o advir da grande maioria das crianças como escreventes acontece de fato. Dessa maneira, um estudo de aquisição da escrita como este se propõe a ser não poderia deixar de acompanhar uma criança no princípio da escolarização formal. Tal acompanhando não está sendo, no entanto, realizado em ambiente escolar. Isso por três motivos:

1. Não é o processo institucional de ensino-aprendizagem da escrita (a alfabetização) o foco desta investigação, mas a relação inicial da criança com a escrita (a aquisição da escrita), não circunscrita à escola.
2. O contexto doméstico parece ser mais propício a coletas naturalísticas do que o contexto educacional, em função das

coerções mais acentuadas que particularizam o segundo, como, por exemplo, as vinculadas às práticas avaliativas.

3. O ingresso em sala de aula, face à necessidade de filmar as sessões, tornaria mais complexos os aspectos éticos da pesquisa e poderia eventualmente comprometer a própria continuidade do trabalho de campo. Esse risco deve-se à obrigatoriedade de solicitar a autorização dos pais ou responsáveis pelas crianças filmadas a cada renovação do quadro discente, seja na turma do ano em questão (com o ingresso de um ou mais alunos no transcorrer do ano letivo), seja na formação de uma nova turma na passagem de um ano a outro. Nesse sentido, poderiam surgir contratempos, como a não autorização para filmagem por um pai ou responsável, ou então a desistência de um ou mais deles durante os dois anos e meio de acompanhamento. Em ambos os casos, a coleta precisaria ser interrompida e os dados, possivelmente descartados; ou seria necessário tomar medidas – falíveis em sua execução, dado o dinamismo característico da sala de aula de anos iniciais – para assegurar o não aparecimento das crianças não autorizadas no campo de alcance da câmera filmadora. Por isso e pela opção pelo modo de coleta naturalístico, julguei mais prudente a realização das sessões em contexto doméstico, com um número reduzido de crianças, no caso duas, ambas – conforme já exposto – com um vínculo comigo enquanto pesquisador, o que torna mais segura a continuidade da coleta longitudinal, embora a interrupção desta, no decorrer da pesquisa, tenha sido uma possibilidade informada aos responsáveis pelos participantes quando da assinatura por eles do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Hilário e Del Ré (2015) também defendem a opção por coletas naturalísticas e longitudinais em estudos de aquisição da linguagem

guiados por abordagens discursivas. Em artigo no qual descrevem as diretrizes metodológicas que conduzem o trabalho de coleta, transcrição e análise dos dados constituídos pelo grupo NALíngua⁶⁸, as autoras relatam que este acompanha “6 crianças brasileiras, filmadas mensalmente, em situações cotidianas [...] trata-se de coletas mensais de cerca de uma hora de duração com cada uma das crianças” (HILÁRIO; DEL RÉ, 2015, p. 59).

Com um desenho metodológico similar a este, as sessões de coleta do presente estudo estão sendo realizadas de uma a duas vezes por mês, sempre em ambientes familiares às crianças, seja em suas casas ou na minha. Durante as sessões, que são filmadas e duram de trinta a sessenta minutos, procuro colocar os participantes da pesquisa em contato com materiais de diferentes naturezas e formatos e adequados aos seus respectivos perfis e interesses (gibis, revistas e livros infantis, lápis de escrever e colorir, canetas hidrocores, gizes de cera, cadernos de escrever e desenhar etc.), a fim de promover as condições necessárias ao seu engajamento em atividades de leitura e, sobretudo, de escrita.

A terceira e última questão que esta seção busca responder é a seguinte: *qual é a natureza do dado numa pesquisa enunciativa em aquisição da escrita norteadas pela teorização benvenistiana e que tratamento metodológico pode, a partir dessa perspectiva teórica, ser dispensado ao corpus após sua coleta?*

Emprego, aqui, o termo *coleta*, pois este está já consagrado nos estudos linguísticos, em geral, e nos estudos aquisicionais, em particular. Não ignoro, porém, propostas como a de Garcez, Bulla e Loder (2014), os quais, embora alinhados a um referencial teórico outro

68 O grupo de pesquisa interinstitucional NALíngua (Núcleo de Estudos em Aquisição da Linguagem), criado em 2008, é coordenado pelas Profas. Dras. Alessandra Del Ré (Unesp) e Márcia Romero (Unifesp) e reúne pesquisadores de diferentes instituições do Brasil e da França, inseridos em distintas abordagens teóricas, mas todos com um interesse em comum: a relação da criança com a língua.

que não o benvenistiano – a análise da conversa etnometodológica –, produzem uma interessante reflexão sobre metodologia de pesquisa em linguística.

Os autores sugerem a substituição do termo *coleta* pelo termo *geração de dados* e argumentam em favor dessa mudança terminológica sustentando que a vida social que lhes interessa compreender é evanescente, não podendo ser integralmente capturada por nenhum aparelho ou método de gravação. Segundo os pesquisadores, os dados são efetivamente gerados, pois envolvem desde a escolha e a disposição de um equipamento em um dado ângulo, para registrar a interação dos atores sociais no ali-então do contexto investigado, até procedimentos que submetem os registros a grandes transformações antes de chegarem ao leitor do texto final que coroa a trajetória da pesquisa.

Garcez, Bulla e Loder (2014) tratam ainda de outras duas etapas além da *geração dos dados*, a *segmentação* e a *transcrição*, sendo as três consideradas por eles procedimentos analíticos plenos, por implicarem desde sempre tomadas de decisão por parte do pesquisador. Para os autores, “A segmentação do fluxo contínuo da interação para que se possa chegar a trechos transcritos é uma operação analítica em si” (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014, p. 265). Essa etapa de segmentação corresponde àquela por Perroni (1996) denominada etapa de seleção, a partir do material coletado, dos dados a integrarem o *corpus* de análise. Trata-se de uma parte trabalhosa da análise que precede a transcrição e que se faz necessária, haja vista que os eventos interacionais por eles registrados têm longas durações, sendo mais frequente a transcrição de segmentos específicos de um evento do que a sua transcrição na íntegra. A transcrição é igualmente uma atividade analítica plena, visto ter “implicações de ordem prática (a transcrição deve registrar o mais próximo e reconhecivelmente possível os fenômenos de interesse analítico central) e política (a transcrição

constitui os participantes para os leitores da transcrição)” (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014, p. 267)⁶⁹.

Já no campo da linguística da enunciação, ao tratar do lugar do *corpus* em um estudo enunciativo da linguagem, Flores (2001) afirma que este não comporta *dados*, mas *atos*, pois “não se trata de algo ‘dado’ enquanto evidência, mas do produto de um construto teórico” (FLORES, 2001, p. 59, aspas do autor). Nessa direção, o fato não precede a teoria adotada, mas é por ela configurado. Reafirma-se, assim, a máxima saussuriana de que o ponto de vista assumido é criador do objeto estudado.

Em trabalho mais recente, Nunes e Flores (2017) ampliam a problematização acerca das noções de *corpus*, *dado* e *banco de dados* no âmbito da linguística da enunciação, mais precisamente no da teorização enunciativa benvenistiana. Os autores questionam um aparente paradoxo: sendo a perspectiva enunciativa uma perspectiva que estuda a língua do ponto de vista da sua singularidade, porque relacionada ao uso particular que um locutor dela faz numa particular instância espaço-temporal, não seria tal abordagem refratária a um tratamento de dados com vistas à constituição de um *corpus* e, mais ainda, de um *banco de dados* (BD)? Afinal, “*singularidade* evoca irrepetibilidade; logo, é uma palavra que parece estar na contramão do que subjaz a um BD, uma vez que a palavra *banco* evoca, exatamente, a ideia de repetibilidade” (NUNES; FLORES, 2017, p. 402, itálicos dos autores).

Quanto à natureza do dado em enunciação, Nunes e Flores (2017) pontuam inicialmente que a perspectiva enunciativa “tenta devolver ao dado **seu estatuto epistemológico de antecessor à**

69 Além das implicações práticas e políticas da transcrição, Garcez, Bulla e Loder (2014) apontam outras características e desafios impostos pelo ato de transcrever, os quais não serão aqui retomados por limites de espaço, mas são tratados mais de perto na tese da qual resulta este texto.

teoria, já que os dados sempre advêm de uma língua *em atividade*, semantizada na sua atualização” (NUNES; FLORES, 2017, p. 404, itálicos dos autores, negritos meus). Desse modo, na concepção dos linguistas, o que precede a teoria não é o fato – já submetido ao tratamento teórico-metodológico –, mas o dado empírico – o qual eles explicam ser constituído, ao mesmo tempo, pelo ato de enunciação e por seu resultado, o enunciado.

No entanto, nesse mesmo artigo em que atentam para a anterioridade do dado com relação à teoria, Nunes e Flores (2017) traçam um percurso que parte do *ato*, transforma-o em *fato* e, por fim, converte-o em *dado*: “O aporte teórico enunciativo propõe, então, que um banco [de dados], na impossibilidade de armazenar *atos enunciativos*, transforme-os em *fatos*”, a partir dos quais “o analista faz seu **recorte** para análise. A esse recorte, daremos o nome de *análise do fato enunciativo*” (NUNES; FLORES, 2017, p. 408, itálicos dos autores, negrito meu). E prosseguem os pesquisadores: “*Banco*, por seu turno, passa a ser visto como uma forma de acesso às diferentes singularidades que o constituem, deixando de ser um *fim*, no qual todos os dados convergem, para ser um *meio* de viabilizar **a conversão de fatos em dados**” (NUNES; FLORES, 2017, p. 408, itálicos dos autores, negritos meus). *Dado*, aqui, parece estar numa relação sinonímica com o que os estudiosos designam, na citação anterior, de *recorte* ou *análise do fato enunciativo*, sendo, portanto, o resultado da conversão do ato em fato.

Se, em um primeiro momento, Nunes e Flores (2017) indicam que o dado consiste tanto no ato enunciativo quanto no discurso enunciado e que, justamente por advir da atividade linguística, ele antecede a teoria, em um segundo momento, os autores o situam ao final do trajeto ato-fato-dado. Ou seja: no primeiro momento, o dado equivale ao ato e ao enunciado (o produto empírico), antecedendo, pois, a teoria; no segundo momento, o dado equivale ao recorte do fato para análise (o produto teórico-metodológico), sucedendo, portanto, a

teoria. Teria o termo *dado* duas acepções na visão dos autores? Seria ele visto, numa primeira acepção, como “a matéria-prima” (com uma anterioridade lógica à teoria que apreende essa matéria-prima como constituída conjuntamente pela enunciação e pelo enunciado) e, numa segunda acepção, como a unidade de análise (o recorte do fato)?

Ainda sobre a natureza do dado, Nunes e Flores (2017) retomam os três tipos de dados descritos por Coudry (1996): (a) o *dado-evidência*, que supõe a homogeneidade da língua e a exemplificação de uma teoria por meio da quantificação; (b) o *dado-exemplo*, que é construído para corroborar uma hipótese prévia; (c) o *dado-achado*, que não é previamente construído e serve tanto para fins de ilustração quanto para fomentar novas hipóteses e análises.

Para os autores, desses três tipos, apenas o terceiro é coerente com uma abordagem enunciativa. O primeiro deve ser refutado por ignorar a heterogeneidade própria à língua atualizada em discurso na enunciação e, acrescentaria eu, por ignorar também a impossibilidade de se enfatizar, em um estudo enunciativo benvenistiano, uma metodologia quantitativa. O segundo, por prever um dado posterior à teoria, o que contradiz aquela que parece ser a primeira acepção de *dado* no estudo de Nunes e Flores (2017).

Conforme tais pesquisadores, o *dado-achado* é pertinente a uma análise enunciativa, pois nela é do dado que decorrem os percursos possíveis de serem empreendidos pelo analista. Isso os conduz a rebatizarem o *dado-achado* como *dado-determinante*, “um dado que determina o foco da análise e os rumos que ela tomará” (NUNES; FLORES, 2017, p. 404). Esse dado, como já dito, é duplamente formado pela enunciação e pelo enunciado.

Mas, se Benveniste postula que “é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é o nosso objeto” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 82), por que, então, considerar o

enunciado? Ora, o ato de enunciação é um evento efêmero, condicionado por circunstâncias de pessoa, espaço e tempo únicas e irrepetíveis. A enunciação é “cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece” (BENVENISTE, 2006 [1966/1967], p. 231). Dessa forma, o único canal de acesso à enunciação – e, ainda assim, um acesso sempre parcial – é o enunciado, a manifestação individual que ela atualiza. Mesmo se uma enunciação for filmada, ela só se torna segmentável, transcritível e analisável quando apreendida como enunciado, como um produto observável que retém as marcas de seu fugaz processo de produção.

Benveniste preconiza também que “Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 83). Eis o que o linguista denomina *quadro formal de realização da enunciação*: o ato remete à categoria de pessoa (à relação *eu-tu*), pois, ao enunciar, o locutor projeta um alocutário; as situações, às categorias de espaço e tempo (ao *aqui-agora*), pois a enunciação é sempre situada em um dado contexto; os instrumentos, aos recursos linguísticos que materializam tais categorias e demarcam, no tecido verbal do enunciado, a singular relação do locutor com a língua.

A partir dos princípios benvenistianos, Nunes e Flores (2017) sustentam que um banco de dados enunciativo não pode comportar somente enunciados falados e escritos. É preciso também fornecer meios de acesso às enunciações que produziram esses enunciados, bem como aos três critérios a partir dos quais devem ser consideradas – o ato, a situação e os instrumentos. É por isso que a relação enunciação-enunciado pode ser pensada em termos de processo e produto: “[...] analisar a enunciação é partir de seu produto, o enunciado, como fonte de pistas que levem a compreender o funcionamento e a organização

singular da enunciação para um determinado sujeito” (NUNES; FLORES, 2017, p. 403).

Inspirado, de um lado, por Garcez, Bulla e Loder (2014) e, de outro lado, por Nunes e Flores (2017), mas sem aderir inteiramente a nenhuma dessas duas propostas, proponho uma releitura das noções metodológicas em ambas discutidas.

Enquanto os analistas da conversa empregam o termo *geração* no lugar de *coleta*, eu mantereirei o termo *coleta dos dados* para nomear a etapa inicial de constituição de meu *corpus* (a filmagem *in loco*) e reservarei o termo *geração dos fatos* às etapas seguintes (a transformação do dado em fato, o armazenamento e a segmentação dos fatos em recortes e a transcrição dos recortes para a análise).

Enquanto os enunciativistas parecem lidar com duas noções de *dado* – uma que o situa anteriormente à teoria e outra, posteriormente –, eu designarei por *dado* a produção linguageira dos locutores (a enunciação) e o produto dela resultante (o enunciado), compreendendo que esse *dado* é, desde já e sempre, submetido à teoria e por ela transformado em *fato enunciativo*, tornando-se passível de segmentação, transcrição e análise em *recortes enunciativos*.

Em síntese, a releitura que proponho é a seguinte:

- A *coleta dos dados* é um processo de acompanhamento, condução e filmagem por parte do pesquisador:
 - Estão sendo acompanhadas duas crianças em processo de aquisição da escrita ao longo de dois anos e meio, em sessões individuais, realizadas de uma a duas vezes por mês, em contexto doméstico e com duração entre meia e uma hora, registradas com o auxílio de uma câmera filmadora, disposta em pedestal, de modo a dispensar o suporte manual, e em um ângulo adequado tanto para

garantir uma gravação de qualidade quanto para inibir ou distrair as crianças o mínimo possível.

- As sessões são conduzidas pelo diálogo com os participantes da pesquisa, aos quais são propostas atividades de escrita e leitura a partir de materiais de diferentes naturezas e formatos e adequados aos seus respectivos perfis e interesses (gibis, revistas e livros infantis, lápis de escrever e colorir, canetas hidrocores, gizes de cera, cadernos de escrever e desenhar etc.)
- Tais atividades envolvem a criação de situações enunciativas que convocam as crianças a falarem e escreverem sobre um dado tema (funcionamento referencial do discurso) para um dado interlocutor (funcionamento intersubjetivo do discurso).
- O *dado empírico* coletado nessas sessões naturalísticas e longitudinais é de duas ordens, o *dado-enunciação* e o *dado-enunciado*:
 - O *dado-enunciação* existe, de fato, apenas no instante de sua produção, esvanecendo nesse momento mesmo, de maneira que a filmagem não fornece acesso senão a um material que é já registro do ato enunciativo, jamais o próprio ato. Esse primeiro tipo de dado é constituído pelos registros audiovisuais dos *atos enunciativos de escrita* e dos *atos coenunciativos de leitura* protagonizados pelas crianças, mas também dos *atos enunciativos de fala* e dos *atos coenunciativos*

de *escuta*⁷⁰ sobre o escrever e o escrito, protagonizados tanto pelas crianças quanto pelo pesquisador em diálogo com elas durante as atividades propostas.

- O dado-enunciado, produto do dado-enunciação, goza de uma permanência desconhecida por este, consistindo em enunciados escritos e falados, aqui entendidos como discursos observáveis mesmo distantes espacial e temporalmente das enunciações que os produziram. Por exemplo, um enunciado escrito ou falado no *aqui-agora* de uma sessão de coleta, se registrado, pode ser lido ou visto/escutado pelo pesquisador em outras situações enunciativas, como nas etapas de armazenamento, segmentação e transcrição, que integram juntas a geração dos fatos.
- A *geração dos fatos* é um processo metodológico de transformação dos atos (as enunciações) e dos discursos (os enunciados) em *fatos enunciativos*, produtos armazenáveis e recortáveis para a análise.
- O *recorte enunciativo* é a unidade de análise, extraída do fato enunciativo na fase de segmentação, que pode gerar um ou mais recortes a partir de um mesmo fato, a depender dos objetivos analíticos.

Mas como o dado empírico se torna um fato enunciativo e, finalmente, um recorte analítico? A resposta a essa pergunta coloca em cena as problemáticas do armazenamento e da segmentação

70 Não tenho espaço, neste capítulo, para problematizar o termo *coenunciativo*, que aqui emprego para me referir aos atos de escuta e leitura. A esse propósito, uma teorização mais detida está em curso na tese, mas adianto ao leitor que, diferentemente de meus pares enunciativistas, ao menos daqueles que reivindicam filiação a Benveniste, não atribuo ao escutar e ao ler o mesmo estatuto de *ato de enunciação* que caracteriza o falar e o escrever.

dos registros fílmicos produzidos nas coletas. Trata-se de desafios que se impõem a todo linguista que se aventura a trabalhar com *corpora*, especialmente ao linguista que se insere numa perspectiva teórica erigida sobre o primado da singularidade, como a teorização enunciativa benvenistiana.

Conforme já esclarecido, os dados que estão sendo coletados nesta investigação são de natureza tanto gráfica quanto audiovisual. Isso porque, mais do que o *produto* (o enunciado escrito e lido), interessa a esta pesquisa investigar o *processo* (a produção de escrita e leitura, que implica também a produção de fala e escuta sobre esse escrever e esse ler). Tal processo resulta no/do produto, isto é, no/do enunciado escrito e lido pela criança, desencadeando as mudanças que se dão a ver nele. Daí a imprescindibilidade do recurso à filmagem como forma de registro das sessões para posteriores segmentação e transcrição. Antes, porém, dessas etapas, faz-se necessário operar a passagem do dado ao fato, tendo-se em vista que somente o último se deixa segmentar e transcrever.

Após cada sessão de coleta, para assegurar a preservação dos registros audiovisuais e evitar uma eventual perda ou danificação deles, eu os transfiro da câmera filmadora a quatro distintas fontes de armazenamento: um computador pessoal, um HD externo, um dispositivo de memória (*pen drive*) e uma plataforma digital (o *Google Drive*), identificando-os com o número e a data da sessão. Já os registros gráficos são digitalizados: as cópias digitais são transferidas para as quatro referidas fontes e identificadas de igual maneira, enquanto as cópias físicas originais são arquivadas em pastas plásticas etiquetadas com os mesmos dados de identificação.

De posse dos dados convertidos em fatos enunciativos, ao término dos dois anos e meio de coleta, terei à disposição um *corpus* organizado de registros em imagem, som e grafia, a partir do qual

poderei proceder à segmentação desses fatos em recortes transcritíveis e analisáveis. E como segmentar um fato em um ou mais recortes?

Essa etapa pode ser assumida como já analítica, porque ela produz a própria unidade de análise, o que se dá a partir de uma tomada de decisão por parte do pesquisador sobre onde inicia e onde acaba um recorte. Segundo Garcez, Bulla e Loder (2014, p. 266), “A segmentação do registro audiovisual é um procedimento indutivo, guiado pela atenção ao fato de que a ação social é composta de unidades que têm divisas consensuais construídas pelos participantes como parte da inteligibilidade que eles produzem”. Tais divisas consensuais são definidas pelos autores como *marcos divisórios relevantes na interação*.

Na proposta teórico-metodológica aqui em construção, esses marcos divisórios relevantes na interação traçam os limites de um recorte enunciativo, concebido por Silva (2009, p. 219) como “o espaço de discurso em que determinado tema é referido e co-referido na alocação”. O que delimita as fronteiras de um recorte é, portanto, a estrutura do diálogo em que se inscrevem os parceiros da enunciação. Nessa estrutura, que inclui o locutor (*eu*), o alocutário (*tu*), a língua (*e/e*) e a cultura (*ELE*)⁷¹, são produzidos e compreendidos sentidos e referências que criam uma situação enunciativa cada vez singular, mas sempre mergulhada em práticas sociais que supõem uma certa regularidade de usos da língua e a produção de uma inteligibilidade partilhada pelos participantes do diálogo.

71 Essa estrutura é formalizada por Silva (2009) a partir do dispositivo teórico-metodológico (*eu-tu/e/e*)-*ELE*, que sintetiza a explicação enunciativa pela autora produzida para a aquisição da língua em sua realização vocal: a criança desloca-se numa estrutura que comporta a si própria como locutor (*eu*), o outro como alocutário (*tu*), a língua como sistema atualizado em discurso via enunciação (*e/e*) e a cultura como conjunto de valores simbólicos constitutivos da sociedade (*ELE*). Conforme Silva (2009), no desdobrar de sua relação com a língua, a criança transita no interior desse dispositivo trinitário, deslocando-se da enunciação para a língua e da língua para a enunciação, o que a leva a constituir uma *história de enunciações*, por meio da qual advém como sujeito de linguagem.

Todavia, se a concepção de *recorte enunciativo* de Silva (2009) é um ponto de partida para a segmentação, a transcrição e a análise a serem efetuadas no presente estudo, tal concepção precisa sofrer modificações com vistas a se ajustar às especificidades deste. Afinal, a autora investiga a aquisição da língua em sua realização vocal, de forma que o *corpus* por ela estabelecido compõe-se de fatos enunciativos provenientes de enunciações faladas. Como fazem parte do *corpus* deste estudo fatos enunciativos oriundos das realizações tanto vocal quanto escritural da língua, a noção de *recorte enunciativo* não pode se restringir às trocas languageiras entre os interlocutores da alocação falada. Além dessa estrutura dialógica instanciada vocalmente, também será recortado como unidade analítica o enunciado produzido escrituralmente no interior dessa estrutura.

Isso me leva a redimensionar a noção formulada por Silva (2009), redefinindo o recorte enunciativo como *uma unidade de análise que contempla, de um lado, o espaço de discurso em que determinado tema é referido e correferido numa alocação falada e, de outro lado, o enunciado escrito resultante dessa alocação e cujos limites são também circunscritos por uma dada temática, a qual pode ou não coincidir com a da alocação falada*. Assim concebido, o recorte enunciativo é uma unidade de análise desdobrada em dois planos enunciativos: (a) um *plano situacional*, ligado à situação de enunciação em que a criança, na relação com o outro da alocação falada e com o outro do enunciado escrito (intersubjetividade), produz escrita e leitura sobre um assunto específico (referência); (b) um *plano discursivo*, relativo ao discurso escrito pela criança no plano situacional. Nessa direção, o plano situacional envolve uma esfera “contextual” de análise (o *aqui- agora* da alocação falada), enquanto o plano discursivo envolve uma esfera “textual” de análise (o enunciado escrito pela criança nessa alocação). Contemplam-se, dessa maneira, tanto o ato de enunciação (o processo intersubjetivo e referencial) quanto o discurso enunciado (o produto material de forma e sentido resultante desse processo).

A título de ilustração, vejamos os recortes enunciativos a seguir e um breve comentário⁷² do diálogo criança-outra que neles se instaura. Na transcrição dos recortes, adoto as seguintes convenções (cf. SILVA, 2009): cabeçalho, com indicação (a) da idade da criança no momento da coleta, no formato “ano;meses.dias”, (b) dos participantes, com as três letras iniciais de seu nome nas trilhas de diálogo, (c) da situação da coleta; “Com” para indicar comentários da situação ou interpretações dos dizeres da criança; “(?)” para indicar dúvida de transcrição; “XXX” para indicar palavra ou frase não compreendida pelo transcritor; “sublinhado” para indicar tom descendente; “MAIÚSCULAS” para indicar tom ascendente; “@” para indicar pausa curta; “@@@” para indicar pausa longa; “[=]” para indicar ações não verbais e breves explicações; “[...]” para indicar segmentos não relevantes suprimidos na transcrição; “/” para indicar interrupção brusca de alguma palavra ou frase; “?” para indicar entonação de pergunta; “!” para indicar entonação de exclamação; “...” para indicar enunciação em suspenso; “,” para indicar organização de enunciações extensas ou enumerações.

72 Uso, aqui, o termo *comentário* em vez do termo *análise*, pois os recortes a seguir são apresentados apenas a título de ilustração da configuração da unidade analítica deste estudo, sem, portanto, pretensão de uma análise linguística mais minuciosa, relacionada a uma teorização sobre algum fenômeno específico.

Recorte enunciativo 1a – Alocução falada

Idade da criança: 4:10.15.
Participantes: HEL (criança); GIO (investigador).
Situação: HEL está no quarto de GIO, “escrevendo” em cima da cama.

GIO: esse é teu nome?
 HEL: ééé
 GIO: terminôô?
 HEL: ãh terminei
 [...]
 GIO: faz o me / faz o nome do dindo gordo aqui @ com esse lápis verde pra diferenciá do teu que é azul @ não embaixo embaixo @ dindo gordo ou / **o dindo godo vai sê uma minhoca**
 HEL: ah por quêêê?
 GIO: **porque sim**
 HEL: hã?
 GIO: **porque sim vai sê assim desse jeito que eu quero @ ah eu vô fazê um barco!**
 HEL: mas é uma minhoca ou é um barco?
 GIO: um **baarcoo**
 HEL: ou é o meu nome?
 GIO: um baarcoo XXX [= ri] é um **joelho**
 HEL: é um coelho? @ mas ihhh é um monte de coisa isso aí hein

Recorte enunciativo 1b – Enunciado escrito



No recorte enunciativo 1a (da alocução falada), Helena, com 4 anos, 10 meses e 15 dias, já frequentando a Educação Infantil, mas ainda não alfabetizada, é inicialmente convocada pelo outro a escrever o nome dela, o que faz produzindo a sequência “AHE”, conforme atesta o recorte enunciativo 1b (do enunciado escrito). Embora tal sequência contenha somente alguns segmentos do nome e não os ordene linearmente, além de atualizar o grafema “E” com vários traços horizontais e não apenas três, como prevê a escrita alfabética, ela é muito interessante, pois dá a ver um lampejo da relação inicial de HEL com o signo que é, para a maioria das crianças, a sua porta de entrada na escrita: o nome próprio.

Contudo, o que mais chama a atenção, neste recorte, é quando GIO convoca HEL a escrever o nome dele, com cujos constituintes ela ainda não está familiarizada, de forma que decide “desenhar GIO” em vez de escrever seu nome. A tal desenho, materializado pelos contornos verdes no recorte 1b, a criança atribui vocalmente diferentes significações: ora, é “o dindo godo” e “uma minhoca”; ora, “um barco”; ora, “um joelho”. Como há, aqui, uma escrita e um escrevente numa relação de mútua constituição ainda muito inicial, a criança não está ainda sob os efeitos (irreversíveis) do semiótico sobre o semântico, do sistema sobre o discurso, da estrutura sobre o funcionamento da língua em sua realização escritural.

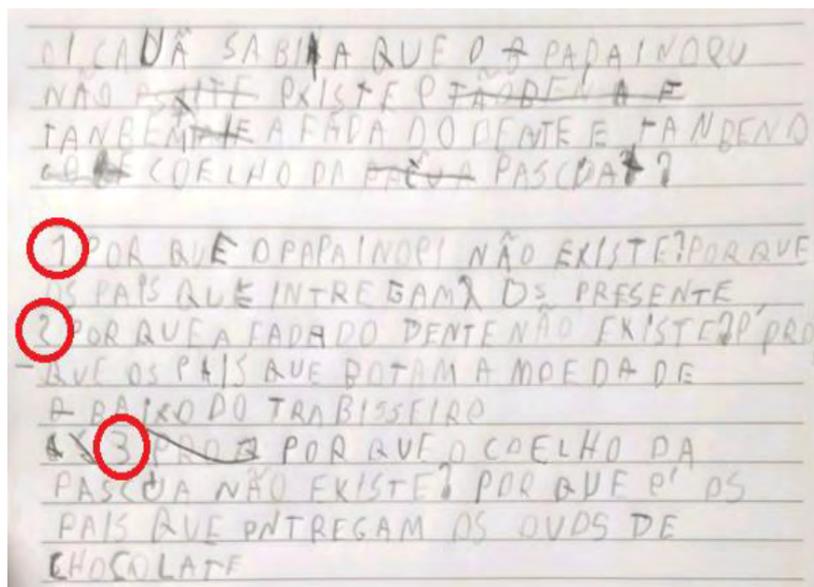
Alheia a esses efeitos, HEL ignora tanto a “consustancialidade do significante e do significado [que] garante a unidade estrutural do signo lingüístico” também na escrita quanto “o caráter evidentemente não necessário, imotivado, do elo que une o signo à coisa significada” (BENVENISTE, 2005 [1939], p. 58, *itálico do autor*). Afinal, esse elo – a significação –, se é contingente, o é no âmbito da relação signo-objeto e não no âmbito da relação locutor-língua, pois a língua é herdada pelo falante/escrevente já com todas as suas necessidades (relações significantes-significados) e contingências (relações signos-objetos)

estabilizadas. A flutuação referencial, aqui, parece estar relacionada ao fato de que não há ainda um signo formado, que seja “base significativa da língua, material necessário da enunciação”, que “Existe quando é reconhecido como significativo pelo conjunto dos membros da comunidade lingüística, e evoca para cada um, a grosso modo, as mesmas associações e as mesmas oposições” (BENVENISTE, 2006 [1966/1967], p. 65). Não havendo ainda estabilidade de associações e oposições, a criança “cria” a sua própria zona do arbitrário e por ela desliza em um trânsito ainda não regrado pela ordem própria da língua.

Recorte enunciativo 2a – Alocução falada

Idade da criança:	8;01.14.
Participantes:	EMA (criança); GIO (investigador).
Situação:	EMA e GIO estão no quarto de EMA, que escreve uma mensagem para Cauã, seu primo de seis anos para contar-lhe que o Papai Noel, a Fada do Dente e o Coelho da Páscoa não existem.
GIO:	deixa uma linha em branco e explica pra ele @ por que que eles não existem?
Com:	EMA usa o dedo indicador para medir o espaço em branco na entrada do parágrafo, conforme GIO lhe ensinou em outra situação.
GIO:	ah o dedinhoohoo!
EMA:	um [= escreve o número um no início do novo parágrafo]
GIO:	o que que é um?
EMA:	por que o papel noel não existe sabe por quê? @ porque é os pais que entregam os presentes
GIO:	então diz pra ele
EMA:	um @ por por @@@
GIO:	ahh tu vai listá o motivos?
EMA:	é assim ô @ um por que o papel noel não existe? porque é os pais que entregam e depois vai falá dois?
GIO:	é
EMA:	ahhh tu vai enumerááá?
GIO:	EMA assente com um meneio de cabeça
Com:	interessantee! [= com tom surpreso]
GIO:	

Recorte enunciativo 2b – Enunciado escrito



No recorte enunciativo 2a (da alocação falada), Emanuel, com 8 anos, 1 mês e 14 dias, é provocado por GIO a escrever uma mensagem a um primo dois anos mais novo, a fim de revelar-lhe a inexistência de três personagens de histórias infantis: o Papai Noel, a Fada do Dente e o Coelho da Páscoa. Diferentemente de HEL no primeiro recorte, EMA, neste segundo recorte, já está no Ensino Fundamental, iniciando o terceiro e último ano do ciclo da alfabetização. Temos, então, uma escrita e um escrevente numa relação de mútua constituição não mais inicial, mas já avançada.

É claro que o enunciado que configura o recorte enunciativo 2b ainda guarda, em sua superfície, marcas de uma escrita *en train de se faire*, de uma escrita em consolidação. Dentre tais marcas, constam desvios ortográficos decorrentes da substituição de constituintes (como “trabisseiro” em vez de “travesseiro”) ou da inversão de

constituintes (como “**proque**” em vez de “**porque**”), além de inadequações gramaticais oriundas da não concordância de número (“os presente” em vez de “os presentes”) e de outras convenções de escrita ainda não fixadas, a exemplo da segmentação gráfica via espaços em branco (como na forma hipossegmentada “opapainoel” em vez de “o papai noel”). Porém, é já uma escrita semiotizada e semantizada, isto é, estruturada em níveis e unidades reconhecíveis semioticamente – como formas virtuais (signos) do sistema – e compreensíveis semanticamente – como formas atualizadas (palavras) no discurso. Há, aqui, uma escrita já conformada “à natureza *articulada* da linguagem [da língua] e ao caráter *discreto* dos seus elementos”, o que “pode fazer-nos reconhecer, na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo” (BENVENISTE, 2005 [1962/1964], p. 127, itálicos do autor).

Com efeito, é bem com uma *arquitetura singular das partes e do todo* que EMA nos brinda ao lançar mão de um procedimento enunciativo complexo para organizar seu enunciado escrito: a enumeração. Isso porque, para a surpresa do outro da alocação falada (GIO, o adulto fisicamente presente), parte da própria criança a iniciativa de enumerar, para o outro da alocação escrita (o primo caçula, fisicamente ausente), as razões da não existência dos três personagens imaginários que constituem, juntos, o tema do discurso escrito. Isso demonstra uma relação mais madura de EMA com a escrita, à qual ele se submete ao inscrever-se em sua regularidade sistêmica, mas na qual ele também se subjetiva, ao nela inscrever sua singularidade enunciativa, recorrendo a “procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 83) em um arranjo discursivo complexo e singular.

Mas o que pode explicar o recurso, por parte da criança, ao procedimento enumerativo? Aqui, a noção de *esquemas culturais* de Diedrich (no prelo) é providencial. A partir das teses benvenistianas

de que “não produzimos a língua fora de certos quadros, de certos esquemas” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 27) e de que a cultura é “um conjunto muito complexo de representações [...] um universo de símbolos integrados numa estrutura específica e que a linguagem [a língua] manifesta e transmite” (BENVENISTE, 2005 [1963], p. 32), a autora concebe os esquemas culturais como “direcionadores da atividade enunciativa do locutor, uma vez que não é possível ao locutor enunciar sem tais direcionadores, os quais advêm da relação do homem com sua cultura numa sociedade particular” (DIEDRICH, no prelo, p. 8).

À luz dessa noção de *esquemas culturais*, arrisco uma hipótese para o uso do procedimento da enumeração por EMA. Um dos programas de entretenimento que o menino mais vivenciava, à época da sessão em que foi coletado o dado contido nos recortes 2a e 2b, eram canais da plataforma virtual de compartilhamento de vídeos *YouTube*. Dentre esses canais, muitos apresentavam conhecimentos gerais e fatos curiosos, exibindo-os sob a forma de vídeos com cenas enumeradas (não raro por meio de vinhetas chamativas, para atrair audiência, do tipo “10 coisas que você precisa saber sobre X... 1ª... 2ª... 3ª...”). Por certo, trata-se de um conhecimento extralinguístico de minha parte – enquanto pesquisador e familiar que convive com a criança –, mas um conhecimento não menos legítimo, na medida em que vai ao encontro tanto da noção de *esquemas culturais* de Diedrich (no prelo) quanto da noção de *história de enunciações* de Silva (2009). Tal conhecimento e sua mobilização nesse comentário sobre os recortes de EMA vão ao encontro também de duas das qualidades que Perroni (1996) atribui a coletas longitudinais como as deste estudo, quais sejam: (a) a possibilidade de recuperar a história do dado, por meio da descrição das condições em que foi produzido e da identificação da constituição histórica do sentido; (b) a assunção,

como objeto de estudo, da língua em atividade e da relação que a criança com ela vai estabelecendo⁷³.

Se minha hipótese procede, nos recortes em questão, EMA recupera, de sua história de enunciações como ouvinte e espectador de vídeos do *YouTube*, o esquema cultural da enumeração, atualizando-o em sua história de enunciações como escrevente. É a criança inserindo-se como sujeito no discurso escrito e como participante na sociedade letrada, ao resgatar, no *aqui-agora* da escrita, vivências anteriores na língua e na cultura que reverberam em suas vivências atuais, direcionando sua atividade enunciativa nestas.

O que está implicado entre os primeiros dois recortes (de Helena) e os dois últimos (de Emanuel)? Se, como vimos anteriormente, um estudo de aquisição da linguagem busca descrever e explicar mudanças na relação da criança com a língua, como as mudanças na aquisição da escrita podem ser descritas e explicadas à luz da teoria da linguagem de Émile Benveniste? Como a escrita se forma e se configura em sistema a partir das relações intersubjetivas e referenciais instauradas pelo discurso socialmente situado? São respostas a tais interrogantes que busco em minha tese de doutoramento, numa jornada de teorização e análise que contempla não só a reflexão enunciativa benvenistiana, presente em muitos capítulos dos *Problemas de linguística geral I e II*, mas também sua reflexão semiológica, aprofundada no artigo *Semiologia da língua* (1969) e nas *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)* – obra em que a escrita é amplamente discutida por Benveniste.

73 Embora a hipótese aqui aventada para o recurso à enumeração por parte de EMA encontre eco nas reflexões de Perroni (1996), Silva (2009) e Diedrich (no prelo), essa hipótese não deixa de tocar em um “calcanhar de Aquiles” de todo estudioso da enunciação interessado pela relação teoria-empíria, a saber: qual é o estatuto da exterioridade (ou disso que se entende como “o social” e “o cultural”) numa análise enunciativa? Como articular extralinguístico e intralinguístico sem despencar no abismo do essencialismo e do determinismo? A busca por respostas a tais interrogantes deverá me ocupar em estudos vindouros. Por ora, agradeço aos professores e amigos Valdir do Nascimento Flores e Daiane Neumann por provocações e interpelações a esse respeito.

APONTAMENTOS FINAIS

Neste capítulo, busquei problematizar a metodologia de coleta e tratamento de dados mais adequada a uma investigação em aquisição da escrita orientada pela teorização enunciativa de Émile Benveniste. Tendo como pano de fundo o duplo compromisso partilhado pelo campo aquisicional e pela perspectiva benvenistiana – o compromisso com o teórico e com o empírico –, procurei justificar a opção, em minha pesquisa doutoral, pelo modo naturalístico e pelo tipo longitudinal, os quais possibilitam o registro da *fala* e da *escrita vivas*, aquelas que irrompem no diálogo espontâneo entre a criança e os seus parceiros de alocação.

Ainda que, entre tais fala e escrita e seus respectivos registros, haja um hiato, um intervalo, uma descontinuidade fenomenológica (cf. ARANTES, 2019, p. 42), defendo a possibilidade de uma continuidade teórico-metodológica no âmago dos processos de registro. Essa continuidade é garantida pela unidade constitutiva entre o *ponto de vista* e o *objeto*: se este é por aquele criado, como bem nos mostrou o mestre de Genebra, então a teoria sustém continuamente o método, aí inclusos os procedimentos de coleta dos dados (com o acompanhamento, a condução e a filmagem das sessões) e de geração dos fatos (com o armazenamento, a segmentação e a transcrição destes em recortes analíticos).

Mas também o método, numa relação dialética com a teoria, pode nela produzir efeitos, levando-a a se remodelar para dar conta das demandas emergentes da investigação em ato. Recordemo-nos do redimensionamento da unidade de análise que, neste trabalho, fez-se necessário: o *recorte enunciativo*, originalmente concebido por Silva (2009) em seu estudo de aquisição da língua em sua realização vocal, teve de ser aqui redefinido para comportar o registro não só da alocação

falada entre a criança e o outro, mas também o do enunciado escrito pela criança nessa alocação. Como esta investigação estabelece um diálogo entre dois campos – os estudos de aquisição da escrita e os estudos benvenistianos –, as reflexões teóricas de Benveniste e de seus seguidores me levam a interrogar a escrita da criança, assim como a escrita da criança me leva a interrogar tais reflexões. É o teórico e o empírico se retroalimentando.

Claro está, a defesa de uma tal continuidade teórico-metodológica não acarreta a suposição de qualquer coisa como um “processo pacato”. Afinal, todo o percurso de tratamento do dado, em um estudo de aquisição da linguagem, nada tem de tranquilo. Ao pôr-se diante do observável da fala/escrita da criança, o investigador é surpreendido, de um só golpe, por um *efeito de apreensão total do objeto* – visto que “todas as questões se propõem ao mesmo tempo a propósito de cada fato lingüístico, e que se propõem em primeiro lugar relativamente ao que se deve admitir como *fato*, isto é, aos critérios que o definem como tal” (BENVENISTE, 2005 [1962/1964], p. 127, *itálico do autor*) – e por uma *realidade marcada pela falta* – visto que, “com relação às regularidades da língua, a fala [a escrita] da criança é constituída por irregularidades” (SILVA, 2012, p. 563, *acréscimo meu*).

Diante desse efeito totalitário e dessa realidade faltosa, que acentuam a extrema complexidade dessa língua marcada por “turbulências de (sua própria) sistematização” e por “instabilidades resultantes justamente da instauração de uma ordem: de regulação das relações entre (zonas da) língua e discurso” (CHACON, 2017, p. 159-160, *parênteses do autor*), compete ao linguista “propor uma ordem ao mesmo tempo nos fenômenos estudados, de maneira a classificá-los segundo um princípio racional, e nos métodos de análise, para construir uma descrição coerente, organizada segundo os mesmos conceitos e os mesmos critérios” (BENVENISTE, 2005 [1962/1964], p. 127).

Tais decisões metodológicas são, todas e cada uma delas, teoricamente balizadas, de modo que é de se indagar – retomando a mordaz expressão de Perroni (1996, p. 23) – se seria apenas a psicolinguística que teria uma *lata de lixo* onde se deposita o material que não é pela teoria forjado como dado. Ora, da adesão a um prisma teórico, resulta a adesão aos interesses fenomênicos desse prisma e a exclusão dos interesses de outros prismas. Assim, parafraseando a metáfora benvenistiana sobre a relação língua-realidade (cf. BENVENISTE, 2006 [1965], p. 70) e pensando-a à luz da relação teoria-empíria, não seria um equívoco concluir que os pontos de vista teóricos, ao criarem seus objetos, não nos fornecem senão *construções diversas do real*.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Lúcia. Diagnóstico na clínica de linguagem: escuta e interpretação. *Linguística*, v. 32, n. 2, p. 39-48, dez. 2019.

BENVENISTE, Émile. Natureza do signo linguístico. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1939], p. 53-59.

BENVENISTE, Émile. Tendências recentes em linguística geral. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1954], p. 3-18.

BENVENISTE, Émile. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1963a], p. 19-33.

BENVENISTE, Émile. Os níveis da análise linguística. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1962/1964], p. 127-140.

BENVENISTE, Émile. A linguagem e a experiência humana. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1965], p. 68-80.

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1966/1967], p. 220-242.

BENVENISTE, Émile. Estruturalismo e linguístico. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1968a], p. 11-28.

BENVENISTE, Émile. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1968b/1970], p. 93-104.

BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1969], p. 43-67.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1970], p. 81-90.

BENVENISTE, Émile. Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969). 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [2012].

CALIL, Eduardo; BORÉ, Catherine; AMORIM, Kariny. Discurso reportado em manuscritos escolares. In: DEL RÉ, Alessandra; DE PAULA, Luciane; MEDONÇA, Marina Célia (Orgs.). *Explorando o discurso da criança*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 179-198.

CHACON, Lourenço. *Instabilidades da linguagem: discurso, língua e suas relações*. 185f. Tese (Livre-Docência – Linguística em Fonoaudiologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2017.

COUDRY, Maria Irma Hadler. O que é o dado em neurolinguística? In: PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta (Org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 179-194.

DIEDRICH, Marlete Sandra. A constituição humana na linguagem: um olhar para o homem e sua relação com os esquemas culturais. *Linguagem & Ensino*, no prelo.

FENOLIO, Irène. La linguistique générale d'Émile Benveniste. Une épistémologie méthodique et continue. In: D'OTTAVI, Giuseppe; FENOGLIO, Irène (Orgs.). *Émile Benveniste, 50 ans après les Problèmes de linguistique générale*. Paris: Éditions Rue d'Ulm, 2019, p. 17-52.

FLORES, Valdir do Nascimento. Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução (primeira parte). *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 04, p. 07-67, 2001.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

GARCEZ, Pedro de Moraes; BULLA, Gabriela da Silva; LODER, Letícia Ludwig. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 2, n. 30, p. 257-288, 2014.

HILÁRIO, Rosângela Nogarini; DEL RÉ, Alessandra. Questões metodológicas e ferramentas de pesquisa nos estudos em Aquisição da Linguagem. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 59, n. 1, p. 57-63, jan./mar., 2015.

NUNES, Paula Ávila; FLORES, Valdir do Nascimento. O trabalho com *dado* e *bando de dados*: considerações por meio de uma teoria enunciativa da linguagem. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 52, n. 3, p. 401-409, jul./set., 2017.

PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta. Apresentação. In: PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta (Org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 7-14.

PERRONI, Maria Cecília. O que é o dado em aquisição da linguagem? In: PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta (Org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 179-194.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 28ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCARPA, Miriam Ester. Aquisição da linguagem. In: BENTES, Anna Chistina & MUSSALIN, Fernanda. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*, v. 2, São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas: Pontes Editores, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa. Aquisição da linguagem no Brasil e suas tendências. In: DEL RÉ, Alessandra; ROMERO, Márcia (Orgs.). *Na língua do outro: estudos interdisciplinares em aquisição de linguagens*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 349-357.

SILVA, Carmem Luci da Costa; OLIVEIRA, Giovane Fernandes. *Nos rumores da língua: a escuta entre as enunciações falada e escrita da criança*. Artigo no prelo.



PARTE 2

A SOCIEDADE

10

Fábio Aresi

A RECIPROCIDADE COMO NOÇÃO ESTRUTURANTE EM BENVENISTE

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.281.274-307

INTRODUÇÃO

Os estudos mais recentes que se voltam para a reflexão linguística de Émile Benveniste, seja para dela tratar diretamente, seja para buscar, nela, subsídios teóricos em suas próprias investigações, têm, em seu conjunto, colocado em destaque um dado fundamental: o pensamento benvenistiano é detentor de uma potência e de uma amplitude teórica que, embora suponha sempre a enunciação, não se deixa limitar ao estudo desta. O título dado aos dois volumes de *Problemas de linguística geral* fornece o mais claro testemunho disso. Como bem constata Gérard Dessons, “em Benveniste, a arte de pensar é, antes de tudo, a arte do problema”, ao que complementa: “É, portanto, enquanto problemas que os objetos da linguística são tratados” (DESSONS, 2006, p. 10, traduções nossas)⁷⁴. Vale lembrar que, de certa forma, isto já se encontra posto logo no prefácio do primeiro volume da obra acima mencionada, cuja assinatura é do próprio Benveniste: “Se os apresentamos sob a denominação de *problemas*, isso se deve ao fato de trazerem em conjunto, e cada um em particular, uma contribuição ao grande problema da linguagem, que se formula nos principais temas tratados” (BENVENISTE, 2005 [1966], prefácio, itálico do autor). Benveniste elenca, dentre esses temas, “as relações entre o biológico e o cultural, entre a subjetividade e a socialidade, entre o signo e o objeto, entre o símbolo e o pensamento” (BENVENISTE, 2005 [1966], prefácio), o que demonstra, desde já, a amplitude da reflexão proposta. Para Flores (2017), este “grande problema da linguagem”, que se deixa observar sob inúmeras perspectivas, pode ser tomado como o fato de que, para Benveniste, “a linguagem está inextricavelmente ligada ao homem” (FLORES, 2017, p. 10). Trata-se, portanto, de um princípio

74 No original: “Chez Benveniste, l'art de penser, c'est d'abord l'art du problème”; “C'est donc en tant que problèmes que les objets de la linguistique sont traités” (DESSONS, 2006, p. 10).

geral, que perpassa toda sua produção intelectual e que, sintetizado sob a proposição *o homem está na língua/linguagem*, é revelador do caráter marcadamente antropológico de seu viés linguístico.

No presente estudo, buscamos contribuir com a visibilidade desse aspecto antropológico do pensamento de Benveniste, através da elucidação de uma noção pouco abordada em sua particularidade, mas que, na hipótese que aqui assumimos, assume uma função estruturante de sua reflexão linguística: a *reciprocidade*. A tarefa consiste, portanto, em abordar o papel da reciprocidade em Benveniste, respondendo-se à questão de como ela se apresenta em sua formulação teórica, e o que permite dizer acerca da relação entre língua, homem e sociedade. É importante ressaltar, de início, que a reciprocidade constitui uma noção fundamental nos campos da sociologia e da antropologia, sendo a base do pensamento de autores com os quais Benveniste estabelece diálogo em alguns de seus estudos mais importantes.

Para dar conta desse objetivo, nosso trabalho se encontra organizado em duas partes. Na primeira delas, buscamos mostrar de que maneira a noção de reciprocidade é abordada na reflexão sociológica e antropológica, através de um breve exame de pesquisadores cujas ideias orbitam em torno de tal noção, como é o caso de Georg Simmel, Marcel Mauss, Bronislaw Malinowski e Claude Lévi-Strauss. Na segunda parte, nosso intuito é o de demonstrar que um princípio de reciprocidade também subjaz ao pensamento de Benveniste; e que se torna manifesto em diferentes aspectos de sua investigação linguística. Em nosso entender, esse princípio é caracterizador do papel fundante da língua na constituição do humano. Assim, examinamos textos de Benveniste nos quais a teorização supõe uma relação de reciprocidade constitutiva, tais como os que tratam da questão da (inter)subjetividade (categorias de pessoa e de tempo), do diálogo como instância de “troca”, bem como os estudos do léxico nos quais a língua pode ser tomada

enquanto testemunho da organização social. Por fim, concluímos o estudo, procurando estabelecer, com base nas revisões efetuadas, em que medida as relações de reciprocidade que se evidenciam no pensamento linguístico de Benveniste são reveladoras de uma visão original sobre o homem e a sociedade.

A RECIPROCIDADE ENQUANTO PRINCÍPIO SOCIOANTROPOLÓGICO

Conforme afirmamos em nossa introdução, a reciprocidade constitui uma noção fundamental na história da sociologia e da antropologia, estando na base da formulação teórica de pesquisadores consagrados do campo. Como destaca Gouldner (1960),

podemos imediatamente notar a importância atribuída ao conceito de reciprocidade por pesquisadores como George Homans, Claude Lévi-Strauss e Raymond Firth, assim como autores anteriores como Durkheim, Marx, Mauss, Malinowski e von Wiese, para citar apenas alguns mestres (GOULDNER, 1960, p. 162, tradução nossa)⁷⁵.

No âmbito da sociologia, o primeiro a pensar a reciprocidade enquanto o fundamento da realidade social é o sociólogo alemão Georg Simmel (cf. SABOURIN, 2011). Para ele, as interações entre os indivíduos supõem um princípio de reciprocidade que governa e é responsável pela coesão social e pela manutenção da sociedade. Trata-se, portanto, de um princípio explicativo, válido tanto para as sociedades arcaicas como para as da modernidade. De fato, Simmel concebe a sociedade como o resultado de processos de interação

75 No original: “[...] we can readily note the importance attributed to the concept of reciprocity by such scholars as George Homans, Claude Lévi-Strauss, and Raymond Firth, as well as by earlier writers as Durkheim, Marx, Mauss, Malinowski, and von Wiese, to name only a few masters” (GOULDNER, 1960, p. 162).

(*Wechselwirkung*), os quais formam, na consciência dos indivíduos dessa interação, um sentimento de unidade. Nas palavras do próprio autor: “Eu vejo uma sociedade sobretudo onde os homens se encontram em reciprocidade de ação e constituem uma unidade permanente ou passageira” (SIMMEL, 1896-1897, p. 73, tradução nossa)⁷⁶. Ou ainda, conforme explica Vandenberghe (2005): “É preciso que o indivíduo saiba que, agindo com os outros, ele determina tanto suas ações quanto é determinado por elas e que esteja consciente de que forma, com eles, uma unidade de ordem social” (VANDENBERGHE, 2005, p. 87). Constituindo-se mutuamente enquanto indivíduos sociais nesse processo de interação (o qual não se restringe a relações de interesse mútuo, podendo também ser de ordem conflitiva ou de dominação), os homens estabelecem entre si um vínculo ao qual Simmel nomeia de *Vergesellschaftung*, ou “sociação”. Assim, a noção de sociedade por ele instaurada não coincide com aquela que se define por uma unidade delimitada no espaço, territorialmente, mas configura-se como o produto das interações sociais de interdependência entre os indivíduos, o que faz dela uma entidade não fixável no espaço, e de caráter continuamente mutável. Sua forma de entendimento da sociedade está, portanto, relacionada aos processos inter-humanos que lhe são constitutivos. Citando novamente Vandenberghe (2005):

O que interessa a Simmel é o jogo das interações como substrato vivo do social, como cadinho da sociedade. “A sociedade como tal”, afirma ele um pouco prematuramente, “não existe” [GSG 11, p. 24]; há somente indivíduos em interação. As interações são a condição necessária e suficiente da sociedade. Necessária, pois, “se suprimirmos todas elas pelo pensamento, não há mais sociedade” [SE, p. 173, GSG 11, p. 24], e suficiente, pois, se vários indivíduos entram em reciprocidade de ação, já há sociedade. [...] pode-se dizer que, para Simmel, “a sociedade existe onde um número de indivíduos entra em interação” [GSG 1, p. 370, GSG 11, p. 17]. (VANDENBERGHE, 2005, p. 90-91).

76 No original: “Je vois une société partout où des hommes se trouvent en réciprocité d'action et constituant une unité permanente ou passagère” (SIMMEL, 1896-1897, p. 73).

Apesar da importância dada à reciprocidade no pensamento sociológico de Simmel, a noção é normalmente vinculada às investigações de caráter antropológico, notadamente aquelas relativas aos fenômenos de “troca” em sociedades arcaicas, tomados como objeto de estudo por pioneiros do campo, como Malinowski, Mauss e Lévi-Strauss.

Malinowski é seguramente mais conhecido por sua revolucionária obra *Argonautas do Pacífico Ocidental*, publicada em 1922, produto de sua convivência e estudo de quatro anos (de 1914 a 1918) junto aos povos insulares das Ilhas Trobriand, na costa leste da Nova Guiné. O principal objeto de seu estudo é o *Kula*, um complexo sistema de trocas, o qual é descrito pelo antropólogo da seguinte forma:

O *Kula* é uma forma de troca e tem caráter intertribal bastante amplo; é praticado por comunidades localizadas num extenso círculo de ilhas que formam um circuito fechado. [...] Ao longo dessa rota artigos de dois tipos – e somente desses dois – viajam constantemente em direções opostas. No sentido horário movimentam-se os longos colares feitos de conchas vermelhas, chamados *soulava* [...]. No sentido oposto, movem-se os braceletes feitos de conchas brancas, chamados *mwali* [...]. Cada um desses artigos, viajando em seu próprio sentido no circuito fechado, encontra-se no caminho com os artigos da classe oposta e é constantemente trocado por eles. Cada movimento dos artigos do *Kula*, cada detalhe das transações é fixado e regulado por uma série de regras e convenções tradicionais; alguns dos atos do *Kula* são acompanhados de elaboradas cerimônias públicas e rituais mágicos. Em cada ilha e em cada aldeia, um número mais ou menos restrito de homens participam do *Kula* – ou seja, recebem os artigos, conservam-nos consigo durante algum tempo e, por fim, passam-nos adiante. Cada um dos participantes do *Kula* recebe periodicamente (mas não regularmente) um ou vários *mwali* (braceletes de concha) ou um *soulava* (colar de discos feitos de conchas vermelhas) que deve entregar a um de seus parceiros, do qual recebe em troca o artigo oposto. Assim, ninguém jamais conserva nenhum

artigo consigo por muito tempo. O fato de que uma transação seja consumada não significa o fim da relação estabelecida entre os parceiros: a regra é “uma vez no *Kula*, sempre no *Kula*”. A parceria entre dois indivíduos no *Kula* é permanente, para toda a vida. Os *mwali* e os *soulava* encontram-se sempre em movimento, vão passando de mão em mão, e não há casos em que esses artigos fiquem retidos com um só dono. Portanto, o princípio de “uma vez no *Kula*, sempre no *Kula*” aplica-se de igual forma aos próprios artigos (MALINOWSKI, 1978, p. 75, *aspas e itálicos do autor*).

Apesar de a troca cerimonial de colares por braceletes ser o aspecto central do *Kula*, esse ato se faz acompanhar, paralelamente, de numerosas atividades secundárias, de caráter econômico, místico/religioso, político e diplomático, que se encontram a ele subordinadas. Através do *Kula*, “os nativos realizam um comércio comum, negociando de uma ilha para a outra bens que, de modo geral, não são fabricados pelo distrito que os importa, mas são indispensáveis à sua economia” (MALINOWSKI, 1978, p. 75). Além disso, estão associadas ao *Kula* atividades de suma importância, como “a construção das canoas para navegação em alto-mar usadas nas expedições, certos tipos de cerimônias mortuárias de grande pompa, e tabus preparatórios” (MALINOWSKI, 1978, p. 75). Desse modo, Malinowski considera o *Kula* como sendo uma instituição enorme e extraordinariamente complexa, que não apenas engloba uma extensa área geográfica, mas também é responsável por uma multiplicidade de funções: “Ela vincula um grande número de tribos e abarca em enorme conjunto de atividades inter-relacionadas e interdependentes de modo a formar um todo orgânico” (MALINOWSKI, 1978, p. 76). Percebe-se então, o quanto a sociedade organizada em torno do *Kula* constitui-se a partir de um princípio de reciprocidade, que está na base dos atos de troca que tal sistema mobiliza. A esse princípio de reciprocidade, inerente ao sistema de trocas do *Kula*, estão indissociavelmente ligados todos os aspectos da vida social dos povos que o praticam, desde os mais concretos, como o desenvolvimento e circulação de ferramentas e meios materiais de

subsistência (em uma palavra, a economia), até os mais simbólicos, como as relações de hierarquia e prestígio social, os acordos de paz, e as práticas religiosas.

Valendo-se das descobertas de Malinowski sobre o *Kula* na Melanésia, além da descrição feita por Franz Boas, entre os nativos ameríndios, do *potlatch*⁷⁷, dentre outros, o sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss concebe a organização social como o resultado de uma tríplice obrigação do homem: a de dar, receber e retribuir. A reciprocidade atua, assim, como um princípio explicativo da organização social em seu *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, publicado em 1924⁷⁸. Para o autor, a sociedade se organiza a partir do que denomina de “dom” ou “dádiva”, entendidos como um sistema de reciprocidades de caráter interpessoal, composto pelos atos de dar, receber e retribuir. Nas palavras de Martins (2005):

Este sistema, que se expande ou se retrai a partir de uma tríplice obrigação coletiva de doação, de recebimento e devolução de bens simbólicos e materiais, é conhecido como dom ou dádiva. [...] A compreensão da dádiva como o sistema de trocas básico da vida social permite romper com o modelo dicotômico típico

77 O termo *potlatch* está relacionado a uma prática ritual de tribos ameríndias “na qual homens usam presentes como maneira de indicar seu status em relação a outros homens. É uma forma de bravata com a intenção de demonstrar como um dado homem é rico e generoso, às expensas dos que recebem os presentes. Os contemplados, por seu lado, sentem-se na obrigação de agir da mesma maneira em algum ponto do futuro, de modo a poder assumir para uma posição superior” (JOHNSON, 1995, p. 209, tradução nossa). No original: “*potlatch* is a ritual practice in which men use gifts as a way to indicate their status in relation to other men. It is a form of boasting intended to show how wealthy and generous a man is at the expense of those who receive the gifts. Recipients, in turn, feel compelled to act as hosts of their own at some future time so that they might gain the upper hand”.

78 É importante destacar que “reciprocidade” não constitui um termo teórico para Mauss. No entanto, reconhece-se o quanto a noção é estruturante em seu pensamento, o que faz com que seja tradicionalmente atribuído a ele o nascimento da chamada “teoria da reciprocidade”. Nas palavras de Sabourin (2011): “Mauss é mais conhecido por ter redescoberto a dádiva nas sociedades primitivas, do que por sua contribuição à noção de reciprocidade. [...] Mas demonstra, igualmente, através da formulação da tríplice obrigação – *dar, receber e retribuir* –, que é a reciprocidade que está no início dos ciclos de dádiva” (SABOURIN, 2011, p. 26, itálicos do autor).

da modernidade, pelo qual a sociedade ou seria fruto de uma ação planejadora do Estado ou do movimento fluente do mercado (MARTINS, 2005, p. 52-53).

Mauss reconhece, dessa maneira, na obrigação dos atos de dar, receber e retribuir próprios das sociedades arcaicas, um princípio geral, constitutivo da realidade humana, e do qual depende a sociedade como um todo. Isso o leva a considerar a sociedade como um “sistema de prestações totais”:

[...] o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. Enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública. Propusemos chamar tudo isso o *sistema das prestações totais* (MAUSS, 2003, p. 191, itálicos do autor).

Ou seja, como aponta o antropólogo Claude Lévi-Strauss (1982),

[...] esta forma primitiva das trocas não tem somente, nem essencialmente, caráter econômico, mas coloca-nos em face do que chama, numa expressão feliz, “um fato social total”, isto é, dotado de significação simultaneamente social e religiosa, mágica e econômica, utilitária e sentimental, jurídica e moral (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 92, aspas do autor).

Tal como notamos no caso dos povos melanésios estudados por Malinowski, o sistema da troca reúne e articula todos os aspectos da vida social de maneira indissociável, à moda de uma grande instituição. Como afirma Martins (2005), “Mauss compreendeu que a sociedade é primeiramente instituída por uma dimensão simbólica, e que existe uma estreita ligação entre o simbolismo e a obrigação de dar, receber e retribuir em todas as sociedades, independentemente

de as mesmas serem modernas ou tradicionais” (MARTINS, 2005, p. 55). O contrato social do qual depende a sociedade assenta-se, pois, sobre um princípio de reciprocidade que rege as relações de troca, das quais as sociedades arcaicas oferecem o mais nítido testemunho.

A reflexão sobre a troca é levada adiante por Lévi-Strauss. Inclusive, é ele próprio quem assina o *Texto de introdução à obra de Mauss*, prefácio da obra maussiana *Sociologia e antropologia*, publicada em 1950. Nele, Lévi-Strauss exalta o estudo de Mauss sobre a dádiva, tomando-o como o primeiro esforço na história da etnologia a “transcender a observação empírica e atingir realidades mais profundas. Pela primeira vez, o social cessa de pertencer ao domínio da qualidade pura [...] e torna-se um sistema” (LÉVI-STRAUSS, *in* MAUSS, 2003, p. 30). Uma simples vista d’olhos sobre a obra mais célebre de Lévi-Strauss, *As estruturas elementares do parentesco*, de 1949⁷⁹, é suficiente para atestar a presença e a importância das noções de reciprocidade e de troca no pensamento do antropólogo. Como bem constata Sabourin (2011), “Lévi-Strauss reconhece [...] a reciprocidade como estrutura elementar, pelo menos do parentesco, mas para submetê-la a uma estrutura generalizada da troca, inclusive sob suas formas simbólicas” (SABOURIN, 2011, p. 27). Também aqui, o princípio de reciprocidade se manifesta através das relações de troca. Identificamo-la na própria proibição do incesto e nas decorrentes regras que regulam e estruturam as trocas matrimoniais e as relações de parentesco, em suas mais diversas modalidades:

A proibição do uso sexual da filha ou da irmã obriga a dar em casamento a filha ou a irmã a um outro homem e, ao mesmo tempo, cria um direito sobre a filha ou a irmã desse outro homem. Assim, todas as estipulações negativas da proibição têm uma compensação positiva. A proibição equivale a uma

79 A título de curiosidade, é válido mencionar que a obra *As estruturas elementares do parentesco* é resultado de uma tese de doutorado, defendida por Lévi-Strauss em 1948, e para a qual Émile Benveniste foi convidado como membro da banca avaliadora (cf. DOSSE, 2007, p. 49).

obrigação, e a renúncia abre caminho a uma reivindicação. [...] A proibição do incesto não é somente [...] uma interdição. Ao mesmo tempo que proíbe, ordena. A proibição do incesto, como a exogamia que é sua expressão social ampliada, constitui uma regra de reciprocidade (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 91).

Toda a pesquisa de Lévi-Strauss a respeito das estruturas elementares que estão na base das relações de parentesco pode ser resumida em um laborioso esforço de demonstrar que, na origem de tais estruturas, está um princípio de troca e de reciprocidade:

Assim, é sempre um sistema de troca que encontramos na origem das regras do casamento, mesmo daquelas cuja aparente singularidade parece poder justificar-se somente por uma interpretação simultaneamente especial e arbitrária. [...] seja em forma direta ou indireta, seja em forma global ou especial, mediata ou postergada, explícita ou implícita, fechada ou aberta, concreta ou simbólica, é a troca, sempre a troca, que aparece como base fundamental e comum de todas as modalidades da instituição matrimonial. Se estas modalidades podem ser reunidas sob a designação geral de exogamia [...], é com a condição de perceber, atrás da expressão superficialmente negativa da regra da exogamia, a finalidade que tende a garantir, pela proibição do casamento nos graus interditos, a circulação total e contínua desses bens do grupo por excelência que são as mulheres e suas filhas (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 519-520).

Ademais, resgatando a investigação de Mauss acerca da dádiva, Lévi-Strauss salienta que, apesar de se mostrarem de maneira mais evidente nas sociedades arcaicas, as relações de doações recíprocas que caracterizam as trocas matrimoniais também são responsáveis por outros aspectos importantes da vida moderna. Diz ele:

Sabemos que existem certos tipos de objetos especialmente próprios, na maioria das vezes pelo caráter não utilitário, para serem dados como presentes. Em alguns países ibéricos, estes objetos só podem ser encontrados, com todo seu luxo e diversidade, em lojas instaladas em função desse destino privilegiado, as “casas de regalias” ou “casas de presentes”, a que correspondem as “gift shops” do mundo anglo-saxão. Ora,

não é preciso dizer que os presentes, assim como os convites, que são não exclusivamente, mas também distribuições liberais de alimentos e bebidas, “se retribuem”. Estamos, portanto, também aqui em pleno domínio da reciprocidade. [...] Festas e cerimônias regulam também entre nós o retorno periódico e o estilo tradicional de vastas operações de troca (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 95-96, aspas do autor).

Ainda que sumárias (e possivelmente redutoras), as observações que evocamos aqui nos permitem observar o quanto a reciprocidade, manifestada através das relações de troca, constitui, para os campos da sociologia e da antropologia, um princípio elementar de sociabilidade, o que faz com que, para os pesquisadores aqui convocados, seja impossível pensar o homem e a sociedade como entidades externas e independentes da relação interpessoal que as constitui mutuamente. Longe de desejar oferecer uma revisão pormenorizada da vasta pesquisa efetuada pelos autores mobilizados, nossa breve menção às suas principais ideias serve ao único propósito de apresentar a importância da noção de reciprocidade para a reflexão sociológica e antropológica, tomando-a como o ponto de partida para pensar de que forma tal noção é também estruturante do raciocínio linguístico de Émile Benveniste, uma vez que, para este, a língua está indissociavelmente ligada à natureza do homem.

A RECIPROCIDADE EM BENVENISTE

Se a reciprocidade se encontra no centro do debate sociológico, podemos afirmar o mesmo com relação ao pensamento linguístico de Benveniste? É a esta questão a que passamos a nos dedicar a partir daqui. Procuramos, nas páginas que se seguem, demonstrar que a reciprocidade também opera no modo como o linguista entende a relação entre língua, homem e sociedade. Para tanto, nossa atenção

se detém sobre três aspectos: o exame das categorias linguísticas de “pessoa” e “tempo” como condição da (inter)subjetividade; dois estudos do vocabulário das línguas indo-europeias que testemunham o princípio de reciprocidade impresso na língua; e a investigação sobre a noção de “troca” que se evidencia na consideração da língua em sua instância de discurso.

Pessoa e tempo como índices de reciprocidade na e pela língua

Para Benveniste, a categoria da “pessoa” linguística é fundamental para entendermos tanto o funcionamento da língua quanto a função que esta desempenha na constituição intersubjetiva do sujeito. O artigo *Da subjetividade na linguagem* (1958) expõem, desde seu início, esse papel fundante. Partindo de uma problematização de uma visão que toma a linguagem⁸⁰ como “instrumento de comunicação”, Benveniste afirma:

Na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento [...] deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 285).

Isso se evidencia pelo fato de que “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a”

80 Benveniste faz, nesse artigo, largo uso do termo “linguagem” para se referir à “língua”, tomada de forma geral, enquanto sistema de signos linguísticos. O uso do vocábulo “língua”, nesse texto em específico, parece estar mais ligado ao sentido de língua empírica, idioma, como atesta a seguinte passagem: “Falamos realmente da linguagem e não apenas de línguas particulares. Os fatos das línguas particulares, que concordam, testemunham pela linguagem” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 287). Sabemos o quanto essa flutuação terminológica é característica da produção teórica do linguista (cf. FLORES, 2013).

(BENVENISTE, 2005 [1966], p. 285). A constatação seguinte é da mais suma importância: “Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um *homem falando com outro homem*, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 285, itálicos nossos). Está posto, desde já, o aspecto inter-humano que caracteriza a condição de realização da língua, e, mutuamente, a do próprio homem. Benveniste propõe se que busque o fundamento dessa condição no interior da própria língua: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 286, itálico do autor). Assim, é sob a fórmula “É ‘ego’ que *diz* ‘ego’” (BENVENISTE, 1966, p. 260, tradução nossa, aspas e itálico do autor)⁸¹ que Benveniste concebe o fundamento da subjetividade; um fundamento que é de ordem linguística, uma vez que se encontra determinado pela categoria linguística da “pessoa”.

É justamente ao explicitar a configuração estrutural da categoria de pessoa, responsável pela emergência da subjetividade, que percebemos o princípio de reciprocidade que lhe é constitutivo. Nas palavras de Benveniste:

A consciência de si só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois **implica em reciprocidade** – que eu me torne *tu* na alocução daquele que por sua vez se designa por *eu*. Vemos aí um princípio cujas consequências é preciso desenvolver em todas as direções (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 286, itálicos do autor, negritos nossos).

81 A citação fonte desta nota não corresponde exatamente à versão traduzida para o português, uma vez que, nela, a expressão é “diz ego”, com “ego” em itálico e sem aspas. No texto original em francês, o que lemos é: “Est « ego » qui *dît* « ego »” (BENVENISTE, 1966, p. 260). Preferimos, portanto, fazer corresponder a passagem ao original.

Como bem avalia Flores (2013), “Benveniste apresenta a *linguagem* [...] como condição de existência do homem e, como tal, sempre referida ao outro, o que acaba por vincular *linguagem* e *intersubjetividade*” (FLORES, 2013, p. 115-116, itálicos do autor). Isso faz da instância de exercício da língua um pleno lugar de troca, no qual a reciprocidade se dá de maneira mais profunda e estruturante⁸². Para Benveniste, “a polaridade das pessoas [a relação eu-tu] é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma consequência totalmente pragmática” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 286, acréscimo nosso). Dessa forma, constatamos, desde já, que a reflexão de Benveniste se coaduna com a de pensadores que veem na reciprocidade uma condição elementar do homem e da sociedade. O caráter revolucionário de seu pensamento, no entanto, reside no fato de atribuir à língua o fundamento primeiro dessa condição. O princípio de reciprocidade está, portanto, em Benveniste, intrinsecamente ligado à noção de *intersubjetividade* fundada na linguagem. A partir desse princípio, inerente à língua, o linguista pensa poder também definir a condição da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade, pauta central na discussão sociológica em torno da reciprocidade:

Caem assim as velhas antinomias do “eu” e do “outro”, do indivíduo e da sociedade. Dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja o *eu*, que deveria estar instalado na sua própria consciência para abrir-se então à do “próximo”, ou seja, ao contrário, a sociedade, que preexistiria como totalidade ao indivíduo e da qual este só se teria destacado à medida que adquirisse a consciência de si

82 Vale ressaltar que a noção de “troca” aqui evocada não se limita ao sentido material, como uma troca de mercadorias, estando mais ligada à ideia de reciprocidade, tal como definida até aqui. Esse adendo é importante na medida em que o próprio Benveniste parece redimensionar o valor da noção de troca para além de uma visão meramente “instrumental” e pragmática, ao afirmar, na introdução mesma de *Da subjetividade na linguagem* (1958): “Seguramente, na prática cotidiana, o vaivém da palavra sugere uma troca, portanto uma ‘coisa’ que trocaríamos, e parece, pois, assumir uma função instrumental ou veicular que estamos prontos a hipostasiar num ‘objeto’. Ainda uma vez, porém, esse papel volta à palavra” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 285).

mesmo. É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela **relação mútua** que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 287, aspas e itálicos do autor, negritos nossos).

Essa reflexão mais ampla sobre a categoria de pessoa é tratada por Benveniste de maneira mais detida no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Nele, o linguista toma como objeto a relação entre língua e sociedade, abordando-a desde um ponto de vista “semiológico”, isto é, o da “relação do interpretante com o interpretado” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 97). Assim, como uma das formas de demonstrar que a dupla proposição semiológica de que “a língua é o interpretante da sociedade” e “a língua contém a sociedade” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 97), Benveniste retoma sua teorização acerca da categoria de “pessoa”, concebendo-a como “a base constante e necessária da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 98). Como o autor mesmo explica:

Com efeito, a língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Ela fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção indispensável, sempre presente em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não-eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do “eu” ao “tu” e a oposição do sistema “eu/tu” a “ele”.

A primeira, a oposição “eu-tu”, é uma estrutura de alocação pessoal que é exclusivamente inter-humana.

[...] A segunda oposição, a do “eu-tu”/“ele”, opondo a pessoa à não-pessoa, efetua uma operação de referência e fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é a alocação. Temos aí o fundamento sobre o qual repousa o duplo sistema relacional da língua (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 101, aspas do autor).

Vemos, além disso, que a oposição que se estabelece entre as pessoas “eu-tu” e a não pessoa “ele”, fundamento da referência linguística, é também reveladora de um princípio de reciprocidade, uma vez que pressupõe, entre os interlocutores, uma relação de *correferência*, conforme Benveniste explicita no artigo *O aparelho formal da enunciação* (1970):

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de correferir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 84).

Necessariamente ligada à categoria de “pessoa”, está a categoria linguística de “tempo”, a qual, apesar de também ser apresentada em *Da subjetividade na linguagem* (1958), torna-se o objeto principal da análise de Benveniste somente em *A linguagem e a experiência humana* (1965). Nesse texto, o linguista mostra que a língua também é responsável pela experiência humana da temporalidade, que se estrutura a partir do presente inerente à realização da língua no discurso: “O que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 74). Por estar intimamente ligado ao exercício da fala, o tempo linguístico encontra sua forma axial e geradora no *presente*, o qual coincide sempre com a instância de discurso em que ele ocorre. Torna-se, então, o fundamento a partir do qual se dão as oposições temporais da língua e nosso reconhecimento do que é anterior e posterior à instância de discurso:

Chega-se assim a esta constatação — surpreendente à primeira vista, mas profundamente de acordo com a natureza real da linguagem — de que o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, e que este presente é implícito. Ele determina

duas outras referências temporais; estas são necessariamente explicitadas em um significante e em retorno fazem aparecer o presente como uma linha de separação entre o que não é mais presente e o que vai sê-lo. Estas duas referências não se relacionam ao tempo, mas as visões sobre o tempo, projetadas para trás e para frente a partir do ponto presente. Esta parece ser a experiência fundamental do tempo, de que todas as línguas dão testemunho à sua maneira. Ela informa os sistemas temporais concretos e notadamente a organização formal dos diferentes sistemas verbais (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 76).

O caráter de reciprocidade dessa relação reside em uma condição que, a princípio, poderia ser tomada como impossível devido à própria natureza de sua realização. Benveniste questiona: se o tempo linguístico emerge de um ato individual de utilização da língua, se a instância específica de que resulta o presente da língua é a cada vez nova e relativa ao locutor que lhe dá origem, não deveria a temporalidade se realizar em um universo restritamente intrapessoal, como uma experiência irremediavelmente subjetiva e de impossível transmissão? Como resposta, o linguista postula que algo muito singular se produz durante o ato de enunciação, contrariando a impossibilidade lógica:

[...] a temporalidade que é minha quando ela organiza o meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor. Meu “hoje” se converte em seu “hoje”, ainda que ele não o tenha instaurado em seu próprio discurso, e meu “ontem” em seu “ontem”. Reciprocamente, quando ele falar em resposta, eu converterei, tornando-me receptor, sua temporalidade na minha. Esta parece ser a condição de inteligibilidade da linguagem, revelada pela linguagem: ela consiste no fato de que a temporalidade do locutor, ainda que literalmente estranha e inacessível ao receptor, é identificada por este à temporalidade que informa sua própria fala quando ele se torna, por sua vez, locutor (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 77-78, aspas do autor).

O tempo linguístico constitui, desse modo, também um fator de intersubjetividade, marcado por um princípio de reciprocidade inerente à troca linguística, e do qual depende a comunicação

humana e tudo o que lhe é decorrente. É com esta conclusão que Benveniste encerra seu texto *A linguagem e a experiência humana* (1965): “Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação primordial, constante, indefinidamente reversível, entre o falante e seu parceiro. Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 80).

O diálogo como lugar de reciprocidade fundante

Intimamente relacionado com a teorização acerca das categorias linguísticas de “pessoa” e “tempo” está o que Benveniste denomina, em seu texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), de “o quadro *figurativo* da enunciação” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 87, itálicos do autor), caracterizador da instância enunciativa enquanto “*acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 87, itálicos do autor). O linguista o descreve da seguinte forma:

Como forma de discurso, a enunciação coloca duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 87, itálico do autor).

Assim, o circuito de comunicação que se estabelece a cada ato de utilização da língua, que é previsto e assegurado pela configuração da própria língua, supõe necessariamente uma relação de troca mútua. No texto em questão, Benveniste traz, como exemplos a serem examinados, a disputa verbal dos merinas de Madagascar, chamada *hain-teny*, a situação de monólogo e a troca linguística de função inteiramente social descrita por Malinowski sob o nome de “comunhão fática”.

Sobre o primeiro dos exemplos, o linguista afirma que, apesar da aparência estrutural e de envolver o uso da língua, este “não se trata na verdade nem de diálogo nem de enunciação”, uma vez que “não há uma única referência explícita ao objeto de debate” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 87). Ainda assim, notamos aqui uma relação que se estabelece por meio de trocas recíprocas, um provérbio que é falado ao parceiro e que exige um provérbio em retribuição. Diálogo ou não, estamos, aqui, diante de uma relação de reciprocidade na qual a língua figura quase que à moda de um dom: uma espécie de *potlatch* linguístico.

O monólogo, do lado oposto, apesar de não ter uma aparência de diálogo, “procede claramente da enunciação”, uma vez que se configura como um “diálogo interiorizado [...], entre um eu locutor e um eu ouvinte” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 87). Dessa maneira, mesmo que, empiricamente, a cena enunciativa seja composta por apenas um indivíduo, o monólogo não deixa de sugerir uma relação de troca entre as duas “figuras”, subjacentes à estrutura do diálogo.

Benveniste deixa em aberto o estatuto da “comunhão fática” apresentada por Malinowski, esta “relação pessoal criada, mantida, por uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização, não comportando nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, pura enunciação de palavras combinadas, repetidas por cada um dos enunciadores” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 90), limitando-se a alocá-la em uma situação de “limite do ‘diálogo’” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 90, aspas do autor).

Como bem observa Flores (2013), essas páginas finais do artigo de 1970 são intrigantes: “[...] nelas, Benveniste fala sobre coisas que, aparentemente, têm pouca coesão com o caminho adotado no texto”, tendo “mais proximidade com as questões antropológicas da reflexão de Benveniste do que propriamente com as discussões em torno do projeto enunciativo” (FLORES, 2013, p. 176). Tal estranhamento é

revelador do fato de que, ao tratar da enunciação desde seu “quadro figurativo”, o linguista passa a vislumbrar a atualização da língua em discurso a partir de um ponto de vista mais “social”, mais relativo à vivência humana em sociedade, o que aproxima este desfecho de *O aparelho formal da enunciação* (1970) das reflexões empreendidas por Benveniste em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) e *Semiologia da língua* (1969).

Também encontramos a reciprocidade inerente ao diálogo como um dos traços distintivos elencados por Benveniste para diferenciar a linguagem humana da comunicação animal, no texto *Comunicação animal e linguagem humana* (1952), em que o linguista estabelece um rico debate com o zoólogo alemão Karl von Frisch (1886-1982) acerca do estatuto da comunicação das abelhas. Ele afirma, como uma diferença capital, que “a mensagem das abelhas não provoca nenhuma resposta do ambiente mas apenas uma certa conduta, que não é uma resposta”. Assim, “isso significa que as abelhas não conhecem o diálogo, que é a condição da linguagem humana. Falamos com outros que falam, essa é a realidade humana” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 65).

Podemos concluir, portanto, que a instância de discurso se configura, em função de sua própria estrutura, como o lugar de troca por excelência, no qual a reciprocidade se realiza de forma mais profunda e constitutiva, uma vez que se liga à própria instauração do homem enquanto ser de linguagem. Ora, é justamente esta ideia de troca recíproca que está na base da função antropológica que a língua desempenha, tal como Benveniste expõe em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963): “[...] a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a *da troca e do diálogo*, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isto faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 26, *itálicos nossos*). Ou ainda, como o linguista postula poucas linhas depois:

Cada locutor não pode propor-se como sujeito sem implicar o outro, o parceiro que, dotado da mesma língua, tem em comum o mesmo repertório de formas, a mesma sintaxe de enunciação e igual maneira de organizar o conteúdo. A partir da função linguística, e em virtude da polaridade *eu : tu*, indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas termos complementares (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 27, *itálicos do autor*).

Chegamos, portanto, através do princípio de reciprocidade que governa a relação entre as pessoas linguísticas *eu-tu* e cria a possibilidade do diálogo, à própria constituição mútua do indivíduo e da coletividade, polaridade dialética a partir da qual se organiza a sociedade. Todos os exemplos de Benveniste atestam essa função primordial da língua.

O vocabulário como testemunho da reciprocidade

Não constitui nenhuma novidade informar sobre a vasta produção acadêmica de Benveniste no âmbito do comparativismo, em especial no domínio do indo-europeu, como atestam obras importantes, a exemplo de *Origines de la formation des noms en indo-européen* (1935), *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen* (1948), e dos dois volumes de *O vocabulário das instituições indo-europeias* (1969). No que diz respeito aos *Problemas de linguística geral* (1966; 1974), encontramos uma seção inteira (a sexta e última parte, em ambos os volumes) dedicada ao conjunto de textos descritivos sob o título de "Léxico e cultura". Desse modo, o vocabulário constitui, para o linguista, um vasto e prolífero campo de estudos, o qual, segundo ele próprio declara em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), "conserva testemunhos insubstituíveis sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos, sobre os modos de produção que foram sucessiva ou

simultaneamente empregados, etc” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 100). Se assim é, podemos supor que esse “semantismo social” instaurado pela atividade linguageira apresenta também testemunhos do princípio de reciprocidade que rege as relações interpessoais na base da sociedade. De fato, é possível encontrá-los a todo instante nas descrições semânticas de Benveniste. Neste estudo, deter-nos-emos, a título de demonstração, sobre dois desses trabalhos, a saber, os artigos *Dom e troca no vocabulário indo-europeu* (1951) e *Dois modelos linguísticos da cidade* (1970).

O primeiro dos dois textos não poderia ser mais explícito em seu propósito, e também no diálogo que subjaz à sua reflexão. Publicado pela primeira vez em 1951 na revista francesa *L'année sociologique*, Benveniste procura analisar as noções de “dom” e “troca” na sociedade indo-europeia através dos testemunhos que lhe oferece o vocabulário das línguas indo-europeias. O contexto de sua publicação é importante, uma vez que se insere na temática abordada pelo linguista, e lhe dá o ponto de partida de sua análise. Ora, Benveniste publica seu estudo em uma revista de sociologia, e aborda, desde um ponto de vista linguístico, um tema cujo surgimento está indissociavelmente ligado à figura de Marcel Mauss, conforme vimos na primeira parte do presente trabalho⁸³.

É justamente a partir do estudo de Mauss que Benveniste inicia sua investigação, reconhecendo a importância e o mérito da pesquisa do sociólogo francês, mas acrescentando que sua demonstração se funda sobre sociedades arcaicas, as quais lhe forneceram dados maciços e concludentes. No entanto, quando se trata de “verificar esse mecanismo nas sociedades antigas, particularmente no mundo indo-

⁸³ Soma-se a isso o fato de que a edição da revista *L'année sociologique* na qual Benveniste publica é a de 1951, ano posterior à morte de Mauss. Desse modo, assim como o texto de Henry Lévy-Bruhl, publicado na mesma edição e intitulado “*In Memoriam a Marcel Mauss*”, podemos considerar a presença, ali, do estudo de Benveniste sobre as noções maussianas de “dom” e “troca”, também como uma forma de homenagem póstuma à figura do sociólogo.

européu, os exemplos comprovantes tornam-se muito mais raros” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 348). É aqui que surge a contribuição de Benveniste: aos registros etnográficos e documentos arqueológicos que servem de dados às investigações acerca da sociedade, Benveniste soma outro elemento:

Temos, entretanto, fatos menos aparentes, tanto mais precisos quanto não correm o risco de haver sido deformados por interpretações conscientes. São os apresentados pelo vocabulário das línguas indo-europeias. Não poderíamos utilizá-los sem uma elaboração, fundada sobre a comparação das formas atestadas. Desse exame, porém, resultam conclusões que suprem, em medida bastante grande, a ausência de testemunhos sobre os períodos mais antigos das nossas sociedades (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 349).

Trata-se, assim, de buscar analisar o mecanismo sociológico da dádiva, estabelecido por Mauss, desde o ponto de vista da significação linguística.

O linguista inicia seu exame pela raiz verbal **dō-*, expressão comum à maioria das línguas indo-europeias para a noção de “dar”, salientando que a constância dessa significação só deixou de se considerar como estabelecida quando se revelou que o verbo hitita *dā-* significava não “dar”, mas “tomar”. A questão então ficou posta da seguinte maneira: seria “dar” o sentido original, do qual o hitita fez diferenciar “tomar”; ou, ao contrário, foi o hitita que conservou o sentido original de “tomar”, ao passo que a evolução da maioria das outras línguas o fez desviar para “dar”? Afastando-se de ambas as hipóteses, Benveniste afirma que a tentativa de tirar um sentido do outro constitui apenas uma má formulação do problema. Para ele, a raiz **dō-* “não significa propriamente nem ‘tomar’ nem ‘dar’, mas ou um ou outro segundo a construção” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 349, aspas do autor). Ou seja, em sua origem, a forma verbal **dō-* era imbuída de uma ambivalência semântica. Assim como no verbo inglês

take, que admite empregos tanto no sentido de “tomar” (*take from*) quanto no de “entregar” (*take to*), “igualmente *dō- indicava somente o fato de pegar; só a sintaxe do enunciado o diferenciava em ‘pegar para guardar (= tomar)’ e ‘pegar para oferecer (= dar)’” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 350, aspas do autor). O processo evolutivo das línguas fez prevalecer, para cada uma delas, apenas uma das acepções, de modo que, em nossas línguas modernas, tais sentidos se fazem expressar através de duas formas distintas e antitéticas. Conforme conclui Benveniste: “‘Tomar’ e ‘dar’ se revelam aqui, numa fase muito antiga do indo-europeu, como noções organicamente ligadas pela sua polaridade e susceptíveis de uma mesma expressão” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 350, aspas do autor). Tal conclusão vai ao encontro da formulação de Mauss, para quem os atos de dar, receber e retribuir (isto é, os atos de troca) nas sociedades arcaicas são reveladores de um sistema de organização responsável pela própria constituição e manutenção da sociedade. A unidade semântica formada pelas noções de “dar” e “tomar” na raiz verbal indo-europeia *dō- seria, portanto, um testemunho linguístico da reciprocidade inerente à prática da dádiva.

Partindo para o próprio nome do “dom” nas línguas indo-europeias, as quais, em sua maioria, fazem uso de formas nominais derivadas de *dō-, Benveniste destaca, em especial, a forma grega δωτήνη, cujo sentido está ligado a um dom de espécie totalmente diferente de seus demais termos aparentados (δώς, δόσις, δῶρον, δωρεά, os quais todos os dicionários traduzem igualmente por “presente, dom”):

A δωτήνη, em Homero, é o dom obrigatório oferecido a um chefe que se quer honrar [...] ou o dom ao qual se é obrigado para com um hóspede [...]. Os empregos da palavra em Heródoto confirmam esse sentido técnico. Um homem, desejando coagir o marido de uma mulher que ele ambiciona, oferece-lhe em δωτήνη tudo o que ele poderia desejar dos seus bens, mas sob condição de reciprocidade [...]. Não se poderia sublinhar mais claramente o valor funcional da δωτήνη, desse

dom que obriga a um contra-dom. Esse é o sentido constante em Heródoto; quer a δωτίη seja destinada a provocar um dom em retribuição, quer sirva para compensar um dom anterior, inclui sempre a ideia de uma reciprocidade (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 352, itálicos do autor).

Nos empregos de δωτίη, mostra-nos Benveniste, é possível encontrar o próprio mecanismo maussiano de reciprocidade que se manifesta nas práticas sociais da troca (dar, receber e retribuir). Como o próprio linguista afirma, “temos em δωτίη a noção do dom em retribuição ou do dom que pede retribuição. O mecanismo da reciprocidade do dom é revelado pela própria significação” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 353, itálico do autor).

Para além das palavras cujo sentido permite identificar uma relação direta com a noção de “dom”, Benveniste explora aquelas nas quais a relação se mostra de maneira menos aparente, como as responsáveis pela noção de “hospitalidade”. Dentre elas, está a palavra latina *hostis*, cujo sentido mais difundido é o de “estrangeiro, inimigo”. O exame de Benveniste revela que o emprego do termo com esse sentido é tardio, se comparado aos empregos nos quais ela assume o sentido de “estrangeiro que se iguala ao cidadão romano”. A própria relação com o verbo *hostire*, cujo sentido próprio é o de “compensar, contrabalançar”, e com o derivado *hostia*, termo usado para designar a vítima oferecida para “compensar” a cólera dos deuses, demonstra que, antes de significar “inimigo”, *hostis* assumia ao mesmo tempo o sentido de “estrangeiro” e o de “hóspede”:

A igualdade de direitos de que goza frente ao cidadão romano está ligada à sua condição de hóspede. *Hostis* é propriamente aquele que compensa e goza de compensação, aquele que obtém em Roma a contrapartida das vantagens que tem no seu país e, por sua vez, deve o equivalente àquele a quem paga com a reciprocidade. [...] Através de *hostis* e dos termos aparentados no latim arcaico podemos captar um certo tipo de *prestação compensatória* que é o fundamento da noção

de “hospitalidade” nas sociedades latina, germânica e eslava: a igualdade de condição transpõe para o direito a paridade assegurada entre as pessoas por meio de dons recíprocos (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 355, aspas e itálicos do autor).

Com o fortalecimento do Estado romano, o sentido de *hostis* passou a se restringir a “estrangeiro”, à medida que “o *status* do *ciuis* se definia com mais rigor e que a *ciuitas* se tornava a norma única e sempre mais estrita do pertencimento jurídico à comunidade romana” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 355, itálicos do autor). Desse modo, as relações reguladas por acordos pessoais e familiares acabaram se tornando cada vez menos importantes, até serem completamente substituídas por regras e deveres impostos pelo Estado. Assim, de “estrangeiro”, *hostis* passou a significar “inimigo público”, através de “uma mudança de sentido que está ligada à história política e jurídica do estado Romano” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 355).

Benveniste também constata a importância, como testemunho linguístico das relações sociais de dom e troca, da palavra latina *munus*, salientando que, a partir dela, “poder-se-ia retrair [...] toda uma fenomenologia indo-europeia da ‘troca’, cujos fragmentos sobrevivem nas numerosas formas derivadas da raiz **mei-*” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 356, aspas e itálico do autor). O linguista explica que, no emprego dos escritores, *munus* apresenta sentidos tais como “função, ofício”, “obrigação”, “tarefa”, “favor”, ou ainda “representação pública, jogo de gladiadores”, todas essas acepções pertencentes ao domínio social. Para Benveniste, a significação comum a todos esses empregos encontra-se na noção de “dever retribuído”, de modo que, uma vez que um *munus* tenha sido aceito, contrai-se uma obrigação de pagá-lo, seja na forma de favores ou privilégios, ou até mesmo pelo oferecimento de jogos, apresentações, etc. Ou seja, “a palavra [*munus*] encerra o duplo valor de carga conferida como uma distinção e de doações impostas em retribuição” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 356, acréscimo

nosso). Benveniste encontra aí o fundamento da “comunidade”, já que, literalmente, *communis* significa “que toma parte nos *munia* ou *munera*”⁸⁴. Como o linguista define: “[...] cada membro do grupo é obrigado a devolver na mesma medida em que recebe. Cargos e privilégios são as duas faces da mesma moeda, e essa alternância constitui a comunidade” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 356). Portanto, Benveniste revela como o princípio de reciprocidade, que é inerente à relação de receber um ofício público (*munia*) e de retribuir a dádiva com benefícios ao povo (*munera*), encontra-se na própria significação da palavra “comunidade” (*communis*). Mais uma vez, o que temos é a matéria linguística como o testemunho e como organizadora de relações de reciprocidade que estão na base da vida social⁸⁵.

Em *Dois modelos linguísticos da cidade*, publicado pela primeira vez em 1970 no livro *Échanges e communications*, em homenagem ao 60º aniversário de Lévi-Strauss, o objeto de Benveniste é a gênese da noção de “*cité*” [cidade], através da análise de dois processos distintos de derivação morfológica que se deixam observar no vocabulário das línguas indo-europeias. Interessa-nos em especial, aqui, aquele relativo ao termo latino *civitas*.

84 *Munia* se refere, no latim, aos cargos públicos, ao passo que *munera*, termo relacionado, diz respeito a presentes ou apresentações oferecidas ao público pelos que ocupavam tais cargos, assim como a prédios e construções públicas, uma vez que, aparentemente, eram erguidos, por ordem dos magistrados, como dádivas ao povo, para seu uso e benefício (cf. VALPY, 1838, p. 275).

85 A questão do “dom” e da “troca” no vocabulário volta a ser tema de Benveniste no primeiro volume de *O vocabulário das línguas indo-europeias* (1969), ocupando uma seção inteira (intitulada “Dar e tomar”) da parte relacionada à “economia”. Encontramo-la, além disso, à moda de conclusão explicativa, no texto *Ativo e médio no verbo* (1950), dedicado ao exame das “vozes” verbais (ou diáteses) ativa e média, características das línguas indo-europeias antigas: “Finalmente, as línguas efetuaram, com a ajuda dessa diátese, oposições lexicais de noções polares nas quais um mesmo verbo, pelo jogo das desinências, podia significar ou ‘tomar’ ou ‘dar’: sânschr. *dāti*, ‘ele dá’: *ādāte*, ‘ele recebe’; gr. *μισθοῦν*, ‘dar em aluguel’: *μισθοῦσθαι*, ‘tomar em aluguel’; – *δανείζειν*, ‘emprestar’: *δανείζεσθαι*, ‘tomar emprestado’; lat. *licet*, ‘(o objeto) é posto em leilão’: *licetur*, ‘(o homem) arremata em leilão’. Noções importantes quando as relações humanas se fundam sobre a reciprocidade das prestações privadas ou públicas” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 191, aspas e itálicos do autor). Isso só demonstra o quanto o linguista parecia interessado em estabelecer um diálogo entre suas investigações linguísticas e as teorizações de ordem sociológica em torno da dádiva e da reciprocidade.

Tomada em sua estrutura formal, o linguista afirma que é uma operação simples, tanto para o falante latino quanto para o analista moderno, ligar a formação de *civitas* ao abstrato em *-tās* derivado de *civis*. No entanto, a complexidade se intensifica quando nos perguntamos sobre o significado de *civis*. Benveniste pergunta se é lícito contestar o sentido de “cidadão”, usualmente dado ao termo, respondendo que sim, uma vez que, embora seus numerosos empregos possam ser traduzidos por “cidadão”, esse termo não consiste em seu sentido próprio e primeiro. Nas palavras dele:

A tradução de *civis* por “cidadão” é um erro de fato, um destes anacronismos conceituais que o uso fixa, dos quais se acaba por não ter consciência, e que bloqueiam a interpretação de todo um conjunto de relações (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 279, aspas do autor).

Qual é a razão desse erro? Como o linguista demonstra, a razão primeira para tal engano é de natureza lógica: “Traduzir *civis* por ‘cidadão’ [‘citoyen’] implica referência a uma ‘cidade’ [‘cité’]. Isso é colocar as coisas ao contrário, já que em latim *civis* é o termo primário e *civitas*, o derivado” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 279, aspas e itálicos do autor). Em outras palavras, a simples tradução de *civis* por “cidadão” mascara as posições inversas que cada termo ocupa na relação derivacional com os termos da “cidade” em cada língua. Enquanto, no latim, *civis* é o termo que dá origem ao termo *civitas*, no francês (e também no português), é o termo *cité* [cidade] que dá origem ao termo *citoyen* [cidadão]. *Civis* é o termo de base da derivação; *citoyen* [cidadão] não o é.

Além disso, Benveniste ressalta que uma das consequências de esta tradução de *civis* por “cidadão” ter sido dada como uma evidência é o fato de que deixamos de nos atentar mais detidamente sobre a peculiaridade dos empregos de *civis* de se fazerem frequentemente acompanhar de um pronome possessivo (*civis meus*, *civis nostri*), o que invalida sua tradução pelo termo *citoyen* [cidadão]; afinal, “o

que poderia realmente significar 'mon citoyen' ['meu cidadão']?" (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 280). Na verdade, o que o linguista demonstra é uma configuração completamente diferente daquela que organiza o sentido em torno do termo "cidadão":

A construção com o possessivo desvela, de fato, o verdadeiro sentido de *civis*, que é um termo de valor recíproco e não uma designação objetiva: é *civis*, para mim, aquele de quem eu sou o *civis*. Daí *civis meus* (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 280, itálicos do autor).

Assim, para Benveniste, o termo em francês que melhor representaria essa relação de reciprocidade que se deixa expressar por meio de *civis* seria, não *citoyen* [cidadão], mas *concitoyen* [concidadão]. O linguista expõe sua interpretação através de inúmeros exemplos, cujas datação antiga e diversidade de empregos permitem atestar o caráter de reciprocidade inerente ao termo, e cuja característica comum consiste na construção de *civis* com um pronome possessivo⁸⁶. A conclusão é, portanto, a que segue: só existe *civis* diante de outro *civis*. É nessa dependência recíproca que reside o sentido do termo. Desse modo, "é-se *civis* de um outro *civis* antes de ser *civis* de uma certa cidade" (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 283)⁸⁷. Assim posta sua significação, compreende-se de maneira clara a relação linguística que

86 Integram os exemplos passagens como esta do filósofo Varrão: "*Non sine causa maiores nostri ex urbe in agris redigebant suos cives*" ["Não é sem razão que nossos ancestrais conduziam seus concidadãos da vila aos campos"]; e esta do dramaturgo Plauto: "*facilem hanc rem meis civibus faciam*" ["eu me arranjarei para facilitar a coisa a meus concidadãos"] (cf. BENVENISTE, 2006 [1974], p. 281, itálicos do autor).

87 Benveniste ainda ressalta aqui a relação paradigmática que *civis* [concidadão] estabelece com *hostis* [estrangeiro, inimigo]. Embora constituam termos polares, em ambos os casos, o sentido se estabelece em função de um princípio de reciprocidade. Assim como só se é *civis* diante de outro *civis*, só se é *hostis* em face de um *hostis*. É importante também lembrar que o sentido primeiro de *hostis*, conforme vimos através da revisão do texto Dom e troca no vocabulário indo-europeu (1951), é o de estrangeiro que goza dos mesmos direitos frente ao cidadão romano, assumindo, dessa maneira, tanto a ideia de "estrangeiro" quanto de "hóspede". Portanto, mesmo que o valor do termo tenha mudado (de "estrangeiro hóspede" a "estrangeiro inimigo") em função da importância crescente da noção de *civis* e *civitas* na sociedade romana, percebemos que a relação de reciprocidade manteve-se enquanto definidora de sua significação.

liga *civis* a seu derivado *civitas*: “Enquanto formação abstrata, *civitas* designará propriamente o ‘conjunto dos *cives*’” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 283, aspas e itálicos do autor).

Não é difícil perceber o quanto as análises do vocabulário aqui apresentadas estão em pleno diálogo com a discussão sociológica em torno do princípio de reciprocidade. Benveniste, enquanto linguista, busca identificar esse princípio no interior da significação linguística. Tal constatação, aliada à importância da reciprocidade enquanto estruturante das relações de “pessoa” que estão na base do funcionamento da língua, dá clara evidência do quanto a noção está presente no pensamento teórico de Benveniste.

CONCLUSÃO

Procuramos, ao longo deste breve estudo, avaliar a presença e a importância da noção de reciprocidade na teorização linguística de Émile Benveniste, através, primeiramente, da elucidação dessa noção nos campos em que ele é mais notadamente abordado, a sociologia e a antropologia, para, então, observarmos de que modo ele se apresenta na reflexão benvenistiana. Em nosso recorte metodológico, circunscrevemos nosso exame a três aspectos da teoria da linguagem benvenistiana: as categorias linguísticas de “pessoa” e “tempo”, fundamentais na organização e na atualização da língua em discurso; o aspecto dialógico da enunciação, tomada enquanto atividade social regulada pela troca; e os estudos de ordem lexical, aos quais o linguista se refere em diferentes textos seus sob as abrangentes expressões de “estudo da impressão cultural na língua” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 16) e “semantismo social” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 100)⁸⁸.

⁸⁸ Encontramos a primeira definição no texto *Tendências recentes em linguística geral* (1954), a segunda, em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968).

Não pretendemos, com isso, estabelecer a totalidade da investigação acerca da reciprocidade em Benveniste. Podemos certamente encontrá-la operando em outros aspectos de sua produção teórica, como, por exemplo, na concepção do modo de organização que rege o funcionamento interno da língua, tomada enquanto sistema de signos⁸⁹. Cabe a estudos futuros averiguar o alcance das considerações aqui sumariamente levantadas.

Podemos, entretanto, com base no que evidenciamos no decorrer deste trabalho, concluir que a reciprocidade se apresenta, no pensamento benvenistiano, ainda que de forma não teorizada, como um princípio estruturante, sobre o qual se sustentam as principais noções que articulam sua visão de língua. Ora, o que é a *intersubjetividade*, instaurada pelas categorias constitutivas da instância de discurso, senão a manifestação de um princípio de reciprocidade, do qual depende não só a língua, como também – e sobretudo – o homem e a sociedade? O que é a constatação benvenistiana de que as relações de troca que regem a organização social encontram seu fundamento na significação linguística, da qual o vocabulário fornece o melhor testemunho, senão a confirmação das ideias de Mauss e Lévi-Strauss a respeito da condição de reciprocidade da qual dependem o indivíduo e a coletividade? Tal como aqueles que se ocuparam de pensar sobre a natureza do homem e da sociedade na investigação sociológica, Benveniste procura mostrar que a experiência constitutiva do homem, na e pela língua, está ligada a um princípio de reciprocidade elementar, que faz do homem um ser de relação.

Estamos, portanto, diante de uma visão muito original acerca da língua, do homem e da sociedade. Imbricados em sua própria

89 Atestam tal afirmação textos como *Saussure após meio século* (1963) e *Estrutura em linguística* (1962), nos quais Benveniste estabelece o caráter sistêmico e estrutural da língua a partir das relações de oposição recíproca que se identificam entre os elementos no interior do sistema linguístico (cf. BENVENISTE, 2005 [1966]).

definição, tais elementos constituem, no pensamento de Benveniste, um vasto campo de pesquisa ainda por ser explorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard, 1966.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 2005 [1966].

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006 [1974].

DESSONS, Gérard. *Benveniste: l'invention du discours*. Paris: Ed. Press, 2006.

DOSSE, François. *História do estruturalismo – Volume I: o campo do signo*. Bauru: Edusc, 2007.

FLORES, Valdir do Nascimento. Atualidade de Benveniste no Brasil: os aspectos antropológicos de uma teoria da enunciação. In: *Desenredo* (PPGL/UPF), v. 13, n.1: p. 9-18, 2017.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

GOULDNER, Alvin Ward. The norm of reciprocity: a preliminary statement. In: *American sociological review*, v. 25, n. 2: p. 161-178, 1960.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. In: *Revista crítica de ciências sociais* (CES/ Universidade de Coimbra), n. 73: p. 45-66, 2005.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. In: *Sociologias* (PPGS/UFRGS), v. 13, n. 27: p. 24-51, 2011.

SIMMEL, Georg. Comment les formes sociales se maintiennent. *L'Année sociologique*, année 1, p. 71-109, 1896-1897.

VALPY, Francis Edward Jackson. *An etymological dictionary of the latin language*. Londres: A. J. Valpy, 1838.

VANDENBERGHE, Frédéric. *As sociologias de Georg Simmel*. Bauru: Edusc; Belém: EDUFPA, 2005.

11

Silvana Silva

A RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E LÍNGUA EM BENVENISTE: TRÊS HIPÓTESES E UMA ALTERNATIVA

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.281.308-324

INTRODUÇÃO

Para introduzir a presente reflexão, leiamos a fábula chamada *Comunidade*, atribuída a Franz Kafka. O que esse breve texto nos ensina sobre “sociedade”?

COMUNIDADE

Somos cinco amigos; uma vez saímos um atrás do outro de uma casa; primeiro veio um e pôs-se junto à entrada, depois veio, ou melhor dito, deslizou-se tão ligeiramente como se desliza uma bolinha de mercúrio, o segundo e se pôs não distante do primeiro, depois o terceiro, depois o quarto, depois o quinto. Finalmente, estávamos todos de pé, em uma linha. A gente fixou-se em nós e assinalando-nos, dizia: os cinco acabam de sair dessa casa. A partir dessa época vivemos juntos, e teríamos uma existência pacífica se um sexto não viesse sempre intrrometer-se. Não nos faz nada, mas nos incomoda, o que já é bastante; porque se introduz por força ali onde não é querido? Não o conhecemos e não queremos aceitá-lo. Nós cinco tampouco nos conhecíamos antes e sequer nos conhecemos agora, mas aquilo que entre nós cinco é possível e tolerado, não é nem possível nem tolerado com respeito àquele sexto. Além do mais somos cinco e não queremos ser convivência permanente, se entre nós cinco tampouco tem sentido, mas nós estamos já juntos e continuamos juntos, mas não queremos uma nova união, exatamente em razão de nossas experiências. Mas, como ensinar tudo isto ao sexto, pôsto que longas explicações implicariam já em uma aceitação de nosso círculo? É preferível não explicar nada e não o aceitar. Por muito que franza os lábios, afastamo-lo, empurrando-o com o cotovelo, mas por mais que o façamos, volta outra vez.

Franz Kafka

Duas lições parecem surgir nesse texto: a primeira é a tendência humana ancestral a se reunir em grupos pequenos; a segunda é a criação de um “limite” aos agrupamentos. Enfim, o homem é social, mas não é em qualquer sociedade, de qualquer forma e com qualquer pessoa que esse processo acontece. O historiador Harari (2018), estudioso da antropologia cognitiva, informa-nos que:

o homo sapiens evoluiu para achar que as pessoas se dividiam entre “nós” e “eles”. “Nós” era o grupo imediatamente à sua volta, independentemente de quem você fosse, e “eles” eram os outros. Na verdade, nenhum animal social jamais é

guiado pelos interesses de toda a espécie à qual pertence. [...] O primeiro milênio A. C testemunhou o aparecimento de três ordens potencialmente universais, cujos devotos, pela primeira vez, podem imaginar a raça humana inteira como uma unidade governada por leis. Todos eram “nós”, pelo menos potencialmente. A primeira ordem a surgir foi a econômica; a segunda, foi política: a ordem imperial; a terceira, religiosa (HARARI, 2018, p. 179).

Entendemos que a questão da *sociedade* é uma construção histórica potencializada por aspectos inerentes ao homem e também externos a ele. No entanto, a distinção “nós” e “eles” resiste e reside, sobretudo, na linguagem e em (algumas) línguas. Mesmo um antropólogo evolucionista como Harari é bastante cético quanto à “evolução” do *Homo Sapiens* a um estágio em que não mais se encontrará a distinção “nós” x “eles”. Em suas palavras,

a história econômica da humanidade é uma dança delicada. As pessoas contam com o dinheiro para facilitar a cooperação com estranhos, mas temem que ele corrompa relações íntimas e valores humanos. Com uma mão, elas destroem voluntariamente as barragens comunitárias [...] mas com a outra constroem novas barragens para proteger a sociedade, a religião e o meio ambiente da escravidão das forças do mercado (HARARI, 2018, p. 194-195).

Assim, nossa hipótese é a de que “sociedade” é uma “ideia” que paulatinamente é teorizável na reflexão benvenistana sem que se perca um “fundo” ou “resto” não teorizável sobre a sociedade (e principalmente sobre o “sentido” da sociedade para o homem).

O objetivo deste texto é cotejar três conceituações do linguista Émile Benveniste sobre a noção de “sociedade”. Atento aos aspectos linguísticos e antropológicos, não podemos deixar de fazer recurso a esse importante linguista para compreender a complexidade da noção de *sociedade*, em especial sua relação com as noções de *linguagem* e *línguas*. As três hipóteses aqui

levantadas referem-se às três fases da elaboração do pensamento benvenistiano, conforme estudo de Flores (2013). Nossa inspiração também advém do trabalho de Ono (2009), que faz uma rigorosa pesquisa de elaboração conceitual do termo *enuniação* na obra de Émile Benveniste em uma abordagem cronológica.

As três fases, que não correspondem a períodos cronológicos, como alerta Flores (2013) são as seguintes: 1^a) primeiro momento: pessoa e não-pessoa; 2^a) segundo momento: semiótico e semântico; 3^a) terceiro momento: *O aparelho formal da enuniação*. Procuramos, como objetivo específico, observar se os conceitos de *sociedade* apresentam algum grau de heterogeneidade entre si, isto é, se se relacionam a diferentes conceitos de *enuniação*, ou se estão relacionados mais fortemente ao conceito mais conhecido de *enuniação* na Teoria da Enuniação de Benveniste, a saber, “ato individual de utilização da língua”, expresso no texto *O aparelho formal da enuniação* (PLG II, p. 82). Para cada momento, escolheremos um dos textos de Benveniste indicado em Flores (2013).

Do primeiro momento, escolhemos o texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946, PLG I), uma vez que é um dos poucos textos de Benveniste que tematiza tanto os pronomes do singular quanto os pronomes do plural. Daremos especial atenção ao par “nós” e ‘eles’ e à sua relação com a noção de *subjetividade*. Do segundo momento, escolhemos o texto *Semiologia da língua* (1968), em especial pela frase tão debatida “A língua contém a sociedade” (PLG II, p. 63). Por fim, no terceiro momento, elegemos o texto *O aparelho formal da enuniação*, mote do presente livro.

O CONCEITO DE *SOCIEDADE* NO PRIMEIRO MOMENTO DA TEORIA ENUNCIATIVA DE BENVENISTE: A OPOSIÇÃO *NÓS X ELES*

Flores (2013, p. 88) nos informa que a distinção *pessoa/não pessoa*, a primeira da Teoria da Enunciação, fundamenta a presença linguística da subjetividade. Interessa-nos, neste texto, fazer não um exame completo das características que distinguem *pessoa/não pessoa*, tarefa já realizada por Flores (2013), mas centrar nossa atenção na relação *pessoa/não pessoa* em relação ao par *nós/eles*, isto é, no que podemos, então, chamar de *fundamento linguístico da subjetividade social*.

Ao introduzir a passagem das formas do singular para as formas do plural, Benveniste afirma que há nessa passagem, além da centralidade do *eu* outra peculiaridade: “Cria-se em inúmeras línguas uma diferenciação da forma verbal da primeira pessoa do plural sob dois aspectos distintos (inclusivo e exclusivo) que denuncia uma complexidade particular” (PLG I, p. 256). Ainda, segundo Benveniste, a distinção *eu+ vós* e *eu+ eles* é importante “numa grande parte das línguas ameríndias, australianas, no papua, malaio-polinésico, dravídico, tibetano, mandchu e tunguze, nama, etc.” (PLG I, p. 256).

Ainda sobre a relação entre “*eu*” e “*nós*”, Benveniste faz uma importante definição: “Se não pode haver vários ‘*eu*’ concebidos pelo próprio ‘*eu*’ que fala, é porque ‘*nós*’ não é uma multiplicação de objetos idênticos mas uma junção entre ‘*eu*’ e não-*eu*’. Essa junção forma uma totalidade nova, no qual os componentes não se equivalem: em ‘*nós*’ é sempre ‘*eu*’ que predomina (...) e esse ‘*eu*’ sujeita o elemento ‘não-*eu*’ pela sua qualidade transcendente” (PLG I, p. 256).

Benveniste afirma ainda que a distinção nós inclusivo/nós exclusivo não existe em diversas línguas, tais como as línguas indo-europeias. Acrescenta:

Esse “nós” é algo diferente de uma junção de elementos definíveis; a predominância de “eu” é aí muito forte, a tal ponto que, em certas condições esse plural pode substituir o singular. [...] expressões nas quais se misturam a necessidade de dar a ‘nós’ uma compreensão indefinida e a afirmação voluntariamente vaga de um “eu” **prudentermente** generalizado (p. 257-258, grifos nossos).

Acreditamos que, mesmo nas línguas derivadas do latim, se não é perceptível na forma pronominal essa distinção, ela é facilmente detectável no sentido do enunciado. Entendemos ainda que a “presença” do homem na linguagem nas ditas formas plurais se realiza sempre com alguma forma de inclusão, seja esta do interlocutor ou da não/pessoa. No entanto, qualquer forma de inclusão não apaga a subjetividade e a prevalência do “eu”. Salientamos o advérbio “prudentermente” na citação acima para mostrar que a diferença entre ‘eu’ e ‘nós’ é da ordem da prudência da enunciação. Em uma certa “economia enunciativa” (FLORES; TEIXEIRA, 2012, p. 422), é possível dizer que a passagem do “eu” ao “nós” é de uma certa “força” ou “custo” enunciativo: o uso do “nós” parece trazer certo efeito de “atenuação” do enunciado⁹⁰. Benveniste não faz um longo esclarecimento sobre a oposição *nós/eles*, pois, para ele, a verdadeira e relevante oposição é *eu/nós*. Desse fato, concluímos que a concepção de sociedade, no primeiro momento da teoria da enunciação, é a de um “eu” que ora se torna “prudente” e não ousa dizer o que quer dizer, ora inclui o interlocutor ou não o inclui. Parece-nos, assim, que a noção de *sociedade* comparece apenas como um primitivo teórico, um negativo, apenas um elemento em uma rede conceitual de constituintes (para usar a epistemologia proposta por BOUQUET, 1998). A sociedade é sempre um “eu” que não ousa, que prudentermente se generaliza.

⁹⁰ As noções de *economia/custo enunciativo* estão tanto em Flores e Teixeira (2011, p. 422) quanto em Culioli (conforme ROMERO, 2010, p. 483).

O CONCEITO DE SOCIEDADE NO SEGUNDO MOMENTO DA TEORIA ENUNCIATIVA DE BENVENISTE

No texto *Semiologia da língua*, como nos alerta Flores (2013, p. 146-47), estamos diante de um dos trabalhos mais complexos de Benveniste. Segundo Flores (2013), esse texto deve ser lido em *duas partes*. Interessa-nos, nesse momento, ler a segunda parte, onde aparece a reflexão de Benveniste sobre a especificidade da língua diante de outros sistemas semióticos, bem como onde o linguista esclarece as possibilidades de relação entre “língua” e “sociedade”⁹¹. Antes de entrar nas considerações de Benveniste sobre o nosso tema, é importante trazer alguns pressupostos para a discussão. Para início de conversa, Benveniste nos informa que existem três possibilidades de relações entre sistemas semióticos, a saber: 1) a relação de *engendramento*, isto é, a relação em que um sistema pode engendrar outro; 2) a relação de *homologia*, isto é, a correlação entre duas partes de dois sistemas; 3) a relação de *interpretância*, isto é, a relação que a língua mantém com os outros sistemas. Com essas três possibilidades, Benveniste pretende dar conta da totalidade das relações entre sistemas semióticos? Não é o que parece. No parágrafo seguinte, Benveniste acrescenta uma quarta relação: a “relação sociológica”. Vejamos na íntegra o parágrafo onde Benveniste concentra suas reflexões sobre “língua” e “sociedade”, para, em seguida, fazer os devidos comentários:

Aqui se vê como a relação semiológica se distingue de todas as outras, notadamente da relação sociológica. Se se interrogasse,

91 Diferentemente de Rosário (2018), que aponta o estudo da relação entre língua e sociedade para a consideração de três textos entrelaçados, a saber, “A semiologia da língua”, “Estrutura da língua e da sociedade” e a Aula 5 das Últimas Aulas de Benveniste, acreditamos que o estudo dessas relações pode estar em quaisquer textos de Benveniste, e também no estudo aprofundado de um único texto, como estamos realizando neste capítulo e como também já realizamos em Silva (2016).

por exemplo, sobre a situação respectiva da língua e da sociedade – tema de muitos debates – e sobre seu modo de dependência mútua, o sociólogo, e provavelmente qualquer um que enfoca a questão em termos dimensionais, observará que a língua funciona no interior da sociedade, a qual a engloba; decidirá então que a sociedade é o todo, e a língua, a parte. Mas a consideração semiológica inverte essa relação, porque somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade. Poder-se-ia dizer que é a língua que contém a sociedade. Assim, a relação de interpretância que é semiótica, inverte a relação de encaixe que é sociológica. Esta, objetivando as dependências externas, reifica de modo semelhante a linguagem e a sociedade, enquanto que aquela as coloca em dependência mútua segundo sua capacidade de semiotização. (BENVENISTE, 1989, p. 63).

O primeiro comentário a fazer é justamente a consideração de que a relação sociológica seria uma “quarta” relação. Na verdade, parece-nos que Benveniste não apresenta três ou quatro relações entre sistemas e si sim somente *duas*: *uma relação de interpretância*, que é semiológica isto é, entre dois sistemas semiológicos e *uma relação entre sistema semiótico e sistema não semiótico* (que pode ser sociológica, ou de engendramento, ou de homologia). Entendemos que a relação de interpretância entre língua e outro sistema semiótico converte esse “outro” sistema em um sistema com signos articulados “como” a língua (significante/significado). Nas próximas citações, procuraremos reforçar essa interpretação.

O segundo comentário refere-se à seguinte afirmação: “Mas a consideração semiológica inverte essa relação, porque somente a língua torna possível a sociedade [...] é a língua que contém a sociedade. Assim, a relação de interpretância, que é semiótica, **inverte a relação de encaixe**, que é sociológica” (BENVENISTE, 1989, p. 63, grifos nossos). Nesse trecho, vemos que a relação de interpretância modifica uma outra relação: a sociológica. A relação de interpretância

não somente instaura relações, mas também “inverte”, transforma outras relações.

O terceiro comentário refere-se à afirmação final do parágrafo, a saber: “Esta, objetivando as dependências externas, reifica de modo semelhante a linguagem e a sociedade, enquanto que aquela as coloca em dependência mútua segundo sua capacidade de semiotização” (BENVENISTE, 1989, p. 63). Essa citação nos indica duas coisas: 1) há relações entre linguagem e sociedade que “reificam” um ou outro termo; 2) há relações entre linguagem e sociedade que colocam no mesmo patamar linguagem e sociedade. Entendemos, a partir de nossa leitura de Benveniste, que a relação sociológica “reifica” a sociedade; há análises linguísticas que “reificam” um ou outro termo; e a análise linguística que se queira semiológica coloca linguagem e sociedade no mesmo patamar.

Flores (2019, p. 110) é um pouco mais radical, ao escrever que:

Qualquer pesquisador que se aventure no conturbado terreno das relações entre a língua e a sociedade deve fazê-lo a partir de um ponto de vista muito bem delimitado; caso contrário, facilmente, poderá incorrer em excessiva generalidade [...] ou mesmo incongruência – na medida que pode cometer equívocos epistemológicos graves.

Resta-nos saber, então, se as análises linguísticas que temos praticado são “semiológicas”, de fato, ou, ainda, se não confundem princípios epistemológicos de “linguísticas” diferentes.

Uma observação sobre o termo *reificação* utilizado ao final do parágrafo. Embora não possamos afirmar a ligação entre Benveniste e o marxismo⁹², sabemos que esse termo foi utilizado no marxismo para designar uma forma particular de alienação, na produção capitalista. Ainda que Benveniste não tenha usado o termo no sentido marxista

92 Remetemos o leitor para o texto de Milner (2003), intitulado “Benveniste II. Ibat obscurus” para uma argumentação mais completa sobre tal ligação.

e sim no sentido de coisificação de seres humanos ou objetificação de conceitos abstratos, chama-nos atenção o fato de um termo tão marcado na Sociologia esteja presente no texto benvenistiano. Com o texto *Semiologia da língua*, e a análise do segundo momento da Teoria benvenistiana, concluímos que a noção de sociedade se complexifica potencialmente: não se trata apenas de analisar o uso e o sentido de “nós...” ou “vocês...” nas diversas línguas mas compreender o próprio estatuto do termo ‘sociedade’: seja este “reificado” ou colocado como ponto de partida (com categorias pré-definidas) ou seja este colocado como “resultado” das relações linguísticas. O termo “sociedade” não funciona na Teoria benvenistiana como um ‘fundo’ no qual os interlocutores operam: funciona, de fato, também como um processo da própria enunciação.

O CONCEITO DE SOCIEDADE NO TERCEIRO MOMENTO DA TEORIA ENUNCIATIVA DE BENVENISTE

Para compreender o terceiro momento da teoria enunciativa, recorremos ao texto *O aparelho formal da enunciação*. Assim como o texto *Semiologia da língua* é dividido em duas partes, o texto “O aparelho formal” também o é. A segunda parte, a nosso ver, inicia na página 87 com a seguinte frase: “O que em geral caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (*PLG II*, p. 87) que é, ao mesmo tempo, uma *nova* definição de enunciação e o começo de uma *nova* discussão sobre a sociedade. Nesse mesmo trecho, vemos que Benveniste caracteriza a relação entre o “eu” e o “outro” de quatro formas distintas, a partir de uma “ênfase” ou “acentuação discursiva”⁹³. Dentre

93 Para uma interpretação da noção de “acentuação discursiva”, remetemos o leitor ao primeiro capítulo da Tese (Silva, 2013).

essas quatro acentuações discursivas, está a acentuação “coletiva”, que nos interessa examinar mais de perto. Nas quatro e exíguas quatro páginas finais do texto “O aparelho formal”, identificamos a acentuação discursiva coletiva a quatro situações exemplificadas por Benveniste: 1) a comunhão fática; 2) a fraseologia; 3) a relação entre língua falada e língua escrita; 4) a própria escrita. Nenhuma delas Benveniste analisa ou descreve diretamente: à primeira o autor faz uma longa citação do antropólogo Malinowski e se abstém de comentários.

De fato, Benveniste faz um único grande comentário, o qual serve para qualquer uma das quatro acentuações discursivas, a saber:

Estas situações exigiriam uma dupla descrição, da forma linguística e da condição figurativa. Contenta-se muito facilmente com invocar a frequência e a utilidade práticas da comunicação entre indivíduos, para que se admita a situação de diálogo como resultando de uma necessidade, abstendo-se assim de analisar as múltiplas variedades (BENVENISTE, 1989, p. 88).

Benveniste nos informa que não é simples uso de “nós” ou “eu”, ou formas gramaticais inclusivas ou exclusivas que garantem um ou outro tipo de “sociedade” com o outro. A enunciação é um fato complexo que tem dois níveis: um nível da “fala” e um nível do “discurso”. Numa enunciação dita “irônica”, por exemplo, o nível “discursivo” apresenta um sentido; e o nível das formas tem outro sentido.

Concluímos que na terceira fase de Benveniste, diferentemente da primeira e da segunda, a sociedade é colocada “dentro” da língua, do próprio “aparelho de apropriação à disposição do locutor”. Seja pela escolha de um acento “individual” ou “coletivo”, o locutor, em sua própria enunciação, instaura uma ou duas maneiras de ser e fazer sociedade com o “outro”, seja de uma forma mais próxima, seja de uma forma distanciada. Se na segunda fase, Benveniste propõe diversas formas de relacionar “linguagem” e “sociedade”, na terceira fase ele propõe, então, uma relação semiológica interna à língua e à

disposição do locutor. Além disso, na terceira fase Benveniste menciona mesmo diversas situações de uso estudadas por antropólogos (“hainteny”, “comunhão fática”) como forma de alargar sua perspectiva de análise. De qualquer forma, observamos a ampliação do escopo das análises de Benveniste: de uma abordagem estritamente linguística (e comparativa de línguas) a uma abordagem geral e antropológica.

DE UMA ABORDAGEM LINGUÍSTICA A UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA: UMA QUARTA HIPÓTESE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E SOCIEDADE?

Nesta seção, apresentaremos uma pequena incursão por um grande linguista que ousou discutir diretamente as afirmações de Benveniste, propondo ainda uma perspectiva própria de linguagem: Henri Meschonnic. Teceremos considerações somente quanto ao texto *Benveniste: sémantique sans sémiotique*, uma vez que esse texto dialoga diretamente com o “Semiologia da língua” de Benveniste e principalmente porque apresenta uma abordagem antropológica de linguagem (NEUMANN, 2017).

Do texto de Meschonnic, que traz uma longa e importante discussão sobre a unidade/signo na língua e nas obras de arte refletindo de perto sobre a relação entre Benveniste e Peirce e Benveniste e Saussure, interessa-nos a reflexão que Meschonnic faz da afirmação de Benveniste (1995) de que gestos de polidez (mudras, p. ex.) são semiótico sem semântico. Essa pequena reflexão de duas páginas nos interessa justamente porque Meschonnic escolhe um “fato social” – o gesto de polidez – como forma de questionar a existência do semiótico sem o semântico (e vice-versa). Assim, para Meschonnic (2008), todo fato social (seja um gesto de polidez, seja uma obra de arte) tem uma

forma e um sentido, pois mobilizados por um sujeito. Vejamos sua reflexão diretamente:

Um toque de chapéu, um gesto de polidez justificam, justamente, a categoria como tal. Desde que tomemos esses gestos no seu jogo social, é mais difícil de excluir uma semântica. [...] Essas poses (asanas) tem cada uma um sentido específico, *codificado*. Elas não são exemplo do semiótico sem semântico, e na sua perfeição, que vê do exterior do código, por aqueles que o ignoram. Mas cada pose, vista pelos iniciados, tem um sentido. [...] Quanto ao jogo social corrente, e variável, dos gestos de polidez, não podemos sustentar, por causa mesmo de serem concernentes a posturas do corpo, que eles sejam destituídos de sentidos.⁹⁴ (MESCHONNIC, 2008, p. 399).

Nesse trecho, percebemos que o fato de um jogo ou fato social ter ou não sentido depende do sujeito ser ou não “iniciado” no “jogo social” em questão. Dessa forma, a nosso ver, e como confirmaremos mais adiante no próprio Meschonnic, não se trata de pensar as relações entre língua e sociedade, seja como de interpretância, seja como homológica ou sociológica. Para Meschonnic (2008), ao considerar as “obras” do homem (seja um gesto religioso, seja uma pintura, seja um poema), há sempre semiótico e semântico e sempre há não um “falar de” e sim “dizer”, criar um “mundo”. Há, então, somente *relações homológicas específicas*:

O primeiro problema intervém a propósito da “relação de interpretância” (p. 61) que tem lugar entre um “sistema interpretante e um sistema interpretado” (p. 61). Essa relação define a língua como uma “relação sociológica”. Ela faz com que a “língua permita a sociedade”, que a “língua contenha a sociedade”. Não o inverso.

94 No original: “Un coup de chapeau, un geste de politesse justifie, mais toute juste, la categoria comme telle. Dès qu'on prend ces gestes davantage dans leur jeu social, il est de plus en plus difficile d'en exclure une sémantique. (...) Ces poses (asanas) ont chacune un sens spécifique, *codé*. Elles ne sont un exemple du semiotique sans sémantique, et dans sa perfection, que vu de l'extérieur du code, par ceux que l'ignorent. (...) Quant au jeu social courant, et variable, des gestes de politesse, on ne peut pas non plus soutenir, du fait même qu'ils concernent des postures du corps, qu'ils soient dénués d'une sémantique” (MESCHONNIC, 2008, p. 399).

O problema é aquele da possibilidade e dos limites de ligação de uma relação de interpretância e a relação de homologia.

Benveniste distinguiu três tipos de relação: a relação de engendramento [...], a relação de homologia (...); [...]; enfim a relação de interpretância, relação própria à língua, e que faz da língua “interpretante de todos os sistemas semióticos”. Compreendido aí os não linguageiros. De que resulta que a linguagem é a metalinguagem. O interpretante, mas como e até que ponto?

Esse problema aparece se confrontamos o primeiro traço da relação de interpretância com a relação de homologia. O primeiro traço é “a enunciação, que porta referência a uma situação dada; falar, é sempre falar de”. [...]

Ainda não podemos esquecer, quando essa função é confrontada à obra de arte, precisamente quando é definida – reconhecida – como uma semântica sem semiótica, que falar de se encontra numa relação de exterioridade radicalmente insatisfatória, por relação a uma transitividade interna que designa não mais *falar-de*, mas *dizer*. (...) A relação não é mais de interpretância mas de uma homologia específica. *Dizer* e *fazer* aí são o mesmo; forma, particular da obra de arte, do performativo. Métafora, se quisermos, do performativo linguístico. Mas só à título transitório”. (MESCHONNIC, 2008, p. 406-8)⁹⁵.

95 No original: “Le premier problème intervient à propôs de la “relation d’interdépendance” (p. 61), qui a lieu “entre um système interprétant et un système interprété” (p. 61). Cette relation définit la langue comme un “rapport sociologique”. Elle fait que “seule la langue permet la société” (p. 62), et que “c’est la langue qui contient la société”. Non l’inverse. Le problème est celui de la possibilité et des limites du rapport entre la relation d’interpréance et la relation d’homologie. Benveniste avait distingué trois “types de relation”: la relation d’engendrement [...]; la relation d’homologie [...] la “relation d’interpréance”, rapport propre à la langue, et qui fait de la langue “l’interprétant de tous les systèmes sémiotiques” (p. 61). Y compris non langagiers. Où le la langue est le métalangage. L’interprétant, mais comment et jusqu’où?” Ce problème apparaît si on confronte le premier trait de la relation d’interpréance avec la relation d’homologie. Le premier trait est “l’énonciation, qui porte référence à une situation donnée; parler, c’est toujours parler-de”. [...] Or on ne peut pas oublier, quand cette fonction est confrontée à l’ouvre d’art, précisément quand celle-ci est définie – reconnue – comme une sémantique sans sémiotique, que le parler-de se trouve dans une relation d’exteriorité radicalement insatisfaisante, par rapport à une transitivité interne que désigne non plus parler-de, mais dire. [...] La relation non est plus d’interpréance, mais d’une homologie spécifique. Dire et faire y sont un et le même: forme, particulière à l’ouvre d’art, du performatif. Métafore, si on veut, du performatif linguistique. Mais juste à titre transitoire”.

Nesse trecho, vemos que Meschonnic retorna de certa forma ao problema das relações entre “língua” e “sociedade”. O poema, a obra de arte não “fala de tal aspecto da sociedade”: o poema *diz* a sociedade, codifica-a em seus termos. Ao que Meschonnic chama de homologia. Isso cria um problema: como a língua pode “interpretar” se ela é a própria “matéria” da poesia e também o único meio de *dizer* (e compreender) a sociedade? Uma última citação de Meschonnic, em que vemos o desconcerto de seu pensamento:

O conflito entre um infinito semântico e uma totalidade semiótica é um dado imediato e necessário de relações entre a poética e a teoria da linguagem. A questão é: como a relação entre uma semântica sem semiótica e a língua como sistema semiótico-semântico pode ser ela mesma semiótica? [...]

Essa dupla dificuldade, de fazer confrontar ao falar-de, e do múltiplo imprevisível do valor confrontado à identidade-totalidade da língua, é mostrada e escondida na exposição de Benveniste. Isso me parece que ela dá a demonstração mesma que a relação entre a semiótica sem a semântica e a semiótica-língua não é justa e não será jamais justa: há e *sempre* existirá um *resto*, indefinido e infinito, que escapa à interpretação, e que define um futuro irreduzível do valor e do sentido, do qual a ligação é a arte, a dificuldade de pensar a arte, e que, de arte, não há senão obras. Não há senão o particular para pensar o geral. 96 (MESCHONNIC, 2008, p. 410-11, grifos nossos em negrito).

96 No original: “Le conflit entre un infini sémantique et une totalité semiotique est un donnée immediate et nécessaire des rapports entre poétique et la théorie du langage. La question est: comment la relation entre une sémantique sans sémiotique et la langue comme système sémiotique-sémantique peut-elle être elle-même sémiotique? [...] Cette double difficulté, du faire confronté au parler-de, et du multiple imprévisible de la valeur confronté à l'identité-totalité (elle-même variable) de la langue, est montrée et cachée dans l'exposé de Benveniste. Il me semble qu'elle donne la démonstration même que le rapport entre la sémantique sans sémiotique et la sémiotique-langue ne tombe pas juste et ne tombera jamais juste: il y a et il y aura toujours un reste, indéfini et infini, qui échappe à l'interprétence, et qui définit un avenir irréductible de la valeur et du sens, dont le lieu est l'art, la difficulté de penser l'art, il n'y a jamais que des oeuvres. Il n'y a que le particulier pour penser le général!” (MESCHONNIC, 2008, p. 410-11).

Vemos aí que Meschonnic captura com precisão o ponto da “falha” do edifício conceitual benvenistiano: como produzir uma “teorização” se semiótico e semântico têm naturezas e funcionamentos distintos? Como pensar que a língua “interpreta” outros sistemas se nem a língua em si mesma consegue ter uma força de coesão e fechamento significativo? Subscrevemos, assim, a afirmação final do autor, quando diz que *não há senão o particular para pensar o geral*. Da mesma forma, entendemos que Meschonnic lança uma “quarta” hipótese sobre as relações entre língua e sociedade: cada obra, cada texto, cada fala traz em si uma visão da sociedade. Alguém poderia dizer que essa hipótese já está contida no “projeto” de *O aparelho formal da enunciação*: acreditamos, a nosso ver, que Meschonnic desloca a questão da *potência de sentido* do “centro da língua” (o aparelho) para o fruto do trabalho humano, a obra em sua potência infinita de nos interrogar.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988, p. 247-259.
- BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1995, p. 43-67.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1995, p. 81-90.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. Linguística da Enunciação - uma entrevista com Marlene Teixeira e Valdir Flores. *ReVEL*, v. 9, n. 16, 2011. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_16_entrevista.pdf.

FLORES, Valdir do Nascimento. Língua, sociedade e cultura. In: FLORES, Valdir do Nascimento. *Problemas gerais de linguística*. São Paulo: Vozes, 2019, p. 109-136.

HARARI, Yuval. Noah. *Uma breve história da humanidade*. Tradução de Janaína MarcoAntonio. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

MESCHONNIC, Henri. Benveniste: sémantique sans sémiotique. In : MESCHONNIC, Henri. *Dans le bois de la langue*. Paris: Laurence Teper, 2008.

MILNER, Jean-Claude. Benveniste II: Ibat obscurus. In: MILNER, Jean-Claude. *El périplo estructural: figuras y paradigma*. Buenos Aires: Amorrortu, 2003, p. 89-116.

NEUMANN, Daiane. A problemática de uma antropologia histórica da linguagem. *Diálogo das Letras. Pau de Ferros*, v. 6, n.2, p. 232-246, jul-dez.2017.

ROMERO, Marcia. Um possível diálogo entre as Teorias das Operações Enunciativas e a Aquisição: identidade semântica e produtividade discursiva. *Alfa*, São Paulo, 54 (2): 475-503, 2010.

ROSARIO, Heloísa Monteiro. *Um périplo benvenisteano: o semiólogo e a semiologia da língua*. Tese de Doutorado (Estudos da Linguagem). UFRGS, Instituto de Letras, Porto Alegre, 2018.

SILVA, Silvana. *O homem na língua: uma visão antropológica da enunciação para o ensino da escrita*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013. Tese de Doutorado.

SILVA, Silvana. Sociedade, sociedades: epistemologias para estabelecer princípios de uma teoria social da enunciação. *Revista (Con)textos lingüísticos*, vol. 10, n. 17, 2016, p. 236-253.

12

Patrícia da Silva Valério

**AFINAL, O QUE
É A *COMUNHÃO FÁTICA*?**
ENSAIO SOBRE
A ENUNCIÇÃO EM TEMPOS
DE ISOLAMENTO SOCIAL

DOI: [10.31560/pimentacultural/2020.281.325-341](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2020.281.325-341)

INTRODUÇÃO

Quando surgiu o convite para participar desta obra que presta uma homenagem a Émile Benveniste pelos 50 anos de publicação do artigo *O aparelho formal da enunciação*, não poderia imaginar que escreveria este texto durante uma pandemia⁹⁷ que, iniciada na China em dezembro de 2019, chegou rapidamente ao continente europeu, se espalhou pelas Américas e pelo território brasileiro, nos afastando fisicamente das pessoas, já que o distanciamento social é a recomendação mais segura da Organização Mundial da Saúde para prevenir o rápido contágio.

O que essas informações da área da saúde têm a ver com a linguística, ou, mais especificamente, com Émile Benveniste, poderá se perguntar o leitor⁹⁸? Este texto pretende mostrar que Émile Benveniste tem muito a dizer sobre as relações humanas nesse período da pandemia, e pode ser interessante entender seu pensamento para além das décadas que nos separam da sua última publicação.

É inegável a abrangência interdisciplinar que o pensamento deste autor, convocado por pesquisadores de diferentes áreas do pensamento, é capaz de produzir, já que, como disse Teixeira (2012,

97 Até início do mês de maio de 2020, o SARS-CoV-2, vulgarmente conhecido como coronavírus, havia acometido aproximadamente 4 milhões de pessoas no mundo e levado à morte mais de 280 mil. No Brasil, onde há subnotificação de casos, pois não foram aplicados testes em larga escala, registravam-se, até o momento em que este texto foi finalizado, pelo menos 160 mil casos, com mais de 11 mil mortes. Fonte: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/10/numero-de-notificacoes-de-covid-19-ultrapassa-4-milhoes-no-mundo.ghtml> Acesso em: 10 mai. 2020.

98 Talvez o leitor experiente de Émile Benveniste encontre nessa reflexão pouca novidade. Entretanto, registro minha satisfação em integrar esta publicação, que reúne produções de pesquisadores que são referência nos estudos benvenistianos e cujas reflexões seguem inspirando pesquisas em Porto Alegre, Passo Fundo e Pelotas, para citar apenas alguns. Este capítulo foi produzido a partir de um lugar bastante particular, que assumi no projeto de pesquisa *Linguagem e interação*, desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, e que visa aproximar os estudos linguísticos das outras áreas do conhecimento.

p. 72), “sob a descrição linguística miúda e pormenorizada estão colocadas questões de interesse muito amplo”.

Os participantes do III Colóquio de leituras de Émile Benveniste, realizado na Universidade Federal de Pelotas, em outubro de 2019, puderam testemunhar a amplitude do pensamento desse autor cujas reflexões dialogam com a filosofia, a literatura, a arte e podem ser conferidas no conjunto de textos que integram edição especial⁹⁹ da Revista *Linguagem e ensino* da UFPEL.

Para explicitar a relação do pensamento de *Émile* Benveniste com o que vivemos em tempo de isolamento social, revisitamos o artigo publicado em 1970, olhando com atenção para uma discussão presente na parte final, quando Benveniste cita textualmente Malinowski. Trata-se de um trecho em que há uma referência a um fenômeno denominado de “comunhão fática”, expressão usada por Malinowski, retomada mais tarde por Jakobson, mas que muitas vezes acaba sendo atribuída por alguns pesquisadores ao próprio Benveniste, como vimos em alguns textos¹⁰⁰ que tratam do tema *enunciação*. Buscamos Malinowski para compreender a relação entre o conceito de comunhão fática, resgatado por Benveniste, e o conceito de enunciação para, finalmente, relacionar tais conceitos com as experiências de linguagem vividas na atualidade.

99 A publicação da edição temática *Leituras de Émile Benveniste*, da Revista *Linguagem & Ensino*, da Universidade Federal de Pelotas, durante a escrita deste texto, encontrava-se em edição e deverá integrar o segundo número de 2020.

100 Um exemplo que comprova essa afirmação pode ser encontrado na obra *A (re) escrita em espaço escolar: a relação professor-saber-aluno*, de Carmen Lúcia Hernandes Augustini e Érica Daniela de Araújo (2019).

A COMUNHÃO FÁTICA E A ENUNCIÇÃO

Há algum tempo, o fenômeno da comunhão fática e sua relação com a enunciação de Benveniste desperta nosso interesse. O que seria esse “limite do diálogo”, que Benveniste refere ao final do artigo publicado na Revista *Langages*? Seriam – a comunhão fática e a enunciação – dois fenômenos distintos? Ou o que Malinowski denominou de comunhão fática seria uma das possibilidades de enunciação? Sendo a resposta a essa última pergunta *sim* ou *não*, outra questão permanece em aberto: quais são os princípios que atenderiam à condição da enunciação em Benveniste?

No artigo *A linguagem e a experiência humana em serviços de teleatendimento* (VALÉRIO, 2018), tentamos argumentar sobre a (im)possibilidade de construção da intersubjetividade em serviços de teleatendimento, uma vez que, diante da artificialidade da linguagem da máquina, as categorias de pessoa e de tempo não estariam plenamente preenchidas¹⁰¹. Reconhecemos os limites da reflexão daquele momento, embora o fenômeno da artificialidade da comunicação com uma máquina que, muitas vezes, parece apenas dar conta do contato continue produzindo efeitos nesta pesquisadora. Nesse sentido, a reflexão de Milano (2020) sobre as categorias de pessoa, tempo e espaço em recortes oriundos do campo da literatura e do cinema mostra, inspirada em Dufour (2000), que há elementos *complicadores* dependendo da visão assumida para lidar com um determinado objeto, visão essa que pode assumir uma perspectiva unária, binária ou trinitária. A perspectiva assumida pela pesquisadora a partir do campo artístico mostra que a definição da categoria “eu” pode se tornar bastante difusa, a depender do ponto de vista

101 É preciso informar, como ensinou Saussure, que o ponto de vista que delimitava o objeto naquela ocasião era outro, posto que tomava por base outro artigo de Émile Benveniste, *A linguagem e a experiência humana* (1965).

assumido, o que significa que o conceito de pessoa pode assimilar noções imbricadas de espaço e tempo.

A compreensão assumida no texto ora proposto sofre efeitos dessas últimas leituras, especialmente desta perspectiva trinitária resgatada por Milano (2020) e também do isolamento da pandemia.

Assim, este capítulo visa mostrar um percurso de leitura de trás para frente do artigo *O aparelho formal da enunciação* – de agora em diante OFE –, colocando em evidência o conceito de *enunciação* em diálogo com o conceito de *comunhão fática* derivado de Malinowski. Ao final, pretendemos mostrar em que medida as experiências vividas na e pela linguagem durante esse período de distanciamento social se relacionam (ou não) com tais conceitos.

É sabido que Benveniste redigiu o texto OFE atendendo ao pedido de Todorov, que organizava uma edição especial da *Revista Langages* sobre enunciação. Nesse texto, em que o linguista procura sistematizar estudos de aproximadamente 30 anos sobre o tema *enunciação*, chama atenção dos leitores atentos um trecho final, em que há questões em princípio estranhas ao conjunto proposto: “Após definir os diferentes aspectos da enunciação: vocal, semantização e quadro formal da realização –, Benveniste lança-se num questionamento acerca dos limites da enunciação” (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p. 3). Os pesquisadores referem-se ao questionamento do linguista sírio-francês acerca da possibilidade de haver diálogo¹⁰² fora da enunciação

102 Vale observar que esta é a primeira ocorrência da palavra *diálogo* no texto de Benveniste, que comparece 11 vezes ao longo da reflexão, sendo apenas a última ocorrência entre aspas (e no penúltimo parágrafo). A definição de diálogo em OFE não tem qualquer relação com diálogo como princípio constitutivo do discurso, tal como significaria para os intelectuais que integravam o Círculo de Bakhtin (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2010). O conceito de *diálogo* aqui parece estar restrito à concepção de forma. Quando Benveniste (1989, p. 84) define enunciação como ato, afirma que este possibilita “a emergência dos índices de pessoa (a relação eu-tu) que não se produz senão na e pela enunciação: o termo eu denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo tu, o indivíduo que está aí presente como alocutário”.

ou enunciação sem diálogo, ao qual o próprio linguista responde que ambas devem ser examinadas.

Para mostrar a possibilidade de haver diálogo fora da enunciação, o linguista explicita o *hain-teny* dos Merinas, espécie de jogo verbal em que os parceiros do diálogo citam provérbios em sequência e em réplica, em que “não há uma única referência explícita ao objeto do debate” (BENVENISTE, 1989, p. 87). Vence o jogo aquele que dispuser do maior estoque de provérbios, ou que for mais habilidoso, menos previsível e surpreender o outro que não saberá o que responder. O linguista conclui o exemplo, dizendo que este jogo tem apenas a *aparência de um diálogo* ou, como argumentam Flores e Teixeira (2013), há um diálogo na forma, mas não há diálogo no sentido. Chama-nos atenção a afirmação de Benveniste sobre ausência de referência “ao objeto do debate” no *hain-teny* dos Merinas. Ou seja, para Benveniste, a referência é uma das condições da enunciação, como é possível comprovar no início de OFE:

na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação para a língua é, para o locutor, **a necessidade de referir pelo discurso**, e, para o outro, **a possibilidade de co-referir** identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. **A referência é parte integrante da enunciação.** (BENVENISTE, 1989, p. 84, grifos nossos).

Assim, no *hain-teny* dos Merinas, não há enunciação, embora exista diálogo, porque não há referência ao objeto do debate. Logo, sem referência, não há enunciação. Não parece desnecessário lembrar que, no início de OFE, Benveniste (1989, p. 82) registra interesse na condição específica da enunciação como “o ato mesmo de produzir um enunciado e não o texto do enunciado”, afirmação que poderia indicar certa contradição com o que é dito posteriormente. Entretanto, merece destaque a afirmação final da citação de que “a referência é

parte integrante da enunciação”, isto é, esta não constitui, sozinha, a enunciação, a qual que é *ato*.

Um segundo fenômeno, o qual caracterizaria a enunciação sem diálogo, é o “monólogo”¹⁰³. Este, explica Benveniste (1989, p. 87), é “um diálogo interiorizado, formulado em ‘linguagem interior’ entre um eu locutor e um eu ouvinte”. Sobre tal particularidade, Benveniste (1989, p. 88) argumenta que, mesmo que apenas o *eu locutor* seja o único a falar, o *eu ouvinte* permanece presente, e “sua presença é necessária e suficiente para tornar significativa a enunciação do eu locutor”. O linguista do estudo das línguas mostra que este fenômeno pode ocorrer em diversas línguas, como em francês, português, inglês, alemão, russo. Trata-se de uma situação em que “EGO ou se divide em dois, ou assume um dos papéis” (BENVENISTE, 1989, p. 88), graças a uma característica do aparelho linguístico da enunciação, *sui-reflexivo*.

Antes de apresentar uma terceira variedade do que conclui constituírem formas complexas do discurso, Benveniste (1989, p. 86, grifos nossos) assim se refere às duas anteriores:

Estas situações exigiram uma dupla descrição, da forma linguística e da condição figurativa. Contenta-se muito facilmente com invocar a **frequência** e a **utilidade** práticas da comunicação entre os indivíduos, para que se admita a situação de diálogo como resultando de uma **necessidade**, abstendo-se assim de analisar as múltiplas variedades.

Será que esta última afirmação de Benveniste antes de citar Malinowski explicitaria uma crítica a certa simplificação no trato da análise das múltiplas variedades do diálogo, já que as análises que refere parecem se restringir à observação da *frequência – utilidade – necessidade* de diálogo em detrimento da ausência de uma dupla

103 A palavra “monólogo” é referida somente quatro vezes no artigo de Benveniste. Em todas as ocorrências, é usada entre aspas, o que leva o leitor a observar que não se trata de um monólogo no sentido tradicional do termo, mas de um “monólogo” apenas na forma, já que o sentido é de diálogo, como compreendem Flores e Teixeira (2013).

descrição (da forma linguística e do quadro figurativo)? O que estaria faltando seria isso: foco na forma e na condição figurativa? Não temos essa resposta, mas suspeitamos que Benveniste a vislumbrasse num horizonte próximo.

Benveniste (1989, p. 88-89) refere-se a uma dessas múltiplas variedades como sendo *das mais banais em aparência*, denominada por Malinowski de *comunhão fática*, um “processo em que o discurso, sob a forma de um diálogo, estabelece uma colaboração entre os indivíduos”.

O linguista sírio-francês traduz algumas passagens do texto do antropólogo polonês que merecem nossa atenção. Antes disso, queremos registrar nossa surpresa com o fato de É. Benveniste traduzir mais de uma página de trecho do artigo de Bronislaw Malinowski, publicado na obra *The meaning of meaning*, de Ogden e Richards (1923), e inserir esse trecho traduzido no artigo *O aparelho formal da enunciação*. É sempre bom lembrar o fato de que, em que pese a profundidade teórica, trata-se de um artigo de pequena extensão, já que ocupa somente dez páginas da obra *Problemas de Linguística Geral II* (de agora em diante, PLG II).

Flores e Teixeira (2013), como dissemos, tematizaram o conteúdo desta parte final do artigo OFE. O interesse dos pesquisadores, entretanto, recaía menos na referência sobre a comunhão fática e mais no fato de Benveniste ter trazido à baila tão extensa citação de Malinowski. O argumento dos autores à época era de que Benveniste evocaria o antropólogo muito em razão de seu interesse nas inter-relações entre linguagem e cultura, o que mostra o alcance social do fenômeno linguístico na perspectiva benvenistiana. Não só corroboramos, como queremos insistir nesse argumento, resgatando o próprio Malinowski.

O artigo de B. Malinowski foi publicado na obra *The meaning of meaning*, de Ogden e Richards (1923)¹⁰⁴. Trata-se, como podemos comprovar, do ensaio *The Problem of Meaning in Primitive Languages*, de B. Malinowski, p. 296-336, à época professor titular da cadeira de Antropologia da Universidade de Londres. O ensaio contém seis seções dedicadas à reflexão sobre a questão do sentido nas línguas primitivas e ao trabalho do etnógrafo. Benveniste seleciona trechos de Malinowski a partir da página 313, os quais integram a seção IV, cuja ementa, na parte introdutória do texto, é assim apresentada ao leitor:

A linguagem, em sua função primitiva, deve ser vista como um modo de ação, e não como um contra-sinal de pensamento. Análise de uma situação complexa da fala entre selvagens. Os usos primitivos essenciais da fala: fala em ação, manipulação ritual das palavras, a narrativa, 'comunhão fática' (discurso em relações sociais). (MALINOWSKI, 1923, p. 296, tradução nossa)¹⁰⁵.

Malinowski introduz a seção IV de seu texto, apresentando uma espécie de lista topicalizada de temas que serão desenvolvidos. Chama atenção a afirmação de que a linguagem deve ser vista como um modo de ação e não como uma expressão do pensamento. O antropólogo anuncia a partir de que ponto de vista construirá sua argumentação sobre a impossibilidade de se traduzir palavras de uma língua primitiva ou de uma língua muito diferente da nossa sem fornecer uma descrição detalhada da cultura de seus usuários. Seu interesse parece recair sobre questões que envolvem a significação (e o sentido) em uma perspectiva etnográfica, a qual implica um *modo de ação*. Vejamos um trecho do próprio Malinowski (1923, p. 313, tradução nossa) que confirma essa afirmação: "o discurso

104 Este artigo de Malinowski é o primeiro de dois ensaios suplementares que constam ao final da obra.

105 No original: "Language, in its primitive function, to be regarded as a mode of action, rather than as a countersign of thought Analysis of a complex speech-situation among savages. The essential primitive uses of speech: speech-in-action, ritual handling of words, the narrative, 'phatic communion' (speech in social intercourse)" (MALINOWSKI, 1923, p. 296).

narrativo encontrado em comunidades primitivas é principalmente um modo de ação social e não um mero reflexo do pensamento”¹⁰⁶. A análise do discurso narrativo das comunidades primitivas evidencia, portanto, um modo de ação.

Retornando ao texto OFE de Benveniste, percebemos que, na leitura que fizemos até então, havia nos passado despercebida a afirmação de Malinowski sobre a linguagem como *um modo de ação*. Para nós, o interesse do linguista parecia recair exclusivamente em um único aspecto: a definição da enunciação como atendendo ou não o critério do diálogo¹⁰⁷. Ocorre que a compreensão da enunciação como um modo de ação em Benveniste não parece mero detalhe, na medida em que permite vislumbrar, se não na essência, ao menos uma pequena convergência com uma reflexão que Benveniste propõe no texto *A filosofia analítica e a linguagem* (1963), publicado em PLG II, em que mostra, conforme apontamos em estudo recente, “não uma simples rejeição à definição do par constativo-performativo da escola de Oxford, mas uma persistência da noção de enunciação como acontecimento, como ato, evento único” (VALÉRIO, 2020, no prelo). Ou seja, acreditamos que a reflexão de Benveniste sobre o caráter performativo dos enunciados aponta para uma condição específica desses, que não nega simplesmente a característica de ação dos enunciados, mas acrescenta-lhes outra definição, que, talvez, especifique a primeira, a de enunciado como modo de ação. Acreditamos que a noção de enunciação como *ato* em Benveniste encontra abrigo no conceito de *comunhão fática* em Malinowski.

No trecho que Benveniste destaca de Malinowski, vemos que o antropólogo cita exemplos da linguagem usada no livre e fortuito intercurso social, tal como o que ocorre quando um grupo se senta

106 No original: “narrative speech as found in primitive communities is primarily a mode of social action rather than a mere reflection of thought” (MALINOWSKI, 1923, p. 313).

107 E a comunhão fática de Malinowski, se não poderia ser considerada como enunciação, estaria, pelo menos, “no limite do diálogo”.

junto à fogueira da aldeia para conversar, após um dia de trabalho. E afirma: “aqui a língua não depende do que acontece no momento; parece estar até privada de qualquer contexto de situação. O sentido de cada enunciado não pode estar ligado ao comportamento do locutor ou do ouvinte, com a intenção do que estão fazendo” (MALINOWSKI, *apud* BENVENISTE, 1989, p. 89). A longa citação revela que frases de cortesia, perguntas sobre a saúde ou comentários sobre o tempo são frases trocadas sem a intenção de informar ou de expressar um pensamento, mas representam um novo tipo de uso linguístico, o qual Benveniste nomeia de *comunhão fática*, “um tipo de discurso em que os laços de união são criados pela mera troca de palavras” (MALINOWSKI, *apud* BENVENISTE, 1989, p. 89). Tal discurso, conforme Malinowski, não se presta a transmitir uma significação, tampouco para expressar um pensamento, mas assume como principal objetivo o preenchimento de uma função social. Seu argumento recai na definição do contexto de *situação*, como o lugar onde se dá a troca de palavras que ocorrem pela comunhão de sentimentos específicos que formam a convivência gregária, pelo vai e vem que constituem o tagarelar comum. Nesta função, conclui o antropólogo, a linguagem se manifesta como um *modo de ação*.

Não nos parece que Benveniste traga Malinowski em citação tão longa por mero acaso. Tampouco que a definição de comunhão fática esteja no mesmo plano dos exemplos anteriores e rapidamente citados (o *hain-teny* dos Merinas e o “monólogo”). Talvez – e isso não está escrito textualmente por Benveniste, de modo que assumimos este argumento por nossa conta e risco –, o exemplo de Malinowski que aponta a comunhão fática como um modo de ação do discurso possua características que interessem à reflexão sobre enunciação de Benveniste.

Após essa longa transcrição do ensaio de Malinowski, Benveniste (1989, p. 90) afirma: “Estamos aqui no limite do diálogo”

e conclui que “A análise formal desta forma de troca linguística está por fazer”. Entretanto, em nota de rodapé, cita duas referências sobre o que seria uma possibilidade de análise formal desta forma de troca linguística, um artigo da filósofa Grace de Laguna (1927) e outro de Jakobson (1963).

Esta é a hipótese que levantamos e na qual queremos insistir. O argumento principal de Malinowski, na seção IV de seu artigo, parece mostrar que a linguagem pode, muito mais do que servir para comunicar ou expressar pensamento, ser importante para o comungar entre as pessoas, entendendo-se comungar como o preenchimento de uma função social. Essa terceira função da linguagem não seria, na leitura que fizemos, nem mais nem menos importante, mas uma outra possibilidade conferida à enunciação. Se essa função social seria a forma complexa do discurso que estaria por se fazer, Benveniste não diz. Entretanto, a definição de Malinowski para enunciação expressa no final da citação¹⁰⁸ é assumida, na íntegra, por Benveniste no início do artigo OFE.

Como sabemos, Benveniste não teve tempo de dar continuidade a essa reflexão, em razão da afasia de que foi acometido. Entretanto, o tema da comunhão fática segue pulsando entre os estudos linguísticos da atualidade.

Nesse sentido, encontramos um estudo de Couto (2013) que julgamos bastante apropriado para a reflexão que propomos: a de que antes de qualquer coisa, para poder iniciar qualquer contato, é preciso estar em comunhão com o outro. Couto (2013) é o representante principal dos estudos da *Ecolinguística*¹⁰⁹, uma visão de linguagem que

108 É de Malinowski a afirmação de que “a enunciação é um ato” (ver citação direta de Malinowski feita por Benveniste, 1989, p. 90).

109 Parte dos estudos do linguista da Universidade de Brasília pode ser consultada no artigo *O que vem a ser ecolinguística, afinal?*, publicado na Revista Cadernos de Linguagem e Sociedade (2013, n. 14, v.1).

assume como componente central algo que o pesquisador define por *ecologia da interação comunicativa*, os atos de interação que emergem na linguagem e que incluem o conceito de “comunhão”, derivado da “comunhão fática” de Malinowski. A esse conceito, Couto (2013) acresce a definição do linguista francês Gobard (1976, p. 23), para quem “a condição *sine qua non* de todo desenvolvimento humano é a relação afetiva em que a linguagem serve de suporte a uma *comunhão* e não a uma comunicação” (GOBARD *apud* COUTO, 2013, p. 303).

O que há de comum entre a comunhão fática de Malinowski, o conceito de *enunciação* em Benveniste, especialmente em OFE, e o estudo de comunhão na linguagem proposto por Couto (2013)?

Pensamos que Benveniste evoca Malinowski porque a definição do antropólogo sobre a comunhão fática como ação (não como expressão do pensamento nem como mera troca de informação) está profundamente relacionada com o conceito de *enunciação* que Benveniste assume no início deste mesmo artigo, conforme acabamos de informar. Vejamos uma afirmação do linguista nas páginas iniciais, quando argumenta que as condições de emprego das formas não são idênticas às condições de emprego da língua e acrescenta: “São em realidade dois mundos diferentes, e pode ser útil insistir nesta diferença, a qual implica uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as ver e de as interpretar” (BENVENISTE, 1989, p. 81). Insistimos no que afirma o linguista: *uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as ver e de as interpretar*.

Assim, será que as condições de emprego da língua nas formas complexas do discurso, para Benveniste, poderia contemplar o que Malinowski define por comunhão fática?

Acreditamos que, se o conceito de *comunhão fática* em Malinowski coincidir com o conceito de *enunciação* em Benveniste, como ato, é possível que sim. Sendo assim, vejamos a definição de

enunciação em Malinowski, citado pelo próprio Benveniste (1989, p. 90): “Cada enunciação é um ato que serve o propósito de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. Uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-se, não como um instrumento de reflexão, mas como um modo de ação”.

Desse modo, acreditamos que a visada antropológica de Benveniste sobre a enunciação não à toa acolhe a definição de Malinowski. A compreensão do antropólogo polonês acerca do fenômeno da linguagem como algo que, muito mais do que expressar pensamento ou comunicar, representa um *modo de ação* parece influenciar decisivamente a definição do conceito de Benveniste para enunciação em OFE como ato: “É o ato mesmo de produzir um enunciado e não o texto do enunciado que é nosso objeto” (BENVENISTE, 1989, p. 82).

Respondida nossa relação entre o conceito de *enunciação* e o de *comunhão fática*, resta estabelecer o elo com a atualidade. O que a linguística da enunciação tem a ver com esses tempos de pandemia? Antes de responder, recorremos a Couto (2013), para quem os especialistas, ao tratarem de temas de interesse de sua área, não podem jamais esquecer-se de que ela é parte de um todo maior. Linguística, linguagem e pandemia, portanto, eis a relação.

CONCLUSÃO

É chegada a hora de tentar responder a proposição que fizemos no início deste capítulo. O que fizemos (e continuamos fazendo) durante a quarentena? Estamos expressando pensamento, nos comunicando ou mantendo contato? São essas três ações distintas? Vemos que não é possível sequer referir-nos a essas três possibilidades sem usar a palavra “ação”.

O que assistimos na televisão, nas transmissões ao vivo, nas interações e trocas de mensagens nas redes sociais, nos telefonemas e nas ligações por videochamadas, especialmente nesse período de distanciamento social?

O que temos feito senão mantermo-nos em comunhão, sob diversas formas, tomando emprestada a definição de Couto (2013) acerca da comunhão fática, uma das múltiplas variedades do diálogo, cuja análise formal está ainda por se fazer, como previu Benveniste (1989)? Seria a representação de um modo de ação um dos princípios que atenderiam à condição da enunciação em Benveniste?

Não temos certeza desse critério, mas não temos dúvida de que é através da língua/linguagem que suportamos esse período de quarentena. Defendemos que a máxima de que, “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver” (BENVENISTE, 1989, p. 222) foi o que nos suportou enfrentar – e assim seguimos – a incerteza do tempo de espera pelo fim do isolamento físico (ou distanciamento social¹¹⁰). Falamos e escrevemos para nos mantermos vivos e tentamos nos manter saudáveis durante esse período tão singular e complexo. Trabalhamos, escrevemos, fizemos contato com amigos e familiares, mas também experienciamos situações inusitadas de pessoas estranhas cantando umas para as outras nas sacadas, fazendo exercícios para incentivar a mobilidade umas às outras. Tudo isso para tentar enganar a morte que nos espreita pela janela.

Uma das muitas possibilidades de buscar vida nesse período tem sido a literatura. Finalizamos esta reflexão com uma pequena amostra de um trecho da obra *A desumanização*, de Valter Hugo Mãe (2017, p. 40):

110 Valeria a pena explorar os sentidos de ambas as expressões, que não são sinônimas. Em razão do objetivo deste capítulo, não exploraremos.

[...] só existe a beleza que se diz. Só existe a beleza se existir interlocutor. A beleza da lagoa é sempre alguém. Porque a beleza da lagoa só acontece porque a posso partilhar. Se não houver ninguém, nem a necessidade de encontrar a beleza existe nem a lagoa será bela. A beleza é sempre alguém, no sentido em que ela se concretiza apenas pela expectativa da reunião com o outro.

É esta linguística viva e pulsante na arte e na vida que tem nos inspirado na pesquisa.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BAKHTIN, Mikhail; VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 16. ed. São Paulo: Hucitec editora, 2010.

COUTO, Hildo Honório de. (2013). O que vem a ser ecolinguística, afinal?. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 14 (1), 275-312. <https://doi.org/10.26512/les.v14i1.22250>

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. As perspectivas para o estudo das formas complexas do discurso: atualidades de Émile Benveniste. *ReVEL*, edição especial, n. 7, 2013.

MÃE, Valter Hugo. *A desumanização*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2017.

HERNANDES AUGUSTINI, Cármen Lúcia; ARAÚJO, Érica Daniela de. *A (re) escrita em espaço escolar: a relação professor-saber-aluno*. Curitiba, Appris, 2019.

MALINOVSKI, Bronislaw. The Problem of Meaning in Primitive Languages. In: OGDEN; RICHARDS. *The meaning of meaning*. Harcourt, Brace & World, Inc. NOVA YORK, 1923.

MILANO, Luiza. As coisas significam alguma coisa?: sobre as limitações do arbitrário do signo. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, n. 2. v. 23, 2020. No prelo.

VALÉRIO, Patrícia da Silva. A linguagem e a experiência humana em serviços de teatendimento. *Revista Desenredo*, 14 (3), 480-489. <https://doi.org/10.5335/rdes.v14i3.8561>

VALÉRIO, Patrícia da Silva. O performativo em Benveniste e Dufour. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, n. 2. v. 23, 2020. No prelo.

13

Claudia Toldo

**A REALIZAÇÃO
DA ENUNCIÇÃO:
UM ESTUDO
DOS INSTRUMENTOS
NO ENSINO DA LEITURA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.281.342-362

Uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível.
Émile Benveniste (1995, p. 287)

INTRODUÇÃO

Mais uma vez o texto-síntese de Émile Benveniste, produzido em 1970, a pedido de Todorov para a Revista *Langages*, escrito – então – para linguistas, volta à cena, se é que algum dia saiu. Nesta reflexão, vou trazer o conceito norteador de toda a reflexão apresentada por Benveniste no único texto em que ele traz o termo enunciação, logo no título: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (1989, p. 82). É deste *ato individual* que quero tratar. Essa será minha reflexão de fundo, meu porto seguro a que vou recorrer sempre, para elaborar minhas considerações.

O objetivo deste texto é trazer ponderações que possam auxiliar a pensar no processo de leitura em sala de aula da educação básica, a partir da afirmação de Benveniste, quando trata da enunciação, neste texto de 70: “Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (1989, p. 83). Vou me deter nos instrumentos, perguntando-me: de que instrumentos Benveniste está falando?

Esta reflexão será dividida em duas partes, a saber: 1) na primeira farei um recorte de questões específicas do Aparelho Formal da Enunciação¹¹¹, para evidenciar os conceitos que quero pontuar e ressaltar, focalizando os instrumentos; 2) na segunda, pretendo mostrar como podemos fazer uma análise enunciativa de textos, observando os instrumentos que o locutor utilizou quando colocou a língua em funcionamento. Algumas palavras finais fecham a reflexão

111 A partir daqui, trataremos o texto como *Aparelho*.

e, certamente, mostram as lacunas deste texto que podem ser preenchidas em outra discussão.

Registro, ainda, que este texto se enquadra na segunda parte deste livro, relacionada ao social. Isso se justifica na medida em que considero um trabalho enunciativo com a língua na escola, tomando análises textuais, um movimento social do professor de língua, quando pensa efetivamente num trabalho produtor com a leitura na escola. Ensinar a ler é oportunizar a constituição de sujeitos que, ao se enunciarem, marcam-se na e pela língua, entendendo seu funcionamento.

COLOCAR EM FUNCIONAMENTO A LÍNGUA: COMO ASSIM?

O título da seção traz o que efetivamente me inquieta, provoca, move e motiva à escrita desta reflexão. Nesta seção, trarei e farei considerações acerca dos instrumentos apontados por Benveniste no texto de 70, o *Aparelho*. Mas antes disso, precisamos de algumas premissas de Benveniste, para que possamos construir a reflexão desejada neste texto. Desde já esclareço que não vou trabalhar com o texto do *Aparelho* em sua integralidade. Estou fazendo um recorte do conceito de enunciação e do que Benveniste considera neste ato de enunciar. Um recorte para um deslocamento posterior.

O texto inicia trazendo o emprego das formas como um procedimento importante nas descrições linguísticas executadas. Declara que esse emprego diz respeito às regras que organizam o modo como essas formas são escolhidas e colocadas em funcionamento, quando enunciadas, evidenciando a língua em emprego. Todavia, pontua, imediatamente, que as condições de uma (emprego das formas) não são iguais às de outra (língua em

emprego). Como diz Benveniste (1989, p. 81), "... são dois mundos diferentes", uma vez que se trata de algo local – organização do enunciado, pelas escolhas feitas das formas linguísticas – e de algo global, que atinge a língua inteira – enquanto mecanismo total e constante que afeta a língua toda, a própria enunciação. A partir disso, Benveniste traz o célebre conceito de *enunciação*: "A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (BENVENISTE, 1989, p. 82). Poderíamos nos perguntar de imediato: utilização de quê? Só nos resta imaginar a utilização do mecanismo, do aparelho que traz o emprego das formas que atingem peculiaridades da língua em emprego, construindo o aparelho da enunciação. Benveniste alerta: "É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto" (BENVENISTE, 1989, p. 82). O que me interessa singularmente é o que ele [Benveniste] diz em seguida: "Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta" (BENVENISTE, 1989, p. 82). Por que isso me interessa? Por acreditar que, ao dizer que o locutor mobiliza a "língua por sua conta", encontramos um locutor que toma a língua, escolhe as formas, evidentemente numa relação com o outro, combinando-as e determinando quais recursos linguísticos vai utilizar para produzir seus enunciados – na minha perspectiva, seu texto. Assim, marca-se nele. Percebemos com isso que língua e enunciação são conceitos distintos, mas constitutivos. Retomo uma reflexão que já fiz em outro momento (TOLDO, 2019), mas parece-me que cabe novamente e é necessária. Esse ato evidencia a ação do locutor que mobiliza a língua por sua conta, ou seja, o locutor que emprega as formas da língua – o aparelho da língua – e com elas produz diferentes enunciações, na medida em que revela a língua em emprego. Esse movimento deflagra o processo construído pelo locutor ao produzir seus enunciados. Flores (2013) chama a atenção para as palavras *ato* e *processo* usadas por Benveniste, uma depois da outra, para

dizer o que é enunciação. Vejamos o que diz o texto de 70: “Este **ato** é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta”. Em seguida: “Este grande **processo** pode ser estudado [...]” (BENVENISTE, 1989, p. 82, grifos nossos). Diante dessas palavras de Benveniste, afirma Flores (2013, p. 164):

O primeiro ponto que chama a atenção aqui é o fato de Benveniste dizer que a enunciação é um *grande processo*, tendo, logo antes, afirmado que ela é um *ato*. A questão aqui é: a enunciação é um *ato* ou um *processo*? Ou ambos? É possível observar tanto o lado processual quanto o lado acional da enunciação: ela é um ato porque, através dela, o locutor transforma a língua em discurso e essa transformação se dá, entre outros motivos, como um processo de agenciamento de formas e sentidos. Por isso, a enunciação comporta múltiplos aspectos.

Nesta reflexão que ora apresento, tomo *ato* como a relação do locutor com a língua e com o interlocutor, em dada situação comunicativa, essa sempre nova, única, singular, irrepetível; e *processo*, como algo que se renova a cada instância de discurso, quando o aparelho da língua é colocado em funcionamento, ou seja, diz respeito a todo processo que este colocar a língua em funcionamento provoca. Assim, embora o uso da língua seja descrito no conceito de enunciação como um ato e um processo que compreendem apropriação e atualização, sintagmatização e semantização são, na verdade, dois aspectos inerentes à conversão da língua em discurso. A sintagmatização está atrelada à noção de semantização e está a seu dispor, na medida em que evidencia o trabalho do locutor com a língua que a mobiliza por sua conta, na relação com o outro. O que temos aqui? A percepção de que o processo da enunciação é o que possibilita o emprego da língua; é o que evidencia o locutor operando com a língua, quando – “mobiliza a língua por sua conta”.

É a partir desse *processo* de agenciamento de formas e sentidos que Benveniste explica três aspectos que a enunciação comporta:

a) o aspecto vocal da língua; b) a conversão individual da língua em discurso e c) o quadro formal de sua realização. Quanto ao aspecto vocal da língua, Benveniste traz a diversidade de situações nas quais uma enunciação pode ser produzida; quanto à conversão da língua em discurso, Benveniste pondera sobre “como o ‘sentido’ se forma em palavras” (BENVENISTE, 1989, p. 83), chamando a atenção para a questão de como distinguir essas duas noções e como descrever sua interação. Temos aqui o trabalho do agenciamento das formas, pelo locutor, observando “os procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram” (BENVENISTE, 1989, p. 83); e, quanto ao quadro formal de sua realização, trago as próprias palavras de Benveniste para tratar da pauta: “Tentaremos esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Esses caracteres são *necessários e permanentes, incidentais e ligados à particularidade do idioma*. O quadro formal de realização da enunciação – o terceiro aspecto da enunciação – evidencia três elementos: o *ato* de enunciação, a *situação* em que a enunciação se realiza e os *instrumentos* de sua realização.

É nesses instrumentos que me detenho neste trabalho. Em Toldo e Flores (2015, p.43), temos algumas considerações acerca disso. É através do *ato* que o locutor passa a ser elemento indispensável à enunciação, pois é ele [o locutor] quem realiza o ato individual de utilização da língua. Antes disso, “a língua não é senão possibilidade da língua” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Quando o locutor se apropria da língua e se enuncia, concretiza esse *ato* de enunciação. Assim, a língua é atualizada em uma instância de discurso, instaurando o locutor (que produz o ato da enunciação) e o alocutário (que produzirá outra enunciação). Essa apropriação da língua pelo locutor, *eu*, instaura o *tu* e refere pelo discurso.

Quanto à *situação*, Benveniste (1989) liga-a ao conceito de referência. Ele diz:

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Portanto, através da referência podemos ver a correferência – pelos instrumentos – no e pelo discurso.

Quanto aos *instrumentos*, Benveniste afirma que a enunciação – enquanto uma realização individual – é antes de tudo um processo de apropriação que *introduz aquele que fala*. Isto é: “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Então os instrumentos são os índices específicos e os procedimentos acessórios. É sobre isso que pontuo a partir de agora, a fim de tratar do que me proponho discutir nestas reflexões que apresento: o papel/a presença dos instrumentos no ato do locutor mobilizar a língua por sua conta.

Ao tratar dos instrumentos, objetivo específico desta minha reflexão, recorro uma vez mais às palavras de Benveniste (BENVENISTE, 1989, p. 84):

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir em relação à língua, como um processo *de apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.

Então esses instrumentos são os índices específicos e os procedimentos acessórios¹¹². Iniciemos pelos índices específicos. O próprio termo – “índice” – já nos aponta para algo como – “indica”, “especifica” – o que é próprio do fenômeno a ser tratado. Como diz Benveniste (1989, p. 84), “Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas, cuja função é colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação”. Portanto, o que é específico da enunciação? Os índices de pessoa (eu/tu), os índices de ostensão (aqui/lugar) e os índices temporais (tempo) – ou seja, as formas específicas das categorias de pessoa, tempo e espaço, manifestadas na enunciação, e estudadas por Benveniste em muitos textos anteriores a 70. Trago as palavras de Flores (2013, p. 168) para resumir a questão: “Os índices específicos da enunciação são exaustivamente estudados por Benveniste em vários textos e estão ligados às categorias de pessoa, tempo e espaço”. E para comprovar tal observação, Flores (2013) traz a nota de rodapé número 2, colocada na página 85, do texto de 70. Diz a nota de Benveniste: “Os detalhes dos fatos de língua que apresentamos aqui de um modo sintético, estão expostos em muitos capítulos de nossos *Problèmes de linguistique générale*, I (Paris, 1966), o que nos dispensa de insistir sobre eles”. Portanto, parece-me que não cabe explicitar mais nada aqui. Acolho a nota de Benveniste, uma vez que estamos enunciando para alocutários conhecedores da obra do linguista francês. Tentarei mostrar esse funcionamento na análise que apresento a seguir.

E quanto aos *procedimentos acessórios*? Se considerarmos o termo/a palavra “acessório”, já identificamos algo não obrigatório, mas necessário ao locutor que deseja mobilizar a língua de um modo e não de outro. Esses procedimentos vão marcar o modo como o processo da enunciação vai se construir; vão mostrar o modo como as formas

112 Para uma abordagem teórica mais detalhada, ver; ARESI, Fábio. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem (ReVEL)*, v. 9, p. 262-275, 2011.

da língua serão agenciadas, a fim de semantizá-las, mostrando como o *sentido se forma em palavras* vão revelar como o locutor mobiliza a língua por sua conta; vão apontar o aparelho de funções de que dispõe o locutor; vão trazer à cena enunciativa *caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza*; vão marcar a relação do locutor com seu interlocutor e com a língua que coloca em funcionamento; vão exibir um agenciamento sintático de caracteres que revelam um modo particular, único e irrepetível a cada vez que são empregados; vão manifestar como o locutor faz a *conversão individual da língua em discurso*; vão singularizar cada enunciado produzido, cada enunciação realizada. Ou seja, o locutor manifesta e atualiza o que diz Benveniste (1989, p. 84):

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua manifestação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno.

Podemos dizer, então, que os índices específicos e os procedimentos acessórios são conceitos diferentes, mas constitutivos do aparelho da enunciação, na medida em que operam na construção de uma enunciação a cada vez única e particular. Isso tudo sinaliza marcas de subjetividade do locutor no enunciado que produz. Assunto para detalhar em outra reflexão.

A fim de realizar uma tentativa de fazer ver esse “processo”, apresento a seguir um esboço de análise de texto. Acredito que, se um sujeito aprende a ler um texto, considerando o que apresentei anteriormente, teremos um sujeito leitor que entenderá como mobilizar a língua por sua conta. Vamos a essa amostra de análise.

ANÁLISE TEXTUAL: UM ENSAIO ENUNCIATIVO

O texto que trago a seguir é uma crônica – com todas as suas características do gênero¹¹³ – produzido a partir de uma situação particular, vivida pelo comunicador Piangers¹¹⁴, relatada em sua coluna e publicado no Jornal Zero Hora, no final de semana de 18 e 19 de maio de 2019. Neste exemplo, quero pontuar os instrumentos utilizados – ao observar a mobilização da língua – pelo locutor do texto. Ao texto:

113 Não vou discutir gênero aqui, pois não é meu objetivo e acredito que isso – neste momento – não vai alterar a reflexão que proponho.

114 Comunicador da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), conhecido pelo Programa “Pretinho Básico”.

Não pode riscar

Piangers

1 Me ocorreu contar aqui sobre aquela vez em que os conselhos que dei para minha
2 filha pequena se voltaram contra mim. Perceba: não sou desses pais que permite que
3 as crianças desenhem na parede de casa. Sei que existem estes pais, moderninhos
4 e criativos, que acham que é importante a criança se expressar. Também acho, mas
5 não na parede do nosso apartamento. Permito que durmam sem tomar banho, por
6 vezes; permito que não comam toda a comida que está no prato (meu trauma de
7 infância); permito que comam frutas antes do almoço, arruinando seu apetite; mas não
8 permito que desenhem na parede, nem no sofá, nem nos armários, nem na roupa,
9 nem na mochila. “Não pode riscar!”, eu sempre disse, desde que eram pequenas.

10 Pois bem, um dia fui chamado para palestrar em um evento ao lado de uma
11 grande personalidade internacional, Steve Wozniak, o programador que ao lado de
12 Steve Jobs fundou a Apple, a empresa que faz o iPhone e os lindos computadores
13 Macintosh. Desde que comprei meu primeiro computador da Apple, em 2008,
14 parcelado em 12 vezes na Americanas.com, sou fascinado pelo bom gosto da
15 empresa. Estar em um evento com Steve Wozniak foi, portanto, uma honra.

16 Horas antes do evento, a organização me informou que, além da minha palestra,
17 gostaria que eu ficasse no palco por mais alguns minutos, realizando uma entrevista
18 com Wozniak e conduzindo as perguntas da plateia. Imaginem minha honra: além
19 de palestrar antes do meu ídolo poderia conversar com ele por mais de uma hora
20 em cima do palco. Sei que a memória nos prega peças, mas gosto de imaginar que
21 ele admirou meu inglês fluido, riu de uma ou outra observação que fiz de improviso
22 e gostaria de me reencontrar. Imagino que esteja agora em algum lugar da Califórnia
24 pensando como foi agradável aquele dia ao lado daquele brasileiro barbudo.

25 Depois que saímos do palco ainda tivemos a chance de conversar nos bastidores
26 e, ciente de que me arrependeria se não o fizesse, ofereci meu notebook da Apple para
27 que ele autografasse. “No problem”, disse meu amigo célebre. E escreveu: “Woz”,
28 com uma caneta vermelha. Imaginem minha emoção, meu computador agora tinha um
29 autógrafo do criador de uma das mais valiosas empresas de tecnologia do mundo.

30 Cheguei em casa radiante, deixei o computador em cima da mesa da sala e fui
31 para o banho. “Que grande dia”, pensei, ainda ensaboando o cabelo. Enquanto colocava
32 o pijama pensei que seria prudente colocar algum tipo de proteção no autógrafo, para
33 que o tempo não apagasse esta valiosa recordação. Fui até o computador e lá estava
34 minha filha pequena, lambendo o dedo indicador e esfregando-o contra a assinatura.
35 “Não pode riscá”, dizia ela, enquanto apagava o autógrafo. “Não pode riscá”, ela dizia.

Como disse, o texto traz o relato de uma situação vivida por Piangers, a partir do convite que recebeu para palestrar num evento internacional, ao lado de Steve Wozniak, o que gerou um segundo convite: ficar no palco por mais alguns minutos, realizando uma entrevista com Wozniak e conduzir as perguntas da plateia. A partir dessa situação, o fato narrado e seus desdobramentos. Considerarei, para a análise, o que considera Benveniste (1989:83): “Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização”. Quanto ao ato e à situação, farei observações sumárias, uma vez que o que me interessa são os instrumentos de realização deste texto em especial.

Quanto ao ato, podemos destacar que o locutor do texto “Não pode riscar?” se apropria da língua e se propõe como sujeito, na medida em que instaura diante de si um “tu” – o leitor do jornal Zero Hora. Quando Piangers se apropria da língua e se enuncia, mobiliza a língua por sua conta, enquanto ato individual, concretizando a enunciação. Nesse momento, a língua se realiza e se atualiza em uma instância de discurso particular – no caso do texto, a palestra e a entrevista –, instaurando o locutor (que produz o ato da enunciação e se propõe como sujeito) e o alocutário/leitor (que produzirá outra enunciação, na medida em que é constituído pelo eu locutor). Essa realização e essa atualização são sempre novas e únicas, na medida em que uma enunciação é sempre singular, irrepetível. Piangers pode até apropriar-se da língua novamente e escrever outro texto com esses fatos, mas jamais teremos uma mesma enunciação e jamais ele será o mesmo. É essa apropriação da língua, pelo eu, que instaura o tu e constrói a referência pelo discurso. Assim, o locutor convoca um colocutor, o alocutário, que juntos corroboram outro elemento do quadro formal da enunciação: a situação.

Esse segundo elemento – a situação de enunciação – vai se manifestar por um “jogo de formas específicas”. Essas formas são,

primeiramente, os índices de pessoa, evidenciando a categoria de pessoa da e na enunciação, a saber o “eu” e o “tu”. No texto em análise, percebemos os índice de pessoa em construções como “... Me ocorreu contar aqui” (linha 1), “não sou desses pais que permite” (linha 2), “Permito que durmam sem tomar banho” (linha 3), “fui chamado para palestrar” (linha 10), “a organização me informou” (linha 16), “Imaginem minha honra” (linha 18), “Depois que saímos do palco ainda tivemos a chance de conversar nos bastidores” (linha 25), “Imaginem minha emoção” (linha 28), “Cheguei em casa radiante, deixei o computador em cima da mesa da sala e fui para o banho” (linhas 30 e 31), “Fui até o computador e lá estava minha filha pequena” (linhas 33 e 34), “Não pode riscá”, dizia ela, enquanto apagava o autógrafo. “Não pode riscá”, ela dizia” (linha 35). Vejamos: a categoria de pessoa neste texto está marcada (no pronome e no verbo) quando se refere ao próprio Piangers que relata situações vividas por ele e quando ele concede o espaço de “eu” para sua filha, que enuncia dizendo “‘Não pode riscá’, dizia ela, enquanto apagava o autógrafo. ‘Não pode riscá’, ela dizia” (linha 35). O “tu” é convocado quando o locutor do texto nos intima a participar da sua “honra” no enunciado, “Imaginem minha honra” (linha 18) e da sua emoção, quando diz “Imaginem minha emoção” (linha 28). “Eu” e “tu” convocados pelo *colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização*. Os índices de ostensão – ou seja, a categoria de lugar – podem ser percebidos em enunciados como: “permite que as crianças desenhem na parede de casa” (linhas 2 e 3), “mas não permito que desenhem na parede, nem no sofá, nem nos armários, nem na roupa, nem na mochila” (linhas 7 a 9), “gostariam que eu ficasse no palco por mais alguns minutos” (linha 17), “Imagino que esteja agora em algum lugar da Califórnia pensando como foi agradável aquele dia ao lado daquele brasileiro barbudo” (linhas 22 a 24), “Cheguei em casa radiante, deixei o computador em cima da mesa da sala e fui para o banho” (linhas 30 e 31). Podemos perceber que todos esses enunciados trazem a categoria de lugar em relação

ao “eu” do enunciado. Todos os lugares citados no texto estão em função do “eu”. O locutor mobiliza a língua para marcar o lugar que o “eu” ocupa nesta enunciação em particular – o fato narrado por Piangers. É dela que se trata agora. É nela que se mobiliza a língua por sua conta e se enuncia de forma particular. O “eu” convoca o “tu” – leitor de ZH – a estar no lugar enunciado e sentir a sua “a emoção”, a sua “a honra”. “Eu” e “tu” no “mesmo lugar” marcado no texto e construído nesta enunciação. Outra forma específica desse *jogo de formas* são as formais temporais que se determinam em relação ao “eu”, sujeito da enunciação. Podemos perceber isso em enunciados como: “os conselhos que dei para minha filha pequena se voltaram contra mim” (linhas 1 e 2), “Permito que durmam sem tomar banho, por vezes” (linha 5), “um dia fui chamado para palestrar” (linha 10), “Desde que comprei meu primeiro computador da Apple, em 2008” (linha 13), “Depois que saímos do palco” (linha 25), “E escreveu: «Woz”, com uma caneta vermelha” (linhas 27 e 28), “Enquanto colocava o pijama pensei” (linhas 31 e 32). Notamos que todas as considerações temporais (presentes ou passadas) estão em relação ao que narra o “eu”. Ou seja, a temporalidade construída no texto dá-se pela e na enunciação construída pelo locutor. Como diz Benveniste (1989, p. 85)

Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo”.

Poesia pura! “[...] da categoria do presente nasce a categoria do tempo”, e isso só é possível por um ato individual de utilização da língua. É a relação do locutor com a língua – que a mobiliza por sua conta – que determina os caracteres linguísticos da enunciação. Passemos, então, para os procedimentos acessórios, que são inumeráveis, uma

vez que dependem de como o locutor sabe, consegue colocar a língua em funcionamento por um ato individual.

Nesta análise, destacamos alguns recursos linguísticos mobilizados enquanto acessórios, mas necessários para dar sentido às formas agenciadas, para este texto. Poderíamos ter selecionados outros para análise. Mas não fizemos. Ao que escolhemos, recortamos enunciados como: “Sei que existem estes pais, moderninhos e criativos, que acham que é importante a criança se expressar. Também acho, mas não na parede do nosso apartamento” (linhas 3 a 5). Neste caso, percebemos a mobilização de conhecimentos (talvez senso comum) acerca da educação dos filhos. A ideia de concessão construída com o “também acho, mas não pode”, evidencia posicionamento do locutor por um modo de dizer. É a sintaxe da língua e o arranjo das formas que constroem essa ideia de concessão/oposição de ideias sobre a educação dos filhos. Outro exemplo, pode ser observado no enunciado: “grande personalidade internacional, Steve Wozniak, o programador que ao lado de Steve Jobs fundou a Apple, a empresa que faz o iPhone e os lindos computadores Macintosh” (linhas 11 a 13). A apresentação das personalidades aqui deve ser descrita de tal modo que se construa a referência de quem são essas pessoas citadas e a importância que têm para provocar tal “honra” e tal “emoção” descritas pelo locutor do texto. A referência construída é parte integrante da enunciação. O “tu” precisa que o “eu” lhe dê pistas para construir referências, oportunizando o entendimento dos sentimentos expressos pelo “eu”. Outro exemplo é a escolha lexical que dá uma ideia da relação do locutor do texto com o “ele” – a personalidade –, apresentado no texto, a saber: “além de palestrar antes do meu ídolo poderia conversar com ele por mais de uma hora em cima do palco” (linhas 18 a 20). A escolha da palavra “ídolo” marca qual a relação do “eu” com aquele de quem fala – Steve Wozniak. Outro exemplo é a ironia presente no enunciado “Imagino que esteja agora em algum lugar da Califórnia pensando como foi agradável aquele dia ao lado daquele brasileiro

barbudo” (linhas 22 a 24). O “eu” se coloca como uma figura singular, para falar de si mesmo e imaginar que o outro sentirá saudades do “barbudo” com um “inglês fluido”. O locutor se coloca, ironizando de si mesmo. O modo como o texto traz a combinação das formas evidencia uma ironia, constitutiva do sentido construído no texto. E, ainda, poderíamos chamar a atenção para o último parágrafo que justifica a presença do primeiro. Neste parágrafo final do texto, temos as marcas da rotina do “eu” (tomar banho, ensaboar o cabelo, colocar o pijama) que recuperam a rotina colocada no início do texto referente à menina (comer, dormir, deixar comida no prato, desenhar). Recupera considerações que trazem questões da educação da filha. Esse modo de recuperar o que, efetivamente, o texto quer trabalhar, evidencia um modo de elaborar a questão: princípios norteadores para educação de filhos e a importância do que os pais dizem aos seus. Há um modo particular de dizer aqui: o locutor cita um fato vivido em outra situação, para tratar daquilo que se diz a um filho, tendo presente a sua educação. Assim, coaduno com as palavras de Benveniste (1989, p. 86): “É preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aqueles que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria e em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor”. Ou seja, isso tudo só é possível quando o locutor mobiliza a língua por sua conta e coloca-a em funcionamento pelo agenciamento de formas e procedimentos necessários à construção do(s) sentido(s) do texto.

Isso tudo marca a subjetividade do locutor no texto, na medida em que esse trabalho do locutor, único e individual, efetiva a atualização do emprego da língua, do seu modo. E isso deve ser ensinado na leitura de um texto. Esta deve ser a leitura trabalhada, ensinada, produzida na escola. Ler então é visto como um movimento de perceber nos textos em análise as diversas possibilidades de leitura que ele me dá, porque assim foi construído, porque assim seu

locutor agenciou as formas e as semantizou. Isso sempre será uma possibilidade de leitura. Depende de quem lê.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao colocar um ponto final nesta reflexão, trago considerações “finais” em duas direções: uma relacionada ao objetivo deste texto ao propor um encaminhamento acerca do trabalho de leitura na escola; outra mais teórica relacionada ao próprio fazer teórico, considerando uma análise (de texto, neste caso) enunciativa. A saber, que nunca acabamos uma reflexão teórica, na medida em que ela é sempre inconclusa, apenas decidimos parar de dizer.

Quanto à questão da leitura, gostaria de sublinhar que fazer um trabalho com o texto na escola de educação básica – principalmente no nível da recepção – é fazer um trabalho que revele os mecanismos de construção de um texto, atribuindo-lhe, assim, sentido(s). Destaco que um texto se torna pleno com sua leitura, atualizando seus sentido(s) a cada vez feita. Toda leitura de um texto, portanto, é individual, singular, única, pois é elaborada com base nas experiências leitoras e nos textos já lidos por cada locutor. Um texto é (multi) significativo e cada leitor atualiza as possibilidades que tem para fazer essa atividade de compreensão da língua em funcionamento, que não significa decodificar códigos. Trata-se de uma atividade muito mais complexa e dependente de todos os momentos e experiências anteriores de leitura. Por isso que, a cada texto, um trabalho com seus mecanismos organizadores é necessário, para que os alunos possam ver, analisar, entender e internalizar diversas e diferentes maneira de ler e, por sua vez, escrever. Isso provoca a construção de um leitor mais qualificado, que se torna aprendiz de sua própria atividade de ler. Frank Smith (1991, p. 19) diz que “a função dos professores não é tanto ensinar a

ler, mas ajudar as crianças a ler”. E isso se faz mostrando aos alunos a organização do funcionamento do texto, revelando o modo como as formas da língua apresentam a língua em emprego, a maneira que o sentido “ocupou” as palavras engendradas no texto. Smith (1991, p. 82-83) traz a leitura como uma experiência – atual e anterior. Ele diz:

A leitura é uma experiência. Ler sobre uma tempestade não é o mesmo que estar em uma tempestade, mas ambos são experiências. Respondemos emocionalmente a ambos e podemos aprender com ambos. Mas o aprendizado, em cada caso, é um derivado da experiência. Não vivemos para adquirir informação, mas a informação, assim como o conhecimento, sabedoria, habilidades, atitudes e satisfações, vem com a experiência de estar vivo.

Portanto, as experiências de leitura na escola devem oportunizar momentos de aprendizagem significativa; por exemplo: ler com a habilidade de quem aprendeu a ver/ler como a língua funciona em textos. Essa experiência exige paciência, minúcia, trabalho do professor com o texto que propõe à leitura.

Quanto à segunda conclusão, gostaria de fazer algumas ponderações, a partir da reflexão teórica que fiz, evidenciando o recorte feito – os instrumentos – do texto do *Aparelho* de Benveniste (1970) e, principalmente, a análise construída nesta reflexão. Considera-se: nunca daremos conta da totalidade de um texto, uma vez que a análise do texto tem a ver com o analista e suas escolhas para tal tarefa; nunca daremos conta de explicar o funcionamento total de um texto; a linguística de Benveniste nunca visou à exaustividade, mas a possibilidade de dizer algo – não tudo – sobre o funcionamento da língua em emprego; os elementos trabalhados neste texto são importantes para a construção do sentido desta crônica, não necessariamente de outras; o que se observou aqui, pode não ser observado em outro texto – por exemplo, a comparação, o uso da língua estrangeira, questões morfológicas da crônica do Piangers

não foram analisadas, mas num outro momento e/ou num outro texto poderiam – o que não significa que funcionariam da mesma maneira; a análise sempre será inconclusa e incompleta – tendo em vista o todo – porque sempre será realizada pelo olhar do analista que escolha o que analisar – poderíamos trazer aqui as experiências de leitura, tratadas anteriormente, que quer provocar; o analista vai privilegiar os caracteres que julgar importante, útil, necessário a tratar. Na verdade, o analista de um texto deve ser perguntar: como o falante faz para dizer o que diz ao colocar a língua em funcionamento?

Na verdade, uma análise deve contemplar dois caminhos: um semiótico, quando trata da descrição das formas, das unidades, de seus empregos, de suas propriedades, de seus dados observáveis, tendo presente a língua enquanto sistema; um semântico, na medida em que realiza um comentário sobre os elementos analisáveis (no texto, neste caso), apoiado na descrição semiótica executada. Fazer uma análise do semântico de um texto é comentá-lo. E comentar um texto é fazer com que o locutor se enuncie, falando sobre as formas da língua empregadas. E isso é uma necessidade do falante que toma a língua e a utiliza em um ato individual, atualizando-a na e pela enunciação, por sua conta. Quanto a isso, coaduno com as palavras de Flores (2019, p. 80):

[...] nenhuma língua pode prescindir da enunciação e de suas categorias. Trata-se de uma existência necessária que transcende as diferenças entre as línguas, uma vez que que as unifica na exigência da atualização pelo falante. O fato de que precisem ser enunciadas para existir é a melhor prova de que dependem do aparato da enunciação e é a melhor prova de sua necessidade. Se uma língua é outra coisa além de um “código”, de uma “estrutura” ou mesmo de uma “competência” é porque há uma necessidade imanente à sua configuração como língua, que é a necessidade de ser enunciada.

Portanto, trabalhar com o semiótico (descrição das formas) e o semântico (comentário sobre essa descrição), numa análise textual,

é perceber como a língua organiza a experiência do sujeito-falante-leitor a cada vez que esse se enuncia. Para concluir, trago as notáveis palavras de Normand, quando trata da análise linguística, a partir de Benveniste. Diz ela (2009, p. 182):

[...] a análise do semântico (análise desta ou daquela unidade de discurso) associa uma análise semiótica do enunciado a um comentário sobre a situação cada vez particular da enunciação (tal sujeito, tal tempo, tal referente, tal interação, cujas marcas fazem parte da descrição semiótica); assim como todo comentário de texto, essa análise interpreta os enunciados, mas não pretende dizer tudo sobre seu sentido. A distinção *semiótico/semântico*, portanto, somente levaria a lembrar da necessidade de considerar aquele que fala (o sujeito) e, por consequência, de não pretender dizer o todo do sentido do que ele enuncia, que nenhuma análise pode encerrar.

Então, podemos perceber que, a partir de uma descrição do particular da língua (emprego das formas num texto), uma nova leitura é possível. Isso se dá pela interação subjetiva entre falantes. Essas leituras devem ser ensinadas na escola, quando se descreve a língua em emprego.

REFERÊNCIAS:

BENVENISTE, Émile. *O aparelho formal da enunciação*. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. ; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. Campinas, SP: Pontes, 1989.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

TOLDO, Cláudia; FLORES, Valdir do Nascimento. Esboço de uma abordagem enunciativa do texto. In: TOLDO, Cláudia; STURM, Luciane (Orgs.). *Letramento: práticas de leitura e escrita*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. Organização de Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck et al. São Paulo: Contexto, 2009.

SMITH, Frank. *Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler*. Tradução de Daise Batista. Porto Alegre: Editora: Artmed, 1991.



PARTE 3

A SEMIOLOGIA

14

Helôisa Monteiro Rosário

**A RELAÇÃO
LÍNGUA-LÍNGUA E A RELAÇÃO
LÍNGUA-SOCIEDADE:
ALGUMAS OBSERVAÇÕES
COM VISTAS À REFLEXÃO
SEMIOLÓGICA DE BENVENISTE**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.281.364-392

INTRODUÇÃO

A reflexão semiológica de Benveniste – seu pensamento sobre a semiologia da língua – marca sua produção teórica desenvolvida nos anos 1960. Essa produção se concentra, mais especificamente, no final da década, em seus últimos anos de atividade profissional, e em dois diferentes (embora inter-relacionados) espaços de trabalho: o espaço do pesquisador, em artigo e/ou conferência, e o espaço do professor, em aulas ministradas em um de seus dois cursos no Collège de France.

Ressalto que Benveniste ocupa a cátedra de gramática comparada no Collège de France, onde ministra, às segundas, um curso sobre “Problemas de linguística geral” e, às terças, um curso no qual se dedica ao domínio do indo-europeu.

Este estudo retoma uma parte da discussão proposta em Rosário (2018), buscando apresentar algumas observações sobre a reflexão semiológica do linguista através de uma análise de duas questões: a da relação língua-língua (ou seja, a questão da escrita) e a da relação língua-sociedade. Para isso, são mobilizados, entre outros textos de seus *Problemas de linguística geral* (PGLI, 1966/1995; PLGII; 1974/1989), dois artigos do PLGII – “Semiologia da língua” (1969/1989) e “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (1970/1989) –, além da edição genética de suas aulas no curso das segundas, publicadas originalmente com o título de *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)* (2012/2014)¹¹⁵.

A análise dessas questões tem como objetivo mostrar de que modo elas se apresentam na reflexão de Benveniste, de um lado, e conseqüentemente de que modo compõem, de outro, sua

115 Daqui para frente, também, *Últimas aulas*. A propósito das datas, aliás, para que o leitor se situe adequadamente, informo a data da publicação original ao lado daquela de sua correspondente tradução brasileira.

reflexão semiológica como um todo. Dito de outro modo, buscando o fio dessas discussões (como se desenrolam ao longo dos textos), procuro compreender no que consiste sua semiologia da língua. E isso porque parto do pressuposto de que sua semiologia da língua vai muito além do apresentado no final do artigo “Semiologia da língua”, a saber: a proposta de uma metassemântica, uma semiologia de segunda geração.

Nesse sentido, a partir do segundo capítulo de suas *Últimas aulas*, trato inicialmente da questão da escrita e de suas distintas perspectivas de entendimento na discussão de Benveniste. Em seguida, abordo a reflexão a respeito da sociedade, fundamentando a discussão sobretudo em três textos: os artigos “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” e “Semiologia da língua”, assim como sua quinta aula no Collège de France no ano letivo 1968-1969. Por fim, considerando os dois textos em que a questão semiológica é explicitamente o objeto de Benveniste (“Semiologia da língua” e *Últimas aulas*)¹¹⁶, faço um contraponto entre a questão da escrita e a da sociedade, buscando algumas aproximações possíveis para mostrar que essas questões são, na verdade, parte de um amplo campo de estudos aberto pelo linguista que envolve diferentes aspectos: a relação da língua com os outros sistemas, consigo mesma, com a sociedade e, inclusive, com os textos e as obras, através da questão da metassemântica.

A RELAÇÃO LÍNGUA-LÍNGUA: A QUESTÃO DA ESCRITA

Benveniste trata da relação língua-língua – a relação semiológica da língua consigo mesma – em sua reflexão a respeito da questão da escrita. Essa questão (mencionada no final da Parte I do artigo

116 Digo isso porque a palavra “semiologia” aparece em títulos indicados pelo próprio Benveniste.

“Semiologia da língua”, publicado em 1969) é, de fato, discutida por Benveniste em suas aulas, de fevereiro a março desse mesmo ano, no Collège de France¹¹⁷.

No artigo, sobre a escrita, o linguista se limita a dizer que reserva a “este difícil problema” um exame particular (BENVENISTE, 1969/1989, p. 51). O que aconteceria, segundo Fenoglio (2016b, p. 13), em um texto cuja publicação Benveniste havia previsto para a revista *Semiotica*¹¹⁸. Desse texto, supondo-se que tenha sido realmente escrito, sabe-se apenas que não foi publicado.

A discussão sobre a questão da escrita aparece, portanto, em suas *Últimas aulas*; mais especificamente, no segundo capítulo dessa obra, cujo título, “A língua e a escrita”, segue a denominação atribuída pelo linguista ao conjunto de oito aulas que se estendem da Aula 8 (de 3 de fevereiro) até a Aula 15 (de 24 de março).

Nessas aulas, a reflexão de Benveniste sobre a escrita não busca sua origem nem sua história, o que ele próprio esclarece na Aula 9 (de 10 de fevereiro): “Não estou fazendo genética das escritas, nem procurando a origem da escrita. Quero apenas ver quais soluções o homem deu ao problema da ‘representação gráfica’” (BENVENISTE, 1969/2014¹¹⁹, p. 139, grifo do autor).

Não se trata, por outro lado, de uma reflexão na qual a escrita seja compreendida como produção escrita (como um texto) nem tampouco como enunciação escrita. Desse modo, nada tem a ver seja com a parte final de “Semiologia da língua”, na qual Benveniste se

117 Fenoglio (2016a, p. 153-154) aponta, vale ressaltar, que manuscritos inéditos do linguista mostram que a questão da escrita já havia sido abordada em suas aulas de linguística geral no ano letivo de 1963–1964.

118 Fenoglio (2016b) considera aqui as próprias colocações de Benveniste no *Annuaire du Collège de France* relativo ao ano letivo 1968-1969.

119 Nessas citações, não indico 2012/2014, mas 1969/2014, pois desejo sublinhar a data em que as aulas aconteceram e não a data de sua publicação original, ocorrida anos mais tarde.

refere a textos e obras, seja com a parte final de “O aparelho formal da enunciação”, de 1970, na qual se refere às “formas complexas do discurso” e à enunciação escrita; enunciação que, conforme o linguista, seria preciso distinguir da enunciação falada (BENVENISTE, 1970/1989, p. 90).

Retomo, com isso, a crítica de Laplantine (2013) às considerações de Coquet e Fenoglio (2012/2014) na “Introdução” que fazem para as *Últimas aulas*. Saliento, porém, que o ponto de vista de Benveniste em “Semiologia da língua” e em suas *Últimas aulas* é rigorosamente o mesmo: como defende Laplantine (2013) e também Flores (2013; 2017), trata-se de um ponto de vista semiológico.

A esse respeito, inclusive, relacionando os três textos (as *Últimas aulas* com os artigos “Semiologia da língua” e “O aparelho formal da enunciação”), Flores é bastante claro:

As *Últimas aulas* são um momento de evidente desenvolvimento de um aspecto do mecanismo de interpretância da língua, anunciado no texto “Semiologia da língua”, o da interpretância da língua por ela mesma. No entanto, a escrita é chamada a comparecer ali em função de suas características semiológicas e não como *enunciação escrita*, como aparece em “O aparelho”. Em outras palavras, o termo *escrita* em *Últimas aulas* não é sinônimo da expressão *enunciação escrita*, presente em “O aparelho formal da enunciação” (FLORES, 2017, p. 104, grifos do autor).

Benveniste, em suas aulas, está interessado em mostrar a relação intrínseca da escrita com a língua, um sistema significante especial em meio aos sistemas semiológicos. É nesse contexto que a questão da escrita é tratada e, conseqüentemente, deve ser compreendida. Não é à toa, afinal, a referência à escrita presente em “Semiologia da língua”, assim como seu aparecimento após a discussão, em particular, das aulas 5, 6 e 7 (aulas dos dias 13, 20 e 27 de janeiro, respectivamente),

nas quais Benveniste se interroga e discorre sobre as relações existentes entre os sistemas semiológicos¹²⁰.

A diferença do artigo para as aulas é somente uma: se Benveniste decide não falar da escrita em “Semiologia da língua”, dedica uma boa parte de suas aulas no Collège de France a essa questão, o que acontece, na verdade, desde a Aula 7, última aula do primeiro capítulo, cujo título, seguindo a indicação dada por Benveniste ao conjunto das sete primeiras aulas (de 2 de dezembro de 1968 a 27 de janeiro de 1969), é “Semiologia”.

Nessa sétima aula, defendendo que uma “distinção de base entre sistemas deve ser respeitada”, uma vez que há sistemas “que se contêm eles próprios”, “sistemas autônomos”, de um lado, e sistemas “que têm necessidade de um interpretante”, “sistemas dependentes”, de outro, o linguista postula que uma “hierarquia deve ser estabelecida entre sistemas autônomos e sistemas dependentes”, o que ilustra através da relação entre a língua e a escrita: “Por exemplo, o sistema de escrita, que só existe em relação à língua. Porém, trata-se de ver como um sistema que utiliza a mão, deixando um traço escrito, representa a

120 O início da Aula 6 corresponde, aliás, ao final da Parte I de “Semiologia da língua”, quando o linguista se propõe a retomar “este grande problema [a questão da semiologia e de seu objeto: os sistemas semiológicos] no ponto em que Saussure o deixou” (BENVENISTE, 1969/1989, p. 50): “Não basta, a partir de Saussure, propor a existência de vários sistemas semiológicos. É preciso perguntar se eles coexistem livremente; se é possível criá-los à vontade; se eles subsistem indefinidamente; ou se eles de alguma maneira formam um conjunto; se eles têm relações e quais; se eles se comandam um ao outro” (BENVENISTE, 1969/2014, p. 115, grifos meus). E se, na Aula 5, Benveniste se refere pela primeira vez à relação de interpretação entre sistemas (BENVENISTE, 1969/2014, p. 109), na Aula 7, o autor lança algumas questões a propósito da especificidade da língua em relação aos demais sistemas – “a língua seria ainda um sistema semiótico, no sentido em que são os outros sistemas? Ela não seria outra coisa?” (BENVENISTE, 1969/2014, p. 120).

língua. Há assim uma significância de primeiro grau, outra de segundo grau etc.” (BENVENISTE, 1969/2014, p. 121 [nota de ouvinte]¹²¹).

Se, na Aula 7, a escrita – mais especificamente, o sistema semiológico da escrita (um sistema interpretado) – consiste, então, em um exemplo da relação de interpretância estabelecida entre a língua (o sistema interpretante) e os outros sistemas (os sistemas interpretados), um outro ponto de vista, porém, é igualmente apresentado por Benveniste ao longo de suas aulas sobre a escrita no capítulo seguinte.

Esse ponto de vista também resulta, é claro, de uma análise da relação estabelecida entre a língua e a escrita (o sistema da escrita). Benveniste continua interessado pelas relações entre os sistemas, e a língua continua aparecendo como o sistema interpretante em uma relação de interpretância da escrita. A escrita, todavia, não aparece mais (pelo menos não é mais apresentada) como um sistema dependente, interpretado, portanto, mas como um outro modo de ser língua. Ou seja, Benveniste coloca mais em evidência a relação da língua consigo mesma do que a relação entre um sistema interpretante e um sistema interpretado. É importante que essas distintas perspectivas de entendimento sejam observadas.

Nesse sentido, é bastante significativa a parte referente à escrita (a última tratada no curso de 1968-1969) presente no resumo que Benveniste faz de suas aulas no *Annuaire du Collège de France 1968-1969*:

Enfim, **examinamos as relações entre a língua e o sistema semiótico constituído pela escrita.** Ao final de um exame

121 Por ser tratar de uma obra estabelecida geneticamente a partir de notas preparatórias de Benveniste, de um lado, e de notas de três ouvintes de suas aulas no Collège de France (Jean-Claude Coquet, Jacqueline Authier-Revuz e Claudine Normand), de outro, é importante que as passagens citadas pertencentes às notas de seus alunos sejam indicadas. Daí por que o uso, nas citações, da notação: [nota de ouvinte]. Saliento que as notas de Coquet e Authier-Revuz foram consideradas no estabelecimento do primeiro e do segundo capítulos, ao passo que as de Coquet e Normand compuseram o terceiro capítulo.

detalhado que nos fez percorrer os diferentes modelos de escrita atestados na história, pareceu-nos que, contrariamente à ideia admitida por todo lado, **a escrita não constitui um sistema distinto**¹²². É o prolongamento ou a projeção da própria língua, e, portanto, a mesma situação no que concerne aos sistemas extralinguísticos. **Vemos na escrita o instrumento e a manifestação do processo de autosesmiotização da língua** (BENVENISTE *apud* LAPLANTINE, 2013, p. 3, grifos meus, tradução minha).

Essa parte mostra, de fato, o interesse do linguista pelas relações e pelos sistemas, em especial pelo exame das relações entre a língua e a escrita. A escrita é definida como um sistema semiótico¹²³ diferente da língua (“um sistema distinto” que se caracteriza pela dupla significância) e, nesse aspecto, comparável aos sistemas extralinguísticos (os sistemas não linguísticos).

Benveniste não insiste, contudo, como na Aula 7, em uma perspectiva de entendimento da escrita como sistema interpretado. Seu ponto de vista, nesse momento, é outro. Para o linguista, sendo a escrita “o prolongamento ou a projeção da própria língua”, ela constitui “o instrumento e a manifestação do processo de autosesmiotização da língua”, mostrando, desse modo, a língua interpretando não os outros sistemas, mas, sim, a si mesma.

Essa nova perspectiva de entendimento da escrita (distinta mas não oposta, acredito, à da Aula 7) é a que Benveniste desenvolve a partir da Aula 8 e a que é finalmente apresentada na Aula 12 (de 3 de março), que inicia com a seguinte definição: “A autosesmiotização da língua: A escrita foi sempre e por toda a parte o instrumento que

122 Nesse mesmo resumo, Benveniste (*apud* LAPLANTINE, 2013, p. 3, tradução minha) define a língua “como um sistema distinto” em relação aos demais, devido “ao fato de que a língua – e apenas a língua – significa de dois modos diferentes: semiótico enquanto formada de signos distintivos, semântico enquanto capaz de enunciar mensagens”, o que “explica, por sua vez, o poder metalinguístico que a língua é a única a possuir”.

123 Confirmando, aliás, que escrita não corresponde, nesse contexto, à produção escrita (a texto) nem tampouco à enunciação escrita.

permitted à língua semiotizar a si mesma” (BENVENISTE, 1969/2014, p. 155 [nota de ouvinte]).

Nessa aula, especialmente nos itens “1. *A língua semiotiza tudo*” e “2. *A língua semiotiza a si mesma*”, o linguista trata da propriedade que a língua tem de tudo semiotizar, inclusive, a si mesma (BENVENISTE, 1969/2014, p. 157, grifos do autor).

Em “1. *A língua semiotiza tudo*”, Benveniste (1969/2014, p. 157, grifos do autor) sustenta, então, que a “língua pode – e pode sozinha – dar a um objeto ou a um processo qualquer o poder de *representar*”; por isso, segundo ele, “para que um objeto seja ‘sagrado’, para que um ato se torne um ‘rito’, é preciso que a língua enuncie um ‘mito’, dê a razão de sua qualidade, torne ‘significantes’ os gestos ou as palavras”. A língua semiotiza tudo, nesse sentido, porque significa tudo, porque, conforme suas palavras, ordena e enuncia os valores que todo comportamento social, toda relação humana, toda relação econômica supõe (BENVENISTE, 1969/2014, p. 157), o que, aliás, o autor também refere no final da Parte I de “Semiologia da língua” quando se interroga a propósito dos ritos simbólicos, das formas de polidez e da relação desses sistemas com a língua para, em seguida, definir o objeto da semiologia:

Os ritos simbólicos, as formas de polidez são sistemas autônomos? Pode-se realmente colocá-los no mesmo plano que a língua? Eles não se sustentam sobre uma relação semiológica senão pelo intermédio de um discurso: o “mito”, que acompanha o “rito”; o “protocolo” que regula as formas de polidez. Estes signos, para nascerem e se estabelecerem como sistema, supõem a língua, que os produz e os interpreta. [...] Entrevê-se assim que, não menos que os sistemas de signos, as **RELAÇÕES** entre estes sistemas constituirão o objeto da semiologia (BENVENISTE, 1969/1989, p. 51, grifos do autor).

Por sua vez, em “2. *A língua semiotiza a si mesma*”, Benveniste (1969/2014, p. 157) afirma que a “língua opera uma redução sobre si

mesma” e, com isso, de “sua função instrumental desprende-se sua função representativa, cujo instrumento é a escrita”. Como indica o linguista, “a escrita muda de função: de instrumento para iconizar o real, ou seja, o *referente*, a partir do discurso, ela se torna, pouco a pouco, o meio de representar o próprio discurso, logo os elementos do discurso, logo os elementos desses elementos (sons/letras)” (BENVENISTE, 1969/2014, p. 157, grifos do autor).

Benveniste retoma, nesse momento, duas diferentes concepções de escrita: a escrita como representação gráfica do mundo e a escrita como representação gráfica da língua. A primeira concepção, refutada pelo linguista, se caracteriza por não pensar a escrita em sua relação com a língua, mas sim com o referente; a segunda, apontada na Aula 10 (de 17 de fevereiro) como “uma verdadeira revolução”, mostra, ao contrário, a escrita tomando a língua como modelo (BENVENISTE, 1969/2014, p. 141). Além disso, é importante salientar que Benveniste começa sua discussão na Aula 8 com uma análise da concepção saussuriana de escrita, da qual, aliás, igualmente se afasta. Isso porque, para o linguista, Saussure também não discute a questão da relação da escrita com a língua, confundindo a escrita com o alfabeto e a língua com uma língua moderna (BENVENISTE, 1969/2014, p. 128).

Assim, nesse segundo capítulo de suas *Últimas aulas*, mais do que somente analisar a relação existente entre dois sistemas específicos (o da escrita e o da língua), o linguista reitera a ideia de que a língua semiotiza tudo e propõe que, com a escrita, se tem sobretudo a língua semiotizando, através de si mesma (da escrita como instrumento), a si mesma (a escrita como manifestação da autosemiotização). Além de ser, desse modo, o instrumento da autosemiotização da língua, a escrita manifesta, contém, a autosemiotização da língua, ou seja, a escrita é o lugar em que aparece a redução que a língua opera sobre si mesma. A língua, portanto, interpreta tudo, inclusive a si mesma.

Nessa perspectiva, aproximo os termos “semiotização” e “autossemiotização” do termo “interpretância” (como faz Laplantine [2013]) e, conseqüentemente, o termo “semiotizar” do termo “interpretar”. Afinal, Benveniste não se refere, nessa reflexão intitulada “A língua e a escrita”, acredito, à formação de um semiótico (de um sistema) mas, de fato, à língua significando semiologicamente, à noção de interpretância (uma propriedade fundamental da língua) operando seja em relação a um outro sistema qualquer (a língua interpreta tudo) seja – e aqui está o cerne desse conjunto de aulas (aulas 8 a 15) – em relação ao sistema da escrita (a língua interpreta inclusive a si mesma). Essa é a discussão¹²⁴.

Há, por outro lado, duas outras mudanças de perspectiva em relação à escrita em suas duas últimas aulas sobre o tema. Benveniste (1969/2014, p. 167, grifos do autor) inicia a Aula 14 (de 17 de março) explicando que, da Aula 8 à Aula 13 (de 10 de março), “a escrita [foi estudada] enquanto *fenômeno*”, mas que, nessa aula, “gostaria de considerar a escrita enquanto *operação* e em suas *denominações*”. Seu interesse, aqui, está em verificar “como uma língua nomeia o ato que lhe dá expressão escrita”, o que “significam os termos empregados [nesse processo linguístico de nomeação], e não o que designam, o que já sabemos”, uma vez que “uma análise de terminologia [...] é instrutiva se, e na medida em que, podemos distinguir entre a designação e a significação”¹²⁵ (BENVENISTE, 1969/2014, p. 167).

Por fim, na Aula 15, Benveniste se interroga, mais especificamente, a respeito da relação entre a escrita e a fala. De um lado, o linguista reconhece a importância da escrita – sem a qual não teria sido possível uma análise semiológica da linguagem falada (da

124 Por isso, sustento que são perspectivas de entendimento distintas, mas não opostas, como apontado anteriormente. Na verdade, tem-se aqui perspectivas que estão articuladas.

125 Assim como observa no “Prefácio” do primeiro volume de *Le vocabulaire des institutions indo-européennes [O vocabulário das instituições indo-europeias]*, Benveniste (1969a) objetiva um estudo da significação dos termos e não de sua designação.

língua como fala) – e, de outro, estabelece que a escrita “é a *própria fala fixada em um sistema secundário de signos*”, “um revezamento (*relais*) da fala” (BENVENISTE, 1969/2014, p. 179, grifos do autor). Desse modo, a escrita é secundária não porque é menos importante, mas porque é a fala, que é primeira, transferida da voz para a mão. É secundária porque, segundo Benveniste em “O aparelho formal da enunciação”, o aspecto “mais imediatamente perceptível e [o] mais direto” do processo da enunciação é “a realização vocal da língua” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 82); o que faz com que a fala venha, conseqüentemente, antes da escrita quando se considera a realização do linguístico. No entanto, salienta o autor, “ainda que secundário, esse sistema [da escrita] continua sendo o da própria fala, sempre apto a se tornar fala de novo” (BENVENISTE, 1969/2014, p. 179). Ou seja, tanto a fala quanto a escrita comportam a língua (o linguístico), sendo dois modos paralelos de ser língua¹²⁶, embora a escrita também esteja em relação à fala e não apenas em relação à língua.

Nesse sentido, a fala é sempre relacionada à língua, ao passo que a escrita deve ser relacionada à língua e também à fala, o que, conforme Benveniste (1969/2014, p. 177 [nota de ovinete]) na Aula 15, Saussure não faz: “De encontro a: ‘A língua é independente da escrita’, *Cours de linguistique générale*, p. 45”.

Benveniste mostra, com isso, que Saussure considera apenas a relação fala-escrita, esquecendo-se da língua. Ele, por sua vez, estabelecendo o “princípio fundamental: [de que] a escrita é *uma forma secundária da fala*” (BENVENISTE, 1969/2014, p. 177, grifos do autor), mostra que a relação fala-escrita não pode ser pensada independentemente da língua, do linguístico.

¹²⁶ Fazendo um deslocamento, acredito que seria possível dizer que a escrita em língua de sinais é secundária em relação à realização gestual em língua de sinais, que é primária (dois modos paralelos de ser língua, mais uma vez). Nesse caso, através da mão, o revezamento (o *relais*) envolveria o gesto realizado transferido para o traço escrito; traço esse, por sua vez, sempre apto a se tornar gesto de novo.

Benveniste não trata aqui, na verdade, da questão da enunciação falada e da enunciação escrita, mas de como o linguístico se configura na fala e também na escrita. No entanto, talvez esse seja um ponto de articulação possível com sua reflexão na parte final de “O aparelho formal da enunciação”, diferentemente da perspectiva semiológica sobre a escrita apresentada da Aula 8 (desde a Aula 7, aliás) até a Aula 13.

Passo, agora, à questão da relação língua-sociedade. Vamos a ela!

A RELAÇÃO LÍNGUA-SOCIEDADE: A QUESTÃO DA SOCIEDADE

A relação língua-sociedade, a questão da sociedade em sua reflexão, é sobretudo tratada por Benveniste em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (1968/1970¹²⁷). Nesse texto, Benveniste não somente estabelece que seu ponto de vista, nessa discussão, é semiológico, mas traduz esse ponto de vista em duas proposições conjuntas, sendo que a primeira – “a língua é o interpretante da sociedade” – é explicada pela segunda – “a língua contém a sociedade” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 97). O que se pode verificar, conforme o autor, de dois modos: empiricamente e através da diferenciação estabelecida, com base na língua, entre o indivíduo e a sociedade.

Empiricamente, uma vez que se pode isolar a língua, estudá-la e descrevê-la por si mesma, sem que se considere “seu emprego na sociedade” nem “suas relações com as normas e as representações sociais que formam a cultura”, ao passo que

127 Lembro que se trata inicialmente de uma conferência proferida, em 1968, em Milão (Convegno internazionale Olivetti), cuja publicação original data de 1970.

“é impossível descrever a sociedade, descrever a cultura, fora de suas expressões linguísticas” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 98). Daí por que “a língua inclui a sociedade, mas não é incluída por esta” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 98).

Já através da diferenciação entre o indivíduo, de um lado, e a sociedade, de outro, afirma Benveniste (1970/1989, p. 101, grifos do autor):

A língua que é assim a emanção irreduzível do eu mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supraindividual e coextensiva à toda a coletividade. [...] Com efeito, a língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Ela fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção indispensável, sempre presente em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do ‘eu’ ao ‘tu’ e a oposição do sistema ‘eu/tu’ a ‘ele’.

Essa segunda oposição (que engloba, aliás, a primeira) mostra “o duplo sistema relacional da língua”, envolvendo o sujeito, assim como a construção da referência (“a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é alocução”), o que faz aparecer, segundo o linguista, “uma nova configuração da língua [...]”: é a inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 101).

Benveniste associa essa nova configuração da língua, que resulta da inserção do falante no discurso, à apropriação, por determinados grupos ou classes, do aparelho de denominação, comum a todos. Nesse artigo, o linguista não apresenta nenhum

exemplo dessa apropriação, mas se refere ao vocabulário do sagrado na língua dos pontífices romanos¹²⁸. Há aqui, segundo o autor, uma apropriação de termos gerais que são ressignificados (visto que recebem referências específicas atribuídas por um determinado grupo) e que, depois, voltam à língua comum, nela introduzindo diferenciações lexicais (BENVENISTE, 1970/1989, p. 102). Com uma análise como essa, conforme Benveniste (1970/1989, p. 102), seria possível verificar “o papel da língua no interior da sociedade, uma vez que esta língua é a expressão de certos grupos profissionais especializados, para os quais seu universo é o universo por excelência”.

Por outro lado, nesse mesmo artigo, Benveniste (1970/1989, p. 100) também sustenta que a “língua engloba a sociedade [...] e a contém em seu aparelho conceitual, mas ao mesmo tempo, em virtude de um poder distinto, ela configura a sociedade instaurando aquilo que se poderia chamar o semantismo social”. O linguista se refere, nesse momento, sobretudo (porém não exclusivamente), a fatos de vocabulário, a designações, à parte da língua mais estudada e que muito tem a dizer a historiadores da sociedade e da cultura, em suas palavras.

Para Benveniste (1970/1989, p. 100), nessa perspectiva, o vocabulário comporta “testemunhos insubstituíveis” das formas e das fases da organização social, dos regimes políticos, dos modos de produção sucessiva ou simultaneamente empregados. O linguista ressalta, no entanto, que

o estado da sociedade numa época dada não aparece sempre refletido nas designações de que ela faz uso, pois as designações podem muitas vezes subsistir quando os referentes, as realidades designadas já mudaram. [...] O

128 Digo que não apresenta no sentido em que Benveniste não traz nenhum exemplo específico, não desenvolve uma explicação, ilustrando seu raciocínio. Ele mesmo, aliás, menciona não ter tempo de desenvolver um exemplo (1970/1989, p. 102), uma vez que seu objetivo no artigo é, de fato, outro. Não se trata de falar, mais detalhadamente, dessa apropriação.

que se chama de polissemia resulta desta capacidade que a língua possui de *subsumir* em um termo constante uma grande variedade de tipos e em seguida admitir a variação da referência na estabilidade da significação (BENVENISTE, 1970/1989, p. 100, grifo do autor).

Com isso, mesmo que a sociedade mude (que os referentes mudem), a língua permanece e, através dela, também permanecem as designações que não encontram mais correspondência na realidade, mas que se mantém como sentidos possíveis (referências possíveis) de um termo. Trata-se, portanto, de uma designação construída enunciativamente, uma designação que corresponde a uma determinada referência e não a um determinado referente. Assim, se há estabilidade na significação de um termo (se esse termo tem ou não sentido semioticamente em uma determinada língua), a polissemia mostra, por sua vez, a variação de sua referência construída semanticamente (que sentido é esse a cada vez).

Benveniste traz essas questões – a inclusão do falante em seu discurso, o semantismo social e a polissemia – não apenas para mostrar a estreita relação entre a língua e a sociedade (uma relação semiológica), mas sobretudo para mostrar como a língua, de fato, inclui a sociedade. Para o linguista, desse modo, “a língua interpreta a sociedade”, e a “sociedade torna-se significativa *na e pela língua*, a sociedade é o interpretado por excelência da língua” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 98, grifos meus).

Em outras palavras, fazendo um paralelo, a língua é o instrumento (*pela língua*) e a manifestação (*na língua*) do processo de semiotização da sociedade (de interpretação da sociedade), assim como a escrita é o instrumento (*pela escrita*) e a manifestação (*na*

escrita) do processo de autossemiotização da língua (a interpretação que a língua faz de si mesma)¹²⁹.

Não é à toa, aliás, que Benveniste traz para a discussão a questão da polissemia em um outro texto – o artigo “Estruturalismo e linguística” – também de 1968¹³⁰. Nesse texto, a análise de diferentes empregos da palavra *homem* – “o homem honesto” na cultura clássica francesa; “eu sou seu homem” na época feudal – mostra, conforme o autor, que há

uma estratificação da cultura que deixa seu traço nos diferentes empregos possíveis. Estes estão todos compreendidos hoje na definição da palavra, porque são ainda suscetíveis de serem empregados no seu verdadeiro sentido na mesma época. Vemos aqui a contrapartida de uma definição cumulativa das culturas. Em nossa cultura atual integra-se toda a espessura de outras culturas. É nisso que a língua pode ser reveladora da cultura (BENVENISTE, 1968/1989, p. 22-23).

Nesse sentido, ainda que a sociedade mude, a língua conserva a variação de referências de um termo (sua polissemia), conservando, em diferentes camadas de sentido, a cultura, ou seja, para Benveniste, os valores, os sistemas de valores “que se imprimem na língua” (BENVENISTE, 1968/1989, p. 22) em diferentes

129 Impossível não estabelecer uma relação entre o que ocorre com a questão da escrita e da sociedade, de um lado, e o que Benveniste apresenta em “Da subjetividade na linguagem” (1958/1995), de outro. Nesse artigo, o linguista também mostra a língua como instrumento (pela língua) e como manifestação (na língua), mas, nesse caso, claro, da subjetividade, conforme a passagem a seguir: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’. A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’. [...] É ‘ego’ que diz *ego*. Encontramos aí o fundamento da ‘subjetividade’ que se determina pelo *status* linguístico da ‘pessoa’” (BENVENISTE, 1958/1995, p. 286, grifos no original) [No original: “Est ‘ego’ qui *dit* ‘ego’” (1958/1966, p. 260, grifos do autor); tradução minha: “É ‘ego’ quem *diz* ‘ego’.”]. Não se trata aqui, porém, da língua significando semiologicamente (significando/interpretando os outros sistemas e a si mesma), mas da língua significando linguisticamente (ou seja, enunciativamente). De todo o modo, para Benveniste, semiologica ou linguisticamente, todo movimento de significação se produz na e pela língua.

130 Entrevista concedida a Pierre Daix, publicada originalmente no número 1242 da revista *Les Lettres françaises*.

épocas. Daí a espessura da cultura que constitui a língua e que a língua mostra (o semântico da língua mostra)¹³¹.

Essas considerações sobre a cultura aprofundam, vale lembrar, a discussão que o linguista apresenta em um artigo do início dos anos 1960. Em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (1962/1963/1995)¹³², Benveniste (1963/1995, p. 32) define a cultura “como um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores”. Trata-se, para ele, do “*meio humano*” (BENVENISTE, 1963/1995, p. 31, grifos do autor), de um universo de símbolos que compõem uma estrutura específica (cada língua e cada sociedade) e que a linguagem manifesta e transmite (BENVENISTE, 1963/1995, p. 32).

Ou seja, trata-se, conforme o texto “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, que data do final dos anos 1960, da sociedade tornando-se significante *na e pela língua*, em uma relação de interpretância.

Gostaria, agora, de comentar a Aula 5 de suas *Últimas aulas*. Nessa aula, há uma extensa nota de ouvinte que retoma pontos importantes da reflexão sobre a relação entre a língua e a sociedade desenvolvidos no texto “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”. São eles: a ideia de que as estruturas linguísticas e sociais são “anisomorfas”, conforme Sapir (citado na nota de ouvinte e no artigo); a ideia de que a língua não reflete a sociedade; a necessidade de uma distinção entre um nível histórico, de um lado, e um nível fundamental

131 A esse respeito, gostaria de salientar os trabalhos de Benveniste reunidos na sexta parte – “Léxico e cultura” – do *PLGI* (1966) e do *PLGII* (1974), assim como nos dois volumes de *Le vocabulaire des institutions indo-européennes [O vocabulário das instituições indo-europeias]* (1969a; 1969b). Acredito firmemente que muitos desses trabalhos tenham contribuído para a elaboração e o desenvolvimento da reflexão semiológica do autor, na medida em que todos tratam da relação da língua com a sociedade, relação essa teorizada, de fato, no artigo “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”.

132 Brunet e Mahrer (2011, p. 11) indicam que esse texto é fruto de uma exposição de Benveniste realizada em 1962, mas publicada no ano seguinte, em *Comptes rendus des séances de 1962 – Académie des Inscriptions et Belles-lettres*.

da língua, de outro; o fato de não haver uma correlação estrutural nem genética entre o linguístico e o social, mas sim uma relação semiológica (uma relação de interpretante e interpretado); o fato de se poder estudar a língua por si mesma (como sistema formal) sem que se estabeleça qualquer relação com a sociedade; o fato de não se poder estudar a sociedade independentemente da língua; e, sobretudo, a ideia de que a língua contém a sociedade (BENVENISTE, 1969/2014, p. 111-112 [nota de ouvinte]).

Considerando-se a data da aula (13 de janeiro de 1969) e a da conferência de Milão que resulta nesse artigo (entre 14 e 17 de outubro de 1968), mais do que uma simples retomada de pontos, talvez se possa dizer que o texto do artigo tenha fornecido a base para a aula de Benveniste, tenha alimentado a sua aula. Ou, pelo menos, que o artigo tenha orientado Coquet e Fenoglio em seu trabalho genético de estabelecimento das notas manuscritas provenientes tanto de Benveniste quanto de seus ouvintes. Afinal, há uma estreita correspondência entre esses dois espaços e momentos de reflexão, o da aula em 1969 e o do texto em 1968 (assim como, evidentemente, entre o trabalho do professor e o do pesquisador¹³³).

Por outro lado, como mencionado em nota neste texto (nota 120), essa é a aula em que Benveniste (1969/2014, p. 109, grifos do autor) propõe “*a relação de interpretação*”, “uma nova relação, que Saussure não mencionou, nem talvez tenha visto”: “*a relação de interpretação entre sistemas*”. E, para explicá-la, Benveniste traz a questão da relação entre a língua e a sociedade, mesmo movimento que faz, aliás, em “Semiologia da língua”, em 1969.

133 O que caracteriza, aliás, o tipo de ensino ministrado no Collège de France: um ensino de nível superior que não segue o ensino regular de uma instituição universitária e que permite que um pesquisador exponha suas teorias, mesmo aquelas em curso de elaboração. Ver, a esse respeito, o próprio Benveniste em “Estruturalismo e linguística” (1968/1989).

Nesse artigo, assim que define a relação semiótica entre os sistemas – “uma relação entre SISTEMA INTERPRETANTE e SISTEMA INTERPRETADO” –, o autor sustenta que é essa a relação “entre os signos da língua e os da sociedade: os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, não o inverso”¹³⁴ (BENVENISTE, 1969/1989, p. 54-55, grifos do autor, tradução minha). Nessa mesma perspectiva, depois que define a terceira relação entre os sistemas semióticos, a “RELAÇÃO DE INTERPRETÂNCIA” (BENVENISTE, 1969/1989, p. 62, grifos do autor), Benveniste se refere uma segunda vez à questão da relação da língua com a sociedade.

Nesse momento, em “Semiologia da língua”, o linguista mostra que a relação semiológica se distingue de todas as outras, em especial da relação sociológica. Conforme explica Benveniste (1969/1989, p. 63), na relação sociológica, “a língua funciona no interior da sociedade, a qual a engloba”, ao passo que, na relação semiológica, há uma inversão dessa relação, “porque somente a língua torna possível a sociedade”, e língua e sociedade se encontram “em dependência mútua segundo sua capacidade de semiotização”¹³⁵ (uma relação de interpretância). Por isso, nesse ponto, o autor não apenas reafirma a proposição – “é a língua que contém a sociedade” (BENVENISTE, 1969/1989, p. 63) –, mas ainda, em nota, remete ao artigo “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, texto em que a apresenta (“a língua contém a sociedade” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 97)).

A seguir, retomo então a questão da escrita e a da sociedade na reflexão de Benveniste, buscando algumas aproximações.

134 No original: “non l’inverse” (BENVENISTE, 1969/1974, p. 54). Na tradução brasileira: “jamais o inverso” (BENVENISTE, 1969/1989, p. 55).

135 O que, aliás, satisfaz o critério estabelecido a respeito das relações entre os sistemas semiológicos: “estas relações devem ser elas mesmas de natureza semiótica” (BENVENISTE, 1969/1989, p. 63).

A RELAÇÃO LÍNGUA-LÍNGUA E A RELAÇÃO LÍNGUA-SOCIEDADE: ALGUMAS APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

As considerações de Benveniste a respeito da relação língua-língua e da relação língua-sociedade envolvem alguns dos aspectos que marcam a reflexão desenvolvida pelo linguista sobretudo na parte final dos anos 1960.

No que concerne à questão da relação estabelecida pela língua com a sociedade, tanto no artigo “Semiologia da língua” quanto nas *Últimas aulas*, é possível estabelecer uma certa aproximação com o que ocorre com a questão da escrita, que traz a relação estabelecida pela língua consigo mesma.

Primeiro ponto de aproximação: se, no artigo, a questão da escrita é apenas mencionada, Benveniste também não se detém, de fato, na relação da língua com a sociedade. Seu objetivo nesse texto é, acredito, uma reflexão a respeito da relação da língua com os diferentes sistemas semiológicos na elaboração de uma proposta de ultrapassagem da noção saussuriana de signo como princípio único de explicação da significância da língua; o que se dará, segundo ele, por duas vias: uma linguística (a semântica da enunciação) e outra semiológica (a metassemântica, uma “semiologia de ‘segunda geração’” (BENVENISTE, 1969/1989, p. 67, grifos do autor). É essa via semiológica que está em discussão nesse momento, configurando-se na questão central do artigo. Desse modo, toda a reflexão que Benveniste apresenta ao longo do texto tem por fim a questão da metassemântica, que, de meu ponto de vista, é apenas um dos aspectos de sua reflexão semiológica, ou seja, de sua ideia de uma semiologia da língua¹³⁶.

136 Ver, a esse respeito, Rosário (2018).

A relação da língua com a sociedade, tratada em dois diferentes momentos de “Semiologia da língua”, é igualmente discutida em suas *Últimas aulas*. Eis o segundo ponto de aproximação. Porém, ao contrário do que ocorre com a escrita, que se torna objeto de estudo do linguista no conjunto de aulas reunidas no segundo capítulo da obra (“A língua e a escrita”, Aulas 8 a 15), a relação da língua com a sociedade é pontualmente abordada na Aula 5.

Além disso, conforme suas próprias palavras no *Annuaire du Collège de France* de 1969, Benveniste pretendia publicar um artigo seu inteiramente dedicado à questão da escrita na revista *Semiotica*. Ora, a questão da relação da língua com a sociedade também se torna objeto de reflexão do linguista no texto “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (1968/1970), republicado, em 1974, no segundo volume de seus *Problemas de linguística geral*. Aqui se encontra, portanto, o terceiro ponto: essas duas questões presentes, insisto, em “Semiologia da língua” (a da escrita, ainda que apenas aludida, e a da relação língua-sociedade, ainda que muito pouco aprofundada) seriam tratadas separadamente em artigos específicos. Digo seriam, pois apenas uma delas acaba de fato sendo; afinal, o artigo sobre a escrita, ao que tudo indica, nem mesmo foi redigido.

Por fim, o quarto ponto de aproximação tem relação com a perspectiva adotada por Benveniste em sua reflexão sobre a escrita e, também, em sua reflexão sobre a relação da língua com a sociedade. Trata-se, nos dois casos, de um ponto de vista semiológico que o linguista se preocupa logo em apontar.

Nesse sentido, a respeito da escrita, lembro sobretudo de suas considerações na Aula 7 e na Aula 12, assim como no *Annuaire du Collège de France* de 1969; considerações essas anteriormente comentadas.

Por sua vez, em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, o linguista inicia sua reflexão anunciando o tema que se propõe a examinar: “as relações entre duas grandes entidades que são respectivamente a língua e a sociedade” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 93). E esse exame das “relações entre [...] a língua e a sociedade”, repito, Benveniste não faz de qualquer modo, mas em conformidade com sua reflexão a respeito das relações entre os sistemas semiológicos. Assim como, claro, também faz seguindo seu estilo peculiar de pensar a linguagem – problematizando a questão –, o que é mostrado na sequência.

Observando, assim, o modo como linguistas e antropólogos costumam abordar esse tema¹³⁷, Benveniste (1970/1989, p. 95) reconhece nesse texto a complexidade do problema – “está longe de ser simples” – e a necessidade de tratá-lo diferentemente, uma vez que “a maneira pela qual este problema foi debatido até agora não nos aproxima muito de uma solução”.

O linguista sustenta que é preciso “constatar que não existe correspondência nem de natureza nem de estrutura entre os elementos constitutivos da língua e os elementos constitutivos da sociedade” e que, por outro lado, é preciso “assinalar e corrigir uma confusão que é cometida entre duas acepções do termo língua e do termo sociedade respectivamente” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 95-96). Acrescenta, então, Benveniste (1970/1989, p. 96):

Existe de uma parte a sociedade como dado empírico, histórico. Fala-se da sociedade chinesa, da sociedade francesa, da sociedade assíria; existe de outra parte a sociedade como coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens. Da mesma maneira existe a língua como idioma empírico, histórico, a língua chinesa, a língua francesa, a língua assíria; e existe a língua como sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação.

137 Seja mostrando “que a sociedade e a cultura inerente à sociedade são independentes da língua” seja mostrando “que a língua é – como dizem eles – o espelho da sociedade” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 94), posicionamentos que remetem, respectivamente, às ideias de Sapir (mencionado no texto) e de Meillet (não mencionado no texto, mas referência dessa corrente de pensamento e figura próxima de Benveniste), por exemplo.

Conforme o linguista, tanto no nível histórico, empírico, como no nível que denomina fundamental, “o problema das relações possíveis entre a língua e a sociedade se coloca”, o que faz com que se possa “admitir duas respostas diferentes” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 96). Desse modo, se não há relação entre uma língua histórica e uma sociedade histórica, entre a língua e a sociedade em seu “nível fundamental, podemos perceber imediatamente homologias” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 96).

Há, nesse nível, por conseguinte, características comuns a uma e a outra: segundo o autor, a língua e a sociedade são, para os homens, realidades inconscientes e representam a natureza¹³⁸; são sempre herdadas e não se imagina que tenham tido um começo; e, por fim, não podem ser mudadas pela vontade dos homens (o que muda, na verdade, são as designações e as instituições, respectivamente) (BENVENISTE, 1970/1989, p. 96). Benveniste (1970/1989, p. 96-97, grifos meus), contudo, vai além nessa sua análise e afirma que

se a diversificação constante, crescente das atividades sociais, das necessidades, das noções, exige designações sempre novas, **é preciso que em troca exista uma força unificante que faça equilíbrio.** Acima das classes, acima dos grupos e das atividades particularizadas, reina **um poder coesivo** que faz uma comunidade de um agregado de indivíduos e que cria a própria possibilidade da produção e da subsistência coletiva. **Este poder é a língua e apenas a língua. É porque a língua representa uma permanência no seio da sociedade que muda, uma constância que interliga as atividades sempre diversificadas.** Ela é uma identidade em meio às diversidades individuais. E daí procede a dupla natureza profundamente paradoxal da língua, ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade.

138 Nas palavras do linguista, “uma e outra representam a natureza, se assim se pode dizer, o meio natural e a expressão natural, coisas que não podem ser concebidas como outras que não são e que não podem ser imaginadas como ausentes” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 96).

Ora, essa passagem não apenas retoma a visão antropológica da linguagem do linguista (relacionando linguagem/língua, homem e sociedade), mas mostra sobretudo o papel especial e exclusivo da língua: apenas a língua, com seu poder coesivo, sua força unificante, estabelece o equilíbrio entre o que permanece e é constante (a própria língua) e o que muda e é diverso (a sociedade), possibilitando e mantendo não um aglomerado de indivíduos, mas uma coletividade. O que se deve, de um lado, à propriedade fundamental, mas não exclusiva, da língua de significar – a significância (uma dupla significância, nesse caso) – e, de outro, à propriedade fundamental e exclusiva da língua de interpretar a si mesma e os outros sistemas semiológicos, significando-os – a interpretância (devido a sua dupla significância).

A relação da língua com a sociedade envolve, desse modo, uma questão semiológica: a língua significando, interpretando, a sociedade. E é por isso que, à questão – “como podemos supor a relação da língua e da sociedade para esclarecer pela análise de uma (a língua), a análise da outra (a sociedade)?” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 97) –, Benveniste responde que essa relação não será, de modo algum, uma relação estrutural, tipológica, histórica ou genética, mas semiológica. Diz o linguista:

Estamos considerando aqui **a língua somente como um meio de análise da sociedade**. Para este fim **nós tomaremos língua e sociedade em sincronia e numa relação semiológica: a relação do interpretante com o interpretado**. E formularemos estas duas proposições conjuntas: em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade (BENVENISTE, 1970/1989, p. 97, grifos meus).

A partir desses quatro pontos de aproximação traçados entre a questão da escrita e a da relação da língua com a sociedade, acredito que seja plausível afirmar que a reflexão semiológica de Benveniste como um todo (sua ideia de uma semiologia da língua) abrange, além da questão da metassemântica apresentada na parte final de

“Semiologia da língua”, outros aspectos, cuja significância também depende de uma relação com a língua – uma relação estabelecida, sempre, entre um sistema interpretado e a língua, o sistema interpretante. Não reduzo, portanto, a semiologia em Benveniste à questão da metassemântica como comumente se faz. Acredito que, em sua reflexão semiológica, existam diferentes aspectos que devem ser considerados, como a relação da língua consigo mesma, de um lado, e a relação da língua com a sociedade, de outro, o que uma análise mais ampla e aprofundada de sua produção do final dos anos 1960 – seja de seus textos seja de suas aulas – permite observar.

CONCLUSÃO

Considerando o exposto neste estudo, é possível afirmar que, tanto em relação à escrita quanto em relação à sociedade, o que está no centro da reflexão de Benveniste é seu interesse pela língua de um ponto de vista semiológico; fato que se constata, de modo especial, em dois diferentes espaços de trabalho que se encontram estreitamente inter-relacionados e se mostram, sobretudo, ao longo de três textos-chave que recobrem o final dos anos 1960: os artigos “Semiologia da língua” e “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, trazendo o pesquisador, e a obra *Últimas aulas*, trazendo o professor em suas aulas no Collège de France.

Nessa perspectiva, assim como com os sistemas semiológicos em geral, a escrita e a sociedade também se configuram em sistemas interpretados em uma relação semiológica com a língua, o sistema interpretante. Todos esses sistemas significam, por conseguinte, *na e pela semiologia da língua*, ou seja, em função da interpretância da língua.

Com isso, recupero a proposta de Flores (2016) de que, no axioma geral da teoria da linguagem de Benveniste – *o homem na linguagem* –, está contido um axioma específico – *o homem na língua* – e, ao lado deste axioma, que corresponde à reflexão enunciativa de Benveniste, identifico um outro axioma, também específico (também contido, portanto, no axioma geral), que corresponde à reflexão semiológica do linguista – *a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive a si mesma*.

Esse é, de meu ponto de vista, o axioma de sua reflexão semiológica: sua semiologia da língua, um amplo campo de estudos aberto pelo linguista que se fundamenta na propriedade de interpretância da língua (sua propriedade de interpretar) e que envolve a relação de interpretância por ele proposta. Ou seja, a relação da língua, como sistema interpretante, com um sistema interpretado, o que compreende diferentes aspectos: a relação da língua com os outros sistemas, com os textos e as obras (a metassemântica), do mesmo modo como a relação da língua consigo mesma (através da escrita) e sua relação com a sociedade.

Saliento, por fim, que a estas duas últimas relações, objeto deste estudo, o próprio Benveniste associa duas proposições com valor de axioma – *a língua semiotiza a si mesma* e *a língua contém a sociedade*, respectivamente –; proposições que devem ser tomadas e significadas dentro de sua reflexão semiológica, ainda que apontem, acredito, não para uma semiologia, mas para estudos de outra ordem. Mas isso já é outro assunto!

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*, 1. Paris: Éditions Gallimard, 1966.

BENVENISTE, Émile. *Le vocabulaire des Institutions Indo-européennes* - 1. Économie, parenté, société. Paris: Éditions de Minuit, 1969a.

BENVENISTE, Émile. *Le vocabulaire des Institutions Indo-européennes - 2*. Pouvoir, droit, religion. Paris: Éditions de Minuit, 1969b.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale, 2*. Paris: Éditions Gallimard, 1974.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. Original publicado em 1974.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes/ Editora da Unicamp, 1995. Original publicado em 1966.

BENVENISTE, Émile. *Dernières leçons*: Collège de France (1968 et 1969) (Orgs. Jean-Claude Coquet e Irène Fenoglio). Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 2012.

BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)* (Orgs. Jean-Claude Coquet e Irène Fenoglio). São Paulo: Editora Unesp, 2014. Original publicado em 2012.

BRUNET, Émilie; MAHRER, Rudolf (Orgs.). *Relire Benveniste: réceptions actuelles des Problèmes de linguistique générale*. Bruxelles: Academia (Sciences du langage: carrefours et points de vue), 2011.

COQUET, Jean-Claude; FENOGLIO, Irène. Introduction. In: BENVENISTE, Émile. *Dernières leçons*: Collège de France (1968 et 1969) (Orgs. Jean-Claude Coquet e Irène Fenoglio). Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 2012. p. 41-56.

COQUET, Jean-Claude; FENOGLIO, Irène. Introdução. In: BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)* (Orgs. Jean-Claude Coquet e Irène Fenoglio). São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 67-86. Original publicado em 2012.

FENOGLIO, Irène. L'écriture au fondement d'une 'civilisation laïque'. In: FENOGLIO, Irène et al. *Autour d'Émile Benveniste*. Paris: Éditions du Seuil, 2016a. p. 153-236.

FENOGLIO, Irène. Traces. Langue. Écriture. In: FENOGLIO, Irène et al. *Autour d'Émile Benveniste*. Paris: Éditions du Seuil, 2016b. p. 11-34.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. L'actualité de Benveniste au Brésil: les aspects anthropologiques d'une théorie de l'énonciation. In: *COLLOQUE ÉMILE BENVENISTE 2016 – 50 ans après les "Problèmes de linguistique générale"*, Paris, 2016.

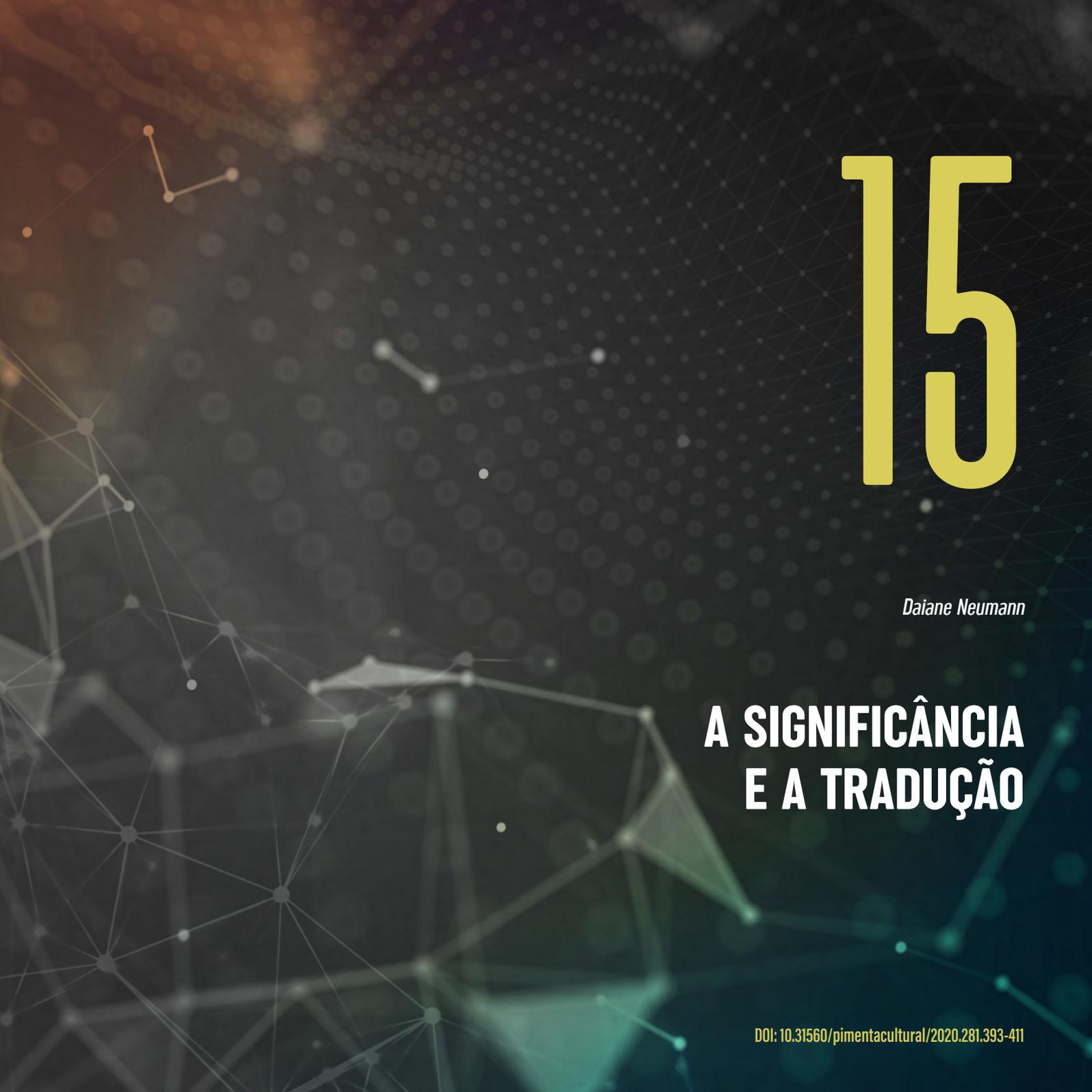
FLORES, Valdir do Nascimento. *Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

LAPLANTINE, Chloé. Faire entendre Benveniste. *Acta Fabula* (Dossier critique – Ce qui a fait signe & ce qui fait sens), Paris, v. 14, n. 7, p. 1-10, 2013.

ROSÁRIO, Heloisa Monteiro. Um périplo benvenisteano: o semiólogo e a semiologia da língua. 2018. 174p. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Edição crítica preparada por Tullio de Mauro. Paris: Éditions Payot (Payothèque), 1976. Original publicado em 1916.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2006. Original publicado em 1916.



15

Daiane Neumann

A SIGNIFICÂNCIA E A TRADUÇÃO

DOI: [10.31560/pimentacultural/2020.281.393-411](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2020.281.393-411)

Traduzir passa por uma escuta do contínuo. Subjetivação pela subjetivação.

Henri Meschonnic (2010, p. XXXII).

INTRODUÇÃO¹³⁹

A reflexão a que me proponho neste capítulo toma a obra benvenistiana, considerando-a uma poética, conforme o destaca Dessons (2006). Essa poética se estabelece, a partir do que entende o autor como a arte de pensar, “no sentido de que o que é dito em seus trabalhos [de Benveniste] aparece inseparável da maneira como é dito” (DESSONS; NEUMANN; OLIVEIRA, 2020, p. 379).

Essa “arte de pensar” que constitui a poética de Benveniste se estabelece ainda a partir da arte do problema, conforme atestam os títulos das suas duas obras mais discutidas e estudadas, *Problemas de linguística geral I e II*. No entanto, há uma forma particular de teorizar considerando tais problemas, na medida em que “se trata menos de *resolv[ê]-los*] do que de *inventá-los*” (DESSONS; NEUMANN; OLIVEIRA, 2020, p. 379).

Concebendo a teorização benvenistiana como a arte de inventar problemas, tomo a noção de *significância*, mais especificamente nas obras supracitadas, com objetivo de refletir acerca de sua constituição e de seu alcance teórico. Ou seja, a retomada dessa noção intenta a abertura da discussão iniciada por Benveniste, a fim de considerar sua potencialidade para estudos prospectivos da obra.

A problematização que aqui inicio, na obra de Benveniste, encontra eco na forma como a noção de *significância* é tomada na obra de Henri Meschonnic. Em seguida, discuto, portanto, tal noção

139 Agradeço a leitura atenta e as contribuições de Aroldo Garcia dos Anjos.

conforme teorizada por Meschonnic, para quem a *significância* apresenta-se como profícua para pensar acerca do contínuo da linguagem, do ritmo, da voz, da tradução.

Conforme é anunciado no título do capítulo, encerro o debate, dessa forma, discutindo acerca do que significa traduzir a *significância* dos textos e das obras, considerando o termo em sua solidariedade com a noção de *ritmo* e a de *voz*.

A SIGNIFICÂNCIA EM SEMIOLOGIA DA LÍNGUA

Há, na constelação teórica de *PLGI* e *PLGII*, três termos que remetem uns aos outros por apresentarem, muitas vezes, relações de sinonímia, quais sejam, *sentido*, *significação* e *significância*. Não raro, esses termos são tomados uns pelos outros, apesar de constituírem valores diferentes dentro da obra. No *Dicionário de linguística da enunciação*, por exemplo, encontramos apenas a definição para o termo *sentido* na obra de Benveniste.

Rizzo (2019) nota, no entanto, em uma busca pela utilização dos termos *sentido*, *significação* e *significância*, questões que serão importantes para o debate aqui proposto: *sentido* aparece usado com mais frequência para referir ao *significado* de palavras, de lexema, de morfemas; *significação* se relaciona, em geral, a questões em que se destaca o poder de significar da língua, diante do pensamento, da cultura, do homem, da sociedade; e *significância* somente é utilizada em *Semiologia da língua*, em que há um debate acerca especificamente de sistemas de *significação*, e uma vez em *O aparelho formal da enunciação*.

Partindo de tais constatações, proponho-me a pensar nesta seção como se constrói o valor do termo *significância*, em especial,

no texto *Semiologia da língua*, para, a partir disso, considerar sua constituição e seu alcance teórico.

Benveniste inicia a reflexão em *Semiologia da língua*, publicado originalmente em 1969, considerando as discussões de dois “gênios antitéticos” (BENVENISTE, 2006a, p. 43), Peirce e Saussure. Interessa aqui observar que, já nessa primeira contextualização, o linguista pontua que a principal diferença do seu trabalho para o de Peirce é que o signo está no centro da reflexão para este último, enquanto, para Benveniste, a noção central é de sistema, pois “todo signo [é] tomado e compreendido em um SISTEMA de signos” (BENVENISTE, 2006a, p. 45). A partir dessa discussão, Benveniste anuncia, “esta é a condição da SIGNIFICÂNCIA¹⁴⁰” (BENVENISTE, 2006, p. 45), ao apresentar ao leitor, pela primeira vez, o uso do termo. O linguista ainda pontua que resulta daí que todos os signos não possam pertencer a um sistema único, logo, devem-se constituir inúmeros sistemas de signos.

Nesse momento, Benveniste aponta Saussure como aquele que pode lhe auxiliar, já que procede da língua e a toma como objeto exclusivo. Assim, a língua é tomada por ela mesma, e a linguística somente é possível na medida em que se conhece descobrindo o seu objeto.

A língua é, então, separada metodologicamente da linguagem, o que permite que se tome a língua como princípio de unidade e se encontre o seu lugar entre os fatos humanos. Delimitado o objeto da linguística, Saussure afirma ainda, conforme aponta Benveniste (2006a), que a linguística faria parte de uma ciência que não existe ainda, que se ocupará de outros sistemas da mesma ordem no conjunto dos fatos humanos, a semiologia.

140 Na introdução das *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*, escrita por Jean-Claude Coquet e Irène Fenoglio, os autores notam que, nos manuscritos de Benveniste, o linguista coloca o termo “signifiante” entre aspas e se refere a um artigo de Frédéric Paulhan, o linguista, pai de Jean Paulhan.

Dessa forma, Benveniste (2006a), seguindo os ensinamentos do mestre Saussure, postula que a língua encontra sua unidade e o princípio de seu funcionamento em seu caráter semiótico. Essa é a sua natureza e se deve a tal caráter o fato de ela poder integrar um conjunto de sistemas do mesmo tipo.

No domínio da semiologia estaria a língua, mas também sistemas homólogos aos da língua, que teriam o caráter de serem sistemas de signos: “A língua seria ‘apenas o mais importante destes sistemas’” (BENVENISTE, 2006a, p. 49). Benveniste ainda cita Saussure para ressaltar que “o problema linguístico é antes de tudo semiológico, e todos os nossos desenvolvimentos emprestam significação a este fato importante” (CLG, p. 34-35 *apud* BENVENISTE, 2006a, 49).

Benveniste (2006a) pontua também que o que liga a linguística à semiologia seria o princípio de que o signo linguístico é arbitrário. Logo, o objeto principal da semiologia seria “o conjunto dos sistemas fundados sobre o arbitrário do signo” (CLG, p. 100 *apud* BENVENISTE, 2006a, p. 50). Propondo-se a ir além de Saussure no ponto em que o mestre deixou esse grande problema, Benveniste percebe que “não menos que os sistemas de signos, as RELAÇÕES entre estes sistemas constituirão o objeto da semiologia” (2006a, p. 51). Dessa forma, toma como o “problema central” da semiologia “o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos” (BENVENISTE, 2006a, p. 51).

Importa observar na reflexão apresentada até este momento que, para Benveniste, a noção de *sistema* torna-se essencial para pensar a semiologia da língua. Mesmo que até essa época a principal noção derivada do CLG seja de *estrutura*, a Benveniste interessa pensar a questão da semiologia, partindo da teorização saussuriana da noção de *sistema*, sustentada pela arbitrariedade. O linguista sírio atenta, ainda, para o fato de que sua reflexão, indo além de Saussure, considerará a relação entre sistemas.

Em uma abordagem inicial de sua proposta em que cita diferentes sistemas de signos, Benveniste (2006a) afirma ser o caráter comum a todos os sistemas, e o critério de sua ligação à semiologia, a propriedade de significar ou a “SIGNIFICÂNCIA”, bem como sua composição em unidades de significância, ou signos.

A noção de *valor* também é recuperada por Benveniste ao afirmar, a propósito de que não há signo transsistemático, que “o valor de um signo se define somente no sistema que o integra” (2006a, p. 54). Percebe-se aqui uma aproximação entre a noção proposta por ele de *significância* e a noção de *valor* proposta por Saussure.

Ao levantar reflexões acerca de outros sistemas de significação que não a língua, Benveniste (2006a) conclui que há sistemas cuja significância é posta pelo autor na obra e há sistemas cuja significância é expressa pelos elementos em estado isolado, independentemente das relações que possam estabelecer. Assim, na arte, os termos são ilimitados em número, imprevisíveis por natureza e, portanto, reinventados em cada obra; por outro lado, “a significância da língua [...] é a significância mesma, fundando a possibilidade de toda troca e de toda comunicação, e também de toda cultura” (BENVENISTE, 2006a, p. 60).

A língua, então, “nos fornece o único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento” (BENVENISTE, 2006a, p. 63). Somente a língua “pode conferir – e confere efetivamente – a outros conjuntos a qualidade de sistemas significantes informando-os da relação de signo” (BENVENISTE, 2006a, p. 64). Benveniste se questiona acerca de a que se deve esse caráter da língua, acerca do que a torna um sistema único, o que o leva, inclusive, em notas manuscritas, a duvidar do fato de que a língua pertença realmente à semiótica¹⁴¹.

141 “Começo a duvidar de que a língua pertença realmente à semiótica” (BENVENISTE, 2014, p. 121).

Respondendo ao próprio questionamento, Benveniste (2006a) afirma que a língua significa de forma específica, que está apenas nela, e que não pode ser reproduzida por nenhum outro sistema. A língua, então, seria “investida de uma DUPLA SIGNIFICÂNCIA” (BENVENISTE, 2006a, p. 64), que combinaria dois modos distintos de significância, o modo semiótico e o modo semântico.

Sobre o modo semiótico, o linguista propõe que “cada signo é chamado a afirmar sempre e com a maior clareza sua própria significância no seio de uma constelação ou em meio a um conjunto dos signos” (BENVENISTE, 2006a, p. 65). Por outro lado, o modo específico de significância do semântico seria engendrado pelo discurso, que “não se reduz a uma sucessão de unidades que devem ser identificadas separadamente”, pois “não é uma adição de signos que produz o sentido, é, ao contrário, o sentido (o ‘intencionado’), concebido globalmente que se realiza e se divide em ‘signos’ particulares, que são as PALAVRAS” (BENVENISTE, 2006a, p. 65).

A língua é concebida, portanto, como o único sistema cuja articulação da significação se estabelece em duas dimensões; haveria então sistemas cuja articulação da significação se daria a partir do semiótico, sem semântico, como é o caso de gestos de cortesia, *mudrās*, e sistemas cuja articulação da significação se daria a partir do semântico, sem semiótico, como é o caso das expressões artísticas.

A SIGNIFICÂNCIA, O RITMO, A VOZ

Na reflexão proposta por Meschonnic (1975) acerca da *significância*, a noção de *sistema* também se constituirá como de grande relevância, na medida em que, para o teórico da linguagem, a noção de *sistema* concebe a teoria da linguagem como uma “anti-origem”. Ora, dizer que se concebe a teoria da linguagem

como uma “anti-origem” é destacar que não há o dado, o anterior, o pré-definido, em termos de linguagem, somente relação, a partir de seu funcionamento.

Dessa forma, os textos e as obras, à imagem da língua, não formam mais estruturas, mas sistemas, cujas configurações são passíveis de mudança, e não se apresentam mais como uma forma fixa. Os textos, as obras, portanto, não produzem mais unidades, mas valores, que os constituem enquanto sujeitos. A constituição dos textos e das obras se dá a partir de um arbitrário radical em sua relação com o mundo: “As obras, enquanto sistema, significam e constituem sua experiência nos sistemas de discurso ao mesmo tempo linguísticos e extralinguísticos”¹⁴² (SAVANG, 2015, p. 93).

Ao conceber os textos e as obras enquanto sistemas de discurso, Meschonnic propõe que nada pode determiná-las de fora. Por isso, sua proposição do *semântico sem semiótico* não nega a existência do semiótico, mas propõe que se observe os textos e as obras a partir de seu sistema de discurso, a partir de seu semântico. A relação se inverte se comparada ao que se faz tradicionalmente nos estudos da linguagem. Metodologicamente, não se investiga mais como o semiótico cria o semântico, mas o inverso, como o semântico constitui o semiótico.

No entanto, o sistema de discurso não é fechado, é aberto. De acordo com Decrosse (1995, p. 197 *apud* SAVANG, 2015, p. 93), “o sistema e as práticas estão em inter-relações dinâmicas”¹⁴³, isto é, um sistema não se define pelo inventário de suas unidades, mas antes pela significância que as informa, a partir de outros sistemas, da dinâmica entre outros sistemas.

142 Tradução minha. No original, lê-se: “Les œuvres, en tant que système, signifient et situent leur expérience dans les systèmes de discours à la fois linguistiques et extralinguistiques”.

143 Tradução minha. No original, lê-se: “le système et les pratiques sont en inter-relations dynamiques”.

Acerca dessa discussão, Savang (2015) lembra das palavras de Benveniste em suas notas manuscritas:

Os sistemas não são universos fechados, isolados uns dos outros. A relação entre eles ocorre por geração: um sistema gerador, um sistema gerado. Trata-se de uma relação de derivação. *A priori*, é o sistema de campo restrito que deriva do sistema de campo amplo. Da escritura da língua derivam a escritura musical [...] e a escritura coreográfica. (BENVENISTE, 2014, p. 108).

É a partir dessa discussão acerca da noção de *sistema* e da observação de que os textos e as obras são tomados enquanto sistemas de discurso que nasce a noção de *significância*, na poética de Meschonnic. *A significância*, nesse sistema de pensamento, é “o sentido em transformação, a forma-sentido no movimento de um discurso utilizada por um sujeito realmente em vias de falar”¹⁴⁴ (SAVANG, 2015, p. 99).

A significância é então o resultado de uma atividade de um sujeito em vias de falar. Assim, não se está mais em uma referência lexical, mas em “uma semântica específica; distinta do sentido lexical, e que ele [Meschonnic] chama de significância: quer dizer os valores próprios a um discurso e a um apenas”¹⁴⁵ (LEOPIZZI, 2009, p. 27 *apud* SAVANG, 2015, p. 99). *A significância* é, então, “a maneira de significar no contínuo”¹⁴⁶ (LEOPIZZI, 2009, p. 27 *apud* SAVANG, 2015, p. 99).

Meschonnic toma então o termo “‘significante’ como particípio presente do verbo ‘significar’”¹⁴⁷ (LEOPIZZI, 2009, p. 27 *apud* SAVANG, 2015, p. 99) e propõe que “o ritmo anula o papel ancilar do significante,

144 Tradução minha. No original, lê-se: “le sens en transformation, la forme-sens dans le mouvement d’un discours porté par un sujet”.

145 Tradução minha. No original, lê-se: “une sémantique spécifique; distante du sens lexical, et qu’il [Meschonnic] appelle la signifiante : c’est-à-dire les valeurs propres à un discours e à un seul”.

146 Tradução minha. No original, lê-se: “la manière de signifier dans le continu”.

147 Tradução minha. No original, lê-se: “‘signifiant’ comme participe présent du verbe ‘signifier’».

pois somente há significantes e a significância - ou seja, uma significação produzida pelos significantes - e não há significados”¹⁴⁸ (LEOPIZZI, 2009, p. 27 *apud* SAVANG, 2015, p. 99).

A *significância* é, portanto, construída em um sistema de discurso em que a não distinção entre forma e sentido a torna também uma atividade, um efeito do discurso. Ela não é mais observada do ponto de vista do semiótico, mas somente do semântico como uma atividade de um sujeito.

É com a noção de *valor* de Saussure que a noção de *significância* em Meschonnic se relaciona, na medida em que a *significância* é constituída a partir de uma rede de relações prosódicas, rítmicas. Tais redes de relações resultam de combinações entre significantes errantes pelo texto, pela obra. É o sistema de discurso que atribui valor, significância às unidades, seja em nível acentual, prosódico, fonológico, morfológico, sintático ou lexical.

Em um poema¹⁴⁹, conforme pontua Savang (2015), as unidades significantes da língua perdem seu valor taxionômico, diante da transubjetivação de seu valor nas relações discursivas de sujeito a sujeito. A análise proposta por Meschonnic, a partir da observação da *significância*, em um semântico sem semiótico, assemelha-se ao que é proposto por Benveniste acerca das obras de arte, em que as “relações significantes da ‘linguagem’ artísticas são descobertas NO INTERIOR de uma composição. A arte não é jamais aqui senão uma obra de arte particular, na qual o artista instaura livremente oposições e valores que ele manipula soberanamente” (2006a, p. 60).

148 Tradução minha. No original, lê-se: “le rythme anule le rôle ancillaire du signifiant, car il n’y a que des signifiants et de la signifiante - c’est-à-dire une signification produite par les signifiants - et il n’y a plus de signifiés.”

149 É importante notar que a noção de *poema*, na poética de Meschonnic, não se limita ao texto escrito em verso. O poema refere-se a todo e qualquer texto em que há uma invenção de uma forma e de um sentido, em que o que se diz não pode ser separado da forma como é dito. Dessa forma, o *poema* pode referir-se a um texto literário, mas também a um texto teórico, filosófico etc.

Meschonnic (2009) afirma que, na poesia, há a implicação máxima de um sujeito na linguagem, em que o sujeito não pode ser dividido em unidades significantes, em unidades parciais, pois o sujeito é a sistematicidade do discurso, é o todo do discurso, está no contínuo do discurso.

O poeta, então, não trabalha nem com unidades, nem com signos isolados, mas a partir da relação entre sistemas, já que os valores significantes da língua tomam uma significância própria, particular à experiência e à imaginação do poeta (SAVANG, 2015).

A *significância* está, assim, em relação de continuidade com a noção de *ritmo*. A noção, pois, de “ritmo como ‘ordem *no* movimento’ e não mais ‘ordem *do* movimento’, no sentido platônico”¹⁵⁰ (SAVANG, 2015, p. 107), coloca em primeiro plano a noção de *movimento* e não mais a de *ordem*. O *ritmo* se descobre em relação de interação entre o movimento e a forma, em um funcionamento.

Esse movimento, esse contínuo do discurso só pode ser observado ao não se negligenciar os aspectos prosódicos e acentuais dos textos e das obras. Esse movimento, esse contínuo do discurso só pode ser observado ao não se negligenciar mais o *ritmo* e a voz, quando não se confunde o primeiro com a noção de métrica e quando se percebe que a segunda não está presente apenas no falado. Conforme Meschonnic (2009, p. 70), “o suprasegmental da entonação, outrora excluído do sentido pelos linguistas, pode conter todo o sentido, mais que as palavras”¹⁵¹.

A noção de *significância* está então em relação de continuidade com a noção de *ritmo* e de voz. Por *ritmo*, compreende-

150 Tradução minha. No original, lê-se: “rythme comme ‘ordre *dans* le mouvement’ et non plus comme ‘ordre *du* mouvement’, au sens platonicien” (grifos do autor).

151 Tradução minha. No original, lê-se: “Le ‘suprasegmental’ de l’intonation, jadis exclu du sens par le linguistes, peut avoir tout le sens, plus que le mots”.

se a organização das marcas pelas quais significantes, linguísticos e extralinguísticos, produzem uma semântica específica, diferente do sentido lexical. Essa semântica específica é a *significância*, ou seja, os valores próprios a um discurso e a um só. Essas marcas podem estar situadas em todos os níveis da linguagem, acentual, prosódico, lexical, sintático, que constituem um paradigma e um sintagma e acabam por neutralizar a noção de nível. A *significância*, assim, constitui-se a partir de todo o discurso, pois consta em cada consoante, em cada vogal, que produzem séries, tanto no sintagma quanto no paradigma. Assim, o ritmo é a organização do sujeito como discurso no e pelo seu discurso (MESCHONNIC, 2009).

A noção de voz é tomada em relação de continuidade com a *significância* e com o *ritmo*, considerando-se os elementos prosódicos e acentuais do discurso. Dessa forma, a voz não se confunde necessariamente com o fônico, embora o elemento fônico possa fazer parte da voz. A voz e a subjetividade são, portanto, elementos que se constituem mutuamente, pois fazem parte da mesma problemática, por isso, ao nos debruçarmos sobre o discurso, não escutamos o som, mas o sujeito. Assim, o lugar do analista é aquele de escuta da enunciação presente nos textos e nas obras (NEUMANN, 2016).

TRADUZINDO A SIGNIFICÂNCIA

Em *Poética do traduzir*, Meschonnic discute acerca da constituição da significância em torno do nome de Ofélia, em *Hamlet*, de Shakespeare. Segundo o teórico da linguagem, há no entorno imediato do nome certos elementos consonânticos ou vocálicos, mas sobretudo consonânticos. Essa difusão de significantes, através de consoantes e vogais do nome de Ofélia, nas extremidades do início ao fim da peça, “não constituem uma lista aleatória, mas um acompanhamento cheio

de sentido: o sentido deste nome nesta peça” (MESCHONNIC, 2010, p. 111); assim, “essas palavras apelam para o que caracteriza Ofélia e para aquilo que constrói o seu destino” (MESCHONNIC, 2010, p. 111).

O nome próprio não tem sentido, afirma Meschonnic (2010), apenas designação, por isso há um contínuo entre designação e significação: “Está em questão um texto como sistema de seu próprio discurso: ele realiza o que nenhum outro faz” (MESCHONNIC, 2010, p. 111). As unidades de que se trata nessa discussão não são mais unidades da língua, mas de um discurso único, de um semântico sem semiótico, de uma poética.

A “semântica da prosódia”, “o poema da prosódia de Ofélia em Hamlet” constroem a significância. Assim, o nome de *Ophelia* aparece relacionado a motivos sucessivos do medo, do adeus, da beleza, do face a face com Hamlet, da relação com o pai (depois com o irmão), do sofrimento, da doçura, da dor, da separação de si mesma, das lágrimas, do amor e da morte (MESCHONNIC, 2010).

Na cena 3, por exemplo, Meschonnic (2010) observa que Ofélia está com seu irmão e que a primeira palavra que acompanha e que precede seu nome no discurso do irmão é o medo, medo do desejo de Hamlet: “*Fear it, Ophelia, fear it, my dear sister/ And keep you in the rear of your affection./ Out of the shot and danger of desire*”¹⁵². O nome, portanto, de Ofélia começa cercado pelo medo, pois *fear* partilha da consoante de ataque de *Ophelia*, que faz par com *dear* e *rear*.

Problematizando essa passagem do texto, Meschonnic (2010, p. 14) apresenta duas possibilidades de tradução: 1ª - proposta por Gide: “Crains cela; crains cela, ma sœur . Chère Ophélie”; 2ª - proposta por Lepoutre: “Crains-le, Ophélie, crains-le, ma chère sœur”. No entanto, buscando traduzir a significância, o teórico propõe,

152 SHAKESPEARE, William. Hamlet. Edição de André Lorant, Aubier, 1988 *apud* MESCHONNIC, 2010, p. 114.

“C'est *affreux*, *Ophélie*, *affreux*, ma chère sœur” ou “Fuis-le, *Ophélie*, fuis-le...”, em que se busca recriar o eco prosódico entre *Ophelia* e *fear*, em inglês, através de *affreux* ou *fuis*, em francês.

É interessante ainda destacar, na análise apresentada pelo teórico da linguagem, a passagem em que Ofélia se enterra: “What, the *fair Ophelia!*”¹⁵³, ao que a rainha diz: [Scattering flowers] *Sweets to the sweet. Farewell.* / I hope thou shouldst have been my Hamlet's wife. / I thought thy bride-bed to have decked, *sweet maid*, / And not t'have strewed thy grave”¹⁵⁴. Percebe-se que *sweet*, redobrado, está entre *fair* e *farewell*; assim, nesta figura prosódica se condensa o retrato e o destino de Ofélia (MESCHONNIC, 2010, p. 119). Segundo Meschonnic (2010), Ofélia é a personagem a quem mais se dá adeus em *Hamlet*, de forma que “começa e acaba quase - mas este quase me parece capital - em *Farewell*: o *Farewell* de Laerte (I, 3, 84), chamando Ofélia pela décima vez, e o da rainha, perto da tumba” (MESCHONNIC, 2010, p. 120).

Ao considerar-se o texto sob a perspectiva do semântico sem semiótico, em que se busca a significância, novas relações de sentido podem ser destacadas e percebidas, que se encontram na relação entre os eixos sintagmático e paradigmático do texto e/ou da obra. A observação ou não dessas relações pode levar a uma escolha ou outra por parte do tradutor, no processo tradutório.

O poema abaixo, de Manoel de Barros, também traz um trabalho interessante com a linguagem, que se pode observar a partir da consideração de aspectos prosódicos e acentuais do texto, considerando-o um sistema de discurso.

153 SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Edição de André Lorant, Aubier, 1988, v. 1, 231 *apud* MESCHONNIC, 2010, p. 119.

154 SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Edição de André Lorant, Aubier, 1988, v. 232-235 *apud* MESCHONNIC, 2010, p. 119.

Obrar II

Naquele outono, de tarde, ao pé da roseira de minha avó, eu *obrei*.

Minha avó não ralhou *nem*.

Obrar não era construir casa ou fazer *obra de arte*.

Esse verbo tinha um dom diferente.

Obrar seria o mesmo que *cacurar*.

Sei que o verbo cacurar se aplica mais a passarinhos

Os passarinhos cacaram nas folhas nos postes nas pedras do rio nas casas.

Eu só *obrei* no pé da roseira da minha avó.

Mas ela não ralhou *nem*.

Ela disse que as roseiras estavam carecendo de esterco orgânico.

E que as *obras* trazem força e beleza às flores.

Por isso, para ajudar, andei a fazer *obra* nos canteiros da horta.

Eu só queria dar força às beterrabas e aos tomates.

A vó então quis aproveitar o feito para ensinar que o cago não é uma coisa desprezível.

Eu tinha vontade de rir porque a vó contrariava os ensinamentos do pai.

Minha avó, ela era transgressora.

No propósito ela me disse que até as mariposas gostavam de roçar nas *obras verdes*.

Entendi que *obras verdes* seriam aquelas feitas no dia.

Daí que também a vó me ensinou a não desprezar as coisas desprezíveis

E nem os seres desprezados. (BARROS, 2003)

Esse poema de Manoel de Barros foi analisado em Neumann (2016). Não é, portanto, de interesse para este capítulo apresentar novamente essa análise, mas pontuar uma questão do poema que dialoga de forma estreita com a questão aqui levantada. Conforme pode ser observado, o título do poema é “Obrar II”. Durante o texto,

busca-se explicar o que significa *obrar*, ou pelo menos, o que significa *obrar* neste poema, conforme pode-se comprovar nas seguintes passagens: “Obrar não era construir casa ou fazer obra de arte./ Esse verbo tinha um dom diferente./ Obrar seria o mesmo que cacarar./ Sei que o verbo cacarar se aplica mais a passarinhos/ Os passarinhos cacaram nas folhas nos postes nas pedras do rio/ nas casas./ Eu só obrei no pé da roseira da minha avó”.

Para além do que significa o verbo *obrar*, nesse texto, se nos dedicarmos a buscar sua significância, se nos dedicarmos portanto a ouvir a enunciação, a ouvir aquilo que perpassa para além da análise dos elementos descontínuos do poema, perceberemos uma rede de significância, através de ecos prosódicos e de rimas. A significância de *obrar* se estabelece, a partir dos ecos prosódico com *obrei*, *obra de arte*, *obras*, *obra*, *obras verdes*. Ou seja, o valor de *obrar* não se dissocia da relação que estabelece entre essas outras expressões que aparecem no poema, através de ecos prosódicos. Inclusive, é interessante notar que, embora se diga, no 4º verso, que “Obrar não era construir casa ou fazer obra de arte”, a partir dos ecos prosódicos, observa-se que obra de arte auxilia na constituição da significância de *obrar*, quando, ao final do poema, se fala de *obras verdes*. O verbo *obrar* se constitui em proximidade de valor com *obra* de arte, bem como com *obras*, *obra*, *obras verdes*.

Dentro da constituição da significância do verbo *obrar*, é ainda interessante observar que a proximidade de sentidos com *cacarar* não se apresenta apenas pelo dito no 6º verso, “Obrar seria o mesmo que *cacarar*”, mas pelo dizer, ou seja, pela rima estabelecida entre *obrar* e *cacarar*. A relação de valor entre as duas palavras constitui a significância.

Por fim, neste poema, é o *obrar* que estabelece a relação de proximidade entre o menino e a avó, o que pode ser escutado através da rima entre *obrei* (2º e 10º versos) e *nem* (3º e 11º versos), em que

há dupla negação: “Minha vó não ralhou nem”, no verso 3, e “Mas ela não ralhou nem”, no verso 11¹⁵⁵. A observação desse movimento que constitui a significação do verbo *obrar*, bem como de outros elementos que se relacionam a ele no poema, pode interferir na escolha tradutória daquele que busca traduzir não somente o dito, mas também o dizer.

PALAVRAS FINAIS

Neste capítulo, busquei atentar para a construção da noção de *significância* em “Semiologia da língua”, na medida em que tal noção se constrói a partir do diálogo estreito com aquelas de *valor* e de *sistema*, de Saussure.

A importância de resgatar essa discussão se deve ao fato de que tais noções – de *sistema*, de *valor*, de *significância* – apresentam uma complexidade e uma sofisticação que, acredito, ainda não foram exploradas em toda a sua potência pela linguística moderna. A ideia de que a relação constitui o *valor* e a *significância* e de que essa relação decorre de um sistema pode ser bastante profícua para que se trabalhe com aquilo que é da ordem do movente, do contínuo, do inefável na linguagem.

Conforme o demonstra Meschonnic, em sua poética, é a partir da consideração também do discurso enquanto sistema que se pode pensar acerca desse *valor*, dessa *significância*, nos textos e nas obras. Ao buscar o *valor*, a *significância*, nos sistemas de discurso, é inevitável que o analista se depare com os aspectos prosódicos e acentuais da linguagem, é inevitável que o analista perceba que os valores se

155 Entre “obrei” e “nem”, escuta-se uma rima, já que há um ditongo verdadeiro – ei – no primeiro, e um ditongo falso – ei – no segundo. Na língua falada, nos dois casos, há ditongo. Agradeço o auxílio de Luíza Milano para a explicação fonológica dessa rima.

estabelecem também a partir de elementos que não são da ordem do segmentável, do descontínuo, conforme o denomina Meschonnic.

Atentar para a consideração do discurso enquanto sistema, para a constituição desse sujeito que perpassa o contínuo do discurso, que se constrói ao mesmo tempo em que constrói o ritmo, a voz, pode colocar o tradutor diante de questões de significância que o levam a considerar outras possibilidades e escolhas, a fim de recriar os efeitos do texto da obra a ser traduzida.

Assim, na atividade de traduzir, algo se perde, na medida em que não somente o dito é recriado, mas também o dizer. No entanto, algo se ganha. Ao buscar traduzir o efeito, o dizer dos textos e das obras, o tradutor, ao fazê-lo, recria efeitos, recria o poema e, dessa forma, vislumbra novas possibilidades de combinações, de oposições e de valores nos sistemas de discurso da língua em que os textos são traduzidos; logo, vislumbra o novo a ser pensado.

REFERÊNCIAS

BARROS, Manoel de. *Memórias inventadas: a Infância*. São Paulo: Planeta, 2003.

BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 (a).

BENVENISTE, Émile. Aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 (b).

BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. Tradução de Daniel Costa a Silva [et. al.] 1ª Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris: Éditions IN PRESS, 2006.

DESSONS, Gérard; NEUMANN, Daiane; OLIVEIRA, Giovane F. Émile Benveniste e a arte de pensar: uma entrevista com Gérard Dessons. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 17, p. 374-380, 2020.

FLORES, Valdir do N; BARBISAN, Leci B; FINATTO, Maria J. B.; TEIXEIRA, Marlene. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

MESCHONNIC, Henri. *Le signe et le poème*. Paris, Gallimard, 1975.

MESCHONNIC, Henri. *Critique du rythme: anthropologie historique du langage*. Lonrai, França: Éditions Verdier, 2009.

MESCHONNIC, Henri. *Poética do traduzir*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Perspectiva, 2010.

NEUMANN, Daiane. *Em busca de uma poética da voz*. 173p. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

RIZZO, Ana Rosa Saad. *A construção da significância em letras de canções*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SAVANG, Jean-François. Rythme et signifiante dans la théorie du langage d'Émile Benveniste. In: BÉDOURET-LARRABURU, Sandrine; LAPLANTINE, Chloé. *Émile Benveniste: vers une poétique générale*. França: Presses des l'Université de Pau et des Pays de l'Adour, 2015.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Alena Ciulla

Professora do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em seu doutorado, que foi realizado entre a Universidade de Nancy-Lorraine e a Universidade Federal do Ceará (UFC), tratou dos processos referenciais, sob um ponto de vista da referenciação e da linguística textual. Sob a mesma abordagem, no mestrado, realizado na UFC, tratou da questão da definição e da classificação de dêiticos e anafóricos. Realizou dois estudos de pós-doutorado: um em *multilingual text analysis*, na construção de árvores sintáticas do francês e do alemão, junto à equipe de desenvolvimento de um tradutor automático, na Universidade de Zürich (UniZ), e outro nas áreas de terminologia e tradução, na UFRGS, em que a recepção da obra de Saussure foi o foco do estudo. Sua formação na graduação é em Letras, na UFRGS, com habilitação em Tradução do Francês. Atua como tradutora e participou de traduções, como a do último livro de Jean-Michel Adam, publicada no Brasil em 2019. Os pontos de interesse de sua pesquisa são a referência, o texto, a tradução e a história das ideias linguísticas. Atualmente, desenvolve um projeto de pesquisa, em que as questões da referência e do texto são dimensionadas a partir de um ponto de vista benvenisteano.

E-mail: alenacs@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2180994390225145>

Carmem Luci da Costa Silva

Professora Associada em Língua Portuguesa no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Letras, com ênfase em Licenciatura de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre e Doutora em Estudos da Linguagem pela mesma Universidade. Pós-doutora em Linguística pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, credenciada na linha de pesquisa “Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas”. Seus principais temas de pesquisa são: aquisição e ensino-aprendizagem de língua materna e estudo de texto a partir das perspectivas linguísticas de Émile Benveniste e de Oswald Ducrot. Entre as suas publicações, destacam-se a autoria do livro *A linguagem da criança: enunciação e aquisição*, publicação da Pontes em 2009, a organização conjunta do livro *A criança na/ com a linguagem: saberes e contraponto*, edição do Instituto de Letras/UFRGS

em 2017, e a coordenação conjunta da equipe de elaboração dos verbetes de Oswald Ducrot do Dicionário de Linguística da Enunciação, publicação da Contexto em 2009. Membro da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e do GT “Semântica e Estudos Enunciativos” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL).

E-mail: c/costasilva@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2371181014921204>

Carolina Knack

Professora Adjunta do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora e Mestre em Estudos da Linguagem, pela linha de pesquisa “Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas”, do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Graduada em Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela mesma Instituição. Membro da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e do GT “Semântica e Estudos Enunciativos” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Interessa-se pela obra de Émile Benveniste em suas diferentes facetas, a partir das quais busca desenvolver pesquisas (intra)teóricas, com destaque para a relação entre língua(gem) e seus aspectos sociais, e teórico-analíticas, com destaque para a proposição de fundamentos para a abordagem de fenômenos relacionados às práticas sociais de uso da língua, especialmente as integrantes das esferas educacionais. Nesse contexto, interessa-se pelas interfaces entre ensino-aprendizagem de língua e enunciação e entre texto e enunciação, temática de sua dissertação de mestrado, pela qual recebeu o Prêmio ANPOLL no biênio 2012-2014.

E-mail: carolinaknack@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7428627807517558>

Claudia Toldo

Professora tempo integral de Língua Portuguesa e Linguística no Curso de Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF/RS). Tem Graduação em Letras pela UPF/RS (1990), Especialização em Ensino de Língua Portuguesa pela PUC/MG (1992), Mestrado em Letras (Área de concentração: Teorias do Texto e do Discurso) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999), Doutorado em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002) e Pós-doutorado em Linguística, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012), com bolsa CAPES. Atua como professora de Língua Portuguesa e Linguística do Curso de Graduação em Letras e professora/orientadora do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Letras, da Universidade de Passo Fundo. Realiza estudos na área da

Linguística, com ênfase em Linguística da Enunciação e Linguística do Texto, dedicando-se – principalmente – ao estudo dos seguintes temas: enunciação (teorias de Émile Benveniste), ensino de língua materna, abordando questões referentes ao ensino da leitura, da produção textual e da sintaxe. Atualmente, é Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras/PPGL da UPF. É pesquisadora e bolsista Produtividade em Pesquisa – PQ/CNPQ.

E-mail: claudiast@upf.br

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4770841D1>

Daiane Neumann

Doutora em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016), com período de doutorado-sanduiche na Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis, sob a orientação de Gérard Dessons. Fez estágio pós-doutoral na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2017). Atualmente, é professora Adjunta da Universidade Federal de Pelotas, em cursos de graduação em Letras e no Programa de Pós-graduação em Letras, onde atuou também como coordenadora. É líder do grupo de pesquisa “Linguística, literatura e arte” do CNPq. Dedicar-se ao estudo da obra de Ferdinand de Saussure, de Émile Benveniste e da poética de Henri Meschonnic, a fim de pensar questões pertinentes à teoria da linguagem de forma que esta não seja concebida desvinculada da literatura. A partir da concepção de linguagem, enquanto uma antropologia histórica, dedica-se a refletir sobre a relação da linguagem com o ritmo, com a voz, com o corpo, em textos literários.

E-mail: daiane_neumann@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9399552968699184>

Elisa Marchioro Stumpf

Doutora (2017) e mestre (2010) em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa “Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas”, e graduada em Letras – Português/Inglês pela Universidade de Caxias do Sul. Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal de Pelotas na área de português como língua adicional. Tem experiência no ensino de inglês e português como línguas adicionais e em pesquisa nas áreas de linguística e linguística aplicada, com foco em teorias enunciativas e letramento acadêmico. Desenvolve estudos sobre os seguintes tópicos: relação entre língua e cultura, (im)polidez e discurso de ódio, ensino de línguas para fins acadêmicos e elaboração de material didático para ensino de línguas adicionais.

E-mail: elisa.stumpf@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6961518330074096>

Fábio Aresi

Doutorando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de pesquisa “Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas”. Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa pela mesma Instituição. Seus temas de interesse giram em torno da Epistemologia da Linguística e da História das Ideias Linguísticas, voltados principalmente para o pensamento teórico de Ferdinand de Saussure e Émile Benveniste.

E-mail: fabio_koy@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4090608696778558>

Giovane Fernandes Oliveira

Doutorando em Estudos da Linguagem, vinculado à linha de pesquisa “Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas”, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, Língua Francesa e suas Literaturas pela mesma Instituição (2016). Realizou um semestre de mobilidade acadêmica na Université de Rouen (França), onde cursou disciplinas na graduação em Sciences du Langage – Français Langue Étrangère e no mestrado em Sciences du Langage – Diffusion du Français (2015). Seus interesses de pesquisa circunscrevem-se a três campos do saber: 1) Epistemologia da Linguística e História das Ideias Linguísticas, com foco nos legados de Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste e Michel Pêcheux; 2) Aquisição da Linguagem, com foco na aquisição da fala e da escrita em língua materna a partir da perspectiva enunciativa benvenistiana; 3) Estudos do Letramento, com foco em leitura, produção textual e oralidade letrada nos letramentos escolar e acadêmico. Membro da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). Organizador do site “Estudos enunciativos”, página de divulgação científica que busca dar a conhecer as pesquisas desenvolvidas a partir da teoria da linguagem benvenistiana.

E-mail: gio.ufrgs@gmail.com

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4667386H6>

Heloisa Monteiro Rosário

Doutora em Letras, na área de Estudos da Linguagem, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trabalhou na Université Paul-Valéry (Montpellier/França) e na Université d’Avignon et des Pays de Vaucluse (Avignon/França), ministrando disciplinas de português para cursos de graduação e mestrado. Atua como professora do Departamento de Línguas Modernas e do Programa de Pós-Graduação

em Letras da UFRGS. Em suas pesquisas, dedica-se a questões relacionadas à epistemologia da linguística, à história das ideias linguísticas, à linguística geral e aos campos enunciativo e semiológico, tendo especial interesse pelo pensamento de Émile Benveniste. Seu projeto de pesquisa (Entre figuras e instituições: a Escola linguística de Paris e a constituição de um pensamento sobre a linguagem) investiga as ideias de Michel Bréal, Ferdinand de Saussure, Antoine Meillet e Émile Benveniste, assim como o papel da École Pratique des Hautes Études (EPHE) e do Collège de France na discussão sobre a linguagem na França entre os séculos XIX e XX.

E-mail: heloisamonteirorosario@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4636568112870081>

Luiza Ely Milano

Tem graduação em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Santa Maria (1989), mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006). É professora dos cursos de graduação em Letras e em Fonoaudiologia da UFRGS e professora e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da mesma Universidade. Tem experiência na área de Estudos da linguagem, com ênfase em linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: epistemologia da linguística, linguística saussuriana, linguística jakobsoniana, linguística da enunciação, relações entre som e sentido, leitura em voz alta compartilhada, linguagem e sintoma, escuta.

E-mail: luizamilanos@gmail.com

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4768852E2>

Marlete Sandra Diedrich

Professora tempo integral do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo – RS. Tem experiência no ensino de língua portuguesa na Educação Básica, no Ensino Superior e, principalmente, na formação de professores. Mestre em Letras (PUC/2001) e Doutora em Letras (UFRGS/2015). Suas pesquisas abordam os seguintes temas: aquisição da linguagem, enunciação, interação. É membro da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e faz parte do Grupo de Trabalho Estudos em Aquisição da Linguagem Oral e Escrita da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL).

E-mail: marlete@upf.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6782277245474708>

Patrícia da Silva Valério

Tem doutorado em Linguística Aplicada pela Unisinos/RS (2015) e mestrado em Letras pela Universidade de Passo Fundo (2005). Professora do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPF, onde atua na linha de pesquisa “Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso”. Seus estudos atuais concentram-se no campo das teorias da enunciação, especialmente aspectos relacionados à linguagem e à interação.

E-mail: patriciav@upf.br

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4744571J3>

Paula Ávila Nunes

Licenciada em Letras – Português/Inglês (2008) e Doutora em Letras (2012) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É atualmente professora de Linguística e Língua Portuguesa do Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação (DALIC) e membro do quadro docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL), do qual é também coordenadora, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Curitiba. Estuda questões relativas aos estudos enunciativos da linguagem desde sua graduação, tendo publicado uma série de artigos sobre o tema. Atualmente se dedica a reflexões sobre linguagem e tecnologia em sua imbricação ontológica, ainda na perspectiva enunciativa, mas em interface com outros campos das ciências humanas.

E-mail: paulanunes@utfpr.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1160402607696538>

Silvana Silva

Professora Adjunta da área de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente e orientadora em nível de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, na linha de pesquisa “Análises Textuais, Enunciativas e Discursivas”. Tem experiência na área de Produção de Textos para diversas Áreas do Conhecimento. Integrante da Comissão Executiva da Revista Cadernos do Instituto de Letras. Doutora em Estudos da Linguagem (UFRGS). Pesquisa os seguintes temas: Teoria da Enunciação de Émile Benveniste; epistemologia da linguística; educação linguística; enunciação e sociedade; produção de textos.

E-mail: ssilvana2011@gmail.com

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4764695T4>

Valdir do Nascimento Flores

Professor Titular de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou estudos de pós-doutorado na Université Paris-Est Créteil (Paris XII) e na Université Paris-Nanterre (Paris X). Atuou como professor convidado na École Normale Supérieure (ENS) junto ao Institut des Textes et Manuscrits Modernes (ITEM), em Paris. Interessa-se pelos diferentes aspectos da linguagem (diversidade das línguas, aquisição, distúrbio, tradução, voz etc.) abrangidos no amplo campo da linguística e aborda-os de um ponto de vista que coloca a experiência do falante, do Homo loquens, no centro da investigação. Nesse sentido, tem se dedicado, nos últimos anos, a fundamentar uma perspectiva antropológica da enunciação. É pesquisador 1D do CNPq.

E-mail: vnf.ufrgs@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8959064517534406>

ÍNDICE REMISSIVO

A

alternativa 12, 111, 246, 308
 aparelhos 10, 46, 50, 60, 67, 72, 73, 167,
 172, 246
 aquisição 11, 27, 37, 43, 90, 147, 149, 152,
 153, 158, 163, 164, 165, 166, 169, 170,
 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178,
 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186,
 188, 191, 197, 198, 199, 200, 202, 203,
 205, 206, 207, 213, 218, 219, 220, 221,
 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230,
 232, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244,
 245, 246, 247, 248, 249, 255, 258, 259,
 268, 269, 273, 412, 415, 416, 418

B

Benveniste 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18,
 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31,
 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43,
 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55,
 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66,
 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78,
 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 88, 91, 93, 96,
 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106,
 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 116,
 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126,
 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 136,
 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145,
 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 155,
 156, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 166,
 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176,
 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184,
 185, 186, 187, 188, 190, 196, 198, 200,
 201, 203, 205, 206, 207, 211, 212, 213,
 214, 216, 217, 220, 222, 223, 224, 225,
 239, 240, 241, 253, 256, 268, 269, 272,

276, 277, 278, 284, 286, 287, 288, 289,
 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297,
 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305,
 306, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 314,
 315, 316, 317, 318, 319, 321, 322, 323,
 324, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332,
 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340,
 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349,
 350, 353, 355, 357, 359, 361, 365, 366,
 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374,
 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382,
 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390,
 391, 392, 394, 395, 396, 397, 398, 399,
 401, 402, 410, 411, 412, 413, 414, 415,
 416, 418
 benvenisteana 10, 46, 71, 72, 317
 biológico 11, 19, 164, 165, 166, 167, 172,
 178, 188, 190, 192, 193, 194, 195, 197,
 199, 200, 276
 blasfemia 11, 122, 123, 124, 125, 126, 127,
 128, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137,
 138, 140

C

comunhão 12, 34, 35, 37, 38, 40, 43, 134,
 135, 136, 138, 293, 294, 318, 319, 325,
 327, 328, 329, 332, 333, 334, 335, 336,
 337, 338, 339
 comunhão fática 12, 34, 35, 37, 38, 40, 43,
 134, 135, 136, 138, 293, 294, 318, 319,
 325, 327, 328, 329, 332, 333, 334, 335,
 336, 337, 338, 339
 condição figurativa 10, 30, 34, 36, 37, 38,
 39, 40, 41, 42, 44, 318, 331, 332
 criança 11, 27, 90, 149, 152, 153, 154, 155,
 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171,
 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179,

181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188,
189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196,
197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204,
205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 215,
216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 227,
228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236,
237, 238, 240, 241, 242, 243, 245, 246,
247, 248, 257, 258, 259, 260, 261, 263,
264, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 273,
352, 356, 412, 413
cultural 11, 19, 164, 165, 166, 167, 172,
188, 190, 193, 194, 197, 199, 200, 239,
240, 244, 267, 276, 305

D

dado 11, 34, 53, 87, 103, 126, 139, 173,
194, 198, 207, 209, 212, 216, 221, 224,
225, 226, 227, 228, 231, 232, 235, 236,
247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255,
256, 257, 267, 269, 270, 272, 273, 276,
282, 293, 303, 322, 350, 386, 400
dêixis 10, 63, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99,
102, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120
deslocamento 11, 23, 141, 146, 147, 148,
149, 151, 154, 155, 157, 158, 159, 160,
161, 216, 217, 229, 242, 344, 375

E

ensino 12, 144, 146, 203, 247, 324, 327,
342, 382, 412, 413, 414, 415, 416
enunciação 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18,
20, 22, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 33, 34, 35,
36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47,
48, 49, 51, 52, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62,
63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74,
76, 77, 78, 79, 81, 84, 86, 87, 88, 92, 94,
98, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110,
111, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122,
123, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135,
136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144,
145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155,

157, 158, 162, 163, 164, 166, 175, 176,
177, 179, 182, 187, 189, 192, 193, 195,
196, 199, 201, 202, 203, 205, 207, 208,
210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217,
219, 220, 239, 240, 244, 250, 251, 252,
253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 263,
266, 271, 272, 273, 276, 291, 292, 293,
294, 295, 296, 305, 307, 311, 313, 317,
318, 321, 323, 324, 325, 326, 327, 328,
329, 330, 331, 332, 334, 335, 336, 337,
338, 339, 342, 343, 344, 345, 346, 347,
348, 349, 350, 353, 354, 355, 356, 357,
360, 361, 368, 371, 375, 376, 377, 384,
395, 404, 408, 410, 411, 412, 413, 414,
416, 417, 418
enunciativo 11, 16, 44, 78, 80, 88, 107, 113,
118, 139, 147, 150, 151, 152, 153, 161,
163, 167, 175, 176, 192, 196, 199, 211,
218, 221, 232, 240, 250, 251, 252, 253,
254, 255, 256, 258, 259, 261, 262, 264,
265, 266, 269, 294, 313, 344, 351, 416
escrita 11, 16, 18, 21, 42, 48, 58, 69, 70,
77, 88, 144, 146, 162, 163, 203, 216, 220,
221, 224, 225, 237, 238, 240, 241, 242,
243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 255,
257, 259, 262, 263, 265, 266, 267, 268,
269, 270, 273, 318, 324, 327, 340, 344,
362, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371,
373, 374, 375, 376, 379, 380, 383, 384,
385, 388, 389, 390, 396, 415
escuta 10, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 84, 85,
87, 88, 90, 164, 169, 170, 171, 172, 177,
178, 179, 180, 182, 183, 186, 189, 190,
192, 193, 194, 195, 196, 201, 203, 256,
257, 271, 273, 394, 404, 409, 416
experiência 11, 24, 32, 36, 37, 38, 44, 49,
72, 87, 161, 172, 177, 179, 187, 189, 196,
200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209,
210, 211, 213, 215, 216, 217, 218, 219,
220, 231, 242, 271, 291, 292, 293, 306,

328, 341, 359, 361, 400, 403, 414, 416,
417, 418

F

falantes 10, 30, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44,
88, 96, 110, 167, 168, 173, 245, 361
forma-sentido 11, 164, 401

H

hipóteses 12, 87, 224, 231, 252, 298,
308, 310

I

instauração 11, 82, 84, 87, 137, 149, 154,
163, 164, 166, 170, 194, 197, 199, 240,
270, 295, 355
instrumentos 12, 17, 253, 254, 342, 343,
344, 347, 348, 349, 351, 353, 359
interdependência 11, 81, 150, 164, 174,
180, 279
isolamento 12, 205, 325, 327, 329, 339
isolamento social 12, 205, 325, 327

L

leitura 12, 18, 20, 21, 26, 49, 50, 51, 52,
56, 60, 61, 62, 71, 77, 84, 86, 87, 90, 96,
99, 122, 130, 134, 137, 138, 142, 143, 144,
146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 155,
156, 157, 158, 160, 161, 189, 193, 214,
217, 242, 243, 248, 255, 256, 257, 259,
316, 329, 334, 336, 342, 343, 344, 357,
358, 359, 360, 361, 362, 393, 414, 415, 416
língua 11, 12, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22,
25, 27, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43,
44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56,
57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68,
69, 70, 71, 73, 78, 79, 80, 81, 82, 87, 88,
89, 90, 94, 96, 97, 100, 103, 105, 107, 108,
109, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 122,
128, 129, 131, 132, 133, 138, 139, 143,
144, 146, 147, 151, 153, 154, 155, 158,
161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168,

169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176,
177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184,
185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192,
193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200,
201, 202, 203, 205, 207, 210, 211, 212,
213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222,
223, 225, 227, 230, 234, 235, 236, 237,
238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245,
246, 248, 250, 251, 252, 253, 258, 259,
263, 264, 266, 267, 268, 269, 270, 271,
272, 273, 277, 278, 286, 287, 288, 289,
290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 303,
305, 306, 308, 311, 314, 315, 316, 317,
318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 330,
333, 335, 337, 339, 343, 344, 345, 346,
347, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 355,
356, 357, 358, 359, 360, 361, 364, 365,
366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373,
374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381,
382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389,
390, 392, 395, 396, 397, 398, 399, 400,
401, 402, 403, 405, 409, 410, 412, 413,
414, 415, 416

linguagem 10, 11, 14, 15, 16, 18, 19, 20,
21, 22, 23, 24, 27, 28, 32, 33, 35, 36, 39,
40, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54,
55, 56, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 72, 73,
74, 76, 77, 80, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95,
97, 98, 99, 103, 104, 105, 107, 108, 109,
115, 120, 122, 123, 124, 127, 128, 129,
130, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139,
140, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 152,
153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 163,
164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172,
173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180,
182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189,
190, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200,
201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209,
210, 211, 213, 214, 215, 216, 218, 219,
220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228,
229, 230, 232, 234, 237, 238, 239, 240,

241, 246, 248, 250, 258, 266, 267, 268,
269, 271, 272, 273, 276, 277, 287, 288,
289, 291, 292, 293, 295, 305, 310, 313,
315, 316, 318, 319, 321, 322, 324, 327,
328, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 336,
337, 338, 339, 341, 375, 380, 381, 386,
388, 390, 395, 396, 399, 400, 402, 403,
404, 406, 409, 412, 413, 414, 415, 416,
417, 418

língua-língua 12, 364, 365, 366, 367, 384

língua-sociedade 12, 364, 365, 376,
384, 385

linguística 10, 14, 15, 17, 19, 20, 24, 25, 26,
27, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 43, 44, 45, 48,
50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 62, 63,
64, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 83,
86, 87, 88, 94, 95, 100, 105, 106, 109, 123,
128, 129, 135, 136, 138, 139, 143, 145,
154, 156, 162, 166, 171, 173, 174, 180,
181, 182, 183, 184, 185, 189, 190, 193,
198, 201, 202, 219, 222, 224, 225, 226,
227, 229, 233, 234, 237, 239, 240, 243,
249, 250, 252, 260, 268, 271, 272, 273,
276, 277, 287, 288, 291, 292, 293, 295,
296, 298, 302, 304, 305, 306, 307, 312,
316, 318, 319, 324, 326, 327, 331, 332,
336, 338, 340, 359, 361, 362, 365, 367,
380, 381, 382, 384, 385, 391, 392, 394,
395, 396, 397, 409, 410, 411, 412, 414,
416, 418

N

narrativas 11, 106, 204, 206, 207, 208, 214,
215, 216, 233

noção 10, 11, 17, 44, 60, 61, 62, 75, 77, 78,
79, 80, 82, 105, 110, 111, 119, 120, 141,
142, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 154,
155, 157, 158, 160, 161, 199, 206, 213,
214, 231, 234, 238, 239, 240, 259, 266,
267, 275, 277, 278, 279, 280, 282, 286,
287, 289, 298, 300, 301, 302, 304, 305,

310, 311, 313, 317, 334, 346, 374, 384,
394, 395, 396, 397, 398, 399, 401, 402,
403, 404, 409

O

observações 12, 84, 142, 157, 286, 353,
364, 365

olhar 11, 71, 146, 152, 160, 161, 163, 189,
190, 192, 194, 196, 207, 208, 219, 221,
272, 360

P

pesquisa 11, 18, 23, 83, 100, 142, 149, 152,
157, 158, 159, 174, 188, 205, 207, 221,
222, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 232,
238, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 249,
255, 257, 268, 272, 285, 286, 297, 306,
311, 326, 340, 412, 413, 414, 415, 416, 417

pesquisas 11, 18, 19, 20, 22, 23, 31, 76,
122, 139, 141, 144, 146, 147, 148, 149,
154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 227,
237, 326, 413, 415, 416

pesquisas prospectivas 11, 141, 147, 154,
158, 159, 160, 161

R

realização 12, 39, 40, 41, 68, 84, 106, 131,
136, 138, 181, 199, 205, 211, 212, 233,
234, 242, 244, 247, 253, 258, 259, 263,
269, 288, 291, 292, 294, 329, 342, 343,
347, 348, 353, 375

reciprocidade 11, 275, 277, 278, 279, 280,
281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 289,
291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299,
300, 302, 304, 305, 306, 307

referência 10, 23, 49, 50, 63, 65, 66, 92, 93,
94, 96, 97, 98, 99, 102, 105, 108, 110, 113,
114, 115, 117, 118, 119, 120, 124, 128,
133, 134, 135, 136, 137, 147, 154, 161,
169, 176, 179, 181, 183, 186, 205, 212,
214, 241, 259, 290, 291, 294, 303, 321,

326, 327, 330, 332, 348, 350, 353, 356,
369, 377, 379, 386, 401, 412
reflexão 10, 12, 19, 21, 33, 34, 75, 76, 78,
90, 99, 100, 113, 119, 122, 123, 142, 145,
148, 152, 157, 158, 161, 165, 166, 170,
171, 175, 176, 177, 178, 184, 186, 188,
190, 193, 194, 199, 206, 208, 209, 220,
225, 249, 268, 276, 277, 284, 286, 289,
290, 294, 297, 305, 309, 310, 314, 319,
320, 326, 328, 329, 333, 334, 335, 336,
338, 339, 343, 344, 345, 346, 348, 350,
351, 358, 359, 364, 365, 366, 367, 368,
374, 376, 381, 382, 383, 384, 385, 386,
388, 389, 390, 394, 396, 397, 399
relação 10, 11, 12, 16, 31, 32, 33, 34, 39,
40, 42, 44, 45, 57, 58, 63, 64, 66, 67, 69,
70, 77, 78, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 92, 94,
95, 96, 97, 99, 101, 102, 104, 106, 108,
114, 115, 116, 117, 118, 119, 123, 126,
129, 133, 134, 136, 137, 146, 147, 148,
151, 152, 155, 156, 157, 161, 164, 165,
166, 168, 169, 172, 173, 175, 176, 178,
179, 181, 182, 184, 186, 189, 190, 193,
194, 196, 197, 199, 200, 210, 214, 215,
216, 217, 218, 220, 221, 223, 224, 226,
232, 233, 234, 235, 239, 240, 241, 243,
244, 245, 246, 247, 248, 251, 253, 254,
258, 259, 262, 263, 265, 266, 267, 268,
269, 270, 272, 277, 281, 282, 286, 289,
290, 291, 292, 293, 294, 296, 300, 302,
303, 304, 306, 308, 310, 311, 312, 314,
315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322,
327, 328, 329, 330, 337, 338, 340, 345,
346, 348, 349, 350, 355, 356, 357, 364,
365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372,
373, 374, 375, 376, 379, 380, 381, 382,
383, 384, 385, 387, 388, 389, 390, 398,
400, 401, 403, 404, 405, 406, 408, 409,
413, 414, 415
ruídozinhos 11, 204, 205, 206, 207, 219

S

semiologia 12, 17, 18, 21, 22, 27, 314, 324,
363, 365, 366, 369, 372, 384, 388, 389,
390, 392, 396, 397, 398
significância 12, 17, 21, 22, 56, 57, 58, 60,
62, 158, 194, 233, 370, 371, 384, 388, 389,
393, 394, 395, 398, 399, 400, 401, 402,
403, 404, 405, 406, 408, 409, 410, 411
signos 10, 50, 54, 55, 56, 62, 63, 64, 65,
66, 92, 99, 103, 105, 108, 109, 110, 111,
112, 114, 116, 117, 119, 129, 131, 154,
180, 184, 212, 239, 240, 263, 266, 287,
306, 315, 371, 372, 375, 383, 396, 397,
398, 399, 403
social 12, 16, 35, 36, 38, 40, 41, 122, 135,
169, 205, 207, 215, 216, 232, 246, 249,
258, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 285,
293, 295, 296, 297, 301, 302, 305, 306,
309, 312, 319, 320, 324, 325, 326, 327,
329, 332, 333, 334, 335, 336, 338, 339,
344, 372, 378, 379, 382
sociedade 11, 12, 16, 17, 21, 22, 25, 48,
122, 125, 138, 139, 146, 162, 167, 169,
170, 171, 173, 200, 205, 215, 219, 240,
258, 267, 271, 274, 277, 278, 279, 281,
282, 283, 284, 286, 289, 290, 295, 296,
297, 298, 299, 304, 305, 306, 308, 309,
310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317,
318, 319, 320, 322, 323, 324, 364, 365,
366, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382,
383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390,
395, 418
T
teoria 10, 11, 14, 20, 21, 22, 23, 26, 32, 33,
43, 44, 45, 57, 70, 71, 76, 77, 81, 89, 95,
96, 100, 120, 122, 139, 143, 145, 148, 149,
150, 151, 153, 155, 159, 161, 162, 163,
183, 197, 201, 221, 224, 225, 226, 232,
237, 241, 250, 251, 252, 254, 268, 269,
270, 272, 282, 305, 307, 312, 313, 314,

317, 322, 323, 324, 361, 390, 391, 399,
414, 415

teorização 10, 21, 46, 55, 57, 60, 62, 68,
71, 146, 149, 150, 153, 165, 166, 200, 224,
225, 232, 240, 241, 243, 249, 250, 256,
257, 260, 268, 277, 290, 293, 305, 323,
394, 397

tradução 12, 19, 31, 32, 34, 35, 38, 40, 89,
94, 96, 106, 179, 186, 201, 222, 278, 279,
282, 288, 303, 333, 365, 371, 380, 383,
393, 395, 405, 412, 418

transformações 10, 46, 52, 205, 249

tu 10, 33, 36, 37, 58, 68, 75, 76, 77, 78, 79,
80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 100, 101,
102, 103, 104, 105, 107, 108, 110, 111,
113, 116, 118, 133, 134, 137, 153, 154,

155, 191, 193, 196, 207, 209, 218, 240,
253, 258, 264, 288, 289, 290, 291, 296,
329, 347, 349, 353, 354, 355, 356, 377

U

universos 10, 46, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60,
62, 69, 401

V

valor 11, 79, 98, 99, 141, 146, 147, 159,
160, 161, 212, 213, 234, 289, 299, 301,
304, 322, 390, 395, 398, 402, 408, 409

vocais 11, 168, 170, 172, 175, 179, 181,
185, 186, 188, 193, 194, 195, 199, 204,
205, 206, 207, 208, 211, 213, 215, 219

www.pimentacultural.com

O UNIVERSO BENVENISTIANO

enunciação,
sociedade,
semiologia